



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Ciências Sociais

Leandro dos Santos Marinho

**Junho de 2013: imagens de um Brasil em disputa**

Rio de Janeiro

2021

Leandro dos Santos Marinho

**Junho de 2013: imagens de um Brasil em disputa**



Tese apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. João Trajano Sento-Sé.

Rio de Janeiro

2021

## RESUMO

Nesta tese argumenta-se que as manifestações de Junho de 2013 foram um evento extremamente visual e que as imagens tiveram papel fundamental no seu desenrolar. O estudo se fundamenta na análise das imagens fotográficas produzidas e publicadas pelos três maiores jornais do país - O Globo, Folha de São Paulo e o Estado de São Paulo - e pelo coletivo midiativista Mídia Ninja, tomado como representativo dos grupos midiativistas que participaram das manifestações. São postuladas duas hipóteses principais. Em primeiro lugar, procurando fugir à polarização que predomina no debate público e acadêmico sobre o tema, defende-se que Junho foi um evento multifacetado, contraditório, multicausal e polissêmico e que isto se deve, ao menos em parte, ao modo como as imagens ganharam centralidade em seu decurso. As manifestações foram o ponto de encontro de grupos sociais de origens, motivações e interesses muito distintos, não raro conflitantes, que, muito antes de 2013, davam sinais de insatisfação e que, num contexto de efervescência social, foram decisivamente estimulados à participação pelas imagens. Produzidas, difundidas e compartilhadas aos milhares, as imagens foram instrumento de informação, denúncia, mobilização, sensibilização e afirmação de valores. Mas também foram objeto de disputa. O recurso a elas para retratar o que se passava nas ruas, quem estava nelas e o que se reivindicava deu origem a uma verdadeira batalha comunicacional, protagonizada, por um lado, pelos meios de comunicação hegemônicos, e, por outro, por grupos midiativistas e manifestantes independentes. É justamente nesse sentido que se afirma a segunda hipótese: a batalha a que se refere refletiu não apenas um enfrentamento entre modelos distintos de comunicação social, mas também o encontro conflituoso entre formas incongruentes de conceber, narrar e representar a política, a sociedade e a nação. Enquanto os veículos tradicionais, num primeiro momento, condenaram as manifestações e, após a massificação das mesmas, passaram a retratar os grupos mais conservadores como seus protagonistas, os grupos midiativistas – com destaque para a Mídia Ninja – optaram por uma narrativa de valorização dos protestos e de grupos subalternos. Compreender, portanto, como esta disputa pelos significados de Junho se deu por meios das imagens constitui o grande objetivo deste trabalho.

Palavras-chave: Junho de 2013; manifestações; Brasil; imagens; mídia.

## ABSTRACT

This thesis argues that the June 2013 demonstrations were an extremely visual event and that images played a fundamental role in their unfolding. The study is based on the analysis of the photographic images produced and published by the three largest newspapers in the country - O Globo, Folha de São Paulo and Estado de São Paulo - and by the media activist collective Mídia Ninja, taken as representative of the media activist groups that participated in the demonstrations. Two main hypotheses are postulated. In the first place, seeking to escape the polarization that predominates in the public and academic debate on the theme, it is argued that June was a multifaceted, contradictory, multicausal and polysemic event, and that this is due, at least in part, to the way images gained centrality in its course. The demonstrations were the meeting point of social groups of very different origins, motivations, and interests, not infrequently conflicting, that, long before 2013, showed signs of dissatisfaction and that, in a context of social effervescence, were decisively stimulated to participation by images. Produced, disseminated, and shared by the thousands, the images were instruments of information, denunciation, mobilization, sensitization, and affirmation of values. But they were also the object of dispute. The use of them to portray what was happening in the streets, who was in them, and what was being demanded, gave rise to a true communicational battle, led, on the one hand, by the hegemonic media, and, on the other, by media activist groups and independent demonstrators. It is precisely in this sense that the second hypothesis is stated: the battle to which it refers reflected not only a confrontation between distinct media models, but also the conflicting encounter between incongruous ways of conceiving, narrating, and representing politics, society, and the nation. While the traditional media, in a first moment, condemned the protests and, after their massification, started to portray the most conservative groups as their protagonists, the media activist groups - Mídia Ninja in particular - opted for a narrative of valorization of the protests and subaltern groups. Understanding, therefore, how this dispute over the meanings of June took place through images constitutes the major objective of this work.

Keywords: June 2013; protests; Brasil; images; media.

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Na 23 de Maio .....	92
Fotografia 2 - Chamas.....	93
Fotografia 3 - Militantes interditam a Avenida Paulista .....	101
Fotografia 4 - Tropa de choque atirando bomba .....	102
Fotografia 5 - Ônibus em chamas na Folha .....	104
Fotografia 6 - Ônibus em chamas no Estadão .....	104
Fotografia 7 - Violência .....	105
Fotografia 8 - Tempo quente no Centro.....	106
Fotografia 9 - Encurralado .....	111
Fotografia 10 - PM ferido afasta agressores .....	112
Fotografia 11 - Manifestantes na 23 de Maio aos olhos da Mídia Ninja .....	144
Fotografia 12 - Manifestantes correndo.....	1488
Fotografia 13 - Manifestantes na 23 de Maio aos olhos da Mídia Ninja.....	1499
Fotografia 14 - Manifestante pula pneus em chamas.....	1588
Fotografia 15 - Manifestantes em avenida em Belo Horizonte .....	16060
Fotografia 16 - Casal em manifestação em Belo Horizonte .....	1688
Fotografia 17 - Policial aponta arma.....	1699
Fotografia 18 - Manifestantes marcham debaixo de chuva em Porto Alegre .....	19191
Fotografia 19 - Manifestação em Porto Alegre .....	19292
Fotografia 20 - Cartaz “Ode ao Burguês” .....	19593
Fotografia 21 - Tchaka com a bandeira gay .....	208
Fotografia 22 - Povos originários protestam no Monumento às Bandeiras .....	211
Fotografia 23 - Protesto contra a Copa em Brasília .....	21515
Fotografia 24 - Ato na Câmara dos vereadores do Rio de Janeiro.....	2199
Fotografia 25 - “O Congresso é nosso” .....	25555
Fotografia 26 - Reivindicações.....	2588
Fotografia 27 - Manifestante rasga bandeira do PT em São Paulo .....	26363
Fotografia 28 - Apartidários .....	26464
Fotografia 29 - Partidos não .....	26464
Fotografia 30 - Brasil, mostra a tua cara.....	27171
Fotografia 31 - Nas ruas.....	27777

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Capa O estado de S. Paulo, 07 de junho de 2013 .....	93
Figura 2 - Capa O Globo, 07 de junho de 2013 .....	94
Figura 3 - Capa O Estado de S. Paulo, 11 de junho de 2013.....	988
Figura 4 - Capa Folha de S. Paulo, 12 de junho de 2013 .....	101
Figura 5 - Capa Folha de S. Paulo, 13 de junho de 2013 .....	11313
Figura 7 - Comentários da Fotografia 12.....	15353
Figura 6 - Comentários da Fotografia 13.....	15353
Figura 8 - Temas das redes sociais virtuais no Brasil em 7 de junho de 2013 .....	25050
Figura 9 - Temas das redes sociais virtuais no Brasil em 30 de junho de 2013.....	25151
Figura 10 - Capa da Folha de S. Paulo no dia 18 de junho de 2013 .....	25656
Figura 11 - Capa d'O Globo no dia 23 de junho de 2013.....	27070

## LISTA DE SIGLAS

ABRAJI	Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo
Aclame	Associação da Classe Média
AIB	Ação Integralista Brasileira
ALERJ	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
ANCOP	Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa e das Olimpíadas
APIB	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
CBF	Confederação Brasileira de Futebol
CBJP	Comissão Brasileira Justiça e Paz
CC	Creative Commons
CIMI	Centro Indigenista Missionário
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNV	Comissão Nacional da Verdade
COI	Comitê Olímpico Internacional
COPAC	Comitê Popular dos Atingidos pela Copa
CPC	Comitês Populares da Copa
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DEM	Democratas
DMA	Democratic media activism
EXPO 2020	
FdE	Fora do Eixo
FIB	Frente Integralista Brasileira
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FIFA	Federação Internacional de Futebol
FMML	Fórum Mundial de Mídia Livre
FNDC	Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
Funai	Fundação Nacional do Índio
GEM	<i>Global Entrepreneurship Monitor</i>
GPI	Índice da Paz Global
ICM	Independent Center Media
ISSO	International Standards Organization

LGBTQTQIA+ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Travestis, Queers, Intersexo, Assexuais, pansexuais e outros

MAM	Museu de Arte Moderna
MASP	Museu de Arte de São Paulo
MBL	Movimento Brasil Livre
MCCE	Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEI	Microempreendedor Individual
Minaspetro	Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado de Minas Gerais
MINC	Ministério da Cultura
MPL	Movimento Passe Livre
MSN	Messenger Network
MST	Movimento dos Sem Terra
NINJA	Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONG	Organização Não-Governamental
OMC	Organização Mundial do Comércio
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCC	Primeiro Comando da Capital
PCO	Partido da Causa Operária
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PFL	Partido Frente Liberal
PGR	Procuradoria Geral da República
PIB	Produto Interno Bruto
PM	Polícia Militar
PNDH	Plano Nacional de Direitos Humanos
PT	Partido dos Trabalhadores
ProUni	Programa Universidade para Todos
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado



RSF	Repórter Sem Fronteiras
RDC	Regime Diferenciado de Contratações
STF	Supremo Tribunal Federal
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande Sul
UNE	União Nacional dos Estudantes
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>1. INTERPRETANDO AS MANIFESTAÇÕES: O DISCURSO ESPECIALIZADO SOBRE JUNHO DE 2013</b> .....	<b>31</b>
<b>1.1 A questão urbana e a potência democrática das ruas</b> .....	<b>34</b>
<b>1.2 De quem foi o protagonismo?</b> .....	<b>39</b>
1.2.1 Classe média, reação conservadora e fascismo.....	39
1.2.2 A hipótese do cruzamento de classes e ideologias.....	45
1.2.3 O protagonismo, a política e a rebeldia do precariado.....	47
<b>1.3 Da política lulista nasce junho</b> .....	<b>51</b>
1.3.1 Depois de Junho nada voltou ao lugar .....	52
1.3.2 O populismo econômico e a “esperteza governamental” como causas .....	55
1.3.3 Junho profanatório, o esgotamento do lulismo e a crise da esquerda.....	59
<b>1.4 Os protestos e as instituições</b> .....	<b>67</b>
1.4.1 Junho contra o peemedebismo .....	67
1.4.2 Bringing conservatism back in .....	70
<b>1.5 Das interpretações que chamamos sociológicas.....</b>	<b>80</b>
1.5.1 Enquadramentos teóricos e sentidos comuns na nova vaga de mobilizações sociais pelo mundo.....	81
1.5.2 O que há de singular em Junho?.....	84
1.5.3 Sobre os ciclos de protestos anteriores a Junho e o ciclo (ou ciclos) inaugurado(s) por Junho .....	86
<b>2. COMO NASCEM VÂNDALOS E BADERNEIROS</b> .....	<b>91</b>
<b>2.1 Depois de 13 de junho o país não foi o mesmo</b> .....	<b>107</b>
<b>2.2 Quando a política se vê moralizada</b> .....	<b>121</b>
<b>3. AS IMAGENS DAS RUAS, AS IMAGENS NAS REDES</b> .....	<b>124</b>
<b>3.1 Uma breve contextualização do surgimento da mídia ninja</b> .....	<b>134</b>
<b>3.2 Por uma nova representação das ruas.....</b>	<b>139</b>
3.2.1 Do lugar do olhar e da fotografia insurgente.....	140
<b>for3.3 Drama, engajamento, performance e violência</b> .....	<b>154</b>
<b>3.4 Visualidades e discursos numa semântica polarizada.....</b>	<b>166</b>
<b>4. POR UMA IMAGEM FRAGMENTADA DA NAÇÃO</b> .....	<b>172</b>
<b>4.1 Olhando para fora: contexto internacional e a vaga comum de protestos pelo mundo</b> .	<b>175</b>

<b>4.2 Olhando para dentro: razões à esquerda para protestar .....</b>	<b>179</b>
4.2.1 Nas lacunas do lulismo .....	179
4.2.2 Cada cidade uma sentença .....	184
<b>4.3 Não era, mesmo, só por 20 centavos.....</b>	<b>188</b>
4.3.1 Pelo país que não está no retrato .....	197
4.3.2 Re-apresentando a nação.....	204
<b>5. FOTOGRAFIAS EM VERDE E AMARELO .....</b>	<b>224</b>
<b>5.1 Olhando para dentro, de outro ângulo: as direitas em movimento.....</b>	<b>226</b>
5.1.1 Espreada entre as classes .....	231
5.1.2 Somando forças: liberais, conservadores e autoritários .....	237
<b>5.2 No ímpeto de junho, o brasil encontra a direita .....</b>	<b>246</b>
<b>5.3 Um novo olhar sobre os protestos: a estética patriota e a classe média sob foco .....</b>	<b>253</b>
5.3.1 A cruzada contra o petismo.....	260
5.3.2 Em nome da nação, contra tudo que está aí... Inclusive a política .....	270
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>280</b>
<b>Referências Bibliográficas: .....</b>	<b>296</b>

## INTRODUÇÃO

No ano de 1989, por ocasião do bicentenário da Revolução Francesa, o historiador inglês Eric Hobsbawm foi convidado a realizar três conferências na Universidade Estadual de Nova Jersey, Rutgers, que no ano seguinte, seriam utilizadas como base para um pequeno livro intitulado *Ecos da Marselhesa* (1996). Concebido nos estertores da União Soviética, a obra é, antes de tudo, uma explícita defesa da tradição historiográfica e política da qual o autor é tributário frente a um revisionismo histórico profundamente antipático à Revolução e à sua memória. A obra constitui um manifesto em favor do ideal revolucionário e ao mesmo tempo um importante registro histórico de seu declínio no Ocidente diante de um momento de transição em direção à consolidação da hegemonia neoliberal. Assim, em sentido diverso, também se trata de uma obra que valoriza o patrimônio da Revolução Francesa a partir de outro prisma: o da defesa do ideário condensado no lema “*Liberté, Egalité, Fraternité*” e dos valores da razão e do iluminismo frente aos avanços do fundamentalismo religioso e do obscurantismo. Os ecos da Marselhesa, portanto, seriam as ressonâncias que ambigualmente se impuseram nos fatos históricos que sucederam a Revolução e nas disputas pelas suas narrativas como “as narrativas oficiais da história”.

Complementando o sentido de uma passagem sobre a Revolução Francesa contida em outra obra de Hobsbawm, *A Era das Revoluções*<sup>1</sup> (1977), Benedict Anderson afirma:

A concatenação desconcertante e irresistível dos fatos vividos por seus autores e suas vítimas se tornou uma “coisa” – e com nome próprio: A Revolução Francesa. Tal como uma vasta rocha informe se torna uma pedra arredondada pela ação de incontáveis gotas de água, a experiência foi modelada por milhões de palavras impressas, tornando-se um “conceito” na página impressa e, com o tempo, convertendo-se em modelo. Por que “ela” eclodiu, a que “ela” visava, por que “ela” venceu ou “fracassou”? Essas questões viraram tema de polêmicas infundáveis de amigos e inimigos: mas, desde então, ninguém mais duvidou da sua existência (ANDERSON, 2015, p. 124).

Como é plausível que haja no leitor neste momento dúvidas sobre qual seria, afinal, a relação entre os eventos de 1789 e os acontecimentos de junho de 2013 no Brasil,

---

<sup>1</sup> Vale a pena ter em mente o que Hobsbawm afirma nesta obra em capítulo dedicado à Revolução Francesa: “A Revolução Francesa não foi feita ou liderada por um partido ou movimento organizado, no sentido moderno, nem por homens que estivessem tentando levar a cabo um programa estruturado. Nem mesmo chegou a ter “líderes” do tipo que as revoluções do século XX nos têm apresentado, até o surgimento da figura pós-revolucionária de Napoleão” (Hobsbawm, 1977, p. 76).

cabe esclarecer. Em termos de seus próprios fatos históricos, simplesmente não há relação alguma. Decerto, não há comparação possível entre suas respectivas dimensões, impactos, significados e legados. De modo algum haveria aqui a pretensão de incorrer em erro tão grosseiro – e é importante que isto fique claro - quanto seria colocar no mesmo patamar uma revolução da magnitude da que ocorreu há quase duzentos e cinquenta anos e uma sequência de protestos que, por mais que tenha sacudido o país, sequer chegou próxima de poder ser considerada revolucionária. A exceção se dá se consideramos que ambos os acontecimentos, guardadas as devidas proporções, suscitaram controvérsias e disputas narrativas sobre seus sentidos, sobre suas reais causas, repercussões e saldos, não raro despertando visões apaixonadas. Assim, longe de qualquer comparação, trata-se apenas de uma forma de sublinhar a dimensão política da construção de conceitos e ideias: em uma palavra, do conhecimento. E assim, a célebre imagem que Nietzsche nos oferece sobre o conhecimento torna-se perfeitamente adequada: “o brilho rápido e a faísca lampejante de espadas sacadas da bainha, são enfim, o esplendor da vitória na luta das qualidades opostas” (NIETZSCHE, 2008, p. 60).

Antes de prosseguir é preciso deixar explícito de onde falo enquanto pesquisador. As reflexões e ideias gestadas aqui são produtos também de minha própria posição no campo e do meu lugar de vista e de fala. Assim como muitos dos meus colegas de profissão e amigos de círculos pessoais, acompanhei de muito perto os protestos que se desenvolveram naquele ano. Estive presente, enquanto manifestante e observador, em todas as manifestações daquele período realizadas no Rio de Janeiro, desde os atos e plenárias realizadas nas avenidas e espaços públicos da região central da capital fluminense até os protestos ocorridos na Maré, na Rocinha ou as ocupações em frente à residência do ex-governador Sérgio Cabral.

Hoje, quase uma década depois, é possível afirmar, sem temer que isso seja considerado um absurdo, que ainda estejamos em alguma medida sob os seus efeitos, os quais seguem longe de serem compreendidos em sua totalidade. Não há, no entanto, quaisquer pretensões de encerrar o debate sobre os significados das manifestações da “primavera brasileira” ou sobre a produção, circulação e consumo de imagens sobre o tema. Interessa mais identificar como se deram as disputas pela “verdade” das manifestações do que estabelecer uma verdade que defina o que foram exatamente estas manifestações. Assim, esta tese é também uma tentativa de compreender e indicar as maneiras pelas quais Junho pode ser compreendido e as formas pelas quais imagens podem exercer papel fundamental na construção de hipóteses e representações sobre um

determinado fenômeno social, o que implica estar atento aos conflitos envolvidos neste processo. Se as disputas em torno dos significados destes eventos seguem não é porque talvez seja muito cedo para tanto, mas porque as próprias abordagens sobre os eventos têm refletido a natureza multifacetada e intrincada do fenômeno.

Nesse sentido, se existe algo que podemos afirmar sobre o que ocorreu em 2013 no Brasil é que os seus significados seguem em disputa. Salvo exceções, os discursos sobre as manifestações, desde a sua eclosão até o presente momento, têm oscilado, em sua maior parte, entre dois polos mutuamente excludentes. Por um lado, há quem as encare como uma catarse coletiva, uma demonstração de força legitimamente popular que representou uma chance não aproveitada de aprofundamento da democracia no país e redução das desigualdades. Por outro lado, há aqueles para os quais o espírito dos protestos foi absolutamente antipolítico, conservador e, no limite, digno de ser chamado de fascista.

Tal polarização ainda hoje se verifica em comentários nas redes sociais virtuais, nos jornais e em publicações acadêmicas. Não sequer consenso sobre como nomear as manifestações. Na tentativa de estabelecer alguma referência sobre algo cuja compreensão escapava, as muitas denominações para elas ora buscaram identificá-las a partir de elementos que se tornaram simbólicos, ora tiveram por objetivo rotulá-las negativamente perante a opinião pública, ora revelaram certo deslumbramento diante de algo tão novo e pungente. Assim surgiram designações como “revolução dos 20 centavos”, como chamou o diário britânico Financial Times ('REVOLUÇÃO dos 20 centavos' mostra que 'fantasia acabou', diz 'Financial Times', BBC, 20 de junho de 2013) “revolta do Vinagre”, como chamaram muitos usuários das redes sociais (em alusão a repressão da polícia), “fuzuê cívico”, nas palavras de Figueiredo (2014), “movimento dos indignados”, como chamado por Gohn (2015). Houve ainda quem afirmasse que o que estava em curso se tratou da “maior revolta popular da história brasileira” (Braga in Maricato, 2013, p. 81). Aos indiferentes, não passou de mero “impulso de imitar manifestações semelhantes em outros países que haviam ocorrido recentemente” (REIS, 2017, pp. 28-29). Aos nada simpáticos ao evento, há quem diga que tudo não passou de uma “grande fraude” (SOUZA, 2015) e quem lhe atribuisse uma “equação fascista” (SANTOS, 2013a; 2013b; 2016).

O termo que, no entanto, teria e continua a ter maior adesão, contudo, é ainda outro: “Jornadas de Junho”. Não é possível determinar com precisão como e onde a expressão passou a ser utilizada para se referir às manifestações, mas tão logo foi

empregado, tornou-se uma constante entre jornalistas, analistas e entre os próprios manifestantes. “Jornadas de Junho” designaria, supostamente, tão e somente a sucessão de atos, protestos e ocupações que ocorreram ao longo de um intervalo específico. Embora os protestos não possam ser resumidos a este período, o mês de junho se tornou emblemático o suficiente para servir como referência histórica e sociológica porque ali atingiram seu ápice, tanto em termos de adesão quanto em termos de intensidade.

Ocorre que a expressão “Jornadas de Junho” possui uma história que não pode ser ignorada. Originalmente ela designa o movimento revolucionário ocorrido em junho de 1848 nas ruas de Paris capitaneado pelos trabalhadores franceses, que ergueram barricadas por toda a cidade contra os rumos conservadores que a efêmera Segunda República francesa tomara com a burguesia em seu comando. Estes eventos estavam inseridos num contexto mais amplo de revoluções que se alastravam por grande parte da Europa Central e Oriental ao longo do ano de 1848, que posteriormente ficariam conhecidas como “Primavera dos Povos”, numa alusão à renovação provocada pela estação do ano que se segue ao inverno, que por sua vez é usualmente identificado a períodos de dificuldades. Marx chegou a defini-las como “o mais colossal acontecimento na história das guerras civis europeias” em seu O 18 Brumário de Luís Bonaparte (2011, p. 34). Em suma, desde então, falar em “Jornadas de Junho” tem significado se remeter a fatos históricos de natureza e grandeza extraordinária e específica.

De minha parte, entendo que somente a coincidência relativa à época do mês em que ocorreram episódios totalmente díspares quanto aos seus caracteres não é o suficiente para que uma denominação de tamanha carga histórica e sociológica seja repetida, sob o risco de sua banalização. Por este motivo, o leitor não verá neste trabalho a expressão “Jornadas de Junho” sendo utilizada como uma referência às manifestações de junho de 2013 no Brasil. Com isto, de modo nenhum se busca minimizar a importância dos referidos acontecimentos. Trata-se apenas de uma escolha analítica calcada no raciocínio exposto acima. De qualquer forma, resta evidente, por conseguinte, que mesmo uma questão basilar e aparentemente simples, como qual nome determinar para o fenômeno em análise, na verdade, revela a complexidade do tema e a possibilidade de leituras não só distintas, mas absolutamente divergentes. Isto não impediu, porém, que tais acontecimentos rapidamente adquirissem o status de um “conceito”. Hoje é possível falar em “Junho de 2013” de modo que a lembrança mais imediata não seja outra senão a das ruas das cidades brasileiras tomadas por manifestantes. Assim, creio que seja possível se referir ao fenômeno em questão apenas como “Junho” ou “Junho de 2013”, dando peso

ao substantivo “junho”, tornando-o próprio para particularizar a sua experiência e defini-lo como um marco na história recente brasileira.

Junho é parte de um processo. Afirmar isto significa dizer que ele não se resume ao que ocorreu no mês de junho de 2013. Junho não foi fenômeno espontâneo. Os protestos que tomaram o país, as páginas dos jornais, os noticiários televisivos e que têm ocupado as preocupações de analistas os mais diversos desde 2013 foram em grande medida resultantes de insatisfações latentes que haviam se acumulado ao longo dos anos de governo lulista. Tais insatisfações acharam pico naquele ano e derivavam de contextos e grupos distintos que, à medida que as manifestações se adensavam, transformaram-se em frentes inimigas. Nesse sentido, Junho foi produto de um encontro entre campos muito diferentes entre si, cujas ações, como o tempo mostraria, seriam decisivas na conformação dos embates políticos que hoje encontram-se metastasiados no tecido social brasileiro.

Junho, entretanto, também foi um acontecimento, na acepção que a palavra tem recebido na filosofia contemporânea por pensadores que vão desde Heidegger à Rancière, passando por Foucault, Deleuze, Derrida e Badiou. Junho representou ruptura, com a normalidade do cotidiano, com o padrão de relações entre a sociedade e o Estado, mas também com a causalidade e com a temporalidade concebida de forma linear. A certo momento, as manifestações não podiam mais ser explicadas pelo simples empilhamento de razões para protestar. Houve um ponto de inflexão no decorrer das manifestações e é este ponto que nos fornece uma entrada para pensar o objeto a partir do qual Junho é pensado aqui.

Assim como tantos outros acontecimentos numa era de difusão massiva de informações e experiências simultâneas, Junho não foi modelado apenas por palavras impressas. Junho também foi plasmado a partir de outra forma de construção do conhecimento e da memória. Refiro-me às imagens. E aqui, para os objetivos desta tese, evidentemente, importam as imagens produzidas sobre as manifestações de junho de 2013. Tal objeto certamente não esgota todas as possibilidades analíticas oferecidas pelo mote enunciado. Sua escolha também implica desafios teóricos e metodológicos que demandam cautela. Por outro lado, sua polissemia, a pluralidade de seus usos e a sua centralidade no mundo contemporâneo lhe conferem um estatuto privilegiado. Mas de que maneira a escolha das imagens como objeto de análise se justifica e que tipo de contribuições elas podem oferecer a um estudo sobre um fenômeno tão complexo? Isto nos remete a um questionamento sobre o próprio lugar das imagens em nosso tempo.



Para Nicholas Mirzoeff (2003), assim como o romance se destacou como a principal forma de expressão do século XIX, nosso tempo estaria marcado pelo grande protagonismo das imagens. Seguindo a trilha deste argumento, autores como Mitchell (2009) e Jay (2004), por sua vez, afirmam que o debate fundamental da filosofia e das ciências humanas contemporâneas está organizado em torno das imagens, configurando o que tem se convencido chamar de “virada pictórica” ou “pictorial turn” (Mitchell, idem) - seguindo a expressão utilizada por autores como Richard Rorty em sua antologia (1967) que identificou na preocupação inadiável da filosofia do século XX com as palavras uma “virada linguística”. Com efeito, nossa cultura, a cultura de nosso tempo, ocidental e moderna, seria uma “cultura visual” e por mais que as imagens desde muito nos acompanhem, hoje elas demonstrariam sua força desde especulações filosóficas até as produções de meios de comunicação de massa (MITCHELL, 2009).

Hipervalorizadas e fetichizadas, as imagens são investidas pelos espectadores e por aqueles que a produzem de um enorme poder em nossa sociedade: elas provam e comprovam, demonstram, fazem ver aquilo sobre o que se fala trazendo maior sensação de realidade e de verdade, sensibilizam, despertam reações, provocam reflexões. Tanto as imagens fotográficas quanto as imagens em movimento são capazes de capturar momentos da vida social e assim funcionarem como testemunho de algo que aconteceu ou que foi (BARTHES, 1984), algo de que inicialmente podemos duvidar, mas que parece comprovado quando as visualizamos (SONTAG, 2004, p. 16). Deste modo, torna-se completamente legítimo que no centro de nossas preocupações devam estar questionamentos acerca das condições de possibilidade de uma cultura visual (de que maneira imagens são produzidas, circulam e são consumidas), como as mais diversas imagens interferem nas relações sociais e no comportamento humano, quais são as relações existentes entre imagem e o discurso, entre imagem e poder etc.

É necessária certa precaução, porém. As imagens não podem ser reduzidas à condição de mero produto da cultura e das relações sociais. As obras de Picasso, Pasolini, Basquiat ou mesmo de artistas explicitamente engajados como Spike Lee podem ser compreendidas como produtos de sua época e de suas respectivas sociedades, como uma forma de se fazer política – num sentido amplo - em seu tempo, mas isto nunca pode resumir o seu valor, pois há nelas elementos que despertam mais do que a cultura, a sociologia e a história da arte poderiam nos dizer. Elas provocam emoções, sentimentos e sensações que caso pudessem ser descritas perderiam aquilo que as torna especiais. Isto ocorre também com as imagens próprias da produção jornalística, sendo elas fotográficas

ou audiovisuais. Embora sejam produzidas com a finalidade de documentar e informar fatos sociais, há nelas uma incontornável dimensão estética que institui em sua potência a capacidade de provocar o espectador.

Não há dúvidas de que as imagens sejam construções sociais e culturais, apreendidas, produzidas e reproduzidas em meio às inúmeras relações de poder que estruturam a vida social. Mas esta é apenas uma dimensão das imagens. Há nas imagens uma outra dimensão que possui a capacidade de sobrepujar a cultura. Elas escapam, transcendem aquilo que pode ser explicado pelo discursivo, apesar de sua relação com este - e é por isso que é extremamente difícil cunhar uma definição sobre as mesmas, mas é também daí que parte importante de seu poder advém. As imagens não são apenas mediadores culturais. É possível interpretá-las, tomá-las como a representação de algo, mas não creio que seja possível domá-las e determinar o que elas são e significam sem a possibilidade da menor resistência.

Contudo, precisamente porque não se pode estabelecer um sentido fixo, prévio e imutável sobre elas, que as imagens se tornam um objeto privilegiado para pensar a política. Assim como a política é engendrada nas relações sociais de tensão e distensão entre os indivíduos, os grupos, entre o Estado e a sociedade, as imagens estão permanentemente sob disputa e tem o seu sentido afirmado no conflito, por mais que a sua suposta transparência seja afirmada pelas interpretações em confronto que se almejam dominantes.

Se é justo afirmar que a Revolução Francesa teve a sua própria iconografia, representada, por exemplo, pelo famoso quadro de Eugène Delacroix, “A Liberdade guiando o povo”, não é menos verdadeiro dizer que Junho também possui o seu próprio repertório de imagens. Elas foram fundamentais tanto na edificação de Junho quanto na sua apreensão pelos mais diversos setores da sociedade. Toda a gama de imagens fotográficas, videográficas, meméticas, os cartazes, folders e panfletos que se originaram das manifestações estimulou reflexões, ações e discursos os mais variados que, para além da busca por significados e causas da mobilização mais intensa da primeira geração brasileira concebida e formada integralmente sob os auspícios da democracia, se refletiu no próprio curso dos acontecimentos. Tudo sob permanente disputa, estas imagens funcionaram como elos que conectaram outras tantas imagens às palavras, as ruas às redes digitais, as ações aos discursos, compondo um mosaico sobre Junho que segue em construção.

Neste intrincado e complexo quebra-cabeça, as imagens foram acionadas como instrumento de denúncia, mobilização, comprovação, crítica, sensibilização e afirmação de valores, imaginários, estéticas e projetos políticos de sociedade. Neste contexto, um ator elementar à Junho emergiu: a Mídia Ninja, a iniciativa de maior destaque dentre as novas formas de ativismo midiático que ganhavam repercussão àquela altura. O coletivo havia acabado de nascer quando o Movimento Passe Livre foi às ruas e fez eclodir os protestos que interromperam o fluxo cotidiano de muitas das cidades brasileiras. Surgia como um grupo de oposição à mídia corporativa em sua forma e conteúdo: contra a mercantilização da comunicação social e contra a manipulação da informação. Sua principal arma: a produção de representações imagéticas contra-hegemônicas.

Junho foi também uma batalha comunicacional, uma disputa no campo da comunicação sobre como comunicar, o que comunicar, para quem comunicar e como representar fenômenos e sujeitos sociais. Nesta batalha a Mídia Ninja alcançou notoriedade e se estabeleceu como uma fonte alternativa e combativa de informação. Esta tese se propõe a investigar justamente esse conflito. Parto do entendimento de que o desafio que a Mídia Ninja representou aos meios de comunicação corporativos é bastante representativo do que esteve e do que está em jogo na política brasileira e de que este desafio se deu fundamentalmente através das imagens.

A Mídia Ninja surpreendeu a todos ao causar grande impacto no cenário midiático nacional. Assumindo de saída a sua parcialidade e exercendo um duplo papel, o de manifestantes e o de repórteres, os midiativistas ninjas confrontaram a mídia hegemônica e a sua representação sobre os protestos, a ação policial, as decisões de lideranças políticas e deram suporte a grupos marginalizados e suas demandas. Na defesa explícita de bandeiras historicamente ligadas às esquerdas, mas que em Junho apresentavam-se sob a guarda de uma nova geração política formada por movimentos, coletivos e grupos de ativistas de forte inspiração em ideais autonomistas e anarquistas, a Mídia Ninja, ela própria parte desta nova geração, tornou-se o principal meio a partir do qual estes grupos puderam ter visibilidade, mesmo que precária e momentaneamente. Ao se utilizar das redes sociais virtuais como espaço de intervenção política, veiculando o que se passava nas ruas, o coletivo midiativista foi um dos principais responsáveis pela adesão massiva aos protestos, reportando reivindicações e violações cometidas contra os manifestantes através de vídeos, transmissões ao vivo dos protestos e fotografias.

Do lado oposto, porém, estavam os meios de comunicação tradicionais e todo o seu poder de alcance e influência. Dos telejornais aos jornais impressos, as narrativas

discursivas e visuais sobre as manifestações foram basicamente as mesmas. Se na primeira hora, foram unânimes na condenação dos atos e dos atores, sob os quais se imprimiram rótulos de “vândalos”, “baderneiros”, “violentos”, dentre outros, com a mudança de patamar dos protestos e a entrada em cena de novos personagens, a forma de tratar o fenômeno em curso nas ruas e nas redes digitais mudou completamente. A chegada de grupos conservadores, liberais e autoritários ao núcleo do processo mobilizador de Junho sob o signo do patriotismo e da luta contra a corrupção política trouxe consigo a massificação das manifestações e um apoio surpreendente dos grandes conglomerados midiáticos. A partir de então, aquilo que era crítica tornou-se elogio e quem era opositor tornava-se aliado. O confronto midiático se transformou e deixou definitivamente explícito para quem quisesse ver que não se tratava apenas de R\$ 0,20.

Para abordar a forma como este embate se deu optou-se por privilegiar uma das muitas formas imagéticas, as fotográficas, e num universo particular, o fotojornalismo. As fotografias, desde o seu surgimento até os dias atuais, são investidas de um caráter comprobatório, um poder que lhes dá a importância do testemunho da “verdade” e daquilo que se passou. Elas expõem a insuficiência das palavras para tornar crível aquilo que ocorreu. Mas se nisso elas não diferem das imagens em movimento que podemos encontrar no cinema ou nos noticiários televisivos, por exemplo, é na sua capacidade única de congelar um instante, apenas uma fração de segundos de um acontecimento, que está a sua singularidade. A câmera faz o que o olho não consegue fazer: fixar a aparência de um evento. Nenhuma fotografia, no entanto, é inocente. Em sua estética, codificação e composição as fotografias confidenciam a quem as vê que elas são também produto do olhar, isto é, elas existem porque determinado olhar, um olhar portador de suas próprias visões de mundo, em posse de uma câmera, capturou uma determinada cena. Assim, se tal como gravuras ou pinturas, elas são uma forma de enxergar o real, diferentemente destas últimas, elas são também um vestígio do real. Fotografias são, ao mesmo tempo, fragmento, registro e representação do real.

Uma mesma fotografia é capaz de despertar sentimentos, interpretações e reações contraditórias em relação àquilo que ela tematiza. A depender de quem vê, de quem a produz e quem a faz circular, uma foto pode indignar, emocionar ou mesmo simplesmente ser ignorada ou esquecida no momento seguinte, ofuscada por uma nova imagem. Contudo, é exatamente esta polissemia inerente à fotografia que a torna não apenas um instrumento de fixação da memória, mas também um “suporte conveniente do processo de criação de realidades” (KOSSOY, 2016, p. 25). Tanto quanto são documentos do real,

imagens fotográficas são dispositivos criadores de imaginários. Esta ambivalência é o que faz delas elementos importantes à construção de narrativas, tornando-se, portanto, fundamentais ao jornalismo.

Dentre registros fotográficos e audiovisuais, profissionais e amadores, muitas imagens sobre os protestos foram produzidas e reproduzidas nas mais diversas plataformas, ativando uma intensa circulação e consumo de representações imagéticas sobre as manifestações. Pensar as imagens e, no caso da tese que aqui se apresenta, pensar as fotografias no contexto das manifestações implica pensar o papel dos meios de comunicação e das redes sociais, pensar a dimensão estética da política – e, conseqüentemente, a dimensão política da estética – e, por fim, pensar as formas pelas quais são disputadas as formas de figuração da sociedade e dos processos políticos. Assim, as fotografias aqui são tomadas como documentos que engendram representações sobre o fenômeno social abordado e que despertam reações, ou seja, como elementos que são produzidos, circulam, são consumidos e que interpelam e tem os seus sentidos e significados negociados com os espectadores.

Nesse sentido, os esforços analíticos estão concentrados nas imagens fotográficas publicadas, por um lado, pelos jornais O Globo, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo - tomados aqui como representantes da mídia hegemônica e em conjunto, dada a sua postura absoluta semelhante em relação às manifestações - e, por outro lado, o coletivo midiativista Mídia Ninja. Estas fotografias deram origem a diferentes narrativas visuais que privilegiaram, cada qual ao seu modo, aspectos, temas, símbolos, agendas e grupos distintos participantes das manifestações. Disputaram a representação dos eventos em questão, sua interpretação, seus significados e sua memória. Este embate entre dois modos opostos de retratar Junho não apenas influenciou outros olhares sobre as manifestações, pois forneceram subsídios importantes às leituras que sobre elas foram feitas, mas também se tornou parte central de sua construção. Ademais, tornou-se emblemático de um dos sentidos fundamentais de Junho: o encontro conflituoso entre lógicas, ideários e formas de organização políticas e sociais típicas de momentos distintos da história, os séculos XX e XXI. Compreender como este embate tomou forma, de que modo ele influenciou os rumos dos protestos e o que ele representou para o acontecimento Junho é o objetivo central deste trabalho.

Este trabalho se apoia na utilização de um conjunto de metodologias distintas, mas complementares. O recurso a diferentes instrumentais metodológicos foi de suma importância para fundamentar a análise de um fenômeno complexo como Junho. Embora

as imagens tenham lugar central na tese, foi preciso ter atenção especial também aos discursos sobre Junho que emergiram tanto nos circuitos especializados quanto no debate público que se desenvolveu nos jornais para introduzir a perspectiva que considero ser a mais adequada para a compreensão do referido evento. Assim, foi preciso lançar mão de meios que permitissem empreender uma análise que desse conta tanto do textual quanto do imagético.

Neste espírito, o primeiro passo se deu com a organização, revisão e discussão da bibliografia a respeito do tema. Foram considerados livros, artigos publicados em periódicos científicos e coletâneas de artigos dissertativos produzidos por acadêmicos das mais diversas áreas, como a sociologia, a ciência política, a antropologia, a filosofia, o urbanismo, a economia, dentre outras. Ao dedicar, portanto, o primeiro capítulo da tese ao debate acadêmico e às interpretações que lhe constituíram, dadas as muitas vertentes analíticas, optou-se pela elaboração de uma tipologia para apresentá-las e perscrutá-las. Foram criadas categorias para enquadrar e classificar as leituras consideradas representativas das principais linhas de explicação das manifestações. Como se verá adiante, deste esforço surgiram cinco grandes conjuntos de interpretações, definidos segundo as abordagens e enquadramentos que lhes particularizam frente às demais perspectivas. Os discursos mais favoráveis às manifestações e ao legado de Junho foram contrapostos àqueles cujos autores não fizeram cerimônia em declarar suas desconfianças. No estabelecimento deste contraste são expostos argumentos e perspectivas importantes que sem dúvidas contribuem ao entendimento de Junho, mas, sobretudo, tornam-se evidentes os limites e as incongruências da polarização que tem dominado a produção acadêmica sobre Junho.

Diferentemente desta postura, aqui Junho é compreendido como o ponto alto de um processo protagonizado por diferentes grupos inseridos em uma conjuntura na qual se acumularam insatisfações com os rumos da política em diversos níveis e sob diversas perspectivas. Estes grupos compartilhavam entre si um incômodo com o modo de operação do Estado brasileiro e os limites da política institucional e, mais detidamente, com os pontos cegos do lulismo, que naquele momento apinhava por si só focos de descontentamento à esquerda, ao centro e à direita. Tendo em vista a importância destas questões para o entendimento de Junho e dos atores que neles emergiram em protagonismo, fez-se necessário reconstituir o contexto que fez se elevar e no qual estavam inseridas as manifestações. Assim, procurando evitar qualquer ideia de que Junho tenha sido um fenômeno espontâneo e/ou provocado apenas pelas circunstância

mais imediatas, procuro reconstruir brevemente as razões que havia para protestar e que se acumulavam desde muito antes de 2013. Nesse sentido, são recuperados, a partir de pesquisa sobre os noticiários da época, os principais atos de protesto e mobilizações realizados por grupos de esquerda, grupos de inspiração autonomista e/ou anarquista, por grupos de origem mais conservadora, grupos de tendência liberal e grupos notoriamente autoritários. Com isto não se busca reduzir as manifestações de Junho de 2013 a estes grupos e a uma disputa dicotômica entre eles, apenas colocar em foco os grupos que receberam maior atenção dos veículos midiáticos aqui analisados para que sejam interpretadas as estratégias narrativas de cada parte. A escolha por este percurso analítico é, antes de tudo uma decisão metodológica.

A partir do segundo capítulo as imagens são introduzidas na análise proposta. A atenção passa a estar concentrada sobre as imagens produzidas por atores específicos que tiveram influência significativa no processo das manifestações. Mantendo a perspectiva de compreender Junho como uma disputa - que ainda está em curso -, o capítulo 2 marca a transição para o enfoque na batalha comunicacional a qual me referi na introdução deste trabalho. Para tanto, não por acaso foram escolhidos dois formatos de mídia que, não obstante bastante díspares um em relação ao outro, têm nas imagens uma fonte primordial de legitimação de seus discursos e de sua própria função social.

Primeiro formato midiático são os jornais. Foram selecionados os jornais O Globo, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, todos pertencentes aos maiores grupos empresariais do ramo da comunicação do Brasil e do mundo. Sua escolha se justifica por seu amplo alcance e capacidade de influência na construção da opinião pública, uma vez que se trata dos diários mais consumidos e, portanto, de maior circulação no país. Seria possível optar por apenas um destes veículos, mas estes três jornais tiveram postura muito próxima em sua abordagem das manifestações, primeiro condenando-os, depois tentando atribuir novos significados comuns a eles, o que permitiu que eles fossem tratados como um conjunto mais ou menos coerente. As imagens produzidas por estes jornais são colocadas em diálogo com os discursos textuais que lhes acompanham e compreendidas em sua soma com eles, pois é deste encontro que resultam as narrativas empregadas pelos jornais. Imagens e palavras, portanto, são entendidas como complementos umas das outras e não a partir de uma concepção que as hierarquiza.

O segundo formato midiático, como já assinalado anteriormente, é a Mídia Ninja. A escolha por este coletivo midiativista em específico dentre tantos outros que emergiram ou tiveram algum destaque em Junho se justifica por ele ter sido, indubitavelmente, aquele

que alcançou maior notoriedade e melhor conseguiu se firmar nos anos que sucederam 2013. Além disso, a Mídia Ninja despontou como um dos principais atores das manifestações de 2013, se colocando com a principal fonte de informação alternativa e oposta aos grandes meios de comunicação, além de serem eles próprios manifestantes. Afirmando a sua parcialidade e o caráter político do seu trabalho e atuando essencialmente com a divulgação de imagens das manifestações a partir das redes sociais, os Ninjas desafiaram a hegemonia dos meios de comunicação tradicionais e foram fundamentais no crescimento dos protestos.

Como seria simplesmente impossível dar conta de toda a produção imagética dos eventos de 2013, o trabalho se concentrará em examinar apenas algumas das imagens fotográficas publicadas pelos jornais e pela Mídia Ninja. A escolha por esta forma específica de imagens se dá por três razões, duas delas bastante objetivas e uma delas que, talvez, possa ser considerada como possuidora de um caráter mais subjetivo.

Primeiramente, dentre os registros imagéticos produzidos sobre Junho, as fotografias foram aquelas que mais conseguiram ser preservadas e cujo acesso é ainda hoje bastante facilitado graças a processos de digitalização e memórias das várias plataformas nas quais foram publicadas. Ao contrário de parte considerável dos vídeos feitos em meios aos protestos, tanto aqueles veiculados pela mídia corporativa quanto aqueles de produção da Mídia Ninja, tornaram-se de difícil acesso ou mesmo inacessíveis após estes anos, seja pela política das empresas de comunicação ou pelo fato de não haver, por exemplo, no Twitter, a possibilidade de recuperação de transmissões ao vivo realizadas àquela época.

Em segundo lugar, é preciso ressaltar que, diferentemente do que acontece hoje, fotografias eram o tipo de conteúdo que mais gerava engajamento no Facebook, a rede social virtual com mais interações à época. De acordo com estudo que analisou 5 mil páginas de marcas na plataforma, o relatório *Social Media Trends Report*, publicado pela SocialBakers (2013), uma das mais influentes empresas globais de marketing em redes sociais, 93% das postagens com mais engajamento eram postagens que continham fotografias. Postagens que continham vídeos registravam apenas 2% das postagens com mais interações. Estes dados iam ao encontro das mudanças operadas pelo Facebook àquela época que tornavam a plataforma cada vez mais visual, com amplo favorecimento às fotografias, que por serem oriundas de arquivos mais leves, eram carregadas e postadas com facilidade muito maior na rede. Fotografias, portanto, eram a forma mais



significativa de gerar impacto na rede social virtual mais utilizada no Brasil quando do momento das manifestações de Junho.

Por fim, em terceiro e último lugar, mas não menos importante, a decisão de tomar as fotografias e não outras imagens sobre as manifestações como objeto passa pela percepção de que, dentre o conjunto das imagens sobre Junho produzidas pelos mais variados veículos de comunicação, as fotografias são aquelas sobre as quais é possível perceber um maior investimento estético. E isto tanto nas fotografias dos jornais quanto nas fotografias publicadas por coletivos midiativistas. Diferentemente das imagens em movimento veiculadas pelos telejornais e por transmissões via *streaming*, caracterizadas por um alto grau de objetividade, composições mais cruas e não raro, por uma baixa qualidade de resolução, as fotografias, mesmo quando produzidas no contexto do fotojornalismo tradicional, apresentam em grande medida composições com marcas autorais que se sobrepõem a critérios de objetividade, refinamento no tratamento estético e alta qualidade técnica. É bem verdade que uma discussão sobre a estética das *lives* transmitidas pela Mídia Ninja e outros midiativistas e/ou manifestantes, em contraste com a estética mais formal das transmissões dos telejornais, possui relevância e certamente ofereceria caminhos interessantes para pensar as relações entre imagens, jornalismo, informação, redes sociais virtuais, política, representação, arte, dentre outros tópicos. Mas, além de voltarmos à dificuldade de acesso às imagens mencionada no parágrafo anterior, esta opção restringiria nossa percepção sobre um dos aspectos mais notáveis sobre Junho, a performatividade e dramaticidade das narrativas, o que nas fotografias daquele período, ao que me parece, encontramos em uma riqueza muito maior.

Ainda assim, apesar destas razões, a escolha pelas fotografias não deixou de representar uma questão importante a ser tratada. Em ambos os canais midiáticos, havia um farto número de fotografias. E, sendo fiel ao entendimento que se defende aqui, segundo o qual Junho foi parte de um processo que não começou nem se encerrou em junho de 2013, a rigor, este número certamente estaria na casa dos milhares. Além disso, não eram poucas as fotografias de grande poder informativo, valor estético ou forte simbolismo. Assim, quais critérios adotar para elaborar uma seleção minimamente representativa não apenas de Junho, mas do modo como Junho foi enxergado por estes canais?

A solução encontrada, primeiramente, foi restringir o intervalo pesquisado: com exceção de três fotografias de autoria da Mídia Ninja – duas durante protesto em Porto Alegre em abril e uma durante ato no 07 de setembro de 2013 -, todas as outras fotografias

selecionadas foram produzidas e publicadas nos veículos em questão entre os dias 06 e 30 de junho, período que de fato ficou marcado como uma referência sociológica e histórica pela frequência e intensidade das manifestações ocorridas em 2013. Acredita-se que esta escolha não reduz Junho (como fenômeno) à junho (como mês), apenas oferece destaque a um momento único e bastante simbólico dentro do processo vivido pelo Brasil nos últimos anos.

Definido este intervalo, foi preciso fazer uma seleção das fotos a serem analisadas com maior profundidade. Esta também não foi uma decisão simples. Por mais que o período delimitado para a coleta e a construção de um banco de imagens sobre Junho a partir das fontes selecionadas não fosse tão grande, ainda assim havia muitas imagens a serem analisadas. Assim, foi preciso efetuar uma seleção capaz de oferecer informações relevantes e propiciar reflexões profícuas sobre o tema abordado. Nesse sentido, as próprias características das fotografias publicadas tanto pelos jornais quanto pela Mídia Ninja e os discursos associados a elas foram importantes, porque contribuíram para que essa seleção pudesse ser o mais enxuta possível. Como se demonstrará, tanto as imagens publicadas pelos veículos midiáticos tradicionais quanto aquelas publicadas pelo canal midiativista então emergente escolhido para análise, possuem características muito particulares, que se verificaram repetidamente em outras fotografias. O conjunto de fotografias apresentado neste estudo é de certo modo a expressão de uma saturação encontrada na observação e análise das imagens fotográficas produzidas pelos canais midiáticos escolhidos no intervalo delimitado. Deste modo, as fotografias aqui apresentadas são uma pequena amostra que, acredita-se, é representativa da postura adotada pelos *media* analisados.

Para as fotografias dos jornais, optou-se por respeitar os títulos atribuídas a elas por cada veículo. Assim, todos os títulos das fotos do O Globo, Folha de S. Paulo e O estado de S. Paulo são idênticos àqueles que constam nas páginas dos jornais em seus respectivos dias de publicação. No caso das fotos da Mídia, como não havia títulos das imagens, apenas legendas, foram criados títulos meramente descritivos.

O trabalho analisa dois veículos cujas formas de organização, produção de conteúdo e finalidade são bastante distintas. Em comum entre eles, uma disputa fundamental pela maneira como as manifestações seriam representadas, em suas dimensões discursivas e imagéticas, mas também pela hegemonia na difusão de informações no campo da comunicação social. De um lado, um dos mais tradicionais jornais brasileiros, que teve de se adaptar à nova era da informação e das redes sociais.

De outro, um coletivo fundado justamente no bojo desta nova era e que ao contrário da mídia convencional, afirma sua parcialidade. Que tipo de questões nos são impostas a partir desta disputa? De que forma o uso de novas tecnologias estabelece novos parâmetros para o campo da comunicação? Como ele é afetada por esta que, desde 2013, tem se estabelecido como uma nova correlação de forças? Qual o papel das imagens e como elas interpelam o público espectador? Mais especificamente, qual o lugar da fotografia nesta contenda? Seu uso é inteiramente divergente, em forma e conteúdo, ou ela é utilizada da mesma maneira apenas com objetivos diferentes? A que projetos políticos estas imagens serviram e quais grupos foram por elas representados e enquadrados e delas se beneficiaram? Estas são indagações que estão no horizonte das reflexões propostas para os capítulos segundo, terceiro, quarto e quinto.

Para cumprir com o programa proposto, as imagens fotográficas selecionadas serão analisadas quanto ao seu conteúdo e forma sem que estas constituam dimensões separadas. Isto é, significados, mensagens e estética se mesclam de tal forma que se estas dimensões são tomadas separadamente ou mesmo em oposição uma à outra, perde-se de vista não somente a potência destas imagens, mas deixa-se de lado a própria dimensão em que estas imagens estão inseridas. Embora toda imagem tenha os seus sentidos abertos à diferentes apropriações e interpretações, e como foi afirmado anteriormente, com as fotografias isto não é diferente, é preciso lembrar que no contexto do jornalismo as imagens não estão isoladas. Elas existem em relação com os discursos textuais para gerar a informação jornalística. Manchetes, reportagens, entrevistas, editoriais ou apenas legendas, no caso das fotografias publicadas pela Mídia Ninja, todo este conjunto de informações textuais é complementado e complementa as informações visuais encontradas em um jornal ou em um *post* em uma rede social. Não obstante a imagem exerça a função de chamariz da atenção do espectador/leitor, ela somente pode ter um mínimo sentido compreensível se for “lida” em conjunto com as construções textuais que lhe acompanham.

Ademais, é preciso considerar as circunstâncias e as relações de poder que atravessam a sua produção. Como assinala Clarice Peixoto (1998), o ato de produzir imagens, em si, opera a partir de uma seleção estratégica, filmando ou fotografando determinadas cenas em detrimento de outras, investindo em conservá-las e torná-las fortes ao mesmo tempo em que rejeita outras. Quer isto dizer que desde a sua concepção não é possível pensar em imagens inocentes. Toda imagem é portadora de significados que se quis explicitar e outros que não se quis explícitos. Há enfoques e omissões pensadas,

informações sobre as quais se lança luz (literalmente, muitas vezes) e outras para as quais reserva-se a escuridão. E se, mesmo recorrendo aos seus autores, os questionamentos e as disputas sobre os seus sentidos não são eliminados, o contexto, o “lugar de fala” e o “lugar do olhar”, isto é, a posição que se assume na sua produção e veiculação, são capazes de nos fornecer elementos importantes, ao menos, sobre aquilo que está em jogo, sobre os seus atravessamentos, sobre a ordem dos discursos, das imagens e as relações de poder que lhe atravessam.

Fotografias são, por conseguinte, do ponto de vista sociológico, não apenas documentos destinados a ilustrar ou confirmar enunciados ou hipóteses sobre determinados fatos. Em se tratando da sociologia, elas não são nem mesmo apenas instrumento de pesquisa, como bem assinala Martins (2008). Imagens fotográficas – e, na verdade, todas as formas pelas quais a imagem se faz presente – são elementos constitutivos da realidade social. Embora sejam funcionais para a compreensão desta última, são também parte a ser entendida dela, dimensão importante de sua construção e existência. A um só tempo, são objeto e sujeito.

A tese, então, está dividida em cinco capítulos. No primeiro deles, são abordadas e discutidas as principais linhas de interpretação que se apresentaram sobre Junho em livros, artigos acadêmicos publicados em periódicos científicos e nos principais jornais do país. Longe de um simples exercício de revisão, intenta-se demonstrar que o debate acadêmico até aqui sobre Junho tem sido constituído por uma polarização que, embora ofereça elementos importantes para a reflexão sobre o fenômeno, tem impedido que o acontecimento seja compreendido nos seus próprios termos, na plenitude de suas virtudes e contradições. A forma como este debate tem sido produzido e reproduzido tem refletido não somente uma disputa sobre o legado de Junho à sociedade, mas uma disputa sobre diferentes formas de interpretar o país a partir de eixos analíticos distintos.

Nos capítulos seguintes, as imagens finalmente passam a ser o principal objeto de análise. As manifestações são pensadas a partir de fotografias que se julga serem representativas das formas pelas quais cada canal midiático abordou o processo de Junho. O capítulo 2 tem como foco as narrativas visual e discursiva que foram acionadas pelos jornais O Globo, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo ao longo da primeira fase das manifestações. Evidencia-se como, até o dia 13 de junho de 2013, a cobertura dos jornais de maior circulação no país representou os protestos a partir de um prisma tão e somente condenatório, concentrando-se na criminalização dos protestos a partir da denúncia aos atos de vandalismo e violência.

No capítulo 3, após breve discussão teórica sobre o conceito de midiativismo e apresentação do contexto de surgimento da Mídia Ninja, passaremos à resposta do coletivo ninja à apreensão das manifestações por parte da mídia dominante. Haverá esforço em demonstrar como a Mídia Ninja procurou apresentar ao grande público, através das redes sociais, uma desconstrução da narrativa da mídia corporativa e uma visão mais orgânica sobre os protestos. Se a mídia hegemônica dava ênfase às razões pelas quais as manifestações deveriam ser reprimidas, a Mídia Ninja agia ao oposto, enfatizando os motivos pelos quais havia protesto e pelos quais se deveria protestar.

No capítulo 4, a atenção segue sendo dirigida às fotografias da Mídia Ninja. Desta vez, porém, tendo em vista as proporções tomadas pelos protestos após o dia 13 de junho. Uma segunda fase de Junho foi inaugurada quando a Polícia Militar reprimiu violenta e ilegalmente manifestação na região central de São Paulo. Os protestos originalmente puxados pelo MPL ganharam adesão massiva e se transformaram em algo muito mais amplo. Como argumento, esta transformação decorreu de um processo que muito antes de 2013 já estava em curso ao mesmo tempo em que se deu em razão de uma confluência única de fatores que caberá esclarecer à medida que avançarmos. Movimentos sociais, entidades e coletivos ativistas pertencentes a uma nova geração política de inspiração autonomista e anarquista já demonstravam certa inquietação com diferentes níveis de governo, mas, sobretudo, com o PT e o lulismo por diferentes razões, da política ambiental à organização dos megaeventos. A Mídia Ninja teve papel fundamental neste processo de metamorfose dos protestos, viralizando imagens que contradiziam as versões oficiais das autoridades e aquelas que foram disseminadas pela imprensa hegemônica e instigando à participação. Em nenhum momento Junho se tratou apenas de vinte centavos. Mas a partir de determinada altura, tornou-se cada vez mais explícito que o que estava em jogo eram as formas de conceber a nação, a vida em sociedade e a democracia.

O capítulo 5, por sua vez, o último desta tese, será dedicado ao contra-ataque articulado pela mídia corporativa. Tão logo observaram a mudança de patamar e de orientação das manifestações, O Globo, a Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo deram luz à uma nova narrativa sobre Junho. Lá onde havia apenas detração, quando determinados grupos chegaram em bloco às ruas e fizeram sentir sua presença também nas redes digitais, o discurso e a forma de representar imagetivamente mudaram completamente e passaram a exaltar os protestos como uma demonstração de força cidadã e democrática como há tempos não se via no país. Na carona oferecida pelos eventos de Junho, ganharam voz e visibilidade grupos cujas demandas e visões sobre a política ora

se aproximavam do que defendiam os primeiros grupos a ocupar as ruas e as redes, ora se distanciavam brutalmente de seus objetivos e ideologias, chegando frequentemente a se opor a eles explicitamente. Estes grupos, contudo, também não haviam surgido espontaneamente nem eram desprovidos de motivações anteriores. Tratava-se dos primeiros momentos de conformação daquilo que a socióloga Ângela Alonso (2019) chamou de “campo patriota”, um campo que hoje pode ser identificado de forma muito mais clara, mas que já em Junho e, na verdade, antes disso, já se mobilizava. Era Junho sedimentando um processo aberto muito antes de sua eclosão.

As próximas páginas oferecerão uma visão pormenorizada de todas estas disputas.

## **1. INTERPRETANDO AS MANIFESTAÇÕES: O DISCURSO ESPECIALIZADO SOBRE JUNHO DE 2013**

À parte um conjunto específico de leituras feitas por determinados autores (SINGER, 2013c; DOMINGUES, 2013; BRINGEL, 2013; 2017; BRINGEL & PLEYERS, 2015; TATAGIBA, 2014; TATAGIBA et alii, 2015; TATAGIBA & GALVÃO, 2019; ALONSO & MISCHÉ, 2017; ALONSO, 2017; 2019; LIMA & SAWAMURA, 2016; MIGUEL, 2017; GOHN, 2019), de maneira geral, o debate acadêmico sobre Junho ainda hoje se caracteriza por interpretações polarizadas. De um lado, há os que leem o fenômeno como um acontecimento popular e fundamentalmente democrático que não foi bem administrado ou absorvido - nem quando em curso tampouco em seus desdobramentos - pelas esquerdas, sobretudo, pela esquerda governista e por isso teria aberto espaço para uma apropriação de seus significados por forças conservadoras. Estas leituras costumam dar ênfase e valorar positivamente os traços mais distintivos das manifestações: a horizontalidade e a autonomia ante as estruturas partidárias, a organização em rede a partir de laços forjados na solidariedade e na indignação, a ocupação dos espaços públicos, a crítica radical ao sistema político e suas instituições e as demandas por serviços públicos eficientes e de qualidade no espaço urbano.

De outro lado, há as interpretações que já de saída compreenderam Junho como um conjunto de atos políticos iminentemente disruptivos em relação à ordem democrática e que diante dos acontecimentos políticos subsequentes inclinam-se à corroboração de sua própria visão. Estas análises tendem a considerar a disposição autonomista dos grupos e indivíduos envolvidos nas manifestações, a rejeição à mediação política e institucional e o recurso à violência como evidências de uma massa, na melhor das hipóteses, despolitizada, na pior, fascista, em ação. Junho tratar-se-ia de uma reação conservadora contra um projeto de esquerda que não obstante seus descaminhos parecia avançar em direção a uma sociedade menos desigual. Nesse sentido, Junho acabaria por ser um marco decisivo para uma guinada à direita no país que se inicia em 2013, adentra o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff e se sedimenta com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018.

Este capítulo busca justamente oferecer uma visão crítica sobre esta disputa interpretativa sobre os eventos de Junho de 2013, de maneira que possamos avançar em direção ao objetivo geral desta tese, compreender exatamente as tensões envolvidas nos sentidos atribuídos ao fenômeno em questão. Mais do que uma simples revisão de literatura e longe de procurar oferecer respostas que pretensamente dariam fim às contendas argumentativas, busca-se realizar um enquadramento do debate acadêmico sobre Junho visando à identificação das questões mais relevantes até aqui desenvolvidas, bem como de lacunas, limitações e incongruências significativas. Não há no conjunto analisado interpretações que possam ser consideradas absolutas, incontestáveis ou que se possa afirmar que tenham conseguido abarcar toda a complexidade de Junho. Do mesmo modo, muito menos se pode dizer que existam interpretações “erradas”. O objeto, em toda a sua gama de informações, contradições multiplicidade e fragmentação, não permite isso.

Dada a quantidade e a diversidade das análises, discursos e posicionamentos sobre as manifestações tanto nos meios de comunicação, principalmente, nos jornais impressos e nos portais de notícia, quanto em revistas científicas, livros e coletâneas, foi elaborada uma tipologia para examiná-los. Foram criadas categorias para distingui-los segundo suas abordagens e enquadramentos. Cinco grandes linhas interpretativas foram identificadas. Todas elas dialogam entre si e mobilizam elementos comuns. Suas diferenças residem na forma como enfatizam determinados aspectos em detrimento de outros. Importante dizer que nem sempre elas buscam oferecer respostas sobre as causas das manifestações. Muitos estudos se propõem a analisar com maior profundidade elementos que consideram representativos dos protestos, como as formas de organização ou de atuação dos grupos envolvidos, o que por si só, já nos oferece subsídios importantes. Assim, temos as seguintes linhas interpretativas sobre os eventos de junho de 2013 resumidas a seguir.

A primeira linha parte de uma perspectiva que compreende Junho como o paroxismo de uma crise do modelo urbano vigente nas grandes cidades brasileiras há muitas décadas. Chama-se atenção para a ausência de participação e diálogo com a sociedade civil no planejamento das cidades e para a orientação mercadológica que o caracteriza, lógica apontada como fomentadora da gentrificação, da privação do direito à cidade, do déficit habitacional, da insegurança pública e, é claro, da precariedade da mobilidade urbana. Designaremos este grupo de interpretações como “urbanistas”.

Já o segundo agrupamento de interpretações chamaremos de “classista”: aqui a variável “classe” é eleita a mais importante para explicar o fenômeno. Como veremos mais adiante, dentro deste tipo de interpretação, há duas vertentes: a que tende a avaliar



que os protestos resultaram das insatisfações de uma classe média tradicional com diferentes aspectos da realidade nacional e a que credita a arrebenção de manifestações à ascensão de uma “nova classe média” no país demandando mais direitos e melhor qualidade dos serviços públicos.

A terceira linha interpretativa, designada como “política”, compreende que o evento “Junho de 2013” deve ser entendido como um reflexo da gestão política de municípios, estados e, principalmente, do governo federal, sobretudo, porque se alega um esgotamento do “modo petista de governar”, baseado em políticas distributivistas e num “capitalismo de Estado” que estimula sobremaneira o consumo. Apesar de a argumentação possuir forte componente econômico, a crítica está centrada nas escolhas políticas feitas ao longo dos governos de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

Num quarto agrupamento de análises encontram-se diagnósticos que possuem como centro gravitacional de suas preocupações as instituições. Constituem, portanto, uma linha interpretativa “institucionalista”, composta por duas tendências. A primeira concebe Junho de 2013 como resultante de uma crise do sistema democrático-representativo, ao mesmo tempo em que o encara como uma oportunidade para um salto em direção a uma radicalização da democracia. A segunda, em direção oposta, compreendeu os referidos episódios como um risco à democracia ou até mesmo, como se verá, como uma expressão do fascismo, em percepção bastante influenciada pela perplexidade diante de uma das principais características das manifestações, a ampla rejeição às instituições, em especial, os partidos políticos.

Em uma quinta forma de refletir os protestos encontramos uma abordagem “sociológica”. Incluem-se aqui as análises que procuram investigar as manifestações a partir de uma ótica própria de um tema clássico da sociologia, o estudo sociológico dos movimentos sociais. Dada a centralidade do tema dos movimentos sociais na sociologia brasileira, é possível dizer que foi até natural que parte significativa das interpretações sobre Junho de 2013 tivessem como escopo as ações coletivas de caráter político. Assim, os protestos, seus sentidos e significados são compreendidos a partir dos repertórios de ação, dos ideais e dos valores mobilizados pelos grupos que neles atuaram.

Seguindo esta tipologia, será evidenciado como a polarização antes apontada pode ser encontrada em diagnósticos que partem de diferentes lugares da academia, recorrendo a perspectivas, premissas, tradições de pensamento e orientações teóricas e metodológicas igualmente distintas. Trata-se, portanto, de um conjunto heterogêneo de leituras sobre um mesmo fenômeno que ao ser analisado também será sistematizado a partir das linhas de

interpretação apresentadas anteriormente, de modo que se possa demonstrar que para além de uma disputa mais geral sobre a compreensão mais pertinente dos fatos, há também disputas subjacentes entre interpretações sobre o Brasil, sobre a luta de classes e as relações políticas no país, sobre o sistema político brasileiro, os significados das formas contemporâneas de organização e ação de movimentos sociais e coletivos políticos, etc.. Em suma, o passo dado neste capítulo se dá no sentido de possibilitar a visualização de uma das muitas camadas que constituem as disputas sobre os significados de Junho.

### **1.1 A questão urbana e a potência democrática das ruas**

Ainda no rescaldo das manifestações, uma das primeiras publicações sobre Junho de 2013, a coletânea de ensaios “Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil” (MARICATO, et al., 2013) pôs noutros termos a interpretação urbanista anteriormente inaugurada no debate público. Reunindo acadêmicos<sup>2</sup> engajados de diversas áreas em uma obra acessível de “intervenção” e “teorização” (idem), a coletânea inspira-se em livro homônimo de David Harvey (2012), ele próprio um dos autores escalado para contribuir com a versão brasileira. Tal como nas reflexões do geógrafo britânico sobre os atos de protesto em outros países, a “rebeldia” das cidades brasileiras também é pensada criticamente a partir de um viés analítico que enfatiza as dinâmicas das relações de produção capitalista como fundamentais aos inúmeros problemas dos centros urbanos nacionais. Lançando mão desta perspectiva, os autores trazem o capitalismo para o centro do debate e se distanciam dos diagnósticos que elegem a “gestão ineficiente” do Estado como a única responsável pelas disfunções urbanas, visão predominante nas análises urbanistas que povoaram os jornais. Por seu alcance e impacto no debate sobre Junho, tomaremos esta perspectiva como representativa da ótica urbanista no circuito acadêmico.

“É a questão urbana, estúpido!”. Assim Ermínia Maricato definiu o cerne da controvérsia sobre as manifestações, numa clara e irônica alusão à famigerada frase<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> O livro também conta com a colaboração do Movimento Passe Livre, na autoria de um dos textos, e do grupo midiativista Mídia Ninja, que elaborou ensaio fotográfico especial para a obra.

<sup>3</sup> Originalmente, “It’s the economy, stupid!”. A frase remete ao contexto da corrida presidencial de 1992 entre Bill Clinton e o então presidente George W. Bush (pai), no auge de sua popularidade advinda da campanha militar considerada exitosa na Guerra do Golfo. O marquetólogo de Clinton, James Carville

cunhada pelo propagandista político James Carville. Evidentemente, a “questão urbana” não foi irrelevante na agenda dos protestos de Junho de 2013. Muito pelo contrário, seria impossível dissociá-los da condição das cidades (MARICATO, 2013, p. 19). A autora, no entanto, chama atenção para outra “questão” que a precede e a ela está amalgamada: a lógica capitalista imperante na concepção das grandes cidades brasileiras. Uma orientação responsável pela dualidade materializada no espaço urbano entre a informalidade, ilegalidade e precariedade de favelas e áreas empobrecidas (cidade informal) e a existência de um mercado residencial privado legal que se faz acompanhar de ampla oferta de serviços públicos e privados e maior circulação de riqueza material em zonas mais formais (cidade formal). Desigualdades que ajudam a explicar, por um lado, indicadores dramáticos da condição das metrópoles nacionais, como os altos índices de violência urbana, e, por outro, a estafa causada pela debilidade do sistema de transportes. Realidade que aos observadores mais atentos não permitira surpresa diante das manifestações.

Paradoxalmente, mesmo após avanços institucionais significativos – como o Estatuto da Cidade, a criação do Ministério das Cidades e o surgimento do Conselho das Cidades e das Conferências Nacionais das Cidades, organizados com a participação de movimentos sociais e quadros técnicos - e investimentos importantes em habitação e saneamento ao longo dos governos Lula, os últimos decênios foram caracterizadas pela escassez de políticas públicas em todos os níveis de governo e pelo abandono da agenda da reforma urbana (idem, p. 22). A opção por estratégias keynesianas na condução da economia nacional durante as gestões petistas se deu em detrimento de um planejamento urbano capaz de permitir uma apropriação democrática das cidades a todos os cidadãos, aprofundando as mazelas provocadas pelo modelo neoliberal de desenvolvimento das urbes.

Com as articulações entre Estado e iniciativa privada para a organização dos megaeventos no país, este quadro se agrava. O planejamento se direciona ao incentivo de grandes obras públicas – não necessariamente as mais urgentes -, que historicamente privilegiam as empreiteiras de maior capital e estrutura, detentoras da maior parte dos contratos valiosos no mercado da construção civil e sempre ativas nas contribuições financeiras a candidaturas para cargos políticos. Não sem motivos, Maricato sugere que um passo importante para a resolução dos problemas urbanos poderia ser dado

---

sugeriu então ao democrata centrar suas críticas à gestão Bush na recessão econômica enfrentada pelo país. A estratégia redundou na eleição de Clinton e se tornou um famoso case de marketing eleitoral.

exatamente na direção desta que é uma das dimensões mais palpáveis da interseção entre capitalismo e política nas democracias contemporâneas, o financiamento de campanhas políticas (idem, p. 26), instrumento influente que permite ao capital fazer valer sua força.

É esta estreita interdependência entre capital e Estado que está na base daquilo que Carlos Vainer chama de “cidade de exceção” (2011; 2013), a mais recente faceta do projeto neoliberal, consolidada exatamente com a programação dos megaeventos esportivos. Nesta perspectiva, a cidade é concebida simultaneamente como um produto e como uma empresa, um espaço de valorização e financeirização do capital, de modo que seu planejamento esteja orientado para e pelo mercado. As cidades se oferecem a este último e concorrem entre si pela atração de capitais com a contrapartida de recursos públicos, desde isenções fiscais à concessão de terras. Parcerias público-privadas são firmadas, mas os lucros em sua maior parte são remetidos apenas aos entes privados, provenientes da exploração de espaços publicitários, da gestão de equipamentos esportivos construídos com largo consumo do erário público, especulação imobiliária, dentre outras fontes. Para tanto, faz-se necessário, como argumenta Vainer, furtar-se aos constrangimentos legais e à intervenção estatal, facilitando a flexibilização de leis e a criação de mecanismos que permitam aproveitar as “janelas de oportunidade” (VAINER, 2013, pp. 37-38), configurando o que nas palavras de Ascher (2001, p. 84 *apud* VAINER, 2013, p. 38) um “urbanismo *ad hoc*”.

Em avaliação semelhante à de Maricato, o autor também compreende que tendo em vista este estado de coisas e o acúmulo de experiências coletivas de organizações e movimentos sociais, surpreendente não seria a explosão de indignação, mas o fato de ela ter demorado tanto a acontecer. Nesse sentido, para o urbanista, Junho de 2013 teria sido a “fagulha” que incendiou a “pradaria” – parafraseando Mao Tse Tung. Isto é, interpretar as manifestações exigiria olhar não apenas para o incêndio em si ou para a fagulha que o deflagrou, mas para as condições da pradaria, que tornaram possível ao fogo se espalhar (VAINER, 2013, p. 36). Vainer, afinal, refere-se ao mesmo cenário apresentado por Maricato e do mesmo modo aponta para o futuro. Seria preciso não somente compreender a conjuntura, mas entendê-la como um terreno fértil a uma nova concepção de cidade.

Em sendo assim, muito se deveria ao MPL, principal responsável por colocar em pauta tema central às metrópoles. Como salientado por João Alexandre Peschanski, os protestos organizados pelo Movimento Passe Livre tiveram por mérito o seu caráter propositivo, foram mobilizações que não começaram meramente como uma reação “contra algo”, como muitos sugerem, mas sim “a favor de algo” (PESCHANSKI, 2013).

Foi a proposta de tarifa zero ou passe livre que deu o pontapé à arrebenção de Junho. Sustentar tal proposição, segundo Peschanski, seria um modo de reivindicar e propor uma alternativa social ao capitalismo baseada em uma agenda ecossocialista, que incentivaria o uso de meios de transporte coletivos e inibiria o consumo de combustíveis poluentes na medida em que tornaria mais dispendiosa a utilização de automóveis particulares, mercadoria-fetice que é um dos grandes símbolos do prestígio social no capitalismo.

Numa outra frente, o MPL se encarregou de desafiar a ordem vigente por outras vias. Fazendo dos seus próprios corpos instrumento, os militantes interromperam os fluxos cotidianos do direito de ir e vir em nome da criação efetiva do direito de outros irem e virem, como define Viana (2013). Por este ângulo, a autora sobreleva os confrontos entre manifestantes e polícia – “a mesma polícia que mata ordinariamente os jovens (...) nascidos e criados em berço não pacífico” – como uma ação de enfrentamento ao aparato repressivo do Estado que garante a “pacificação” (à bala, e não a de borracha) daqueles que sabem o significado e o valor de vinte centavos (VIANA, 2013, p. 57-58). Foi com este movimento que, segundo Viana, foi possível tornar o campo político vulnerável à política e aí residiria a violência de Junho: “não em vitrines e latas de lixo quebradas, mas no freio brusco de uma ordem fundada, por um lado, no ir e vir que permanece e, por outro, no genocídio de quem, mesmo com a economia de vinte centavos, talvez não chegue” (idem, p. 58).

Temos, por conseguinte, no conjunto destas leituras sobre Junho de 2013, além de sua ênfase nas questões urbanas, uma ressignificação da violência, não mais entendida em sua dimensão simplesmente material ou física, mas em sua conotação simbólica. A violência é, primeiramente, compreendida como estrutural, por assim dizer. Isto é, uma violência que pode se manifestar aberta e diretamente, por meio da violência física, mas que também opera de maneira mais sutil e indireta, por meio de ações sistêmicas, contínuas e articuladas entre Estado e mercado que restringem o pleno acesso à cidadania e a bens materiais e simbólicos e implicam na desposse e na condição de subalternidade de larga parcela da população. É a este tipo de violência que os autores de *Cidades Rebeldes* estão se referindo quando afirmam as disparidades sociais e estruturais entre determinadas áreas das grandes cidades brasileiras e as suas funestas conseqüências, dentre as quais a violência urbana, ou a desigualdade na forma como a cidade é apropriada por diferentes classes. Assim, a violência é antes uma prática sistemática, que encontra nas instituições do Estado e no mercado vetores de reprodução, do que uma ação que rompe com a normalidade.

De modo diverso, quando associada ao MPL e aos manifestantes, a violência não se entende por um sentido essencialmente negativo. Ela é justamente a antítese da violência estrutural. Não se encontra nas “vitrines e latas de lixo quebradas”, mas está presente no desejo de romper com a ordem vigente. É, sobretudo, simbólica. Não reside na materialidade nem se reproduz ordinariamente. Ela é disruptiva. É uma ação política que opera como um “freio brusco” impedindo que a sociedade prossiga com sua marcha cotidiana no ir e vir irrefletido, indiferente àqueles a quem tal direito é suprimido rotineiramente. Nesta perspectiva, poderia ser entendida nos termos de Walter Benjamin ([1921] 2011), como uma “violência divina”, que busca “aniquilar” o direito e sua violência, situando-se no campo da justiça, ao passo em que a violência estrutural poderia ser tomada como uma “violência mítica”, fundante e mantenedora do direito. Violência simbólica anti-sistema e violência estrutural então são opostas. O uso da primeira ambiciona exatamente o fim da segunda, que por sua vez, funciona para a manutenção incessante de sua própria reprodução.

O que se enxerga em Junho, portanto, é potência. Este parece ser o legado fundamental de Junho de 2013 para os autores de *Cidades Rebeldes*: a possibilidade de imaginar o novo, uma nova cidade, uma nova política, uma nova sociedade. Os ensaios que compõem a coletânea registram um tom absolutamente otimista em relação às manifestações. Após um intervalo consideravelmente duradouro, finalmente a política teria retornado às ruas pressionando as instituições e o *establishment* político. Há um entusiasmo assumido com as possibilidades abertas pelos protestos. Sendo concebido no calor dos acontecimentos e pela própria proposta da coletânea, o balanço das manifestações realizado em *Cidades Rebeldes* também se dá em um registro de demarcação do posicionamento político de seus autores.

Por isto estaríamos impedidos de considerar tais interpretações? Não, absolutamente, uma vez que não há razões que justifiquem a expectativa por análises desapegadas de algum grau de parcialidade. Seria impossível dissociar, suspender ou abstrair completamente o conjunto das experiências, sentimentos e reflexões particulares que constituem os sujeitos em prol de uma imparcialidade supostamente universal e alcançável porque puramente objetiva. A imparcialidade é uma impossibilidade porque, como nos lembram os filósofos pós-estruturalistas, não há prática discursiva que não seja atravessada pelo poder. Ademais, esta é apenas uma das formas de enxergar Junho. Em se tratando de um conjunto de eventos cuja natureza é por si só multifacetada, não haveria motivos para acreditar em uma unânime concordância. Exceto pelo reconhecimento (esta

sim uma unanimidade, salvo raras exceções) de que aquele mês de alguma forma deixou a sua contribuição para que os rumos do país não fossem os mesmos pelos próximos anos, não há consensos ou pontos pacíficos. E o próprio sentido democrático das manifestações é objeto de disputas, sendo esta a principal controvérsia sobre Junho, a ponto de ser possível falar em uma polarização no debate acerca do tema. Se houve quem fizesse hipótese das afirmações por uma radicalização da democracia de Junho, houve também quem o retratasse exclusivamente por suas valências negativas. Assim, formaram-se polos irreduzíveis entre si, nos quais aqueles que enxergaram nas manifestações apenas a sua “potência democrática” perderam de vista a possibilidade do seu contrário - isto é, a “potência antidemocrática”, por assim dizer, contida nelas - e vice-versa.

## **1.2 De quem foi o protagonismo?**

As distintas percepções acerca do papel das classes sociais nos protestos são exemplares desta cizânia acima referida. As interpretações a que poderíamos chamar de classistas dentro do debate acadêmico oscilam entre as asserções que determinam a classe média tradicional como o segmento da sociedade sem o qual as manifestações não teriam o impacto que tiveram e a tese da entrada na cena política daqueles a quem Ruy Braga denomina como o “precariado” brasileiro (BRAGA, 2013a; 2013b; 2017). No entremeio destas duas hipóteses, há lugar ainda para uma leitura que compreende Junho como uma exacerbação simultânea das inconformidades de ambos os estratos sociais. A depender da classe a qual se atribua o protagonismo pela condução ideológica das manifestações, estas podem ser classificadas como conservadoras ou reacionárias ou “populares” e a sua avaliação será negativa ou positiva. Tenhamos em conta primeiramente aquela que teve maior alcance e influência sobre parte considerável da intelectualidade brasileira.

### 1.2.1 Classe média, reação conservadora e fascismo

Desde sua irrupção, Junho de 2013 tem sido caracterizado por muitos analistas como uma revolta, sobretudo, de classe média, de onde adviria um suposto cunho conservador e autoritário. Esta percepção encontrou reverberação, sobretudo, nas análises de intelectuais de grande engajamento (à esquerda) no debate público sobre a política brasileira, dentre os quais se destacam Marilena Chauí<sup>4</sup> e Jessé de Souza. Tributários de matrizes teóricas distintas e adeptos de correntes interpretativas igualmente díspares sobre a sociedade brasileira, patrimonialista e antipatrimonialista, respectivamente, Chauí e Souza convergiram em seus diagnósticos sobre o significado da participação da classe média nas manifestações. Além disso, suas avaliações extrapolam o âmbito estrito de análises de conjuntura sobre as manifestações e trazem à tona temas muito mais abrangentes que nos remetem à formação histórica brasileira e a questões estruturais de nossa sociedade.

As leituras de Chauí e Souza partem de um denominador comum muito claro: mais do que qualquer outra coisa, as manifestações de Junho de 2013 teriam expressado o ressentimento da classe média com as políticas sociais encampadas pelos governos petistas na década anterior, cujos resultados teriam reduzido as distâncias simbólicas, e ocasionalmente físicas, entre os estratos médios e as classes populares. Ambos os autores reconhecem que a classe média não esteve sozinha nas ruas. Ironicamente, ela foi acompanhada por uma nova classe trabalhadora que, além de engrossar o coro contra o “inferno urbano” (MARICATO, 2013), também teria demonstrado profunda insatisfação com a precariedade de seu acesso ao mercado e condições de trabalho (CHAUÍ, 2013d; 2016; SOUZA, 2015; 2016a; 2019). Ocorre que para estes intérpretes, as manifestações se dividiram em dois momentos distintos: o primeiro, no qual os atos do MPL são protagonizados por jovens “batalhadores brasileiros” e por uma fração da classe média de esquerda; e o segundo, no qual a “fração protofascista da classe média” assume a dianteira apoiada pela “grande mídia conservadora” e, suplantando a potência originalmente democrática dos protestos, passa a demonizar a política (CHAUÍ, 2013d; 2016; SOUZA, 2016a; 2017).

Para Chauí, estaríamos mais uma vez diante do secular autoritarismo brasileiro. Lembremos que, numa chave de leitura filiada ao “patrimonialismo societal” - nos termos

---

<sup>4</sup> Assim como outros intelectuais, Marilena Chauí se posicionou sobre os acontecimentos de Junho de 2013 tanto no debate público quanto no debate acadêmico. Entendemos, porém, que, dentro do conjunto de suas reflexões, aquelas que oferecem maior consistência analítica e, portanto, representam melhor a sua perspectiva, encontram-se em publicações voltadas a um público acadêmico, por este motivo devendo ser enquadradas no segundo tipo de debate.



da célebre tipologia de Werneck Vianna (1999) -, a filósofa tem, com recorrência, postulado que o autoritarismo no Brasil é um fenômeno político produzido antes por uma sociabilidade autoritária decorrente da dinâmica de classes no país do que por um Estado hipertrofiado e centralizador. Incapaz de concretizar os princípios do liberalismo e do republicanismo, na sociedade brasileira prevaleceria uma indistinção entre o público e o privado que submete o campo político e faz da vontade e do arbítrio “as marcas do governo e das instituições ‘públicas’” e da cidadania um privilégio cujo acesso é determinado pelas relações de classe, combinando a lógica burocrática a uma lógica clientelista (CHAUÍ, 1986, p. 55). Neste contexto, os estratos médios, temerosos de sua proletarização e esperançosas quanto a sua ascensão social, seriam arregimentados em torno dos imaginários autoritário (ordem) e providencialista (progresso), incitados pelas elites econômicas e políticas, assumindo quase sempre uma postura conservadora e não raro reacionária (CHAUÍ, 2013b, pp. 230-231).

Pouco antes do início dos acontecimentos de Junho, Marilena Chauí fez a seguinte declaração: “a classe média é uma abominação política, porque é fascista, é uma abominação ética porque é violenta, e é uma abominação cognitiva porque é ignorante<sup>5</sup>”. Não muito tempo depois, ainda no rescaldo de Junho, a filósofa retomaria tal afirmação em entrevista à Revista Cult (CHAUÍ, 2013a), exatamente num contexto em que expunha sua opinião sobre as manifestações, as quais não lhe inspirariam motivos para celebração, como deixa claro, justamente pela presença “predominante” da classe média. Aludindo à Espinosa para distanciar-se das avaliações de seus pares na academia, para ela bastaria apenas “não rir, não lamentar, não detestar nem compactuar, mas compreender” (idem).

Para a filósofa, o próprio chamamento aos atos – via redes sociais virtuais – contribuiria para que tivéssemos um campo fértil ao autoritarismo. A convocação sob a forma de evento esvaziaria o sentido político das manifestações, transformando-as em um “espetáculo de massa” indiferente às questões de classe, além de introduzir nestas “um dos recursos mais profundos da sociedade de consumo difundida pelos meios de comunicação, qual seja, a ideia de satisfação imediata do desejo, sem qualquer mediação” (CHAUÍ, 2013d, p. 102). Não seria outra senão esta a ideia subjacente à aversão às instituições (mormente os partidos políticos), potencializada em larga medida pela disseminação de um discurso despolitizado e despolitizante que reduz a política a um lugar inevitavelmente corrupto. Por esta razão, não causaria surpresa nem a afirmação

---

<sup>5</sup> Na ocasião do lançamento do livro “10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma”, organizado por Emir Sader. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FeP4rWe0zdw>.

política e estética dos muitos manifestantes que enrolados à bandeira nacional proclamaram “meu partido é meu país” em oposição aos “vermelhos”, nem a violência a qual estes últimos foram submetidos, atos tipicamente fascistas (CHAUÍ, 2013c).

O saldo de Junho de 2013 para Chauí, portanto, é substancialmente negativo. E a crítica embutida em sua análise se dirige não só às forças conservadoras e reacionárias, mas também aos grupos que no interior da própria esquerda agiram na contramão das conquistas históricas de sindicatos, entidades e movimentos sociais tradicionais que “valorizavam a política” (CHAUÍ, 2013c) ao preconizar a crença de que seria possível prescindir de partidos políticos, o que só poderia resultar em um sentimento anti-política. O corolário deste raciocínio, então, nos induz a duas conclusões. Em primeiro lugar, a tentativa de ensejar novas possibilidades de construção política autônomas em relação aos partidos políticos ou a quaisquer outros canais institucionais corresponderia a um desejo autoritário que encontraria paralelo somente nas experiências fascistas do século passado. Em segundo lugar, em decorrência deste suposto caráter essencialmente anti-político, tornam-se indistintos grupos de aspirações que podem ser completamente opostas e excludentes entre si. Assim, MPL, adeptos da tática *black block* e demais grupos à esquerda ou de vertentes anarquistas são igualados aos grupos anti-corrupção, pró-intervenção militar e neonazistas que também estiveram nas ruas em Junho de 2013. Ora, esta forma de conceber as manifestações e a própria democracia, além de ser limitadora, por definição, já que reduz o sentido da política à esfera institucional, lança um olhar homogeneizador e demasiado simplista sobre os manifestantes incompatível com a complexidade dos eventos analisados.

Souza, por sua vez, diferentemente de Chauí, sugere que a raiz do problema não se encontraria no par sociabilidade autoritária-patrimonialismo societal. Opondo-se frontalmente ao que chama de “culturalismo vira-lata” do pensamento social brasileiro, do qual nomes como Raymundo Faoro, Sérgio Buarque e Gilberto Freyre seriam os principais expoentes, o sociólogo tem sido um crítico ferrenho da ideia de que as contradições e mazelas da sociedade brasileira poderiam se explicar por uma “suposta e abstrata continuidade com Portugal e seu patrimonialismo” (SOUZA, 2017, p. 9). Conforme salientado pelo autor em várias de suas obras nas últimas décadas (SOUZA, 2000; 2003; 2015; 2016a; 2017), a aplicação descontextualizada do conceito weberiano de patrimonialismo ao entendimento da formação social brasileira (mesmo na versão alternativa defendida por Chauí) transformou o próprio conceito num dos fatores que concorreriam para a manutenção da desigualdade social brasileira. Tal como as noções

de “populismo” e “jeitinho brasileiro”, o conceito de patrimonialismo em seu uso corrente e inadvertido, mormente pelo senso comum, contribuiria para a estigmatização da política e da sociedade brasileira como fontes de corrupção contumazes, numa perspectiva elitista e essencializadora.

No lugar deste conjunto de teses que acabou se tornando linha mestra de explicação para a sociedade brasileira, o sociólogo propõe pensar a sociabilidade que se desenvolveu no país a partir da experiência escravagista. Esta chaga de nosso passado, cujas marcas ainda estão distantes de superação, inviabilizaria qualquer hipótese de continuidade entre a sociedade portuguesa e a sociedade brasileira, afinal em somente uma delas a escravidão se estabeleceu como a organização de trabalho dominante, vigorando por mais de três séculos e abolida há não mais que um século e meio. A escravidão teria se constituído em nossa instituição medular e dela teríamos herdado “o desprezo e o ódio covarde pelas classes populares, que tornaram impossível uma sociedade minimamente igualitária como a europeia” (SOUZA, 2017, p. 151).

Ainda que seja possível questionar a associação entre os conceitos de patrimonialismo, moralismo e racismo e a ausência de uma distinção clara entre o tratamento (heterogêneo) dado pela sociologia brasileira à tese patrimonialista e as suas apropriações pelo senso comum e apesar da grande relevância do debate em si, importa aqui considerar como o argumento anti-patrimonialista é central para a avaliação de Souza sobre as manifestações. É justamente dentro deste quadro de disputa pela interpretação da sociedade brasileira que o sociólogo apreende os acontecimentos de Junho e taxativamente afirma em *A Tólice da Inteligência Brasileira* (2015, p. 239):

A grande fraude das “Jornadas de Junho” é a impressão de que o “vilão” está no Estado e a “sociedade”, engajada e politizada, é o “mocinho”. Os jornais estrangeiros falaram então, cheios de esperança, da “primavera brasileira”, e a fraude se torna perfeita: reconhecida, aplaudida, admirada. Mas, na verdade, quem até agora ganhou e colheu frutos com a “primavera brasileira” foram as forças mais conservadoras do país. Como isso se explica? Como tantos se deixam enganar?

A “grande fraude das ‘Jornadas de Junho’” estaria, na interpretação de Souza, no papel exercido pela classe média na absorção, reprodução e reverberação do “conto de fadas” brasileiro que se origina com a tese do patrimonialismo, em cujo cerne está a falsa oposição entre mercado e Estado que impõe a este último todo o ônus da corrupção e da incapacidade de modernização do país, em contraposição a uma suposta virtuosidade do primeiro (idem, p. 239-241). Assumindo a ponta de lança desta campanha, através de uma contraditória e seletiva indignação, a classe média atuou “tanto como ‘tropa de choque’

dos interesses dos endinheirados quanto em interesses próprios”. Por um lado, a “elite endinheirada” se via ameaçada pela possibilidade de o governo federal intervir na política de juros – com vistas a estimular o consumo e retomar o crescimento econômico – justamente em um momento em que investia a maior parte de seus ganhos no rentismo (SOUZA, 2016b). Por outro lado, a classe média, incomodada com a proximidade simbólica e física com os mais pobres, encontrou uma forma de se mobilizar dissimulando seu real interesse por meio de um “heroísmo” moral (SOUZA, 2015, p. 241). Nesta conjuntura, portanto, havia certa convergência de interesses entre uma e outra classe contra um adversário em comum.

Mas se esta aparente afinidade poderia sugerir algum tipo de aliança entre elite e classe média, o autor descarta esta ideia ao afirmar que, do ponto de vista dos “endinheirados”, para que o apelo à corrupção tivesse efetividade, seria necessário “*incutir* nessa fração de classe o sentimento de protagonismo no movimento, ainda que, na verdade, fosse mero instrumento de manipulação do consórcio elites/mídia” (SOUZA, 2016a, p. 101). Assim, muito embora Souza se refira a existência de uma “fração profascista da classe média” (SOUZA, 2017, p. 172) ou a uma “fração da classe média moralista e conservadora, que sempre desprezou e odiou os pobres” (SOUZA, 2016, p. 100), o que poderia indicar certo grau de consciência sobre as razões que lhe impeliram a ir às ruas, esta classe, na verdade, não teria passado de “massa de manobra” das elites. Este salto analítico soa especialmente estranho dentro do conjunto da obra do autor na medida em que a classe média se torna mero repositório de interesses alheios, em detrimento de seu protagonismo afirmado momentos diversos de seus textos. Em contrapartida, a qualificação de Junho de 2013 como uma “grande fraude” parece ganhar um novo significado subsidiário: conquanto a classe média tenha sido quem de fato desfilou sua indignação em praça pública, sua mobilização não passou de um movimento mais amplo no tabuleiro realizado pelo verdadeiro enxadrista. E, nesse sentido, também deste ponto de vista Junho de 2013 seria uma “fraude”: enquanto a manipulável classe média e, por tabela, os “batalhadores” abarrotaram as manifestações, sua verdadeira protagonista sequer esteve nas ruas.

De qualquer forma, não obstante este aparente desvio abrupto em sua exposição, a percepção de Souza sobre Junho se mantém. O ódio de classe contra os mais pobres conduziu as manifestações a uma direção conservadora e reacionária e ofereceu passagem ao “pacto conservador brasileiro contemporâneo” (SOUZA, 2015, p. 240). “Continuação do ódio devotado ao escravo de antes” (SOUZA, 2017, p. 70), este ódio secular teria se

nutrido no passado recente das tímidas transformações ensejadas pelos governos petistas na estrutura social brasileira ao longo da primeira década do século XXI.

Assim como Chauí, Souza também enxerga uma “linha clara de continuidade entre as glorificadas e midiaticamente manipuladas manifestações de junho de 2013, as assim chamadas “jornadas de junho”, e o golpe de abril de 2016” (SOUZA, 2016, p. 87). Nesse sentido, é importante notar como, da perspectiva dos autores o golpe levado a cabo contra a presidenta Dilma Roussef em 2016 seria um desdobramento dos eventos de 2013. Uma vez que o estratagema articulado institucionalmente na ocasião teria encontrado lastro moral exatamente na bandeira contra a corrupção erguida pela classe média e por parte da nova classe trabalhadora, ambas “encorajadas e empurradas” pela mídia convencional e pela direita organizada, um e outro evento estariam ligados por um nexos causal (CHAUÍ, 2016). Afinal, não fosse o caldo de cultura anti-institucional fermentado desde “baixo”, talvez, a manobra de 2016 não encontrasse respaldo popular e assim, não lograsse êxito. Mas, à diferença da filósofa, o sociólogo - cujo fôlego de produção tem sido capaz de acompanhar quase em ritmo de compasso os acontecimentos políticos mais relevantes do Brasil nos últimos anos – parece nos sugerir que ainda estaríamos vivenciando os efeitos dos eventos de Junho de 2013 (SOUZA, 2018; 2019). Embora o autor faça alusão a um “ciclo pós-golpe 2013-2016”, também indica que o “conluio entre a grande mídia e a Lava Jato” não cessou com o golpe contra Roussef, seguindo com a condenação de Lula às vésperas da eleição presidencial de 2018 - cujas pesquisas de intenção de voto apontavam a liderança do líder petista (SOUZA, 2019). O encadeamento destes fatos teria resultado, na opinião de Souza, em uma revolta “irracional” das massas que tornou o contexto brasileiro propício à ascensão do fascismo (idem). Nesse sentido, caberia questionar se, dentro do próprio raciocínio do autor, realmente estaríamos em um novo ciclo ou se o ciclo aberto em junho de 2013 ainda está em curso e, portanto, estaríamos submersos em um processo mais amplo e profundo de transformações na história política brasileira.

### 1.2.2 A hipótese do cruzamento de classes e ideologias

De modo muito menos taxativo, André Singer (2013c) aventou a possibilidade de compreender os acontecimentos de Junho como a expressão de um cruzamento de classes

e ideologias. Uma análise da composição social dos protestos a partir de pesquisas de opinião<sup>6</sup> comprovaria tal hipótese, segundo o cientista político. Os protestos contaram com a presença majoritária de jovens altamente escolarizados e portadores de diplomas de ensino superior. Este perfil apontaria para a razoável hipótese de um protagonismo de uma classe média tradicional. Mas, ao se ter em conta a variável renda, o cenário se modificaria. Entre os participantes dos protestos entrevistados entre os dias 17 e 22 de junho em oito capitais nacionais, aproximadamente 50% afirmaram possuir renda familiar de até cinco salários-mínimos. Estes dados permitiriam concluir que um “novo proletariado” dividiu as ruas com a classe média (SINGER, 2013c, p. 29-31).

Do ponto de vista das ideologias mobilizadas, Singer dá continuidade ao argumento que já havia apresentado no debate público em sua coluna na Folha de S. Paulo: heterogêneas e multifacetadas, as manifestações foram “uma espécie de ‘Jornadas de Juno’, cada um vendo nas nuvens levantadas nas ruas a forma de uma deusa diferente” (idem, p. 32). Em sua primeira fase, nitidamente foram conduzidas ideologicamente pelo MPL, capaz de canalizar os anseios de uma nova esquerda herdeira de uma tradição autonomista, horizontalista e descentralizadora. Entretanto, precisamente por adotar este tipo de conduta, o MPL abriu espaço à participação de indivíduos e grupos cujas visões de mundo destoavam não apenas parcial, mas totalmente dos seus princípios. Assim, a partir de um segundo momento, setores de classe média de centro e direita se juntaram aos protestos e deram a eles tintas de conservadorismo, detratando todos os níveis de governo, com atenção especial ao governo federal e ao PT (p. 35). Por outro lado, a esquerda e “os de baixo” teriam conseguido uma nova entrada por meio das críticas aos gastos públicos com os megaventos, previsíveis num país onde grande parte da população não tem acesso a serviços públicos de qualidade (p. 36).

A novidade, todavia, estaria na atuação dos que estiveram alinhados ao centro e que formaram o eixo da segunda fase dos protestos. Este subgrupo teria operado como uma espécie de “generalizador do programa espontâneo das ruas” (idem, p. 36), de forma que, robustecendo os reclames por um “padrão FIFA” nos serviços públicos, não chegou a cerrar fileiras junto à esquerda na crítica combativa ao capitalismo, e, compartilhando da indignação moral contra a corrupção, também não aquiesceu diante da perseguição

---

<sup>6</sup> Datafolha, Ibope, Innovare e Plus Marketing. Mesmo levando em consideração a aplicação de categorias e metodologias diversas nas pesquisas realizadas pelos referidos institutos, Singer defende a possibilidade de comparação entre os resultados obtidos nas diferentes capitais a partir das variáveis idade, escolaridade e renda (SINGER, 2013c, p. 27).

obsessiva à esquerda promovida por direitistas. No núcleo de suas insatisfações residia um mal-estar anti-Estado, apreendido como opressivo, antiquado e ímprobo. Seus adeptos poderiam ser caracterizados como pós-materialistas, no sentido conferido por Ronald Inglehart (1977), isto é, indivíduos cujas preocupações centrais não se encontram em questões materialistas, mas em elementos de ordem subjetiva, como valores de autoexpressão e qualidade de vida<sup>7</sup> (p. 37). A sua capacidade de articular bandeiras distintas, mas centradas na confrontação ao Estado, é o que leva Singer a inferir que é mais plausível que os protestos tenham sido “ressignificados” sutilmente por um centro pós-materialista do que simplesmente apropriados por setores de direita (p. 38).

O problema, no entanto, é que mesmo que se admita a contestável ideia de um pós-materialismo, não há entre os dados utilizados pelo autor nada que permita apontar para um centro pós-materialista nas ruas, o que compromete a hipótese levantada. A ideia de uma recodificação ou “ressignificação” dos sentidos de Junho por atores mais identificados com uma posição de centro certamente não pode ser descartada. Ela pode ajudar a explicar, senão em sua totalidade, ao menos em parte as metamorfoses, contradições e disputas que levaram muitos a cristalizar uma imagem sobre as manifestações baseada na última impressão deixada por elas. Mas a sugestão de que este centro fosse pós-materialista não encontra sustentação nas pesquisas citadas por Singer. Se as exigências por “hospitais padrão FIFA”, “punições exemplares aos corruptos” e “maior participação social” são o fundamento de tal conclusão, não há nada que impeça que estas mesmas exigências também possam ser interpretadas como reivindicações implicadas em cálculos pela ascensão social ou pela manutenção de uma posição relativa de classe e, desta forma não estariam dissociadas de aspirações materiais.

### 1.2.3 O protagonismo, a política e a rebeldia do precariado

---

<sup>7</sup> Singer faz referência à teoria do desenvolvimento humano de Inglehart (1977), de acordo com a qual a escassez e a socialização são determinantes na mudança de valores de uma sociedade. Em contextos de escassez, os indivíduos tendem a se sentir inseguros e a valorizar objetivos relacionados ao desenvolvimento material. Alcançadas condições materiais de existência que permitam um nível sólido de segurança, necessidades sociais, emocionais, estéticas e intelectuais no plano subjetivo passam a ocupar um lugar prioritário.

Há ainda uma última vertente interpretativa dentro do conjunto das leituras que enfatizam as relações de classe como determinantes para a explicação de Junho de 2013. Trata-se da exegese oferecida por autores como Ricardo Antunes, Alvaro Bianchi e, mormente, Ruy Braga, autor e coautor em diversos trabalhos (ANTUNES & BRAGA, 2014; BRAGA, 2015a; 2015b; 2017; BRAGA & BIANCHI, 2017) nos quais se afirma o que poderíamos chamar de “tese do protagonismo do precariado”, designação que nos permite sintetizar a proposta destes autores e demarcar a sua distinção tanto em relação às análises de Chauí e Souza quanto à percepção de Singer. Dada a contribuição mais volumosa de Braga ao debate, a ele nos referiremos com maior frequência para balizar a descrição e análise desta hipótese.

Distante de fundamentar sua compreensão em um suposto autoritarismo da sociedade brasileira ou ódio de classe secular, esta chave de entendimento aposta em uma análise de amplitude histórica muito menos ambiciosa. Parte-se de um enfoque na hegemonia global do neoliberalismo e de uma perspectiva crítica dentro do campo da sociologia do trabalho para propor uma “interpretação à altura de Junho” (BRAGA, 2015a). Diferente do tom pessimista encontrado nas avaliações de Chauí e Souza, temos nestes autores o retorno de uma avaliação positiva sobre Junho e uma ênfase não na classe média como agente de uma reação conservadora, mas numa massa de trabalhadores inserida em condições precárias que teria protagonizado um levante contra as novas formas de mercantilização do trabalho e espoliação do espaço urbano. Adensando a onda de movimentos insurgentes que se proliferou pelo “Sul Global<sup>8</sup>” em resposta aos efeitos da crise financeira de 2008, as manifestações de junho de 2013 no Brasil também foram palco da ação política levada a cabo pela fração da classe trabalhadora reconhecida por Braga como o “precariado” (BRAGA, 2017).

O conceito de precariado adquire em Braga uma nova denotação em relação a suas acepções anteriores. Apoiando-se no que Marx definiu como “exército industrial de reserva<sup>9</sup>”, o sociólogo define o precariado como sendo o proletariado precarizado, isto é, excluídos o *lumpemproletariado* e a população pauperizada, seria o segmento mais mal pago e explorado entre proletários urbanos e trabalhadores agrícolas (BRAGA, 2012, pp.

---

<sup>8</sup> O “Sul Global” é definido por Braga como um conceito cuja abrangência está “para além da simples dimensão geográfica, (...) uma metáfora da espoliação social, capaz de agregar tanto os processos de exploração nacional dirigidos pelas forças de financeirização quanto as batalhas por projetos alternativos de mudança social e política. Ademais, a expressão (...) [é utilizada] como uma maneira de localizar as lutas sociais que ocorrem em regiões e países semiperiféricos submetidos às políticas de espoliação impostas pela globalização financeira” (BRAGA, 2017, p. 30).

<sup>9</sup> Ver Karl Marx, *O capital*, Livro I, v. I (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988).



18-19). Com esta definição, Braga compreende o precariado não como o subproduto de uma desregulagem do capitalismo (CASTEL, 1998; STANDING, [2011] 2014), mas como peça-chave de sua engrenagem, localizado “*no coração do próprio modo de produção capitalista*”, indispensável à manutenção das relações desiguais que lhe estruturam. Ademais, longe de configurar algum tipo de ameaça à democracia (STANDING, [2011] 2014), ao menos no Sul Global, o precariado tem estado na linha de frente da resistência pelos direitos dos trabalhadores.

Malgrado também esta nova roupagem do conceito não esteja livre de problematizações<sup>10</sup>, é partindo dela que Braga alicerça sua compreensão sobre os eventos de Junho. Em sendo assim, o autor também se distancia da interpretação de André Singer. Embora admita a participação expressiva da classe média e avalie como “irrefutáveis” tanto a descrição das bases sociais dos protestos quanto a periodização propostas pelo cientista político, Braga diverge quanto a hipótese de que um “centro pós-materialista” tenha tomado para si a dianteira das manifestações:

(...) as Jornadas de Junho não apontam para uma sociedade em via de resolver seus problemas materiais. Ao contrário, são um indício de que esses problemas se acumularam sem uma solução previsível devido à articulação dos diferentes modos de mercantilização em escala nacional, explodindo abruptamente numa multiplicidade de sentidos. Assim, parece-nos que a chave explicativa para interpretarmos os sentidos de Junho está não no centro, mas nos extremos do espectro político. Seguindo os novíssimos tempos, *devemos transitar do colapso da pacificação lulista ao retorno da luta de classes*. E trazer para o centro da cena política a periferia das grandes cidades (BRAGA, 2017, p. 232, grifo meu).

Não obstante certa distorção retórica que extrapola o argumento de Singer, cuja hipótese sobre um centro pós-materialista não faz mais do que sugerir a atuação de uma fração ambivalente de manifestantes no curso dos protestos, sem qualquer pretensão de “apontar para uma sociedade em via de resolver seus problemas materiais”, interessa ressaltar a ênfase que Braga confere a “rebeldia do precariado brasileiro” ante a política de “pacificação lulista”. Para o autor, Junho teria representado o fim do “consentimento passivo das classes subalternas ao projeto de governo lulista”, baseado na conciliação de uma agenda redistributivista com os interesses das elites econômicas (ANTUNES & BRAGA, 2014; BRAGA, 2015a; 2015b; 2017; BRAGA & BIANCHI, 2017).

---

<sup>10</sup> Giovanni Alves, por exemplo, entende que a definição dada por Braga ao conceito de precariado oblitera sua singularidade heurística e histórica e reduz a experiência do proletariado industrial e a do infoproletariado dos call centers a um plano de equivalência. Para melhor compreensão desta crítica, ver Giovanni Alves, *O que é o precariado?*. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2013/07/22/o-que-e-o-precariado/>>.

Os expressivos resultados na geração de empregos formais, os ganhos reais do salário-mínimo, a maior distribuição de renda no país e o consequente incremento na capacidade de consumo da classe trabalhadora tiveram como contrapartida o aumento da precarização do trabalho – elevada taxa de terceirização, maior número de acidentes de trabalho, alta rotatividade, maior flexibilização da jornada de trabalho etc. Esta dinâmica, associada às consequências da crise global de 2008 e à gentrificação dos centros urbanos brasileiros com os preparativos para a Copa do Mundo de 2014, teria alimentado, segundo o sociólogo, um estado de inquietação, sobretudo, entre os trabalhadores mais jovens sem qualificação, mal remunerados e não sindicalizados. Assim, quando em 2013 os protestos se massificaram, incitando as periferias e arregimentando esta massa de jovens trabalhadores precários, o lulismo teve seu fim anunciado (BRAGA, 2017, pp. 223-226; BRAGA & BIANCHI, 2017, pp. 82-85). Nessa perspectiva, Junho seria o parteiro de uma nova era da luta de classes no país.

A sequência de greves, manifestações e ocupações que se estendeu ao longo dos anos de 2013 e 2014 teria consolidado um ciclo de mobilizações que teria revitalizado a participação popular na cena política (ANTUNES & BRAGA, 2014; BRAGA, 2017; BRAGA & BIANCHI, 2017). Mas se no horizonte havia esperanças quanto ao avanço de garantias aos trabalhadores e outras exigências populares, a crise da globalização que afetou o ciclo expansivo da economia brasileira indicava pouca margem para novas concessões. Tanto foi assim que a despeito das promessas pela garantia de empregos e manutenção dos direitos conquistados desde a redemocratização, o segundo governo de Dilma foi marcado por uma política de austeridade e redução dos gastos sociais que acabou sendo decisiva para que o governo fosse destituído de suas bases sociais. Além disso, intensificação do engajamento político da classe média alcançou resultados institucionais mais efetivos: à crise econômica se sobrepôs uma crise política que redundou num golpe parlamentar, “cuja razão última consist[iu] em aprofundar o neoliberalismo por meio de políticas de espoliação social concentradas nos ataques aos gastos sociais, aos direitos trabalhistas e previdenciários, em tudo contrárias às expectativas das classes subalternas brasileiras” (BRAGA, 2017, p. 243).

Há, portanto, duas inferências a partir da lógica argumentativa apresentada por Braga. A primeira é a de que o esgotamento do lulismo é a um só tempo causa e consequência das manifestações de Junho. A segunda se contrapõe às interpretações que afirmam com excesso de linearidade um *continuum* entre Junho de 2013 e o golpe de 2016 ou até o contexto atual. Se em Junho é o precariado que expõe a nudez do rei, é a

classe média que, em 2016, tratará de protagonizar o enredo de sua deposição. A “natureza massiva e popular” das manifestações de 2013, a defesa da ampliação dos investimentos públicos e a desaprovação indiscriminada a todo o *mainstream* político nacional – diferentemente das últimas, centradas, obviamente, no governo federal – impossibilitariam, para o sociólogo, o estabelecimento de qualquer relação causal que sugira os fatos ocorridos em 2015 e 2016 como desdobramentos “naturais” dos acontecimentos de 2013 (BRAGA, 2015a; 2015b; 2017, p. 243; BRAGA & BIANCHI, 2017, pp. 68-70). O golpe de 2016 é interpretado, assim, não em uma chave maniqueísta como resultado fatalista de Junho, mas como consequência de uma conjuntura que envolve a crise da economia globalizada, a animosidade da classe média, a radicalização do conflito redistributivo e, não menos importante, nos termos do próprio autor, a “traição pelo então recém-eleito governo das expectativas populares” (BRAGA, 2017, p. 243; BRAGA & BIANCHI, 2017, p. 70).

O problema é que na base de tais avaliações encontramos uma premissa contestável, qual seja, a idealização de Junho de 2013 como um evento de “natureza popular”. Partindo desta alegação, o autor é levado a desprezar o inegável e forte contingente de classe média e a importância da participação de frações mais conservadoras e reacionárias nos protestos. Apesar da validade da argumentação, a leitura feita por Braga (também por Antunes e Bianchi) parte de uma compreensão que parece apenas inverter o sinal negativo conferido por outros analistas a Junho. Se a presença massiva da classe média, segundo alguns, emprestou um sentido conservador, reacionário, ou autoritário, em toda sua substância e, por isso, negativo às manifestações, para estes autores, o suposto protagonismo do precariado demonstraria a “essência popular” destas, evidenciando assim a sua positividade intrínseca. O que se tem, desta forma, é um eclipse dos componentes conservadores, reacionários e/ou anti-políticos das manifestações - tratados como residuais por serem, em presunção, expressões de apenas algumas minorias - por uma maximização dos elementos ditos democráticos.

### **1.3 Da política lulista nasce junho**

Quanto às interpretações que aqui chamamos de “*políticas*”, há três posições no debate a ser consideradas. Trata-se de um conjunto de análises realizadas por autores que

partem de lugares distintos, mas que se comunicam entre si por compreenderem a importância das estratégias políticas dos governos petistas a frente do Executivo nacional do país para o entendimento de Junho.

A primeira delas considera que as manifestações foram o produto de expectativas crescentes que foram frustradas: os beneficiários da mudança social provocada pelos governos petistas reclamavam por mais - mais serviços públicos de qualidade, mais renda, mais políticas públicas, mais democracia. A segunda e a terceira posições compartilham a percepção de que Junho foi uma reação crítica ao programa de governo entabulado pelo petismo. Por um lado, de uma perspectiva ao mesmo tempo liberal e conservadora, Junho de 2013 se explica ora pela determinação de uma suposta correlação entre o “populismo” de políticas sociais e a falta de investimentos públicos na infraestrutura do país, ora pela irritação provocada pela tentativa do governo federal de tentar propagandar uma imagem do país incondizente com a sua realidade. Por outro lado, sob uma ótica crítica à esquerda, Junho é entendido ora como sintoma do esgotamento da fórmula liberal-representativa para a democracia, ora como indício da lassidão inevitável do “lulismo” – e sobre este último argumento cabe dizer que, se o seu uso não chega a ser uma exclusividade das interpretações políticas (como vimos há pouco na interpretação classista de Braga), nestas adquire especial importância exatamente porque torna-se o eixo principal de análise e não “apenas” um elemento secundário, muito embora valha, uma vez mais, reforçar a interseção entre os temas. Foram escolhidos como representativos das referidas posições, respectivamente, os textos de Pinheiro-Machado (2019), Macedo (2014) e Figueiredo (2014) e Arantes (2014) e Safatle (2017).

### 1.3.1 Depois de Junho nada voltou ao lugar

A rigor, tanto quanto os textos de Chauí, Maricato, Vainer, dentre outros, o texto de Rosana Pinheiro-Machado (2019) não se trata de uma peça propriamente acadêmica. Evita ao máximo o jargão da academia, estrutura-se sob a forma de um ensaio, pretende destinar-se ao debate público e apresenta menos os resultados de pesquisas científicas que as impressões de uma intelectual engajada. A autora, no entanto, como ela própria admite, fala também do lugar acadêmico, do lugar de antropóloga, o que inevitavelmente reverbera em seu discurso, além de tudo, comunicado a partir de instrumento de acesso

restrito. Por esta razão e pela importância de suas reflexões, se justifica a escolha pela sua alocação neste capítulo.

Em termos de seu conteúdo, temos um texto em tudo favorável às manifestações de Junho de 2013. Para Pinheiro-Machado, as “Jornadas de Junho” foram protestos “por mais democracia e contra o neoliberalismo” (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 33), um “ciclo de revolta popular e radical à esquerda” (idem, p. 37) cujo efeito sobre a sociedade brasileira não foi menos que “revolucionário”. Depois de Junho “nada voltou ao lugar” e tivemos inaugurado “um tempo longo de limbo, definido por polarização, confusão e sofrimento social” (idem, p. 38). Seus protestos provocaram ao mesmo tempo coesão e cisão do tecido social. De primeira hora, foi capaz de agregar forças concorrentes e mesmo opostas. Após 2013, contudo, o país entrou em uma espiral de conflitos que apartou os que se viam próximos e fez prevalecer o antagonismo social e político ainda forte nos dias de hoje (p. 40).

Em sua raiz, da perspectiva da antropóloga, Junho foi produto da ação rebelde dos “filhos do lulismo”: jovens negros, pobres e indígenas aos quais foi permitido alcançar as universidades e desafiar as estruturas que atuam na manutenção das elites brasileiras, lutando por políticas distributivas e culturais, granjeando o reconhecimento de suas identidades e galgando postos antes reservados aos mais privilegiados. Trata-se das novas gerações que foram diretamente beneficiadas pelas políticas sociais dos governos petistas, que foram às ruas “pedir por mais democracia”. Apesar do crescimento econômico, da mobilidade social, do acesso ao consumo e do controle da fome e do desemprego, a precariedade ainda assolava o cotidiano da maior parte da população nos serviços e nos bens públicos. Aos que “queriam mais”, a resposta petista foi a aposta dobrada na violência do Estado e a denegação pelos altos quadros petistas, para quem aos manifestantes cabiam os rótulos de “coxinhas” e ingratos (p. 30-31).

Esta reação por parte do PT aparece como decisiva na narrativa de Pinheiro-Machado sobre os desdobramentos de Junho. Em leitura próxima a de Ruy Braga, a autora nos permite inferir que a rejeição e a repressão aos protestos de 2013 e 2014, legitimadas pelo governo federal petista, seguida pelas políticas de austeridade adotadas após a reeleição de Dilma, contrariando as promessas de campanha por mais investimentos em saúde e educação, ofereceram em bandeja às elites a oportunidade de se “apropriar” definitivamente das manifestações, esvaziando o seu sentido político através de uma agenda econômica e da moralização da corrupção (p. 39). A direita avançou e o recalque reprimido pelo novo patamar socioeconômico conquistado pelos mais desfavorecidos,

que começou a sair do armário em 2013, liberou-se definitivamente e ajudou a promover o golpe de 2016 e o autoritarismo encarnado na figura de Jair Bolsonaro.

Temos nesta asserção novamente a interpretação segundo a qual Junho, seus significados e desdobros podem ser divididos em antes e depois da chegada de grupos conservadores e reacionários – identificados no texto de Pinheiro-Machado como “nacionalistas antipetistas” -, incitados pelos grandes meios de comunicação, às ruas. Como vimos e como continuará a ser demonstrado, esta visão dos fatos tem sido predominante nos dois pólos do debate, servindo tanto à denúncia de uma suposta manipulação dos valores originários de Junho que corrompe sua “essência popular”, quanto à recalcitrância às manifestações a partir da sua cristalização por este segundo momento. Na trilha de outros comentaristas entusiastas de Junho, a avaliação de Pinheiro-Machado também toma esta distinção entre duas etapas das manifestações como fundamento para salvaguardá-las do nexo que se pode estabelecer entre elas e a cadeia de eventos que fizeram o país “dobrar” à direita ideologicamente. Se Junho havia significado uma “continuidade histórica das lutas anarquistas e autonomistas da virada do século XX” (p. 33), as manifestações pelo impedimento de Dilma Roussef, a operação Lava-Jato, o golpe parlamentar de 2016, toda a perseguição política, judicial e extra-judicial contra o PT e a eleição à presidência de Bolsonaro foram arquitetadas “por um projeto das elites econômicas e políticas” (p. 32).

Embora não esteja totalmente desprovida de razão, o problema desta narrativa, como toda narrativa que procura se afirmar em um dos extremos de uma polarização, é que ela subtrai toda a ambiguidade e contradição dos acontecimentos de Junho. Da forma como ela se constrói, são ignorados indícios importantes de que grupos nacionalistas e antipetistas já estavam em ação antes do afirmado momento de captura de “manifestações de esquerda”, geralmente identificado como tendo ocorrido entre os dias 17 e 20 de junho. Desconsidera-se, por exemplo, que ainda no início das manifestações houve ataques à sede do PT em São Paulo, que manifestantes já recorriam ao uso de símbolos nacionais e que as críticas ao governo Dilma e os temas do combate à corrupção e da PEC 37 já alcançavam significativa repercussão, sobretudo, nas redes sociais virtuais, como demonstrado por análise feita pela plataforma Causa Brasil sobre os principais temas de postagens no dia 7 de junho de 2013<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> O site da plataforma não se encontra mais disponível para acesso. Entretanto, ainda é possível aproveitar alguns resultados das análises feitas pela Causa Brasil a partir de fontes secundárias como, por exemplo, Avritzer (2016) e Ellwanger (2018).

Estas evidências serão mais bem exploradas nos próximos capítulos. O importante para o momento é observar que o seu não reconhecimento permite aos propugnadores de Junho enfatizar apenas aqueles aspectos considerados positivos desde uma perspectiva de esquerda: o autonomismo, o horizontalismo, o retorno da ocupação dos espaços públicos, as lutas contra a mercantilização do espaço urbano e contra a militarização do cotidiano, o surgimento de novas formas de luta e novos atores coletivos, a solidariedade social, o crescimento do reconhecimento de agendas fundamentais como racismo, machismo, LGTBTfobia, etc.. Tudo isso teve lugar em Junho e deve ser considerado. A grande questão é que, por outro lado, nada disso esgota os sentidos de Junho.

### 1.3.2 O populismo econômico e a “esperteza governamental” como causas

Representando uma abordagem mais liberal, podemos destacar as contribuições do economista Roberto Macedo e do cientista político Rubens Figueiredo, encontradas em coletânea de ensaios intitulada sugestivamente como “Junho de 2013: a sociedade enfrenta o Estado” (FIGUEIREDO, 2014). Estas leituras confluem em sua forte crítica às gestões petistas à frente da presidência da república e ao “clientelismo” que marcaria a relação estabelecida com o seu eleitorado. Por vias não totalmente dissociadas, mas distintas, ambas chegam a mesma conclusão: a de que Junho foi uma resposta cívica aos males causados pelos governos de Lula e Dilma.

Na esteira do que já havia sido conjecturado na grande imprensa, Macedo tomou os contextos político e econômico como aqueles que melhor poderiam contribuir para explicar o fenômeno das “manifestações juninas” (MACEDO, 2014, p. 39). A narrativa explorada a partir deste recorte procurou afirmar uma correspondência entre políticas consideradas “populistas” e ausência de aplicação de recursos nos setores considerados essenciais para o bem-estar social – saúde, educação, segurança, saneamento, mobilidade urbana. O argumento, pois, repousa em um silogismo segundo o qual a compreensão da atual realidade do país passaria necessariamente pela consideração de três aspectos fundamentais: crescimento populacional, maior concentração de habitantes nos centros urbanos e expansão do eleitorado brasileiro.

A partir da segunda metade do século XX, o Brasil experimentou um crescimento exponencial de sua população e um forte movimento de urbanização que não foram

acompanhados de políticas públicas e investimentos congruentes às novas demandas por serviços públicos. Paralelamente, houve também neste período um grande aumento no conjunto dos eleitores brasileiros, com a incorporação de mais de 120 milhões de pessoas e a ampliação da participação dos segmentos mais pobres e urbanos da população, formando um eleitorado “mais identificado com a condição de empregado” (idem, p. 46). A conjunção destes fatores teria aberto “espaço para políticas federais populistas (...), sobretudo, a partir dos anos 2000 e durante os governos petistas” (idem, p. 40).

De acordo com o economista, valendo-se do bom momento da economia nacional, impulsionada pelas maiores demandas da economia mundial e pela expansão do crédito doméstico, além do aumento da carga tributária, as gestões de Lula e Dilma se empenharam em “resgatar o que se convencionou chamar de dívida social mediante a ampliação dos programas sociais” (idem, p. 46). Isto, contudo, teria sido feito em detrimento dos investimentos nos serviços públicos do país. Em 2012, quando o PIB brasileiro chegou a ordem de quase R\$ 4,5 trilhões, os gastos sociais estiveram na casa de R\$ 88 bilhões, ao passo em que os investimentos públicos somaram apenas R\$ 4,4 bilhões. Inevitavelmente, tamanha desproporção teria afetado não apenas o crescimento do país, como as condições de sua infraestrutura (idem, pp. 47-49).

O quadro esboçado por Macedo, por conseguinte, tem por base a pressuposição da existência de um *trade-off* entre investimentos e gastos sociais no que tange à aplicação de recursos por parte do Estado. Sem entrar no mérito da validade desta dicotomia ou da efetividade das políticas sociais dos governos petistas, talvez seja mais proveitoso para os fins desta tese identificar os fundamentos desta leitura e a compreensão sobre Junho de 2013 que ela enseja. Seu argumento central e o raciocínio que lhe é implícito estão longe de constituir novidade no debate público e no debate acadêmico sobre a política brasileira. Em seu núcleo encontra-se a controversa noção de “populismo”, bastante acionada nos últimos anos por uma grande variedade de analistas, de diferentes campos disciplinares e correntes teóricas, à esquerda e à direita, para classificar o assim chamado “período lulista”. Apesar da pluralidade de suas acepções e das disputas políticas nas quais esta noção se inscreve, aqui ela está muito bem definida e, em seu sentido liberal clássico, procura descrever um governo excessivamente personalista, centrado na figura de um “líder carismático” e orientado por práticas políticas “clientelistas” direcionadas aos segmentos mais pobres da população em troca de seus votos. Assim, a implementação de programas sociais é reduzida a uma mera manobra política pela manutenção da posição de poder conquistada, enquanto a camada da população a qual se destina, numa



perspectiva fundamentalmente elitista, é tomada como uma massa homogênea manipulável porque despossuída de qualquer senso crítico que lhe permita questionar tal relação ou a brevidade dos ganhos que dela resultam.

Esta chave de entendimento autoriza Macedo a afirmar que a maior parte dos participantes das manifestações de Junho de 2013 “não veio dos segmentos mais pobres da sociedade, prevalecendo os da classe média tradicional” (idem, p. 41). Os primeiros, embora fossem – e ainda sejam - os mais prejudicados com a baixa qualidade dos serviços públicos, não teriam se sentido motivados a participar porque supostamente encontrariam “deslumbrados com o maior consumo a que tiveram acesso, estimulado também pelo crédito ampliado”. Os últimos, enfeitados pela “atitude populista e eleitoreira” (idem, p. 50) dos governos petistas, viram-se exatamente em situação oposta, impelidos à participação.

É certo que, ainda que latente, existe um forte componente classista nesta interpretação que fundamenta o uso da própria noção de populismo e a avaliação que parece tornar auto-evidente a numerosa presença da classe média nos protestos. Mas, embora ele oriente a percepção do autor não apenas sobre os protestos, mas também sobre os governos petistas, é a práxis política destes últimos – e não a da classe média que foi às ruas - que constitui o elemento principal de análise. Dito de outro modo, a ênfase neste caso está não nos agentes ou nas manifestações em si, mas nas possíveis causas destas últimas, no contexto que se compreende como decisivo para a sua irrupção. Esta sutil, mas importante distinção é o que nos permite classificar o diagnóstico de Macedo, de acordo com a tipologia aqui definida, como política e não como classista, não obstante os pontos de entroncamento.

Do mesmo modo, porém de outra angulação e evitando explicações de viés economicista, Rubens Figueiredo sugeriu a possibilidade de compreendermos Junho por meio daquilo que Noelle-Neuman (1995) chamou de “espiral do silêncio”. Basicamente, de acordo com a famosa teoria desenvolvida pela pesquisadora alemã, as pessoas sempre procurariam avaliar quando determinado comportamento pode provocar um mal-estar ante a opinião pública: tanto maior seja a crença de uma pessoa na distância entre sua opinião e a opinião da maioria, maiores serão as chances de que esta pessoa evite expressar sua opinião em público e vice-versa. Este comportamento geraria uma tendência ascendente e espiralar ao silêncio, de modo que, ao não expor suas ideias, um indivíduo tende a influenciar outras pessoas a não contestar a opinião dominante.

Para Figueiredo, Junho de 2013 teria representado justamente uma ruptura no silêncio que dominava a opinião pública brasileira. De acordo com o autor, numa escala crescente, um conjunto de fatores teria “irritado” a opinião pública, gerando protestos cada vez mais frequentes nas redes sociais até culminar em uma grande catarse popular (FIGUEIREDO, 2014, p. 33). Àquela altura eram cada vez mais constantes as notícias sobre o mensalão, em virtude da retomada de seu julgamento, e sobre os gastos públicos astronômicos nos preparativos para os megaeventos. Além disso, havia “sucessivas demonstrações de ‘incompetência de alto impacto’”, como as inacabadas obras para a transposição do rio São Francisco e a organização para a Copa do Mundo. Em meio a tudo isso, chamava cada vez mais atenção o contraste entre o aumento significativo dos gastos do governo com publicidade e “medidas cosméticas” e a realidade cotidiana “sofrível” dos serviços públicos e privados e a qualidade de vida nos centros urbanos. Não menos importante, havia ainda, segundo Figueiredo, uma “empáfia debochada” demonstrada pela presidente e por seus porta-vozes sempre que confrontados pela imprensa com questionamentos incômodos (FIGUEIREDO, pp. 34-37).

Tudo somado, não seria de espantar o modo como as ruas foram tomadas e por quem foram tomadas. Segundo Figueiredo, os manifestantes de Junho de 2013 não eram “o que poderíamos chamar de ‘cidadãos-comuns’” (idem, p. 30). Como ressaltado por diversas pesquisas de opinião e diferentes analistas, os manifestantes que compareceram aos protestos possuíam um perfil muito bem definido: jovens, moradores dos grandes centros urbanos, de maior renda e mais escolarizados do que a maior parte da população brasileira e, de acordo com o cientista político, “mais democráticos e mais opositoristas do que o brasileiro médio” (idem). Tais características fariam do manifestante de Junho uma “antítese sociodemográfica” do eleitor típico de Dilma – mulher, com idade superior aos 55 anos, escolaridade baixa, assim como sua renda, e residente de pequenas cidades da região Nordeste -, embora os protestos não tivessem exatamente o governo federal como alvo (idem, pp. 30-31).

Não obstante Figueiredo não apresente critérios objetivos ou quaisquer outros fundamentos que lhe permitam estipular o que seriam cidadãos “mais democráticos e mais opositoristas”, sendo esta, antes, uma designação altamente subjetiva e de difícil aferição, ela é suficientemente significativa. Ao homogeneizar e qualificar os manifestantes de Junho de tal forma, opondo-os ao que supostamente seria um brasileiro médio e a um “eleitor típico de Dilma”, o autor procede de maneira similar ao movimento analítico executado por Macedo. Se no raciocínio dedutivo apresentado pelo economista

duas premissas factuais (a urbanização desordenada das grandes cidades brasileiras e a inclusão dos setores mais pauperizados aos processos eleitorais) são articuladas de forma a permitir uma inferência bastante contestável (a de que a concorrência destes fatores abriu caminho para governos populistas), na explanação de Figueiredo, a comparação entre o perfil dos manifestantes de Junho e o perfil dos eleitores de Dilma possibilita ao cientista político chegar à conclusão de que os primeiros eram “mais democráticos e mais oposicionistas” que os últimos. Reforça-se, assim, novamente, uma compreensão estigmatizante sobre o voto das classes populares, lançando-o ao descrédito por supostamente ser produto de uma incapacidade intelectual e não de interesses racionais e legítimos.

Há aqui novamente elementos classistas que compõem a análise. Tal como no diagnóstico de Macedo, os eleitores do PT parecem menos virtuosos do que os eleitores críticos do projeto petista e há neste apontamento um viés de classe que não se pode ignorar. Porém, uma vez mais, é a entrada analítica o que nos permite a diferenciação. Não é na luta de classes que Figueiredo encontra as explicações para Junho de 2013, mas no comportamento político do governo. Deste ângulo, as manifestações teriam representado a possibilidade de uma ruptura do *status quo*. A possibilidade de superação da política petista, de restituição da esperança e dos canais de expressão das demandas da sociedade, como outrora o PT foi para outra geração, em outro contexto (idem, p. 38). Em uma palavra, Junho teria significado a possibilidade de redenção.

### 1.3.3 Junho profanatório, o esgotamento do lulismo e a crise da esquerda

Entendimento por muito distinto encontra-se nas interpretações dos filósofos Paulo Arantes e Vladimir Safatle. Conquanto o *modus operandi* da política petista permaneça em destaque e Junho continue sendo tomado como um acontecimento louvável na política brasileira, os pressupostos analíticos e os significados das manifestações rumam em direção divergente. Nestes autores, a luta de classes volta a receber ênfase no enquadramento dos processos que se crê terem desaguado em Junho, embora seja novamente no campo das decisões políticas que encontremos a sua preocupação central. Por óbvio, estas duas dimensões não estão dissociadas e a razão de sua separação não é outra, senão operacional. Arantes e Safatle põem em evidência

processos mais amplos e anteriores que, perscrutados, revelam como capital e política se articulam e se sobrepõem nas atuais configurações da estrutura estatal. O primeiro dá ênfase a um movimento mais geral e complexo de concatenação entre interesses de Estado e fluxos globais de capital que incide sobre a população de modo a domesticar os conflitos inerentes a ordem social capitalista. O segundo procura dar conta do impacto triplo de Junho sobre o lulismo, a política e as esquerdas brasileiras. Ambas as análises apontam para Junho como um momento de colapso de uma tensão acumulada a fio.

Em Arantes, Junho é situado no interior de um momento histórico que transcende em muito suas circunstâncias mais imediatas ou contíguas. A dois níveis, o diagnóstico apresentado pelo intelectual e adensado no ensaio “Depois de Junho a Paz será total” - texto que não por acaso encerra a coletânea de escritos e entrevistas do autor “O Novo Tempo do Mundo” (ARANTES, 2014) - articula as dinâmicas da política e do capitalismo contemporâneos em suas dimensões global e nacional. Nesta perspectiva, o "maior protesto de massa da história brasileira" (idem, p. 378), é interpretado como um sopro de utopia em um “novo tempo do mundo” em que a experiência social conjuga expectativas decrescentes em relação a horizonte outrora idealizado à supressão do futuro por uma lógica das urgências.

Seguindo de perto as teses sustentadas por Koselleck e Wallerstein sobre a falência do projeto progressista inaugurado pela Revolução Francesa, Arantes postula que a crença no progresso (hipostasiado à direita como Progresso e à esquerda como Revolução) que alimentara o imaginário social desde a Tomada da Bastilha tornara-se “quimera em queda livre” (p. 33). O padrão de relações Estado-capital estabelecido a partir das Grandes Guerras e mantido ao longo de todo o último século teria tornado o trabalho, mais do que nunca, o esteio da sociabilidade das sociedades ocidentais e o binômio exceção-emergência o fundamento de sua política. Em nome da “paz total” – para ficarmos na formulação de Paul Virilio, outra referência fundamental na constelação conceitual delineada por Arantes -, a manutenção da ideia de um inimigo a ser combatido reforçou a percepção do Estado como agente garantidor da segurança, militar, social e econômica. Mesmo após a ruptura do consenso liberal-keynesiano nos anos 1970, a reintrodução do medo econômico e da insegurança social “no coração de populações consideradas excessivamente *welferizadas*” (p. 55) possibilitou o surgimento de um regime que, *vis a vis* a permanente ameaça de crise econômica, atua na entronização de estratégias de contrainsurgência, típicas de épocas de guerra, à condição de paradigma de ação governamental (pp. 142-143).

No capítulo brasileiro do asseverado “novo tempo global”, Arantes identifica na transição entre o fim da ditadura militar e o início da Nova República o momento decisivo que permitiu ao aparato estatal não apenas conservar poderes excepcionais como continuar a valer-se de táticas contrainsurgentes, mesmo sem que houvesse insurgência. Marcada muito mais por continuidades do que por rupturas, a passagem de um regime para o outro resguardou o vínculo medular da relação entre exceção e neoliberalismo: a *pacificação* social como política de Estado. Da militarização da segurança pública à consolidação da lógica empresarial como modelo administrativo para o setor público em nome da boa governança econômica e do desenvolvimento, a Doutrina de Segurança Nacional foi transposta ao período democrático favorecendo uma transição conservadora que nunca se completa, perpetuando-se como transição a coisa nenhuma (p. 289 e p. 298).

Durante os anos Lula, contudo, uma nova e mais sofisticada investida contrainsurgente se inicia e mesmo os mecanismos de participação democrática consagrados pela Constituição de 1988 foram tornados dispositivos de reprodução daquilo que Holston (2013 *apud* ARANTES, 2014) definiu como “entrincheiramento da cidadania”. Os movimentos sociais foram burocratizados e sua insurgência tornada uma “cidadania regulada”. A criação de um programa de habitação pelo governo federal, por exemplo, teria convertido o ímpeto da luta pela cidade em ascensão via consumo e os insurgentes em compradores “pacificados” (ARANTES, 2014, pp. 385-386). No mesmo sentido, aquela que poderia ser definida como uma política de contrainsurgência por excelência, as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), inspiradas em experiências de guerra e implementadas por aliados petistas em favelas cariocas, são lidas por Arantes como um projeto que, para além da ação militar óbvia, lança mão também de um conjunto de técnicas que têm no controle social e no adestramento dos moradores segundo uma lógica empreendedora seus grandes objetivos (*idem*, pp. 367-370).

Ocorre, no entanto, que “a fantasia punitiva dos pacificadores”, ironicamente, acabou precipitando o desabrochamento dos conflitos que tanto procurou evitar. Ao colocarem-se de pé contra a apropriação neoliberal da cidade, os insurgentes que foram às ruas em 2013 desafiaram o capitalismo negando a sua sacralidade, isto é, profanando-o, no sentido atribuído por Agamben, conforme Arantes nos explica: “(...) restitui[ndo] ao livre uso o que antes estava indisponível, confiscado e preservado fora do alcance em sua aura” (p. 392).

(...) Junho foi, antes de tudo, sobre isto: como somos governados, como nos governamos e como agora não queremos mais saber disso. (...) Ingratidão? Está

certo o ministro. Do alto, é sempre isso que se vê. No dia 24 de janeiro de 2014, no Fórum Social em Porto Alegre, o ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República declarou que houve perplexidade no governo federal e até um sentimento de “ingratidão” em relação aos manifestantes de junho de 2013: “Nós ficamos perplexos, esclarecendo que o “nós” abrangia governo e “movimentos sociais tradicionais. Retrato-se no dia seguinte, afirmando que fora mal compreendido ao dizer “Fizemos tanto para essa gente, e agora eles se levantam contra nós”. Não é preciso recorrer às costas largas de nossas raízes coloniais. Não é mero ressentimento da gente de mando desapontada com a legião de clientes malagradecidos. Mas como essa multidão de ingratos governou-se e foi governada até agora? (ARANTES, 2014, p. 453).

Assim, Junho teria sido composto por uma série de atos insurgentes profanatórios, afirma o autor: “profanações cometidas por pessoas sem nome que não estão nem pedindo pra sair nem aceitando as porradas da vida” (p. 400). A simples demanda pela isenção do pagamento dos serviços de transporte teria posto em circulação uma “utopia real” de ter a cidade e a política “desintrincheiradas”, “fora do limite do capital” (p. 416). Por outro lado, a chamada ação direta se apresentou como a mais sacrílega das profanações. Ao emular metonimicamente uma violência revolucionária, a tática *black bloc* teria posto a “estratégia da não violência” (p. 422) e, desta forma, a própria democracia liberal representativa em questão.

Por este prisma, não surpreende que Arantes tenha considerado que depois de Junho o país nunca mais seria o mesmo (p. 390). De fato, não foi. Mas não pelas razões supostas pelo autor. Ora, afirmar uma insurgência contra o capital como a razão fundamental de Junho, sem atentar aos momentos em que os estandartes da revolta foram o sentimento moral anticorrupção, o nacionalismo cívico e a negação da política (não da democracia representativa “burguesa” - o que poderia ser bem visto por Arantes -, mas da própria política, como demonstram as agressões a militantes de esquerda e os pedidos por intervenção militar), recai no mesmo equívoco de outras interpretações que enxergaram nas manifestações de 2013 apenas sua “potência democrática” ou sua “natureza popular”, cristalizando o fenômeno em sua positividade. É bem verdade que o autor chega a mencionar a existência de um “lado sombrio de Junho”, em cuja identificação “nenhum cuidado ser[ia] demais” (p. 457). Mas este pálido reconhecimento não encontra sustentação ou maiores problematizações em seu texto.

Tal entendimento parece decorrer do próprio modo como o filósofo concebe a dinâmica histórica sobre a qual teoriza. Em “O Novo Tempo do Mundo”, tudo se passa como se a história do século XX até o presente momento pudesse ser resumida a uma

soberania incólume do capitalismo<sup>12</sup>. A própria oposição entre democracia e ditadura é apresentada como um “*pas de deux* envelhecido”. Frente à constatação da persistência de uma *razão pacificadora* que, todavia, se adapta aos novos tempos por meio de tecnologias sociais que “desmobilizam ao mobilizar o corpo dos governados”, qualquer contraste entre democracia liberal e autoritarismo neoliberal perderia o sentido (p. 430). Como um marxista, Arantes não admite sequer a possibilidade mínima de uma relativa autonomia do político. Como um hegeliano, desenvolve uma leitura efetivamente pouco dialética da realidade histórica. Tudo transcorre distante dos conflitos e das contradições, seja em termos de princípios teóricos, seja em termos metodológicos. E mesmo quando se aponta para as rupturas provocadas por Junho, mantém-se o procedimento analítico, porém com os sinais invertidos. Apresentado como uma antítese ao capital e ao Estado, dentro de sua dimensão fenomênica Junho é tomado como um processo demasiadamente coeso. Não seria a primeira, muito menos a última vez em que os referidos acontecimentos seriam descritos assim.

### 1.3.3.2 Um esgotamento triplo

Muitos dos temas abordados nas interpretações de Arantes e junto a eles uma apreciação positiva de Junho tiveram lugar também na interpretação do também filósofo Vladimir Safatle, que, guardando a posição marcada no debate público, avançou em suas hipóteses no ensaio que dá corpo ao livro *Só mais um esforço* (2017). Safatle investe em um diagnóstico político e teórico de perspectiva abertamente de esquerda. Não para chegar a uma resposta à clássica questão leninista (“que fazer?”), mas para lembrar que a política é também “a crença improvável e aparentemente louca de podermos ser outros, viver de outra forma” (2017, p. 133). Assim o filósofo se aproxima das postulações de outros pensadores coevos, como a famosa inversão da décima primeira tese sobre Feuerbach defendida por Zizek ou a afirmação de Badiou de que estaríamos vivendo um paradoxo histórico que tem nos deixado mais próximos dos problemas enfrentados por

---

<sup>12</sup> Para uma crítica teórica e política da obra de Paulo Arantes, ver: FAUSTO, Ruy. A esquerda encapuçada. Revista Piauí. Ano: v. 8, Nº 99, p. 42-50, dez. 2014. Disponível na versão online em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-esquerda-encapucada/>>.

Marx do que dos problemas de Lênin (BADIOU, 2012, n. p.). Mas, mais importante do que isso, é constatar que é destes aforismos que o autor extrai sua conclusão sobre Junho.

Tais manifestações são certamente o conjunto mais importante de revoltas populares da história brasileira recente, não por aquilo que elas produziram, mas por aquilo que elas destruíram. A partir delas, todo o edifício da Nova República entrou paulatinamente em colapso. Mas, além disso, algo mais terminou: a primeira parte da longa história da esquerda brasileira chegou ao fim. (SAFATLE, 2017, p. 107).

Desde a primeira hora, Safatle asseverou que dali em diante não haveria mais política como até então conhecíamos (SAFATLE, 2013a). O ímpeto que levou turbas a marchar por centenas de cidades era, segundo ele, uma força negadora bruta, desejosa de não mais submeter-se aos ditames da democracia liberal representativa, tal como se demonstrava outras partes do mundo (SAFATLE, 2017, pp. 109-110). Tratava-se de uma massa “fruto da acumulação de expectativas não realizadas e da tentativa de forçar situações em direção a dinâmicas políticas ainda não constituídas e sem nenhuma garantia de controle” (idem, p. 114).

Ocorre que, do seu ponto de vista, Junho também teria sido “uma chance que não foi aproveitada” (p. 108), em especial, pela esquerda, que, nos partidos ou nas universidades, não compreendeu nem soube canalizar a energia e a tensão que poderiam ter culminado em uma transformação radical da política brasileira. A esquerda governista apelou para a criminalização e deslegitimação das manifestações. A classe intelectual, por seu turno, mostrou-se incapaz de se apresentar como uma “intérprete qualificada”, alternando entre o “discurso do choque” e da necessidade de maior distanciamento histórico ante os fatos e o “discurso de desqualificação do movimento”, segundo o qual Junho deu à luz o fascismo brasileiro (pp. 112-114).

Em parte, esta avaliação encontra validação empírica, sobretudo no que diz respeito à atitude da cúpula do Partido dos Trabalhadores, como veremos no capítulo seguinte. O mesmo, porém, não pode ser dito no que tange aos intelectuais. Se de fato não foram poucos os que predisseram o início de uma onda conservadora que inevitavelmente desembocaria no fascismo, por outro lado, como vimos neste capítulo, houve também quem em tom próximo ao de Safatle chegasse a demonstrar explicitamente algum júbilo. Neste diagnóstico, entretanto, expõe-se o argumento central do autor: tais reações seriam sintomáticas do processo pelo qual o país estava - e ao que tudo indica, ainda está - passando. A partir de Junho, evidenciou-se um triplo esgotamento na política



brasileira: o esgotamento da Nova República, o esgotamento do lulismo e o esgotamento da esquerda brasileira tal como ela existira até então.

Já em sua origem alicerçado sob a “exigência de integrar o arcaísmo ao poder”, o regime que balizou nossa “redemocratização infinita”, muito aquém de significar uma conquista popular, teria representado, segundo Safatle, por um lado, uma conciliação conservadora que impediu o país de acertar suas contas com seu passado discricionário e, por outro, uma capitulação histórica da esquerda aos desígnios das forças oligárquicas brasileiras (p. 66). Com a eleição, pela primeira vez na história, de um ex-operário à presidência, acreditava-se que a esquerda, enfim, romperia com a “política conciliatória da Nova República” (p. 72). Uma vez no comando do país, entretanto, o PT e seu líder histórico, hábil negociador político, optaram por uma nova rodada do jogo de conciliações e por “uma política de capitalização dos pobres” (p. 89). Lula teria reeditado o populismo varguista e assim conseguido, em grande medida pelo sucesso do seu modelo de desenvolvimento socioeconômico, administrar durante pelo menos dois ciclos eleitorais uma complexa gama de interesses. As coisas, contudo, desandam, quando no governo Dilma, na contramão do crescimento nos rendimentos dos mais ricos, o custo de vida, especialmente para a classe média, forte consumidora dos serviços privados, torna-se mais elevado e a qualidade do serviço público se mantém baixa sem os investimentos necessários. Conforma-se um cenário que nas palavras de Tocqueville poderia ser descrito como de “frustração relativa” (p. 87-88), mas ao mesmo tempo não há pressão advinda dos canais que tradicionalmente operam como caixa de ressonância para as insatisfações da sociedade. Politicamente, o lulismo havia produzido um “vazio” no interior da esquerda que, segundo Safatle derivaria de dois processos dissímeis, mas complementares.

O primeiro deles foi descrito por Safatle, como um “esvaziamento da legitimidade de associações (como sindicatos, centrais sindicais) e movimentos sociais ligados à esquerda”, corroborando com o que já havia sido registrado por outros autores. Incorporadas ao núcleo do governo por meio de políticas participativas (e populistas, como o autor classifica), estas organizações perderam sua capacidade de contestação e mesmo tendo suas pautas muito pouco incorporadas à agenda governista, continuaram a emprestar sua legitimidade até perder sua força (pp. 96-97).

Noutra ponta, teria ocorrido uma “demissão da classe intelectual de sua função histórica” de provocar tensionamentos nos processos políticos (p. 97). Em consequência da tendência global de internacionalização e subordinação das universidades a

mecanismos de avaliação e captação de recursos, os intelectuais brasileiros teriam se distanciado da sociedade civil, produzindo em linguagem pouco acessível e tornando extinta a figura do intelectual público, outrora influente em ações de base junto às camadas populares e na disputa pela opinião pública através da imprensa. Além disso, incorporada aos quadros do Estado (a bem da verdade, ao longo de toda a Nova República), longe de provocar qualquer transformação política, a classe intelectual acabou fomentado o modo de operação deste último, resultando na perda de sua credibilidade. Os muitos equívocos cometidos pelos governos petistas não só não teriam motivado qualquer autocritica por parte dos intelectuais de esquerda que os apoiaram, reticentes de sua instrumentalização pela mídia conservadora, como aos poucos foi tomando forma um movimento de desvencilhamento por iniciativa do próprio governo, enquanto muitos doutos ainda tentavam dirimir as críticas ao PT apontando para os aspectos exitosos de suas gestões (pp. 98-100).

Assim, não causaria estranheza à Safatle a inaptidão destes atores para lidar com uma potência sequiosa de arranjos políticos ainda por serem erigidos. Tampouco deveria surpreender por completo o fato de que, diante de tamanha incompreensão do que se passava, a direita conseguiria absorver a emergente libido anti-institucional. Depois da ressaca de Junho, a direita voltou às ruas como não o fizera ao longo de trinta anos, e, mesmo saindo derrotada das eleições de 2014, foi bem-sucedida na incitação ao golpe parlamentar de 2016 (p. 115). O movimento pendular que, segundo Safatle, caracterizaria a política brasileira e poderia ser definido pelo par oligarquia-populismo (p. 46), pôs novamente o corpo desta em direção ao polo oligarca. À esquerda (ou pelo menos para grande parte dela) havia restado apenas clamar pela legalidade e pela ordem e continuar a condenar aquilo que não havia compreendido (p. 115).

A impressão de Safatle sobre Junho, portanto, apresenta-se como puramente positiva, a tal ponto que suas manifestações só não teriam se convertido em um evento revolucionário por uma nova capitulação histórica da esquerda brasileira - ao que parece entendida como um bloco homogêneo e como a manifestação de um *continuum* histórico que desde os seus primeiros momentos (seja lá onde se possam localizá-los) não faria outra coisa senão reproduzir um mesmo programa aquém de sua função histórica. Nesse sentido, o golpe parlamentar que finda a Nova República não passaria de uma consequência funesta deste acovardamento. O que se tem, desta forma, é uma supervalorização da capacidade de mobilização e representação da esquerda, por um lado, e uma profunda desconsideração das dinâmicas constitutivas da política, que envolvem a

articulação de atores e grupos de interesses diversos em conflito contínuo, por outro, o que vale tanto para a análise de Junho quanto para a análise do que lhe sobreveio.

#### **1.4 Os protestos e as instituições**

Uma quarta forma de interpretar Junho de 2013 analisa as manifestações a partir da maneira como elas se relacionaram com as instituições. As leituras que compõem este conjunto, em sua maioria, novamente reproduzem na dinâmica geral do debate a dicotomia entre as teses da radicalização da democracia e as teses do início de uma virada conservadora que, em última análise, se apresentaria sob o manto do fascismo. Por um lado, o autonomismo e o horizontalismo são lidos como sendo ao mesmo tempo causa e consequência de uma crise de representatividade, sintoma e resposta emancipatória às disfunções do sistema político brasileiro e ao institucionalismo forte hegemônico desde a redemocratização. Por outro, estas mesmas características são encaradas como uma postura antipolítica e um presságio de um aviltamento das instituições que nos moveria não apenas em sentido contrário à plena democracia, mas, em última análise, em direção ao fascismo.

##### 1.4.1 Junho contra o peemedebismo

Muitos foram aqueles para os quais o reconhecimento da razão de ser e da importância das críticas às instituições e à má representação esteve atrelado a uma explícita exultação da pujança das manifestações de Junho. Nesse sentido, um dos intérpretes mais entusiasmados, sem dúvidas, foi o filósofo político Marcos Nobre, autor da primeira obra de fôlego sobre os referidos acontecimentos, por sua vez, bastante representativa de um tipo de interpretação mais favorável a Junho. Para Nobre, se há alguma certeza sobre 2013 é a de que testemunhamos “revoltas contra o sistema, contra ‘tudo o que está aí’” (NOBRE, 2013a), o que a seu ver só poderia soar como positivo.

Ora, evidentemente, não estamos diante de um enunciado de conteúdo especialmente elucidativo. A singularidade da leitura de Nobre consiste antes na tese sustentada pelo filósofo de que em junho de 2013 a sociedade brasileira teria reagido à “cultura de baixo teor democrático” com a qual o país conviveria desde a sua redemocratização (2013b, p. 9). Esta cultura, a que o autor chama de “pemedebismo” - em alusão ao modelo de articulação política inaugurado pelo MDB (antigo PMDB) quando da transição para a democracia -, se apresentaria basicamente como um processo de “blindagem” do sistema político brasileiro contra a sociedade e contra as forças sociais de transformação democráticas. E, embora a designação pareça sugerir o contrário, o pemedebismo não diz respeito somente a um partido político. Antes, trata-se de um fenômeno cuja manifestação está em todo o sistema político. Viveríamos, portanto, no Brasil uma situação de “normalidade democrática” em que, contudo, não há uma democracia plena (NOBRE, 2013a; 2013b, p. 9).

No entendimento de Nobre, quase todos os partidos brasileiros, sejam eles considerados pequenos ou grandes, teriam como objetivo último tornar-se um partido como o MDB, isto é, um aglutinador de interesses que busca sempre “estar no governo, seja qual for o governo e seja qual for o partido a que se pertença” (NOBRE, 2013b, p. 42-43). Assim, o pemedebismo se articulava sobre as seguintes bases: i) governismo; ii) produção de grandes coalizões e formação de maiorias parlamentares; iii) sistema de vetos articulado de forma a não conceber espaços a interesses contrários; iv) fechamento em relação a novos atores que possam querer tomar parte nos arranjos e barganhas políticas; e vi) torneamento em relação a conflitos abertos, prezando-se sempre pela acomodação pacífica dos interesses em jogo.

Não por acaso os grupos políticos que dão corpo ao pemedebismo estiveram, segundo Nobre, “atônitos e estupefatos com as revoltas de 2013, incapazes de compreendê-las, tampouco de lhes dar respostas institucionais” (NOBRE, 2013a). Sem organização ou lideranças únicas, construídas a partir de múltiplas reivindicações e aspirações, as “jornadas de junho” – conforme denomina o autor - não possuíam uma narrativa que unificasse a todos os manifestantes em torno dos mesmos objetivos, mas tinham na “rejeição incondicional do pemedebismo”, que “veio de todos os lados”, um sentimento comum (NOBRE, 2013a; 2013b, p. 13). As manifestações teriam sido uma forte demonstração do vínculo débil existente entre uma sociedade cada vez mais plural em suas posições e tendências políticas e um sistema político cujas principais estruturas representativas seriam impermeáveis a tal pluralidade.

Nobre demonstra explicitamente ter Junho de 2013 em alta conta. A sua idealização das manifestações como um “choque de democracia” capaz de enfrentar a “normalização do pemedebismo” e o sistema político como um todo deixa isso evidente. Tal simpatia, no entanto, não se traduz em uma análise mais consistente sobre as manifestações propriamente ditas, de modo a perscrutá-las em suas próprias características ou em relação a sua natureza. O significado atribuído a elas e a análise feita pelo filósofo revelam muito mais sobre uma compreensão sobre o sistema político brasileiro e a formação daquilo que ele denomina como pemedebismo do que sobre as manifestações em si ou mesmo sobre uma correlação entre um e outro fenômeno.

Em primeiro lugar, seria difícil apontar evidências empíricas que pudessem sustentar a existência do reconhecimento por parte dos manifestantes de que a sua grande motivação àquela época estava no combate ao pemedebismo nos termos propostos por Nobre. Havia, ao menos num primeiro momento das manifestações, uma demanda bastante concreta e objetiva que mobilizava o grosso dos manifestantes e que se distanciava em medida razoável do nível de abstração que se sugere com a ideia de um pemedebismo. Se tomarmos como referência a segunda metade das manifestações, ou seja, quando elas ganharam adesão massiva, talvez esta chave de explicação encontre maior respaldo, se considerarmos o pemedebismo como a figura que simbolizaria a miríade de reivindicações ligadas ao papel do Estado na provisão de serviços públicos de qualidade e na garantia de uma sociedade mais democrática. Exatamente por residir em um plano simbólico, esta inferência se torna de difícil avaliação.

Em segundo lugar, como o próprio autor reconhece, muitas vezes as manifestações levaram às ruas “sentidos opostos” e “inconciliáveis” - inclusive com a própria democracia, vale lembrar. Desse modo, mesmo que se aceite a validade da hipótese sobre o combate ao pemedebismo, não há nos textos em que o filósofo trata do tema algum avanço que vá além da mera constatação (ou suposição) da conexão entre os fatos ou que justifique pormenorizadamente esta conexão, evidenciando quais os grupos sociais estavam envolvidos, ou que, ainda, forneça alguma explicação sobre como Junho poderia ter produzido alguma mudança à altura dos anseios identificados pelo autor. Dada a insuficiente verticalidade da análise quanto aos protestos, fica a impressão de que estes são trazidos à discussão apenas para corroborar uma tese que com ou sem eles poderia ser sustentada sem prejuízo.

Em terceiro e último lugar, mas não menos importante, a hipótese de que Junho tenha configurado uma revolta contra o sistema político em sua totalidade encobre o fato

de que militantes de partidos como PSOL e PSTU, por exemplo, engrossaram as trincheiras das manifestações (ao menos nos primeiros protestos). E se esta deslembança não é exclusividade do diagnóstico de Nobre, sendo antes um traço comum a esmagadora maioria das interpretações sobre Junho, em uma análise que privilegia as instituições políticas como seu eixo principal, ela ganha um peso maior, sobretudo, quando se parte da afirmação de que todo partido no Brasil, seja ele de pequeno ou grande porte, almeja transformar-se em um MDB. Sintomático por si só, este esquecimento torna-se conveniente para quem procura demonstrar que em Junho estivemos diante de um embate entre um povo concebido como uma entidade ontologicamente democrática e um Estado definido como um conjunto de instituições entrópico e elitista.

A leitura positiva e idealizada sobre Junho de 2013 feita por Nobre, contudo, foi uma exceção em meio às interpretações institucionalistas.

#### 1.4.2 Bringing conservatism back in

No extremo oposto desta disputa interpretativa sobre seus significados e legado, mas ainda sob enfoque institucionalista, Junho também foi objeto de leituras bastante céticas, quando não hostis, efetuadas por analistas pertencentes a correntes influentes no campo da ciência política. Há diferenças que cumpre identificar, mas é possível dizer que estes autores partilharam da mesma percepção geral enunciada por outros intérpretes, conforme vimos anteriormente, de que Junho foi o momento decisivo que suscitou o reordenamento das forças políticas no país e viabilizou um processo de abertura das ruas a grupos conservadores e reacionários que pôs em xeque a hegemonia de movimentos e organizações de esquerda. A notável exceção a esta narrativa encontra-se na interpretação de Fábio Wanderley Reis, para quem as manifestações de 2013 não seriam tão relevantes para a compreensão do quadro político brasileiro dos últimos anos quanto se propala. Por ela iniciaremos nosso percurso por este subconjunto particular de intervenções no debate acadêmico. Em seguida, nos debruçaremos sobre as leituras de Fabiano Santos e Leonardo Avritzer. Explorados os principais argumentos destas interpretações, restará evidenciado que há em comum entre elas, não obstante as suas distintas fundamentações, uma perspectiva que não apenas compreende o fenômeno a partir de sua relação com as instituições, mas que o avalia negativamente porque enxerga na indisposição de seus

agentes com elas – sobretudo os partidos políticos – uma evidência retilínea de desprezo pela democracia. Compreendamos.

#### 1.4.2.1 O problema constitucional não resolvido

Refutar a suposta “romantização” e uma “leitura democrática” sobre Junho de 2013 (REIS, 2013, p. 48), eis a preocupação de Reis em relação a este debate. Descrente de seu sentido democrático, o cientista político tem asseverado em seus trabalhos recentes (REIS, 2013; 2014; 2017), com destaque para pequeno artigo publicado poucos meses após o ápice dos referidos eventos e com foco exclusivo neles<sup>13</sup>, que Junho não passou de mero evento mimético de irrupções anteriores ocorridas em outros países. Para Reis, a ausência de objetivos claros e a evidente perda de coerência e linearidade no curso das manifestações, na verdade, denotariam uma mobilização em busca de “objetivos que lhe dessem sentido” (idem, p. 43), no que os meios de comunicação de massa tradicionais teriam atuado com precisão. Por um lado, havia um “ingrediente autoritário e fascistizante” trazido pelo “confuso anarquismo” de adeptos à tática *black bloc*, românticos, tal qual “certa velha esquerda intelectualizada” (p. 45). Por outro havia uma “ingenuidade de sua disposição antipolítica”, ancorada em uma percepção distorcida da política como mero lugar da corrupção, lhe tornaria permeável a influência da grande mídia (REIS, 2013, p. 47; 2017, p. 28). De um modo ou de outro, faltaria a Junho uma consistência e densidade, em termos de uma afirmação democrática, enxergada somente por seus apologetas

O que temos, assim, tudo somado, indica fortemente que as manifestações foram sobretudo o produto largamente fútil da mera disponibilidade dos telefones celulares e das redes sociais (que obviamente podem representar um instrumento importante de mobilização) e do impulso de imitar manifestações semelhantes em outros países que haviam ocorrido recentemente, como nos Estados Unidos, ou tinham começado um pouco antes e ocorriam mesmo simultaneamente, como na Turquia... (REIS, 2017, pp. 28-29).

---

<sup>13</sup> Trata-se de artigo publicado na Revista Interesse Nacional, que embora não seja um periódico acadêmico, também não poderia ser considerada uma plataforma pertencente ao debate público, haja vista o público ao qual se destina e para o qual abre suas publicações (certa elite intelectual encontrada em partidos, no setor privado, nas universidades, sindicatos, etc.), além da sua circulação restrita.

Dada a sua futilidade, as manifestações de 2013 não teriam qualquer relevância para a compreensão dos eventos políticos que lhe sucederam. Malgrado admita que elas tenham provocado uma maior animosidade na “opinião pública” contra a “política em geral” que reverberou nas eleições presidenciais do ano seguinte (REIS, 2014, p. 12; 2017, p. 16), Reis julga “supérfluo” deter-se em Junho para uma análise da conjuntura política brasileira recente (REIS, 2017, p. 28). Segundo seu discernimento, se há manifestações que mereceriam algum comentário mais atento para um diagnóstico nesse sentido, seriam aquelas envolvidas no processo de impeachment em 2014 e 2015. Nestas, a polarização e o enfrentamento cultivados ao longo do certame que teve como desfecho a condução de Dilma ao seu segundo mandato presidencial acirraram-se e opuseram irrevogavelmente “opinião pública” e eleitorado (idem, p. 29).

Lembremos que o desgaste causado por Junho à imagem da candidata petista não impediu a sua vitória, mesmo que por margem apertada, em um pleito marcado pela memória de uma turbulência que para alguns se mostrava como irreversível. A “consistência e vigor” demonstrado pelo eleitorado oriundo dos estratos populares, fundamental em mais um triunfo do Partido dos Trabalhadores, teriam desafiado a percepção de certa “opinião pública” e “publicada”, dando vazão a um “ódio” que tornou explícito o seu viés classista (idem, pp. 25-27). Assim, por mais que a contenda pelo impedimento presidencial, deflagrada já no momento seguinte às eleições, tenha tido seus momentos decisivos em ritos institucionais – os quais, para muitos, expressaram apenas o funcionamento “normal” das instituições -, ela não prescindiu da atuação da “opinião pública” nem da ocupação performática das ruas, ambas protagonizadas por um perfil socioeconômico contrastante em relação ao eleitorado popular majoritário (branco, altamente escolarizado e de renda superior) (idem, p. 29).

Este enfrentamento e a crise política instalada a partir dele, em tudo mais fomentada por um governo claramente inábil política e administrativamente, reafirmariam aquilo que na extensa produção intelectual de Fábio Wanderley Reis sobre o processo político brasileiro tem sido definido em termos de um “problema constitucional não resolvido” ou “resolvido insatisfatoriamente” (REIS, 1989; 2000; 2002; 2017). Isto é, o Estado brasileiro se caracterizaria por sua incapacidade crônica de acomodar institucionalmente os diversos interesses e projetos que disputam os rumos de sua própria atuação. Em razão disso, restaria sempre em aberto a possibilidade da ruptura institucional, no limite isto significando o recurso à coerção física e a intervenção política por parte do poder militar. Sob estas condições, o campo de disputas eleitoral se mostraria



como aquele no qual o conteúdo social do problema constitucional em aberto se manifestaria em toda a sua tensão e dramaticidade, podendo levar a resultados inadmissíveis para “forças poderosas” (REIS, 2017, pp. 39-40). E se isso põe em descrédito a própria convicção na capacidade das instituições em agir na resolução de conflitos dentro de seus próprios limites legais, por outro lado reforça a necessidade do aperfeiçoamento do sistema institucional brasileiro, o que só seria alcançado, afirma o autor seguindo formulação de Przeworski (2004 *apud* REIS, 2017, p. 41), na luta pela própria democracia em sua “endogeneidade”.

#### 1.4.2.2 A equação fascista de Junho

Bem como Reis, Santos também demonstra grande ceticismo em relação a um pompeado espírito democrático ou às esperanças quanto a um processo revolucionário por vir que teriam florescido em meio às manifestações de 2013. Mas ao contrário de Reis, Santos não somente admite a monta de Junho para o entendimento de uma “degeneração institucional” que lhe sobreveio (SANTOS & GUARNIERI, 2016, p. 485), quanto assevera a perdura de sua lembrança na “consciência cívica e socialização política dos brasileiros” (SANTOS, 2013a, p. 17; 2013b, p. 34; SANTOS & GUARNIERI, 2016, p. 485).

O saldo final das manifestações a seu ver teria sido um grande espargimento de uma forte descrença nas instituições representativas, podendo ser resumido naquilo que o autor chama de “equação fascista”. Após lograr vitória na reivindicação que lhe dera origem, os protestos experimentaram uma expansão de suas causas e em pouco tempo o mote da corrupção passou a ocupar lugar de destaque entre as bandeiras dos manifestantes, especialmente através da transformação da derrubada da PEC 37 em uma das pautas de maior apelo. Nesse movimento, Santos chama atenção para o fato de que a reboque vieram discursos e performances muito pouco afeitos a uma ideia da política livre de constrangimentos à pluralidade de interesses e opiniões, que somados a um sentimento já disseminado de desprezo pelo jogo institucional e pelos princípios representativos, abriram espaço à proliferação de atitudes típicas do fascismo (SANTOS, 2013a, p. 18; 2013b, p. 35; 2016, p. 486-487).

A equação fascista brasileira é tão simples e primária quanto a ideia de que educação e saúde no Brasil vão mal porque o governo gastou muito nas obras dos estádios onde serão realizadas as partidas da Copa do Mundo de 2014. Segundo o argumento, o problema brasileiro é político, ou melhor, é “a política” ou são “os políticos”. No Brasil, dirigentes eleitos, partidos, candidatos, governantes, responsáveis pela chefia do Poder Executivo no âmbito municipal, estadual e federal seriam todos corruptos. Evidentemente, mais grave seria a situação do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras Municipais. Tratar-se-ia de quadrilhas organizadas para assaltar os cofres públicos. As instituições “formais” de controle, sobretudo o Poder Judiciário e o Ministério Público, embora em geral compostos de homens preparados e de bem, encontrar-se-iam desprovidas dos instrumentos necessários para evitar a permanente prática de crimes contra o erário e a boa-fé do cidadão comum. Mecanismo clássico da democracia e de regulação da conduta dos agentes públicos, o voto, em terra brasileira, nada mais seria do que fator determinante a ensejar um cenário de decadência e degradação institucional. Dado que a esmagadora maioria da população é pobre e ignorante, beneficiária de rendas e serviços transferidos pelo governo, pela máquina pública, corrupta em sua origem, o eleitor, na verdade, seria, em última instância, cúmplice da engrenagem. Na equação fascista, em outras palavras, o voto popular estaria na raiz mesma do nosso problema político. (SANTOS, 2013a, p. 19).

Se de alguma forma o uso assumidamente pouco rigoroso do termo “fascista” por parte de Santos parece exagerado, de outra ele revela um problema que chega a ser reconhecido pelo próprio núcleo mobilizador das primeiras manifestações, como lembra o cientista político. A introdução de ânimos autoritários sob a égide de uma indignação despolitizada contra a corrupção não passou despercebida pelos militantes do MPL, que se a certa altura chegou a hesitar em continuar nas ruas, logo se deu conta da importância de “disputar o significado das ruas” e impedir que “os fascistas dominassem a cena”. Reação tardia, todavia, pois a “equação fascista” já se espalhava “clara e despudoradamente” em nossa “*common parlance*” (SANTOS, 2013a, p. 18; 2013b, p. 35; SANTOS & GUARNIERI, 2016, p. 487).

O acionamento do tema da corrupção, segundo Santos, seria absolutamente previsível. Conforme a luta pela revogação do aumento das passagens e pela liberdade de manifestação se acirrava, as convocações aos protestos por meio das redes sociais tornavam-se cada vez mais abertas à incorporação de novas bandeiras. O contexto também era, sem dúvidas, propício. Havia inúmeras denúncias de remoções ilegais e violentas, superfaturamento nas obras, precarização dos trabalhadores envolvidos nelas

etc. Além disso, o evento teste, a ser realizado justamente em junho de 2013, garantiria grande visibilidade dada pela imprensa nacional e internacional. Nestas circunstâncias, como assinala Santos, mesmo que por meio de um raciocínio simples e primário, associar os gastos públicos destinados a organização destes eventos à histórica má provisão de serviços públicos foi uma estratégia indiscutivelmente eficaz (SANTOS, 2013a, p. 17; 2013b, p. 34; SANTOS & GUARNIERI, 2016, p. 486). Tudo em conta, nesse sentido seria possível notar certa aproximação entre a perspectiva do cientista político e a de Marilena Chauí, para quem, como vimos, o chamamento às ruas pelas redes sociais virtuais contribuiria determinadamente para o caráter autoritário das manifestações, dada a sua natureza indiferenciada, sem enraizamento sócio-temporal e sua “dimensão mágica”.

As autoridades públicas, de todos os níveis, também teriam contribuído enormemente para o que se viu. Primeiro por, no nível municipal e estadual, subestimarem o potencial de conflito, tanto na inabilidade política para negociação com o MPL quanto no ordenamento à ação discricionária das forças de repressão (idem). Segundo porque, ao nível do Executivo nacional, ao sugerir um plebiscito sobre uma reforma política, a presidenta Dilma Roussef corroborou a visão simplista de acordo com a qual as manifestações seriam fruto de um mal-estar localizado no sistema de representação, quando na verdade sua origem residiria no terreno da participação democrática (SANTOS, 2013a, p. 23; 2013b, p. 37). Embora passível de aperfeiçoamentos, este sistema seria a ferramenta sem a qual não seria possível ter chegado aos avanços na cidadania após a redemocratização do país (idem).

Misturados esses ingredientes, conformava-se um clima em que a ausência de uma única reivindicação ou objetivo específico não impedia o impulso de ir às ruas. Ao invés disso, motivava os manifestantes a vivenciar e compartilhar de uma mesma emoção: “participar, protestar, se expressar, eventualmente de forma violenta, gritar palavras de ordem, portar cartazes, vestir máscaras, enfim, sentir a euforia de fazer parte de um movimento de massa de proporções inéditas” (SANTOS, 2013a, p.18; SANTOS, 2013b, p.35; SANTOS & GUARNIERI, 2016, p. 486). Do êxtase pela participação brotaram arroubos autoritários que anunciavam o risco que os valores democráticos sofriam, o que viria a se confirmar nos anos posteriores. Dali em diante teria se aberto a caixa de pandora da política brasileira e se iniciado a “degeneração institucional” de que fala Santos: os protestos constituíram os antecedentes da decadência das instituições brasileiras,

decadência esta que, poderíamos supor, para o autor, ainda não teríamos conseguido nos livrar.

#### 1.4.2.3 Os impasses da democracia brasileira

Explorados os diagnósticos fornecidos por Fábio Wanderley Reis e Fabiano Santos, restam considerações a fazer sobre a interpretação dos fatos oferecida por Leonardo Avritzer. Apesar das aproximações entre esses autores, o último não desbarata completamente nem com tanta impetuosidade as manifestações de Junho como o fazem os dois primeiros. Para ele, elas (assim como as manifestações de 2015 e 2016) teriam expressado uma insatisfação até certo ponto legítima com os limites políticos alcançados tanto pelo arcabouço institucional arquitetado em 1988 quanto por uma proposta de desenvolvimento que poderia se dizer exitosa desde 2003, mormente, por seu impacto na inclusão social, mas que teria sido incapaz de agudizar a participação popular e de lidar com a corrupção de maneira eficaz. O grande senão estaria na conversão da frustração que daí decorreu, precipuamente, no que diz respeito a um projeto político de esquerda, em uma crítica desarrazoada da própria democracia e de suas instituições e de um programa de inclusão social para o país (AVRITZER, 2016a, pp. 21-22).

Havia um incômodo com a democracia e suas instituições que não chegava a ser um mal-estar nem uma crise, mas na altura de 2013 e até 2015, provocava impasses (AVRITZER, 2016a, p. 9). Avritzer acredita que, apesar de sua capacidade de governabilidade, estabilidade política e produção de decisões, o sistema político brasileiro, baseado no presidencialismo de coalizão, dava sinais de desgaste e de perda de legitimidade junto à opinião pública e à classe média. A razão estaria nos seus altos custos: grande fragmentação partidária; loteamento de pastas ministeriais, cargos no governo e recursos públicos alocados no orçamento da União em troca de apoio no Congresso; forte desorganização imposta ao Executivo e alta propensão a casos de corrupção e caixa dois; e, por fim, a consequência mais direta e funesta à população em geral, em razão da associação dos fatores anteriormente mencionados, a péssima qualidade da infraestrutura do país a despeito de sua dispendiosidade (2016a, pp.11-13 e 84; 2016b, p.42). Adicionem-se ainda ingredientes circunstanciais, como o incomum aumento das tarifas de ônibus na metade do ano, a retomada do julgamento do

“mensalão”, os conflitos com movimentos sociais e as denúncias relacionadas às obras para a Copa do Mundo e as Olimpíadas, e o cenário, se não permitia prever a dimensão do que estava por vir, também não autorizava descuidos com as vozes insatisfeitas.

Nesta conjuntura, como ressaltado em outros momentos deste texto, o PT tinha lugar central. E, para Avritzer, não se poderia negar que a própria sigla havia contribuído para tanto. Em primeiro lugar, porque o partido estava envolvido em escândalos de corrupção, caindo em contradição com o próprio discurso pelo qual se notabilizou apresentando-se como alternativa para a renovação e moralização da política (2016a, p. 13; 2016b, p. 44). Em segundo lugar, porque mesmo tendo implementado uma forte estrutura participativa no país, havia abdicado de investir nesse sentido em área sensível, a de infraestrutura, justamente uma das áreas em que há maior incidência de casos de corrupção, impedindo, assim, a criação de mecanismos de controle social. Sem embargo destas questões, no entanto, o autor julga necessário admitir que, mesmo que houvesse insatisfações contra todos os partidos, o PT tornou-se o principal partido a ter sua legitimidade questionada sob os holofotes midiáticos. O processamento e a difusão seletiva e amplificada de informações por parte da imprensa foram fundamentais na criação de um clima profundamente desfavorável aos quadros petistas (Avritzer, 2016a, p. 94-95).

O fato de Avritzer não desqualificar de todo as manifestações de 2013, não impede que o autor identifique em Junho, como outros o fizeram, a inauguração de um “momento turbulento de degradação institucional contínua e de movimentação da elite e da classe média contra a soberania popular e a ordem democrática”. Como argumenta, é possível identificar três significados gerais sobre os eventos de 2013. O primeiro deles seria o retorno de uma dinâmica da mobilização política baseada na partição entre iniciativas institucionais e não institucionais. O segundo, seria o fim ao monopólio da esquerda sobre a mobilização popular e participação política no país. O terceiro, diria respeito à influência emergente de uma “classe média conservadora com capacidade de mobilização na política brasileira” (AVRITZER, 2016a, pp. 15-16).

Com efeito, se primeiramente esta conjuntura foi definida pelo autor como uma situação de “impasses da democracia no Brasil” (AVRITZER, 2016a), tão logo estes impasses se acentuaram, complexificando-se em seus desdobramentos, Avritzer não se privou de fazer uso da mesma imagem utilizada por Vladimir Safatle para caracterizar a conjuntura corrente. Estaríamos, pois, diante de um movimento pendular, típico da democracia brasileira, na direção de um polo mais do que conhecido de nossa sociedade

no qual prospera um alinhamento entre classe média, elites e opinião pública que, contando com o beneplácito de setores populares e a participação ativa de um Judiciário historicamente impermeável a formas democráticas, promove uma visão fundamentalmente antidemocrática e avessa à política (AVRITZER, 2019). Também como Safatle, Avritzer é capaz de afirmar frente às evidências estarmos ante ao fim da Nova República.

Este quadro, contudo, não justificaria para Avritzer falar em um “ódio de classe”, tal como Jessé de Souza. Seria mais pertinente, de sua perspectiva, falar em um alinhamento “volátil e conjuntural” entre esta classe e a elite (AVRITZER, 2019, p. 15) ou da existência no Brasil de atores com um “compromisso democrático facilmente relativizável” (idem, p. 23). As relações entre as classes importam sim para a compreensão da política brasileira, mas seria preciso inseri-las e relacioná-las aos contextos próprios do conjunto de instituições que conformam nossa democracia e considerá-las não de forma estática, mas dinâmica, sempre a depender de circunstâncias, que não estão dadas a *priori*, embora a ideia de um movimento pendular possa sugerir certa previsibilidade. Não por acaso, o retorno do pêndulo à democracia e a resposta para a “configuração atual do velho problema” dependeria, segundo o autor, de um inadiável compromisso com a institucionalização da soberania democrática e dos direitos (p. 180), de modo que as forças do mercado, o Exército e o próprio Poder Judiciário voltem a “assimilar os elementos do pacto constitucional de 1988, que implicam aceitar derrotas e entender que a democracia supõe acordos de governabilidade e não a pressão ilegítima sobre as instituições” (p. 192).

A despeito dos diferentes argumentos, os enquadramentos e as leituras oferecidas por Reis, Santos e Avritzer nos indicam que os acontecimentos de Junho incorreram em prejuízos à democracia. Na base de tal avaliação, uma mesma orientação analítica: a revalidação da “narrativa dominante” da ciência política brasileira, segundo a qual as instituições são capazes de abarcar todo o conflito social e, em caso de haver a impossibilidade de fazê-lo, restaria comprovada a insuficiência do desenvolvimento de nosso sistema político (MIGUEL, 2017, p. 47). Ante a um fenômeno complexo em todas as contradições e intrincamentos, partindo deste pressuposto, não há como não cair em uma análise engessada. Como observa Luis Felipe Miguel (idem, p. 50), voz dissonante nesta via do debate, Junho não cabia nos esquemas interpretativos tradicionais da política brasileira.

No caso de Reis, especificamente, a conclusão de que as manifestações de 2015 e 2016 são comparativamente mais importantes do que as manifestações de 2013 para entender o quadro atual da política brasileira parece derivar de uma abordagem ao mesmo tempo demasiado pragmática, por não considerar Junho em seus próprios termos, e inconsistente, porque mesmo admitindo a proporção tomada pelas manifestações Junho e o impulso propiciado por elas à campanha pelo impeachment, descarta qualquer sentido em dar peso a manifestações “largamente fúteis”. Ora, se a “ingenuidade, desorientação e futilidade” não tornariam “o movimento inconsequente” (REIS, 2013, p. 48) e se a dimensão por ele adquirida “fatalmente” afetaria a cena político-institucional, por que seria “supérfluo” deter-se em Junho para interpretar a crise política que, para Reis, se instalou somente após o início do segundo mandato de Roussef (e não seria exagero dizer, se estende até hoje)? Quais os critérios adotados para comparar e chegar a alguma inferência sobre a importância maior ou menor de um ou outro conjunto de manifestações? A resposta só pode ser encontrada nos resultados objetivos alcançados no plano institucional por estas manifestações. Deste ponto de vista, a resposta é óbvia. E se para chegar a tais resultados tornou-se inescusável um “golpe branco”, isto só evidenciaria a existência de “normas juridicamente precárias” (REIS, 2017, p. 39) e reforçaria a inevitabilidade de contar com instituições democráticas efetivas na “briga cotidiana por fazer democracia” (idem, p. 41).

Mas esta é uma visão restritiva sobre a política. E ainda que possua toda legitimidade, se mostra insuficiente para dar conta de Junho. A crítica que se pode fazer a ela é a mesma que pode ser direcionada às interpretações de Santos e Avritzer. Mais do que um tipo de abordagem sobre o fenômeno em questão, trata-se de um enquadramento, uma forma de representar a política e tudo aquilo que lhe é inerente que delimita o horizonte de ação à arena institucional, vista como a única capaz de servir como canal de expressão legítimo aos tensionamentos que decorrem dos conflitos sociais. Sob este prisma, aquilo que escapa a esta arena ou se desenvolve às suas margens é apreendido ou como um vestígio de um sistema institucional político inacabado ou como uma demonstração patente de negação da própria política. Recai-se, deste modo, numa reificação sobre o papel das instituições: sem a sua mediação não há transformação da sociedade. Num giro semântico, naturaliza-se, pois, o oxímoro “democracia representativa”, concedendo-lhe o *status* de pleonasma (RANCIÈRE, 2014).

Por fim, há de se ressaltar ainda que do ponto de vista conceitual essas interpretações (e poderíamos dizer o mesmo sobre as leituras de Chauí e Souza, por

exemplo) tendem a aproximar e amalgamar, sob um único significado, conceitos distintos. Conservadorismo, reacionarismo, autoritarismo e fascismo são articulados sem muito rigor – no caso de Santos, inclusive, assumidamente -, sendo acionados no discurso como sinônimos e como categorias acusatórias, essencialmente antidemocráticas. Como bem observam Lima e Sawamura (2016), ao proceder assim, estes autores reproduzem no debate acadêmico uma indistinção típica do proselitismo político e retiram das manifestações e dos manifestantes qualquer vestígio de legitimidade ou virtudes.

### **1.5 Das interpretações que chamamos sociológicas**

Em distinção às interpretações institucionalistas e as demais linhas interpretativas, as leituras sociológicas dispensam atenção especial não às causas ou origens de Junho, mas às formas de constituição, organização, expressão, ação, instrumentos utilizados e desenvolvimento das manifestações que lhe constituíram. Trata-se de um conjunto de análises de forte inspiração na teoria sociológica dos movimentos sociais, cuja preocupação está mais no entendimento da “forma” e do “como” das manifestações do que numa investigação que busque as suas razões objetivas e assim responda a um “por que?”. Isto não significa, porém, que estejamos falando de um bloco homogêneo de análises e autores. Embora haja similitudes, há também diferenças em relação às perspectivas analíticas e aos aportes teóricos e metodológicos utilizados por cada um deles.

A grande contribuição destas interpretações ao debate até aqui tem sido a tentativa de compreender as manifestações nos seus próprios termos, uma predisposição ausente na maioria das análises sobre Junho. Nesse sentido, é possível dizer que a conclusão a qual Breno Bringel (2013e) chegou sobre os debates sobre Junho permanece válida. Para o autor, haveria uma dificuldade de interpretar Junho que derivaria não apenas do choque causado pela eclosão inesperada de protestos de alta magnitude, mas se deveria também à complexidade da nova gramática das ações coletivas que lhe deram forma. Para o autor, o debate público (e o debate acadêmico, podemos dizer), seria marcado por “miopias” que se manifestam de quatro formas distintas: i) a “miopia temporal presente/passado”, em que prevalece um sobredimensionamento das lutas contemporâneas, no caso dos mais jovens, e das lutas passadas, no caso das gerações mais velhas; ii) a “miopia da política”,



que resume a política a sua esfera institucional e limita a capacidade de compreendê-la a partir das “práxis sociais emergentes”; iii) a “miopia do visível”, ideia que Bringel toma emprestada de Melluci (1989 *apud* BRINGEL, 2013, p. 49) e que diz respeito a uma redução das mobilizações sociais às experiências que se dão nas ruas - por isso mais visíveis -, restringindo o acesso aos “sentidos das redes submersas”; e iv) a “miopia dos resultados”, que, como um desdobramento das miopias anteriores, tende a circunscrever as mobilizações sociais aos seus impactos políticos que podem ser mensurados, como eleições, por exemplo (BRINGEL, 2013e, pp. 43-44).

Houve e ainda há notória dificuldade entre os mais diversos analistas em enquadrar os acontecimentos de Junho. Grande parte dos modelos interpretativos disponíveis se mostrou insuficiente. Talvez por isso, as interpretações sociológicas tenham apostado em uma abordagem comparativa em uma perspectiva tanto temporal quanto sócio-espacial, tornando recorrentes as comparações com outros protestos e campanhas que alcançaram grande repercussão no Brasil e no mundo. Considerando a história nacional, foi inevitável não lembrar os movimentos que também ocuparam aos milhares as ruas dos grandes centros urbanos do país, mormente, os movimentos das Diretas Já e dos Caras Pintadas. E, à medida que os grandes protestos se prolongaram para além de 2013, com frequência Junho foi confrontado às manifestações que nos anos subsequentes reivindicaram o impeachment de Dilma Roussef. Tendo em conta experiências pregressas internacionais, houve quem salientasse semelhanças entre Junho e os eventos que marcaram época no famoso Maio de 1968. Contemporaneamente, foram os protestos que fizeram emergir a Primavera Árabe, o Occupy, o movimento dos Indignados, a Geração à Rasca e a mobilização dos estudantes secundaristas no Chile que forneceram o parâmetro. De uma perspectiva ou de outra, estas comparações tiveram por objetivo reconhecer quais seriam as singularidades e inovações, continuidades e descontinuidades, do ponto de vista do associativismo político, de Junho de 2013.

#### 1.5.1 Enquadramentos teóricos e sentidos comuns na nova vaga de mobilizações sociais pelo mundo

Tanto quanto outras mobilizações de massa pelo mundo que haviam ocorrido há pouco tempo ou ainda ocorriam, Junho foi palco de um novo tipo de ação política cujo

espírito pode ser sintetizado na definição oferecida pelo sociólogo Breno Bringel: “viral, rizomática e difusa”. Trata-se de novas formas de ação coletiva caracterizadas por um amplo alcance de suas intervenções, atores coletivos descentrados, maior protagonismo e influência das agências individuais, repertórios mediáticos e performáticos e multiplicidade de demandas e causas (BRINGEL, 2013e, p. 45). Muito próximas em suas expressividades, discursividades e desejos por uma reinvenção da política e revigoramento da cidadania, estas novas formas de ação coletiva e mobilização social estão intimamente ligadas a uma nova “geopolítica da indignação global<sup>14</sup>” (BRINGEL, 2013e; 2017; BRINGEL & DOMINGUES, 2015; BRINGEL & PLEYERS, 2015a; 2015b; 2017).

Para a estudiosa dos movimentos sociais Maria da Glória Gohn, a indignação tratar-se-ia, no contexto das mobilizações sociais, de sentimento que “combina raiva com valores morais” (GOHN, 2017, p. 17) e que sob diferentes perspectivas - a da moral, a dos valores, a da ética ou a da justiça social -, refletiria um profundo descontentamento com distintos aspectos da política, especialmente no que diz respeito aos representantes políticos e às políticas econômicas numa era de globalização neoliberal. Não à toa, os lugares escolhidos para manifestação foram praças e avenidas amplamente conhecidas, além de lugares simbólicos do capitalismo, como Wall Street ou a Avenida Paulista (GOHN, 2014, pp. 140-141; 2019, p. 109).

Além disso, apesar de sua exteriorização sob a forma de uma catarse coletiva, a indignação nos atos de protestos também estaria fortemente atrelada à dimensão subjetiva e intersubjetiva dos seus participantes. Os indignados não corresponderiam ao arquétipo do militante clássico, vinculado e subordinado às decisões estratégicas de uma organização que se mobiliza em torno de um projeto bem definido de sociedade. Ao invés disso, são ativistas que não possuem filiações a movimentos ou partidos por enxergarem nessas estruturas formas engessadas e centralizadoras. Agem movidos por causas e muitas vezes de forma individual. Podem ou não estar vinculados a coletivos - categoria na qual Gohn insere o MPL, a despeito deste se autodenominar como um movimento -, mas sem pertencimentos fixos e sem se submeter a hierarquias, fazendo prevalecer a sua autonomia, carregando consigo valores ideológicos e repertórios de demandas diversos (GOHN, 2016, p. 134; 2017, pp. 22-23; 2019, pp. 110-114).

---

<sup>14</sup> No debate público, a ideia defendida por Bringel de uma “geopolítica da indignação global” encontra-se em Bringel (2013<sup>a</sup>) e em versões publicadas em outros países e línguas em Bringel (2013b; 2013c; 2013d).

O reconhecimento destas características levou muitos autores a enxergar na acepção cunhada por Antônio Negri e Michael Hardt (2005) ao conceito de multidão o enquadramento teórico e conceitual mais adequado para designar o sujeito das manifestações (CASTELLS, 2013; CAVA, 2013; MALINI & ANTOUN, 2013; HARDT & NEGRI, 2014; SCHERER-WARREN, 2014; MORAES et al., 2014; ARANTES, 2014; GOHN, 2014; 2016; 2019). Para Gohn, inclusive, seria importante distingui-la das noções de povo e massa, ambas bastante empregadas nas análises sobre estas novas formas de ação coletiva e tradicionalmente utilizadas nos estudos sobre movimentos sociais. Enquanto a noção de povo remeteria a um sujeito indiferenciado e supostamente homogêneo do ponto de vista da composição social, a noção de massa aludiria a grupos cooptados e desprovidos de senso ou autonomia crítica (GOHN, 2016, pp. 130-131; 2017, p. 14-15). A ideia de multidão, ao contrário, faria referência justamente às múltiplas identidades em ação, sejam elas de raça, gênero, etnia, orientação sexual, formas de trabalho, maneiras de viver, ver o mundo e desejos.

Scherer-Warren, por sua vez, chama atenção para o fato de Negri e Hardt também conceberem a “multidão” como a expressão da “singularidade somada à cooperação, ao reconhecimento da diferença e do benefício de uma relação comum” (BROWN & SZEMAN, 2006, p. 108 *apud* SCHERER-WARREN, 2014, p. 419). Em ressalva, no entanto, a autora observa que em Junho, ainda que esta cooperação tenha ocorrido, sobretudo, no reconhecimento mútuo do status de sujeitos de direito e na defesa do direito de se manifestar publicamente, ela não se deu sem contradições. Um notório antagonismo político se apresentou, sendo verificado desde o tratamento aos partidos políticos, ora tolerante, ora intolerante, até a coexistência nas ruas e nas redes sociais virtuais das reivindicações do MPL com as demandas corporativistas de médicos brasileiros pelo fim do programa Mais Médicos. A cooperação não extinguiu o conflito. O que significa dizer, portanto, que não necessariamente as singularidades foram reconhecidas como diferenças legítimas (SCHERER-WARREN, 2014, p. 419 e p. 426).

Para Rodrigo Nunes, embora em seu poder evocativo o conceito de multidão seja capaz de articular o singular e o plural, ele padece da ausência de força explicativa sobre a organização política das grandes mobilizações sociais da última década. Haveria uma tensão não solucionada nas obras de Negri e Hardt entre uma concepção de multidão como “plano de imanência” e outra como “sujeito político” que parece derivar da aversão absoluta destes filósofos à ideia de “mediação”, por sua vez, entendida como exterior à multidão e redutivamente equiparada à totalização e à transcendência soberana (NUNES,

2014, p. 16; 2017, p. 123). Se na primeira definição a “multidão” aparece como um fundo ontológico comum onde se engendra um horizonte de acontecimentos e um plano para interação entre singularidades, isto diz muito pouco sobre como esta multidão é capaz de se constituir e se organizar politicamente. Se no seu segundo sentido a “multidão” se converte em Sujeito, finalmente se erguendo em direção a sua plena realização histórica e política, auto-organizada e sem mediações, persistimos ante uma resposta tautológica às indagações sobre o “Como?” e o “Quem?”, mas desta vez a multidão adquire um caráter puramente virtuoso, revolucionário, libertário. Assim, ironicamente, mesmo contra todas as intenções dos autores, afirma-se uma nova transcendência e certo teleologismo histórico (NUNES, 2017, pp. 132-134).

Segundo o entendimento do sociólogo Rudá Ricci e do antropólogo Patrick Arley (2014), haveria, na verdade, a necessidade de revisão e adequação do conceito de movimento social às dinâmicas sociais hodiernas. Para os autores, as novas formas de mobilização social simbolizariam um marco do enfrentamento entre as formas, ideários e lógicas societais típicas do século XX e aquelas que até aqui vão caracterizando o século XXI. Durante todo o século XX, dos embates trabalhistas às lutas por reconhecimento, os movimentos sociais foram identificados como ações coletivas que, mobilizada em torno de determinados interesses e orientadas para transformações sociais e culturais, possuíam certa permanência ao longo do tempo quanto à filiação de seus integrantes, suas formas de organização e demandas, o que os distinguiria de meras mobilizações sociais passageiras. As mobilizações atuais, por seu turno, demonstrariam certo espelhamento das sociedades contemporâneas, caracterizadas por constantes mutações, intensa fragmentação e fluidez em relação aos laços estabelecidos socialmente (RICCI & ARLEY, 2014, pp. 82-84).

### 1.5.2 O que há de singular em Junho?

Ainda de acordo com Ricci e Arley, a tensão acima mencionada, no caso das manifestações brasileiras, teria se convertido naquilo que os autores definiram como uma “utopia no presente”. Distanciando-se de muitos intérpretes, os autores identificam em Junho de 2013 a presença de uma utopia provisória, niilista, mera “demonstração de força imediata”, porque nega toda a forma de organização e estrutura política sem propor

qualquer alternativa em seu lugar. Seu caráter provisório seria consequência de um *trabalho em rede* que jamais chega a se cristalizar na *formação de uma rede* perene. As manifestações de Junho teriam operado sob uma base lacunar de comunicação e organização: dinâmicas, sempre abertas, construíram e se desconstruíram em movimento, agregaram e desagregaram sem nunca se fechar (idem, p. 22-23). Este caráter intermitente, segundo os autores, teria redundado em manifestações sem “consistência ideológica”, diferentemente, por exemplo, do que se viu no Movimento dos Indignados, na Espanha, ou no Occupy, nos Estados Unidos, onde predominaram palavras de ordem e um ideário anticapitalista (idem, p. 112). Na ausência de uma “plataforma ideológica”, Junho deu-se “no plano das necessidades básicas, mais imediatas” e assim tornou-se mais propenso a uma agenda difusa e multifacetada (pp. 168-169).

Esta pode ser considerada uma avaliação discutível, uma vez que as manifestações brasileiras tiveram início exatamente a partir de uma demanda explicitamente anticapitalista que depois disputou espaço com outras tantas reivindicações progressistas, conservadoras e mesmo reacionárias (o que nos faria pensar se, talvez, Junho não tenha sido marcado não pela falta de ideologias, mas pelo seu “excesso”, por assim dizer).

Ademais, como vimos ao longo deste capítulo, diversos autores em diferentes linhas de interpretação indicaram, mesmo que às vezes não tão enfaticamente, que no plano das motivações as manifestações estiveram fortemente atreladas a um conteúdo nacional e as realidades regionais e locais. Mas se esta não chega a ser exatamente uma particularidade de Junho, quando atentamos à centralidade conferida aos aspectos da vida cotidiana, notadamente a precariedade dos serviços públicos, podemos notar uma sutil diferença das manifestações brasileiras para as demais. Se, como Bringel sugere (2013e, p. 46), tomamos como parâmetro a tipologia clássica formulada por Tilly sobre os repertórios de contestação de ações coletivas, podemos dizer que enquanto na Europa e nos Estados Unidos, por exemplo, manifestantes lançaram mão de um “repertório reativo”, pela defesa de direitos que se viam ameaçados, no Brasil as manifestações teriam se investido de um “repertório proativo”, reivindicando novos direitos ou a efetiva execução de direitos apenas formalmente reconhecidos - ou ainda, acrescentaria, outras formas de organização política ou exercício do poder instituído (mesmo que não necessariamente democráticas). Justamente aí primaram marcos discursivos nacionais que, não obstante a conexão prática e simbólica dos eventos de Junho com um nível global de ações e significações, são cruciais para a compreensão da expansão ao mesmo tempo

massiva, fragmentada e multifacetada dos protestos de 2013 e dos protestos que ocorreram nos anos subsequentes.

O conceito de “desbordamento” ou “transbordamento societário<sup>15</sup>”, concebido inicialmente por Bringel e depois explorado em sua parceria com Geoffrey Pleyers (BRINGEL, 2013e, p. 45; BRINGEL & PLEYERS, 2015a, p. 8), é útil para que possamos entender este movimento. Os autores partilham da percepção de que a partir de Junho houve uma abertura societária do país. À ação iniciadora do MPL se seguiram mobilizações que passaram a abranger uma parcela da sociedade muito mais ampla e não necessariamente inserida em ambientes de associativismo político organizado. Se num primeiro momento as manifestações encontraram no MPL o seu principal “movimento iniciador”, logo em seguida o que se viu foram “movimentos derivados” – nos termos da distinção cunhada por McAdam (1995 *apud* BRINGEL, 2013, p. 44; BRINGEL & PLEYERS, 2015, pp. 7-8) – que, de maneira contrária aos prognósticos das teorias dos movimentos sociais, não mantiveram com seus predecessores “laços fortes, enquadramentos sociopolíticos, formas organizativas, referências ideológicas e repertórios de mobilização”, tornando-os “ultrapassados”.

### 1.5.3 Sobre os ciclos de protestos anteriores a Junho e o ciclo (ou ciclos) inaugurado(s) por Junho

De uma perspectiva histórica e a partir de um enquadramento que enfoque o âmbito nacional, também podemos dizer que as manifestações de Junho não partilharam da mesma forma de atuação e organização de outras grandes mobilizações de massa que marcaram a história brasileira, as campanhas das “Diretas Já” e do “Fora Collor”. A diferença mais notável, também a mais apontada pelos analistas, em relação a estes ciclos de protesto, sem dúvidas, foi o modo como eles foram construídos simbolicamente. Em todos estes momentos havia a presença de aspirações muito maiores do que as razões declaradas e por vezes conflitantes entre si. Assim como em 1984 as demandas por eleições livres e diretas carregavam consigo uma carga de expectativas por uma sociedade

---

<sup>15</sup> A formulação final do conceito tem sua primeira aparição em artigo escrito a quatro mãos com o sociólogo Geoffrey Pleyers (BRINGEL & PLEYERS, 2015a) e, posteriormente, em Bringel (2017).

efetivamente democrática e em 1992 a exigência pela destituição presidencial expressava também uma insatisfação com a recessão econômica, a qualidade de vida e dos serviços públicos, Junho de 2013 também trouxe junto a si uma multiplicidade de frustrações muito além do aumento das tarifas e da realização dos eventos esportivos.

Os primeiros, entretanto, contaram com a participação decisiva de lideranças partidárias na construção de um marco comum para o confronto, negociando e articulando para que as discordâncias não dirimissem os avanços dos movimentos. Em Junho, os movimentos tradicionais e os partidos políticos, sobretudo, os de maior reconhecimento, estiveram ao largo dos acontecimentos e o MPL, que iniciou os protestos oferecendo um primeiro enquadramento contestatório, não conseguiu, tampouco se propôs a, controlar os rumos das manifestações e as pautas que progressivamente foram agregadas à medida que a mobilização se nacionalizava (NOBRE, 2013a; TATAGIBA, 2014, p. 40). Curiosamente, mesmo assim, vale notar que enquanto as “Diretas Já”, derrotadas em seu pleito, e o “Fora Collor”, vitorioso em sua demanda, mobilizaram a sociedade por meses, as manifestações de Junho, conseguiram atingir seu objetivo inicial em menos de um mês – conquanto outras tantas pautas tenham se perdido no mar de reivindicações – e que, além disso, como observa Tatagiba (idem, p. 43), o tema da corrupção acabou se tornando central em 2013, bem como ocorrera em 1984 e 1992.

Estética e performaticamente, estas mobilizações compartilharam o uso de símbolos nacionais: a bandeira empunhada, o hino nacional bradado e o uso do verde e amarelo em camisas ou mesmo por meio de pinturas nos rostos dos manifestantes foram elementos que puderam se verificados nos diferentes ciclos. Nenhum deles, no entanto, foi monocromático. Nas *Diretas Já*, as bandeiras vermelhas (dos partidos de esquerda) dividiram espaço com o verde e amarelo. No movimento pela “Ética na Política”, conquanto ainda pudessem ser vistas bandeiras vermelhas, foi marcante ao lado do verde e amarelo o preto simbolizando o luto pela política nacional. Em Junho, por contraste, o vermelho foi proibido (como todas as outras bandeiras partidárias), o preto foi ressignificado nas ações *Black Blocs* e o verde e amarelo causou certa estranheza aos primeiros manifestantes ao ser introduzido (TATAGIBA, 2014, p. 42). Ademais, os carros de som, as bandeiras desfraldadas, as faixas confeccionadas previamente, as caravanas de militantes, os comícios ou as festas-comício com a participação de artistas, todos estes recursos que tiveram sua importância noutros tempos foram substituídos por cartazes confeccionados a mão, fantasias, instrumentos de percussão ou palmas para

acompanhar as palavras de ordem improvisadas no percurso das marchas (TATAGIBA, PP. 52-54; GOHN, 2014, p. 13).

Outra característica que distinguiria o ciclo de protestos de 2013 de ciclos predecessores e que diz respeito tanto ao modelo organizativo quanto ao repertório performático de confrontação adotado pelos manifestantes de Junho foi a opção pela realização de protestos sucessivos em pequenos intervalos de tempo, seguindo a decisão do MPL. Ao contrário do que ocorrera nas *Diretas Já* e na pressão pelo primeiro *impeachment* de um presidente brasileiro, quando o *timing* das manifestações esteve ajustado às articulações no Congresso, a sequência avassaladora de protestos em Junho de 2013 seguiu a estratégia de asfixiar o poder público, fazendo jus ao lema “Se a tarifa não abaixar, a cidade vai parar!” e cumprindo com a promessa feita ao final de cada ato: “Amanhã vai ser maior!” (JUDENSNAIDER et al., 2013, p. 26; TATAGIBA, 2014, pp. 53-54). As principais cidades do país efetivamente pararam e a revogação do aumento das tarifas dos transportes foi alcançada.

Na reunião destes elementos, Junho tornou-se um marco na difusão de novos modos de mobilização social e na emergência de um novo momento em que se verifica ao mesmo tempo uma maior visibilização da heterogeneidade dos atores sociais e de suas reivindicações e uma intensa fragmentação política acompanhada de uma polarização estrutural. Desde então, o país tem convivido com manifestações com maior ou menor grau de intensidade e engajamento da sociedade, com destaque para as megamanifestações de 2015 e 2016, que exigiram o impeachment de Dilma Roussef, e aquelas que, na esteira do crescimento dos movimentos feministas, foram realizadas em 2018 sob o *slogan* do “#EleNão”, em oposição à candidatura à presidência de Jair Bolsonaro. Neste cenário, há novos e novíssimos movimentos sociais, além de “organizações movimentalistas” – definição utilizada por Gonh (2019) para designar grupos de jovens que atuam em torno de líderes ou formadores de opinião e atuam como corporações, como o Movimento Brasil Livre (MBL) e o “Vem Pra Rua” -, mobilizando-se nas ruas e nas redes. Alguns deles permanecem autônomos em relação a outras organizações tradicionais e suas práticas. Outros embora tenham afirmado apartidarismo, num primeiro momento mantiveram uma relação de proximidade não explícita com partidos políticos, sem referências, bandeiras ou cores em seus atos, apesar do uso de uma infraestrutura clássica com carros de som, faixas e até mesmo bonecos infláveis mas aceitando ser financiados por determinadas legendas e, posteriormente, lançando candidaturas a cargos legislativos por outras, como foi o caso do MBL.



Não há consenso no debate público ou no debate acadêmico sobre se esta sucessão de manifestações faz parte de um mesmo ciclo de protestos políticos ou se estivemos diante de vários ciclos nos últimos anos. Para efeito de demonstração, esquematicamente, podemos colocar em contraste as perspectivas de Alonso (2017) e Gohn (2019) para nos situarmos no debate.

Para Alonso, foram três os ciclos de protesto na última década. O primeiro deles, indiscutivelmente, seria o ciclo de Junho de 2013, caracterizado pela autora como um “mosaico”, por sua complexidade e diversificação. Este ciclo foi constituído de três repertórios de confronto que se sucederam e disputaram a direção do protesto: inicialmente prevaleceu o repertório autonomista, no qual são valorizadas ações diretas, a descentralização, a anti-hierarquia, o anticapitalismo e o antiestatismo, tudo isso associado a estilos de vida alternativos; na sequência, o repertório socialista voltou às ruas, buscando sem sucesso trazer consigo os megafones, os carros de som e a organização vertical; e, por fim, o repertório patriota, que apostou na recuperação da simbologia nacional e numa agenda semelhante ao das *Diretas Já* e do *Fora Collor*, focando na pauta anticorrupção e na moralização da política (ALONSO & MISCHÉ, 2016, pp. 8-9; ALONSO, 2017, pp. 49-50). Este último tipo de repertório inspira o segundo ciclo de protestos, o ciclo “patriota”, que se consolida nas manifestações de março e abril de 2015. A partir deste momento passam ao protagonismo grupos que se subdividem entre aqueles de inspiração liberal, como o Vem pra Rua, e os de posições reacionárias, como o Revoltados On Line, com destaque ainda para o Movimento Brasil Livre (MBL), ocupando um lugar “no meio do caminho” entre estas alas (ALONSO, 2017, pp. 53-55). Finalmente, temos o terceiro ciclo, o ciclo do impeachment, que vai de dezembro de 2015 até março de 2016, e opõe os repertórios patriota e socialista nas ruas e nas redes sociais virtuais através das campanhas “#foradilma” e “#nãovaitergolpe” (idem, pp. 55-56). Num exercício especulativo, poderíamos nos perguntar hipoteticamente se Alonso consideraria as manifestações que conformaram o movimento #EleNão e os que, em resposta, demonstraram apoio à Jair Bolsonaro como um quarto ciclo de protestos. Se considerarmos os critérios adotados pela socióloga para definir os demais ciclos, talvez, a resposta fosse afirmativa.

Gohn (2019), por outro lado, acredita que Junho deu origem a um único ciclo de protestos, com diferentes momentos e ainda em curso, mas com um impacto importante na sociedade brasileira, alterando a sua cultura política. Estaríamos frente a um novo ciclo de participação na sociedade brasileira, no qual as vozes das ruas e das redes tornaram-se

instrumentos fundamentais de avaliação, pressão e tensionamento da política, alterando a cultura política da sociedade brasileira. Este ciclo, ainda em curso, não tem se mostrado ideologicamente unidirecional. Nele há quem busque, a partir de formas de organização autônomas, descentralizadas e inspiradas por visões libertárias, a afirmação de uma sociedade mais democrática e de uma cidadania extensiva, acompanhada de um Estado garantidor de direitos e operador de políticas públicas eficientes e quem procure fazer valer ideais que articulam complexamente princípios de ascendências liberais, conservadoras e mesmo reacionárias - a depender do espectro e do tema em questão - na sociedade e no Estado. Há correntes e contracorrentes. A primeira, segunda e terceira gerações de movimentos sociais, portadoras de agendas positivas, estão sendo confrontadas por atores mais inclinados ao conservadorismo (GOHN, 2017, pp. 109-115; 2019, pp. 249-252).

De qualquer maneira, independentemente de como esta sequência de protestos e manifestações possa ser interpretada em toda a sua complexidade, resta evidente que ela representa um novo momento da ação política coletiva no país e que seu afloramento está profundamente ligado a um evento singular, de proporções únicas, cujos reflexos continuam a ser sentidos. Há novos atores em cena mais afeitos a formas de expressão culturalmente orientadas, que transversalizam agendas e tendem a lançar mão de um “discurso da urgência da ação”. Não raro, a organização e a forma de reivindicar destes atores recaem em uma “política dos eventos”, caracterizada por um chamamento contínuo e por vezes sobreposto de atos e eventos que não necessariamente geram acúmulo social (BRINGEL & PLEYERS, 2015a pp. 16-17). E se hoje podemos identificar um claro deslocamento discursivo (mas também imagético e prático) em uma direção conservadora (JARDIM, 2017), ou, podemos dizer sem ressalvas, reacionária, tanto em relação ao ciclo ou ciclos de protestos quanto em relação ao “ciclo político” do país (GOHN, 2019), isto não significa que necessariamente este trajeto já estivesse definido em 2013 ou que se pudesse prevê-lo com a convicção que muitos continuam a exhibir desde então. Hoje, tanto quanto em Junho de 2013, as ruas, as redes e a política estão em disputa.

## 2. COMO NASCEM VÂNDALOS E BADERNEIROS

No dia 07 de junho de 2013, o então governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), dá a seguinte declaração à Folha de S. Paulo sobre o protesto ocorrido na noite anterior: "Isso não é manifestação, é vandalismo. Por isso você tem que tratar como tal: vandalismo" (CAMPANHA, 2013). No Facebook, repercute texto publicado pelo promotor de justiça do estado de São Paulo, Rogério Leão Zagallo, em seu perfil pessoal:

Estou há 2 horas tentando voltar para casa, mas tem um bando de bugios revoltados parando a avenida Faria Lima e a Marginal Pinheiros. Por favor, alguém poderia avisar a tropa de choque que essa região faz parte do meu Tribunal de Júri e que se eles matarem esses filhos da puta eu arquivarei o inquérito policial. Petistas de merda. Filhos da puta. Vão fazer protesto na puta que os pariu... Que saudade da época em que esse tipo de coisa era resolvida com borrachada nas costas dos medras... (Judensnaider et al., 2013)

Neste mesmo dia, as manchetes dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* destacam o fato de a agência de classificação de risco de crédito Standard and Poor's (S&P) ter rebaixado a perspectiva de dívida do Brasil de estável para negativa, o que afetaria a credibilidade do país ante ao mercado financeiro. Nada, porém, chama tanto a atenção quanto a imagem que estampa as capas de ambos os diários. No registro, um dos momentos de maior tensão do primeiro grande ato contra o aumento das tarifas de ônibus na capital paulistana. Isto não está dado a priori na foto. O seu sentido se completa com a legenda e a chamada para a matéria que noticiará o acontecimento na parte interna do jornal. O flagrante: na esquina das Avenidas Nove de Julho e Vinte e Três de Maio, catracas alegóricas, feitas de madeira e pneus, são queimadas junto a cones de trânsito formando uma barricada para impedir a aproximação da polícia.

Das muitas imagens possíveis, a escolhida para constar a primeira página de dois dos maiores jornais do país é certamente uma fotografia provocativa. O enquadramento escolhido pelo fotógrafo Daniel Teixeira tem como ponto de foco as duas pessoas que estão no movimento de arremessar um sinalizador de trânsito às chamas. São apenas dois prováveis manifestantes e do outro lado da barricada que se constrói há muitos outros, que como nós, leitores e espectadores, parecem apenas observar a atuação em tela. Registrados por trás e muito provavelmente com o uso de uma lente grande-angular, as silhuetas e o fogo estão em evidência no primeiro plano da imagem: há foco neles e não no que está para além do fogo, o que nos revela muito sobre as escolhas (do fotógrafo, do

jornal) do que se pretendeu mostrar e representar. Não é possível ter certeza sobre o grau de exposição (combinação entre o tempo de exposição do sensor da câmera à luz, a abertura do diafragma e o controle da sensibilidade da câmera em relação à luz - ISO) no ato fotográfico, mas estamos diante de uma foto que, por ter sido feita à noite, naturalmente teria uma saturação e uma iluminação baixas, não fosse justamente o fogo.

O fogo é protagonista e a potência da luz que dele emana é valorizada, mas ao mesmo tempo em que robustece a imagem, reduz a riqueza de detalhes de informação que compõem a fotografia. Também não é possível afirmar com certeza que tipo de edição houve na pós-produção da fotografia, mas, ao menos no caso da capa d'O Globo, há um ajuste de corte. Além disso, há uma diferença de cor: enquanto no Estado de S. Paulo, a tonalidade está entre o amarelo e o laranja, n'O Globo há o predomínio do vermelho. As razões para essa diferença vão desde o formato do arquivo utilizado na exportação da fotografia (JPEG ou PNG), passam pelo tipo de impressora utilizada pelos jornais (podem não ser as mesmas), e podem chegar a um possível processo de “color grading”, isto é, uma regulagem nas cores da imagem e um aumento da sua saturação, como se pode observar na diferença entre as Figuras 1 e 2 e as Fotografias 1 e 2. De qualquer forma, embora os manuais das redações costumem determinar o veto ao “uso de ferramentas de pós-produção com o intuito de aumentar o impacto da imagem” (FOLHA DE S. PAULO, 2018, p. 101), vemos que esta diretriz nem sempre é respeitada.

Fotografia 1 - Na 23 de Maio



Fonte: O Estado de S. Paulo, 07 de junho de 2013, Primeira Página. Autor: Daniel Teixeira/Agência Estado.

Figura 1 - Capa O estado de S. Paulo, 07 de junho de 2013



Fonte: Acervo digital O Estado de S. Paulo. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130607-43697-nac-1-pri-a1-not>>.

Fotografia 2 - Chamas



Fonte: O Globo, 07 de junho de 2013, Primeira Pagina. Autor: Daniel Teixeira/Agência Estado.

Figura 2 - Capa O Globo, 07 de junho de 2013



Fonte: Acervo digital O Globo. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130607>>.

Na versão veiculada pelo O Globo, há um corte que diminui a área capturada, num reenquadramento da cena que remove uma parte considerada “indesejada” pelo editor do jornal e dá maior ênfase aos manifestantes, perfeitamente centralizados na imagem. Além disso, embora haja dúvidas sobre a ação proposital, há um reforço na expressividade das cores quentes. O tom mais avermelhado que a fotografia adquire realça a relação de contraste entre as regiões mais claras e escurecidas da foto, delineando melhor as silhuetas dos manifestantes, do fogo, da fumaça, etc. Mais do que isso, a sensação de estarmos diante de um lugar em chamas – o centro de São Paulo e seus prédios - se exagera. Em ambas as capas, as cores quentes dominam a imagem apresentada, tornando-a intensa e vibrante, chamando a atenção do espectador, impelindo-o a reagir diante de um evento não trivial. E mesmo que tenhamos o foco na ação rebelde e uma imagem de baixa resolução, persiste também a mensagem que sob a forma de palavra de ordem, estampada na faixa estendida sob o viaduto Nove de Julho, ao fundo, avisa, ameaça e prevê: “Se a tarifa não baixar, São Paulo vai parar!”. Abre-se assim a cobertura das manifestações de junho de 2013 pela mídia impressa.

Após duas noites seguidas de confrontos entre policiais e manifestantes nas ruas, o prefeito da cidade de São Paulo, Fernando Haddad (PT), que num primeiro momento prefere não se manifestar, se posiciona em entrevista ao Estado de S. Paulo, publicada na

edição do dia 08 de junho: “tirante aí os atos de violência completamente injustificáveis, eu penso que esse fenômeno relativamente novo tem um fundamento interessante, que dialoga com a questão da mobilidade urbana, da emissão de carbono, com a questão social” (RODRIGUES, 2013). O posicionamento do prefeito não agrada o jornal, que esperava uma resposta tão firme e intransigente quanto aquela oferecida pelo governador, sem espaço para diferenciação entre meios e fins. Em editorial publicado na mesma edição, o Estadão condena enfaticamente a ação dos manifestantes:

Não passou de um festival de vandalismo a manifestação de protesto contra o aumento da tarifa de ônibus, metrô e trem, que na quinta-feira paralisou importantes vias da capital paulista, entre 18 e 21 horas.

(...)

Comandados pelo Movimento Passe Livre (MPL) - integrado principalmente por estudantes das alas radicais dos partidos PSOL e PSTU -, os integrantes do protesto começaram as depredações por volta das 18 horas, quando saíram de frente da sede da Prefeitura, no Anhangabaú, em direção às Avenidas Paulista, 23 de Maio e 9 de Julho. Encapuzados, os integrantes dos grupos mais violentos puseram fogo em sacos de lixo no meio dessas vias, para interromper o trânsito e aterrorizar os passantes.

(...)

Para não ficar mal com os chamados movimentos sociais, por razões políticas, as autoridades têm tolerado os seus desmandos. Agora mesmo, o prefeito Fernando Haddad, em vez de condenar o vandalismo promovido pelo Movimento Passe Livre, se apressou a informar que está aberto ao diálogo. Vai discutir com esse bando de vândalos a tarifa zero? (PURO VANDALISMO, O Estado de S. Paulo, 2013).

A ênfase na associação entre partidos de esquerda, movimentos sociais e violência também é explorada pela Folha de S. Paulo, que em sua edição do mesmo dia publica matéria que induz o leitor a deduzir sobre a origem do “grupo responsável” pelo “protesto violento” (MONTEIRO ET AL., 2013a). O destaque fica por conta de uma suposta ligação entre o Movimento Passe Livre, a quem o jornal atribui a responsabilidade pela violência nos protestos, e o Partido dos Trabalhadores. De acordo com a notícia, a relação entre as partes poderia ser comprovada através das declarações de dois vereadores petistas no ano de 2011, José Américo e Antônio Donato. Américo teria afirmado estar presente junto a Donato e outra vereadora, Juliana Cardoso, em manifestação do MPL no referido ano. Donato, por sua vez, teria afirmado no plenário da Câmara que “o movimento coloca uma pauta bastante interessante quando fala do passe livre” e que “precisa ser feito” (idem).

Aos nove dias de junho, uma pequena vitória simbólica para os manifestantes. Diante da repercussão altamente negativa, criada principalmente pelas críticas na internet, a Procuradoria-Geral da Justiça toma conhecimento do caso do promotor que havia enxovalhado os partícipes do protesto do dia 07. O representante do Ministério Público,

que já possuía contra si uma investigação em curso na Corregedoria do MP de São Paulo por sugerir a um policial que melhorasse sua mira para "mandar bandido para o inferno" (ROVER, 2013), é obrigado a excluir a postagem ofensiva. À Folha, Zagallo disse que "foi apenas um desabafo" (BERGAMIN JR & BUNDUKY, 2013). Invocando o editorial do Estado de S. Paulo, "um dos mais respeitados e lidos jornais do Brasil", por meio de sua página no Facebook, o promotor - que posteriormente viria a ser suspenso por 15 dias pela Ordem dos Advogados do Brasil e demitido pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, onde lecionava - ainda alegou encontrar apoio perante "algumas camadas da sociedade" (ROVER, 2013).

No dia seguinte, Haddad concede entrevista à Folha e em tom polido, busca um meio termo que lhe permita administrar a tensão crescente. O prefeito estava ciente de que os efeitos da crise recém estabelecida poderiam afetar a imagem não só de sua gestão, mas também a da presidenta Dilma Roussef e, portanto, do seu partido, afinal, o PT tornou-se conhecido por seus laços com os movimentos sociais e, além disso, o reajuste das tarifas guardava relação direta com o controle da inflação no país. Ademais, pesquisa do Datafolha indicava o crescimento da rejeição ao seu governo, de 14% para 21% (AVALIAÇÃO NEGATIVA DA GESTÃO HADDAD SOBE DE 14% PARA 21%, FOLHA DE S. PAULO, 2013), fato que o próprio petista atribuiu ao anúncio do aumento da tarifa (ROCHA & BERGAMIM JR., 2013). Como um legítimo democrata liberal, afirma estar aberto ao diálogo, desde que houvesse "renúncia à violência" (BERGAMIM JR., 2013). Neste movimento, ao mesmo tempo em que responde publicamente aos anseios mais conservadores negando a legitimidade política do recurso à violência, Haddad se coloca à disposição para negociar sem desqualificar de todo os manifestantes como Alckmin o fizera e ainda desloca a responsabilidade pelo impasse ao grupo que marchava pelas ruas da cidade.

Acompanhando a postura do chefe do governo municipal, dois representantes petistas se manifestam na mesma edição do jornal paulistano e saem em defesa do reajuste. Diante da exposição provocada pela própria Folha, o secretário de Governo Antônio Donato se justifica pelo apoio ao MPL dois anos antes, afirmando que a bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara "se insurgiu contra a 'exorbitância' do aumento à época", reajustado "muito acima da inflação". A situação em 2013 seria distinta justamente porque a gestão de Haddad havia conseguido um reajuste abaixo da inflação. Em artigo na seção de opinião "Tendências/Debates", o outro representante petista, Nabil Bonduki, arquiteto, urbanista e professor da Universidade de São Paulo, ressalta que o



cenário poderia ser ainda pior caso a isenção de impostos federais para o transporte coletivo, recurso que permitiu um reajuste abaixo da inflação, não fosse concedida pelo governo federal. Bonduki ainda argumenta que a operação poderia significar - se mantida sua continuidade como uma política - uma mudança de postura do governo federal em relação ao setor dos transportes, até então orientada para o estímulo do uso de automóveis particulares (BONDUKI, 2013).

Em contrapartida a este apoio, a juventude do PT, que já participava dos protestos, emite nota não somente se posicionando em favor das reivindicações contra o aumento das passagens como também conclama a militância petista a participar dos atos. A nota não consta mais no site do partido, cujo histórico de postagens não vai além do ano de 2014. Os mecanismos de busca do Facebook também demonstram que nas páginas oficiais do partido e de sua ala jovem, respectivamente, não há registros nem sobre a nota nem sobre qualquer outro tema relacionado às manifestações de junho de 2013 que não fossem o repúdio da Central Única dos Trabalhadores (CUT) à convocação de uma greve por meio de um evento criado na própria rede social de forma anônima, a promoção da proposta de reforma política sugerida por Dilma e outras postagens que, sem informações mais substantivas, direcionam o usuário a páginas desativadas no site da legenda. Isto nos indica que os eventos de junho de 2013 até hoje representam uma questão com a qual o partido ainda tem contas a acertar, o que parece cada vez mais evidente com o passar do tempo. Por ora, resta pontuar que a anuência pública dos protestos pela juventude petista deixa transparecer uma divisão interna importante. Em Judensnaider et al. (2013) encontramos documentados alguns trechos da comunicação:

A juventude do PT integra há anos as lutas contra os aumentos das passagens por entender que estas medidas só favorecem o lucro das empresas, seja por meio da tarifa ou pelo aumento dos subsídios. (...) Neste sentido, a Juventude do PT vem a público reivindicar a reversão dos aumentos das passagens e manifestar sua solidariedade e apoio aos movimentos que lutam contra esses aumentos. Mais que isso: conclamamos a militância petista a participar ativamente das manifestações e comitês, a começar pelo ato do dia 11 de junho, às 17h, na Praça do Ciclista, Av. Paulista! (...) Pela imediata reversão dos aumentos (JUDENSNAIDER ET AL., 2013, pp. 52-53).

Em mais um dia com novo encontro marcado entre os manifestantes e as ruas, a edição da Folha de S. Paulo que vai às bancas na manhã de 11 de junho explora a deixa oferecida pelo setor jovem do Partido dos Trabalhadores e assinala no caderno Cotidiano: “Grupo do PT engrossa protesto contra a tarifa” (BEDINELLI ET AL, 2013). Em matéria logo abaixo, com menor evidência, o jornal noticia confronto ocorrido na noite anterior no Rio de Janeiro entre manifestantes, munidos de pedras e cascas de coco, e PMs, que

utilizaram bombas de efeito moral e spray de pimenta, além de destacar a ação de grupos que atearam fogo em sacos de lixo espalhados pelas ruas e quebraram vidraças do prédio do Banco Central. No Globo, o relato do mesmo protesto também não ganha destaque. Apenas na publicação do dia 12 o jornal carioca chamaria atenção para o “rastros” do “vandalismo sem causa” em monumentos históricos no Centro do Rio deixado pela manifestação ocorrida dois dias antes (COSTA & GOULART, 2013).

No Estado de S. Paulo, porém, novamente as manifestações são retratadas a partir da violência. A chamada - que também funciona como legenda - para a matéria no interior do jornal diz: “Quebra-quebra no Rio”. O texto que a complementa afirma: “Manifestantes contra o aumento da passagem de ônibus no Rio entram em confronto com a polícia (...)”. Não há na imagem nada que indique um “quebra-quebra” ou algum confronto. O que se vê é a ação do Batalhão de Choque da Polícia Militar fluminense procurando dispersar possíveis manifestantes. Há uma viatura, policiais com escudos e cassetetes em progressão e é possível presumir que houve o uso de bombas de gás lacrimogêneo – como indica a fumaça que predomina no quadrante superior esquerdo da fotografia. Além disso, chama atenção também a ameaça de uso de uma arma de choque, empunhada pelo policial que se vê à esquerda, ao lado dos civis que correm agachados.

Figura 3 - Capa O Estado de S. Paulo, 11 de junho de 2013



Fonte: Acervo digital O Estado de S. Paulo. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130611-43701-nac-1-pri-a1-not>>. Acesso em: 31 de março de 2021.

Novamente, o tom alaranjado e quente – desta vez resultante da luz dos postes - em composição com as partes mais escurecidas e a fumaça retratam alguma tensão. Entretanto, diferentemente da fotografia analisada anteriormente, esta extrai a sua força muito mais do texto do que de si mesma. Mais do que mera descrição que complementa a imagem e situa o leitor/espectador, há no texto que acompanha a fotografia um sentido imputado que vai além dos elementos indiciais. Na fotografia 1, independentemente de onde se passa a cena ou das suas razões, não há como duvidar do fato de que duas pessoas alimentam o fogo com um objeto e esta informação consta nas chamadas tanto d'O Globo quanto d'O Estado de S. Paulo. Na fotografia que compõe a Figura 3, porém, não há efetivamente um “quebra-quebra” ou um confronto que possa ser identificado. O leitor/espectador passa a enxergar isto porque é isto o que está escrito na chamada e na legenda. O texto impõe à imagem um sentido, uma moral, uma imaginação que ele deseja que o leitor/espectador interprete. Mas o texto só é capaz de fazer isto, porque a imagem lhe permite – como permitiria a atribuição de outros sentidos, dada a sua indomesticabilidade -, o que, nos permite concluir em favor de Barthes (1990, p. 20) e sua tese sobre a “amplificação recíproca” na relação imagem-texto. Foto e legenda se reforçam e amplificam a interpretação desejada pelo jornal.

Nem tudo é construção de narrativa, no entanto. A manifestação do dia 11 em São Paulo, mesmo sob forte chuva, conta com a presença de mais de 15 mil pessoas, segundo o MPL (MORA & VIANA, 2013). A Polícia Militar novamente divulga um número oficial de participantes bastante discrepante, três vezes menor, ou seja, 5 mil pessoas, ao passo em que a Guarda Civil Metropolitana fala em apenas 2500 presentes (MONTEIRO ET AL., 2013b). O roteiro é o mesmo: ônibus, estações de metrô pichadas e depredadas, vidraças de agências bancárias quebradas, sacos de lixo queimados junto a pedaços de madeira para a formação de barricadas, balas de borracha, bombas de gás lacrimogênio e de efeito moral disparadas, feridos e detidos, fim de ato. Desta vez, contudo, uma importante exceção no script dos protestos que progrediam até aquele momento.

Na Rua Silveira Martins, na região central de São Paulo, a sede do diretório nacional do PT também é alvo de depredações, com pichações e vidros quebrados, e, ao contrário do que seria possível e mesmo razoável presumir, os principais jornais do país passam ao largo do ocorrido. Excluindo-se imagens tão-somente ilustrativas e legendas meramente descritivas, sem grande valor analítico, nenhuma matéria sequer foi dedicada para explicar o fato, nem mesmo para apontar a contradição existente na participação de militantes do PT em uma manifestação que desembocou em agressões físicas e simbólicas

ao partido. Nas redes de comunicação petistas, porém, o evento não passou despercebido. A ativista Maria Frô, filiada ao partido, indaga em texto publicado em seu blog, hospedado no site da Revista Fórum: “o movimento é antipetista?” (MARIA FRÔ, 2013). Complementando sua crítica:

Depredar sedes de partidos de história popular, progressista, de esquerda sempre foram ações de fascistas, historicamente grupos que fazem isso foram sempre brigadas fascistas.

(...) Partidarizar este movimento é enfraquecê-lo, reduzir as reivindicações do movimento a abaixar a tarifa apenas do ônibus sem discutir preços das tarifas do transporte público nas mãos do governo do estado (metrô e trens da CPTM) e, principalmente, sem discutir a qualidade destes transportes é não apenas enfraquecer o movimento, mas tirar seu grande significado e propósito: pôr em debate a mobilidade urbana desta cidade tão cruel a todos os habitantes, mas especialmente cruel a seus moradores mais pobres (MARIA FRÔ, 2013).

Segundo Judensnaider et al. (2013), integrantes do MPL tentaram impedir os ataques ao diretório e buscaram entrar em contato com as lideranças do PT para se desculpar pelo incidente. Não se sabe como teria sido a reação das lideranças contatadas, tampouco cabe especular sobre. No entanto, no dia seguinte O Estado de S. Paulo noticia que em Paris, Haddad, junto ao governador Alckmin por ocasião da candidatura de São Paulo à cidade-sede da Exposição Universal de 2020 (Expo 2020), teria se mostrado irritado “ao saber de atos de vandalismo” (TAU & CUDISCHEVITCH, 2013). Por meio de nota divulgada no site da prefeitura, o gestor municipal se manifesta oficialmente e ratifica seu posicionamento, desta vez, porém, sendo mais enfático, afirmando que “São Paulo não aceita a violência”. O prefeito entende que os atos da noite anterior não são compatíveis com a “vida democrática”, tampouco podem ser considerados liberdade de expressão (RODRIGUES & ZANCHETTA, 2013).

O mote da violência e do vandalismo passa a ocupar cada vez mais espaço nos noticiários. Progressivamente vai se explicitando um afã pelo recrudescimento da repressão sob a justificativa de retomar a ordem e garantir o direito de ir e vir da maioria. As manifestações são designadas sob diferentes alcunhas, como “marcha da insensatez”, como o faz o jornal O Globo (12 de Junho de 2013, Primeira Pagina), “guerra da tarifa”, como batiza a Folha de S. Paulo (12 de junho de 2013, Cotidiano, C4), ou simplesmente “caso de polícia”, como afirma Geraldo Alckmin (MANSO ET AL., 2013).

A capa da Folha no dia 12 de junho (Figura 4) nos transporta para um cenário semelhante ao de uma guerra civil. O plano geral da fotografia que ocupa toda a parte superior da página exhibe manifestantes mascarados cerrando fileira frente a uma barricada em chamas na Avenida Paulista. Ao contrário das Fotografias 1 e 2, nesta há maior

iluminação e os espaços escuros estão reduzidos. Os detalhes de informação da imagem são mais facilmente reconhecidos, apesar da baixa qualidade de sua definição. Mesmo assim, a região onde há fogo na foto parece muito provavelmente ter sido manipulada, acentuando um gradiente de cores que vai do amarelo ao vermelho e valoriza a tensão do momento, a ira dos manifestantes e tonifica a ideia de conflito e de ameaça à ordem.

Fotografia 3 - Militantes interditam a Avenida Paulista



Fonte: Folha de S. Paulo, 12 de junho de 2013, Primeira Página. Autor: Mariene Bergamo/Folhapress

Figura 4 - Capa Folha de S. Paulo, 12 de junho de 2013



Fonte: Acervo digital Folha de S. Paulo. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19523&anchor=5877141&origem=busca&originURL=&pd=0e49d703c40d3b85eea1ad91b81c94c7>>.

Fotografia 4 - Tropa de choque atirando bomba



Fonte: Folha de S. Paulo, 12 de junho de 2013, Primeira Página. Autor: Fabio Braga/Folhapress

A legenda da foto diz: “Militantes interditam a Avenida Paulista em manifestação contra o aumento das tarifas do transporte em São Paulo; foi o terceiro confronto com a polícia em menos de uma semana”. A manchete destaca: “Contra tarifa, manifestantes vandalizam centro e Paulista”. O título auxiliar corrobora: “No 3º e mais violento protesto, ativistas enfrentam a PM e atacam ônibus e estações de metrô; 20 são detidos”. Uma vez mais, exceto pela referência ao “vandalismo”, não há relação óbvia entre a imagem em maior evidência e as informações textuais que lhe seguem. O confronto não está explícito. A imagem por si só, portanto, não pode querer representá-lo. Aqui, no entanto, temos uma sequência de imagens que lidas em conjunto corroboram com o que se quer fazer crer.

A primeira e a segunda fotografias (Fotografias 3 e 4) se comunicam entre si e se complementam, sendo fundamentais na narrativa produzida pela notícia de que houve um confronto. Na primeira imagem temos manifestantes pondo em ação a tática que então ganhava notoriedade no Brasil, a tática *Black bloc*. O ângulo obtido pela fotógrafa, de baixo para cima (contra-Plongée), oferece uma perspectiva sobre os manifestantes em que eles estão em uma posição de poder, confiantes em sua força em cenário suntuoso e bastante simbólico. À esquerda, um homem com os braços levantados e boca aberta parece querer deixar claro que não está intimidado. A sua frente e no outro extremo da imagem vemos outros homens fortificar a barricada com papelão, um saco de lixo e pedaços de madeira. Ao centro, reunidos lado a lado e mais organizados, homens mascarados e vestidos de preto lançando mão de tapumes para se proteger e guardar posição contra a repressão policial. Na reunião de todos estes elementos estamos diante

de uma imagem que representa a contestação e a postura desafiadora de seus protagonistas.

A segunda fotografia retrata exatamente quem ou o que está sendo contestado - a polícia, mas, em última análise, o Estado e o seu poder. Há uma ambiguidade presente. A imagem registra o exato momento em que, pela posição de seu corpo (joelhos flexionados e olhar inclinado ligeiramente para cima), o policial aparenta estar disparando uma bomba de gás lacrimogêneo. Não podemos ver a bomba, mas o clique é preciso o suficiente para captar a imagem da chuva de faíscas e da fumaça expelidas através do cano da arma. À primeira vista podemos enxergar apenas uma demonstração de força e autoridade e do exercício da violência legítima pelo Estado, sobretudo, se nos ativermos ao primeiro plano. Mas, num olhar mais atento, ao notarmos a formação defensiva dos outros policiais no segundo plano, possivelmente buscando se proteger dos objetos arremessados pelos manifestantes, podemos interpretar que o enquadramento utilizado nos induz a ver na imagem também uma situação de vulnerabilidade.

Assim, a primeira e a segunda fotografia dialogam e, vinculadas às informações textuais, nos apresentam um contexto e uma narrativa. E aqui a disposição e o tamanho das fotos ao longo da página importam muito. Elas revelam a ação do editor na composição da capa do jornal. A fotografia que representa os manifestantes encontra-se acima de todas as outras informações, visuais ou textuais, da página, em evidência, com muito mais visibilidade. Comparativamente, ela é muito maior do que as outras duas fotos que lhe acompanham e isso é fundamental para que a história apresentada pela notícia faça sentido. Da manifestação pela revogação do aumento das passagens resultou um conflito aberto que teve como palco a Avenida Paulista. Colocadas em perspectiva, as Fotografias 3 e 4 nos permitem concluir que os policiais estavam em frente ao Museu de Arte de São Paulo (MASP) e os manifestantes, logo a sua frente, no sentido contrário ao museu. Ali houve um confronto e – por maior que fosse a disparidade de recursos – a violência dos protestos ameaça à ordem da cidade, como as imagens comprovam.

A terceira fotografia (Fotografia 5) também guarda relação de reciprocidade com as que lhe antecedem. Nela segue prevalecendo um tom entre o amarelo e o vermelho que também domina as outras fotos. Este mesmo registro é reproduzido também nas edições do mesmo dia d'O Estado de S. Paulo (também na capa) e d'O Globo, mas com sensíveis manipulações em cada reprodução. Enquanto no Estadão o amarelo sobressai e o efeito de iluminação da chama se restringe a área mais próxima dela, a foto publicada pelo O Globo traz chamas mais densas, mais avermelhadas, que inclusive tornam mais vivas as

cores do boné e do capuz dos homens mais próximos ao fogo. Na Folha, a imagem possui um tom mais alaranjado que faz com que a luz que vem das chamas alcance outros espaços. Isto se nota com maior nitidez em todo o terço direito da foto (especialmente na placa de trânsito e no céu em terceiro plano), onde as cores quentes se sobrepõem às cores frias e passam a mensagem de que ali há um fato que rompe com a normalidade do cotidiano.

Fotografia 5 - Ônibus em chamas na Folha



Fonte: Folha de S. Paulo, 12 de junho de 2013, Primeira Página. Autor: Rodrigo Paiva /RPCI.

Fotografia 6 - Ônibus em chamas no Estadão



Fonte: O Estado de S. Paulo, 12 de junho de 2013, Primeira Pagina. Autor: Rodrigo Paiva /Estadão Conteúdo.



## Fotografia 7 - Violência



Fonte: O Globo, 12 de Junho de 2013, O País, página 8. Autor: Rodrigo Paiva /Estadão Conteúdo.

Na composição da capa da Folha, a Fotografia 5 tem interação maior com a Fotografia 3. Juntas elas nos remetem a ideia de vandalismo reproduzida pelo senso comum, presente no imaginário social e reintroduzida pela manchete: “Contra a tarifa, manifestantes vandalizam centro e Paulista”. Há correspondência também com a Fotografia 4, mas o vínculo neste caso se dá por oposição, na medida em que ela reforça o antagonismo em relação aos policiais e põe os manifestantes em condição de “superioridade” – são 2 fotografias representando o vandalismo, apenas uma representando a tentativa de manutenção da ordem.

Para além de fazer circular e ser consumida certa narrativa discursivo-imagética, a Fotografia 5, especialmente, também sobre o que a manifestação e os manifestantes representam e como representam. Temos um veículo de grandes proporções sendo pichado, depredado e incendiado. O ônibus não é um elemento qualquer, nem para a foto nem para os manifestantes. É ele quem dá sentido à imagem. Ele é o objeto sobre o qual se dá a ação registrada pela câmera, uma ação emblemática para os manifestantes, afinal trata-se de um protesto motivado pelo preço da tarifa de ônibus e pelas condições do transporte público. O ônibus, no contexto fotografado, representa justamente aquilo que se contesta em última instância: a exploração capitalista do direito de se locomover na cidade e a própria existência do Estado, como sugere a inscrição anarquista pichada na lataria do ônibus. E, para além da insubordinação, o ônibus é também o objeto por meio do qual e sobre o qual os manifestantes realizam sua performance. Trata-se de uma violência dramatizada, encenada, que visa a chamar atenção do público (os representantes do Estado, a mídia, a população) para a causa e para os próprios manifestantes e sua luta.

## Fotografia 8 - Tempo quente no Centro



Fonte: O Globo, 11 de Junho de 2013, Segunda Pagina. Autor: Erbs Jr./Frame.

No mesmo sentido, a Fotografia 8 nos coloca diante de uma cena tão agressiva quanto performática. A imagem publicada no jornal O Globo exhibe um manifestante queimando a bandeira nacional durante protesto no centro do Rio de Janeiro. Não há informações adicionais (nem textuais, nem visuais) que nos permitam dizer com exatidão onde e em que altura da manifestação esta cena se passou. Por outro lado, ela explicita que os manifestantes que não são apenas agentes passivos diante das câmeras. A fotografia não apresenta tampouco representa somente aquilo que o fotógrafo quer que seja visto. Quando o objeto da foto é uma pessoa, o fotógrafo necessita que o fotografado “se deixe fotografar”. Há uma espetacularização na e da ação. Uma performance que só se completa diante das câmeras e para as câmeras. Há pelo menos três câmeras que registram o que acontece: a primeira é a que de fato registra o momento que vemos, manuseada pelo fotógrafo Erbs Jr., da Agência Frame; a segunda está em posse do homem de camisa listrada, bermuda e chinelos, num segundo plano; a terceira é aquela que emite uma luz no canto superior direito da imagem e que tem um tripé como suporte. Diante delas, os manifestantes exibem a bandeira em chamas. Trata-se de ato de contravenção, um crime tipificado de acordo com o Código Penal brasileiro. Na exibição da bandeira sendo consumida pelo fogo, há também uma exibição de si mesmo e de uma ação provocadora, anárquica, que contesta os governantes e o Estado-nacional.

O uso das fotos acima repete o padrão de busca pelo impacto. No primeiro caso, no primeiro plano temos um manifestante mascarado pondo fogo na bandeira do Brasil ao lado de outros dois manifestantes no Centro do Rio de Janeiro. O primeiro está ajoelhado frente ao fogo, segurando em suas mãos algo de difícil identificação. O

segundo, de pé, vestido exatamente como o personagem central da imagem (rosto completamente coberto, jaqueta preta, calças compridas e tênis) assiste passivamente, como a maioria ali reunida, ao que ocorre, numa cena que parece emular um ritual hierático. À volta do trio há outros manifestantes mascarados e é possível perceber também a presença de punks, com suas tradicionais roupas pretas e penteados moicanos. Ao fundo, bandeiras são agitadas. Os punks e os manifestantes com rostos cobertos por máscaras e lenços - acessórios que cumprem a função de evitar o reconhecimento por parte das autoridades, mas que também carregam forte simbologia na construção de sua identidade de manifestante - não constituem a maioria dos manifestantes, mas são escolhidos como o “rosto da manifestação”, como o seriam em tantas outras vezes. A atitude radical de queimar a bandeira nacional foi escolhida para retratar o protesto e a partir deste enquadramento o que se tem é um enfoque na rebeldia e no radicalismo: do ato, do comportamento, dos manifestantes, da manifestação.

Capturada e transposta para as páginas dos jornais, cenas como estas colocam os manifestantes em posição de perpetradores de um extremismo e de uma violência física e simbólica que lhes retira do campo da razão e lhes destitui de legitimidade. A construção da leitura destas imagens oferecidas pelos jornais diz: “vejam que absurdo o que estes *vândalos* estão fazendo!”. E deste ponto de vista, os protestos somente poderiam estar em um lugar fora política.

## **2.1 Depois de 13 de junho o país não foi o mesmo**

Para Nina Capello, integrante do MPL e à época estudante de direito, “(...) a manifestação [havia] se transform[ado] numa revolta popular”, não havendo como controlá-la. Em entrevista à Folha, a ativista imputa à “absurda” e “violenta” ação policial a responsabilidade pelo que se via nas ruas (BERGAMIM JR. & GERAQUE, 2013). A Polícia Militar, por sua vez, representada na figura do comandante responsável pelo policiamento nos protestos, o tenente-coronel Marcelo Pignatari, responde taxativamente: “o ânimo” dos manifestantes não está na defesa de uma causa e sim no desejo de “causar uma balbúrdia, uma baderna, quebrar a ordem”, o que sua corporação não permitiria (idem). Na televisão, no Jornal da Globo, Arnaldo Jabor, comentarista político da

emissora, esconjura os manifestantes em discurso inflamado e chega a compará-los ao grupo criminoso PCC (Primeiro Comando da Capital):

Mas afinal, o que provoca um ódio tão violento contra a cidade? Só víamos isso quando a organização criminosa de São Paulo queimou dezenas de ônibus. Não pode ser por causa de vinte centavos. A grande maioria dos manifestantes são filhos de classe média, isso é visível. Ali não havia pobres que precisassem daqueles vinténs, não. Os mais pobres ali eram os policiais apedrejados, ameaçados com coquetéis *molotov*, que ganham muito mal. No fundo, tudo é uma imensa ignorância política. É burrice misturada a um rancor sem rumo. Há, talvez, a influência da luta na Turquia, justa e importante, contra o islamismo fanático. Mas aqui, se vingam de quê? Justamente a causa deve ser a ausência de causas. Isso ninguém sabe mais: por que lutar?! O governo diz que ta tudo bem, apesar dos graves perigos no horizonte, como inflação, fuga de capitais, juros e dólar em alta. Por que não lutam contra o projeto de emenda constitucional 37, a PEC 37, por exemplo, que será votada no dia 26 no Congresso para impedir o Ministério Público de investigar? Talvez nem saibam o que é a PEC 37, a lei da impunidade eterna. Esses caras vivem num passado de uma ilusão. Eles são a caricatura violenta da caricatura de um socialismo dos anos cinquenta que a velha esquerda ainda defende aqui. Realmente esses revoltosos de classe média não valem nem vinte centavos (JABOR, 2013).

Como se vê, Jabor parte da ideia de que os manifestantes seriam apenas jovens de classe média, que por sua “ignorância política”, seriam influenciados por uma “velha esquerda” na busca por uma ilusória revolução, sendo capazes, contudo, de uma violência suficientemente nociva tal qual a praticada pelo PCC. Na suposta ausência de causas, o comentarista as sugere: austeridade econômica e combate à corrupção. Assim, a um só tempo, Jabor golpeia não apenas o MPL e os partidos de esquerda de menor expressão que lhes são simpáticos (a “velha esquerda que ainda crê em revolução”), mas também o PT, responsável pelo governo federal e, portanto, pela política econômica, além de estar em evidência naquilo que diz respeito ao mote da corrupção pelo caso do “mensalão”, cujo julgamento ainda não havia chegado ao fim.

Apesar do crescimento no engajamento junto à causa, que angaria cada vez mais apoio nas redes e novos participantes nas ruas, e das tentativas de defesa pelas acusações e rótulos direcionados ao movimento vindos de todos os lados, a disputa segue bastante assimétrica em desfavor do MPL. A desproporcionalidade pelo monopólio da narrativa sobre o sentido dos protestos é evidente. O ápice dessa campanha de desmoralização se daria no dia 13 de junho, com demandas explícitas por intervenções policiais mais austeras, que foram atendidas. Os editoriais dos principais jornais do país dão o tom do que estaria por vir. Como se houvesse uma guerra em curso pela soberania nacional, a Folha de S. Paulo fala em “retomar a paulista” e “pôr um ponto final nisso” – e tendo em vista este tipo de intervenção, vale ressaltar que, com tamanha animosidade propalada,

não é de se admirar que houvesse dentre muitos dos manifestantes quem acreditasse realmente estar participando de um processo revolucionário. Os “protestos abusivos” precisavam de um fim.

Sua reivindicação de reverter o aumento da tarifa de ônibus e metrô de R\$ 3 para R\$ 3,20 --abaixo da inflação, é útil assinalar-- não passa de pretexto, e dos mais vis. São jovens predispostos à violência por uma ideologia pseudorrevolucionária, que buscam tirar proveito da compreensível irritação geral com o preço pago para viajar em ônibus e trens superlotados.

Pior que isso, só o declarado objetivo central do grupelho: transporte público de graça. O irrealismo da bandeira já trai a intenção oculta de vandalizar equipamentos públicos e o que se toma por símbolos do poder capitalista. O que vidraças de agências bancárias têm a ver com ônibus?

(...)

No que toca ao vandalismo, só há um meio de combatê-lo: a força da lei. Cumpre investigar, identificar e processar os responsáveis. Como em toda forma de criminalidade, aqui também a impunidade é o maior incentivo à reincidência (FOLHA DE S. PAULO, 13 DE JUNHO DE 2013).

Em sintonia afinada, O Estado de S. Paulo também exige a sua maneira o fim das manifestações em editorial intitulado “Chegou a hora do basta”.

A PM agiu com moderação, ao contrário do que disseram os manifestantes, que a acusaram de truculência para justificar os seus atos de vandalismo. Num episódio em que isso ficou bem claro, um PM que se afastou dos companheiros, nas proximidades da Praça da Sé, quase foi linchado por manifestantes que tentava conter. Chegou a sacar a arma para se defender, mas felizmente não atirou.

(...)

A reação do governador Geraldo Alckmin e do prefeito Fernando Haddad - este apesar de algumas reticências - à fúria e ao comportamento irresponsável dos manifestantes indica que, finalmente, eles se dispõem a endurecer o jogo. A atitude excessivamente moderada do governador já cansava a população. Não importa se ele estava convencido de que a moderação era a atitude mais adequada, ou se, por cálculo político, evitou parecer truculento. O fato é que a população quer o fim da baderna - e isso depende do rigor das autoridades.

Espera-se que ele passe dessas palavras aos atos e determine que a PM aja com o máximo rigor para conter a fúria dos manifestantes, antes que ela tome conta da cidade (O ESTADO DE S PAULO, 13 DE JUNHO DE 2013).

O Globo, por sua vez, em pequena pincelada editorial também é taxativo:

REGIME DAS liberdades, a democracia tem anticorpos legais para se proteger de efeitos indesejáveis das próprias liberdades.

TODA VEZ que alguém, algum grupo rompe regras instituídas de convivência, o Estado precisa usar o monopólio da força.

OS VÂNDALOS e anarquistas que têm atuado na série de manifestações no Rio e em São Paulo, com depredações e danos ao patrimônio cultural e histórico da cidade, precisam conhecer estes limites usuais da democracia (O GLOBO, 13 DE JUNHO DE 2013a).

O governador Alckmin promete uma ação mais dura contra o vandalismo e a responsabilização pela destruição do patrimônio público, ressaltando, o que na sua visão, seria uma contradição na ação dos manifestantes: como poderia um movimento pró-

transporte destruir ônibus e estações de metrô? Não poderia. Trata-se de “absoluta violência, vandalismo, baderna inaceitável” (ALCKMIN, 2013, p. A1). Ao Estado de S. Paulo, Fernando Haddad vai além e insinua que os protestos liderados pelo MPL seriam produto de articulação da oposição, derrotada nas eleições municipais no ano anterior: “Nós temos compromisso com a liberdade de expressão. Aqueles que perderam podem se manifestar. Mas essa liberdade está sendo usada em prejuízo da população” (NETTO, 2013). Representando o governo federal, o ministro da Justiça José Eduardo Cardozo assevera ser legítimo que as pessoas expressem suas opiniões, mas “nunca com violência, nunca com atos de vandalismo” (idem).

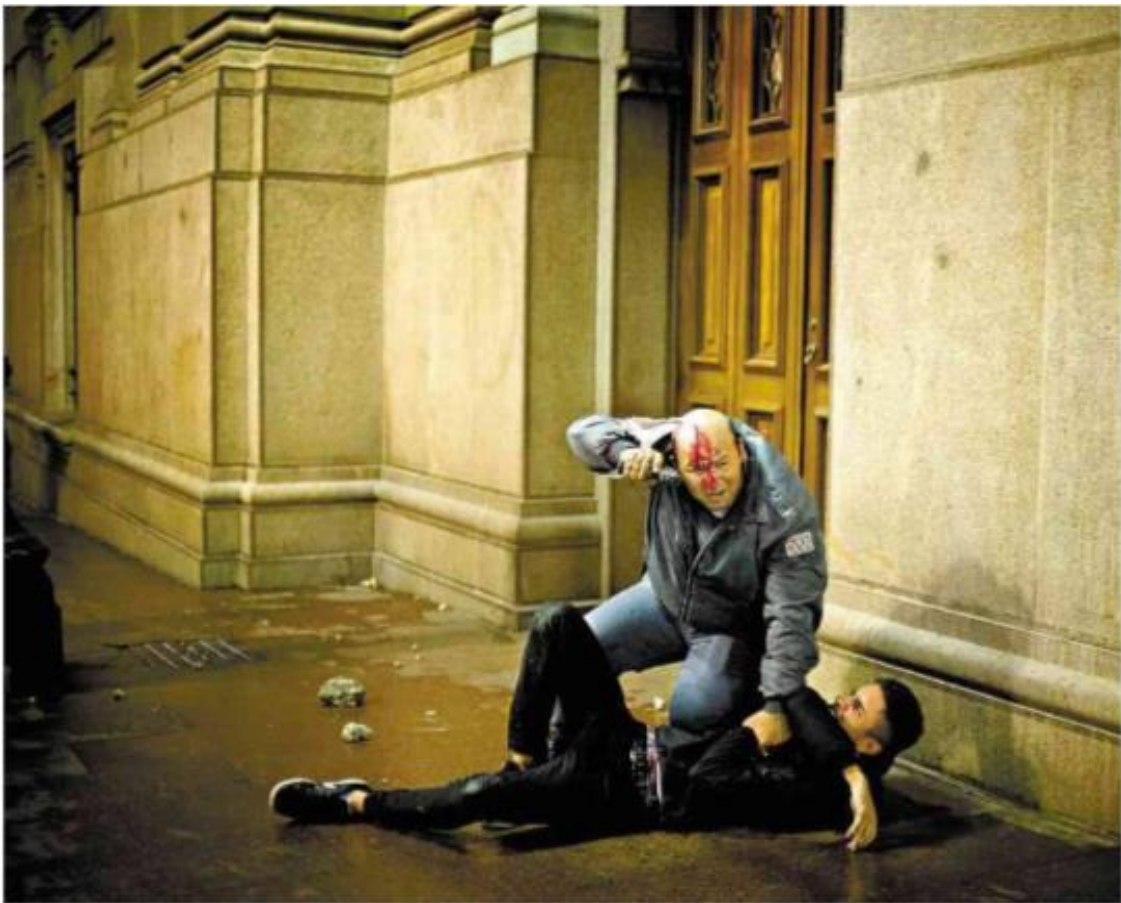
Como porta-voz da PM, o tenente-coronel Marcelo Pignatari diz à Folha que não vai deixar os manifestantes “à vontade pela cidade” e que a PM agirá para “evitar qualquer tipo de ação que quebre a ordem, que rompa os limites legais” (MONTEIRO & BERGAMIM JR., 2013). E contra as alegações de que não há como controlar a “revolta popular” ou de que haveria dentre os manifestantes pessoas que “não são do movimento”, o oficial sentencia: “a responsabilidade é deles” (MONTEIRO ET AL., 2013c). No mesmo jornal, em coluna semanal, Clovis Rossi correlaciona “o vandalismo embutido nas manifestações” à posição do Brasil no Índice da Paz Global (GPI), ranking mundial que avalia os indicadores da violência em 162 países e que no ano de 2013 pôs o Brasil no 81º lugar. Rossi afirma que os episódios que ocorreram nas manifestações ultrapassaram “qualquer limite civilizatório” e que a sociedade brasileira é refém de uma “violência que se tornou traço predominante”. E arremata pleiteando às autoridades que, já que a violência não consegue lhes emocionar “a ponto de levá-las a sair da letargia”, se “emocionem com os seus custos econômicos” (ROSSI, 2013).

Até mesmo o emprego do termo “vândalo” para adjetivar os manifestantes demandou explícita defesa diante das contestações expressas nas redes sociais virtuais, o que motivou o linguista Pasquale Neto a utilizar sua coluna semanal na Folha para tratar do tema. O autor classificou a discussão como uma “monumental baboseira” “baseada na cartilha do politicamente (in)correto”, um “macarthismo da mais pura cepa”. Para Pasquale, se num primeiro momento a palavra “vândalo” guarda, por extensão de sentido, uma relação com o conceito de estrangeiro, seu uso corrente e inevitável desgastaria com que a palavra perdesse sua “marca preconceituosa” e se tornasse “neutra” (NETO, 2013).

As manifestações, os seus significados, o léxico e o imaginário sobre elas estavam sob disputa que só aumentava à medida que o engajamento e participação cresciam a cada

ato. Um novo protesto estava marcado para o dia 13, uma quinta-feira de clima tenso em São Paulo, justamente pela promessa de novos conflitos. Ao contrário das capas d'O Globo e d'O Estado de S. Paulo, a Folha dedica a sua manchete aos protestos e o faz, outra vez, sob a alegoria do heroísmo policial. Em destaque absoluto em sua capa, o diário invoca o instante em que o policial militar Wanderlei Vignoli, encurralado por manifestantes durante protesto ocorrido no centro de São Paulo dois dias atrás, saca sua arma para se proteger de um possível linchamento. No dia anterior não houvera protesto. Naquele dia haveria.

Fotografia 9 - Encurralado



Fonte: Folha de S. Paulo, 13 de junho de 2013, Primeira Pagina. Autor: Drago/SelvaSP.

## Fotografia 10 - PM ferido afasta agressores



Fonte: Site da Associação Brasileira de Imprensa. Autor: Victor Dragonetti (Drago/SelvaSP).

Enquanto a Fotografia 9 é o mais próximo possível que podemos ter acesso digitalmente à imagem que estampou o jornal do dia 13 de junho (obtida por meio de captura de tela<sup>16</sup>), a Fotografia 10<sup>17</sup> é a imagem que a Associação Brasileira de Imprensa anuncia como a vencedora do Prêmio Esso de Fotojornalismo – o mais prestigiado para grande parte dos profissionais da área - do ano de 2013 em seu site. A diferença entre uma e outra imagem é evidente. Além da diferença de corte (na Fotografia 9 suprime-se parte da área do lado direito da foto) que causa um efeito de zoom e nos aproxima mais dos sujeitos fotografados, há também dois processos de edição distintos da fotografia. No primeiro caso, pressupondo – o que seria bastante plausível neste caso – que o fotógrafo tenha negociado uma versão *flat* (isto é, mais básica) da foto com a Folha, é possível afirmar que houve alguns procedimentos que buscaram tornar a imagem mais próxima dos padrões estéticos do jornal, como as alterações de balanço dos brancos (das partes brancas), de matiz, saturação e exposição, que tem por objetivo deixar a imagem o mais

<sup>16</sup> Muito embora a fotografia tenha sido

<sup>17</sup> Disponível em: <http://www.abi.org.br/anunciados-os-vencedores-do-premio-esso-de-jornalismo/>.



próximo possível de um aspecto “natural”, e que deixam a foto mais clara. Já no segundo caso, temos um efeito de vinheta forte e um contraste maior em relação à primeira imagem que além de deixar a imagem mais escura, pode nos sugerir um toque mais pessoal do fotógrafo, já que encontramos a mesma imagem em sites que noticiaram o prêmio vencido pelo autor da foto e em uma publicação da Mídia Ninja no Facebook que divulga uma exposição com fotos do coletivo e de seus parceiros e data de 14 de janeiro de 2014<sup>18</sup>.

Estética e tecnicamente, a fotografia salta aos olhos, primeiramente, por sua alta definição, mesmo que no primeiro caso a tenhamos extraído por meio de captura de tela de uma imagem já digitalizada, o que inevitavelmente piora a sua qualidade. Chama atenção a sua carga dramática e a vivacidade das cores, que, mesmo com a predominância dos tons pastéis (transgredida decisivamente na Fotografia 9 pelo vermelho do sangue e pelo preto da roupa do manifestante ao chão), cria uma sensação de exacerbação da realidade. Não admira que a fotografia tenha sido escolhida como vencedora do Prêmio Esso daquele ano. E por último, há de se ressaltar como, na reunião destes elementos, em se tratando da Fotografia 9, ela se diferencia daquelas que a Folha e outros jornais publicavam até aquele momento para retratar as manifestações, onde predominavam imagens com grande saturação e um incremento na vibração das cores quentes.

Figura 5 - Capa Folha de S. Paulo, 13 de junho de 2013



Fonte: Acervo digital Folha de S. Paulo. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19524&anchor=5877205&origem=busca&originURL=>>>.

<sup>18</sup> Ver em: <https://www.facebook.com/MidiaNINJA/photos/a.264997983658354/264998100325009>.

Nesta composição, observa-se ainda, imperiosamente, o rosto ensanguentado do policial e a sua expressão de desespero e tensão com a situação de relativa vulnerabilidade. Não há como ter certeza para onde ele olha, tampouco para onde aponta a arma, que pode estar na direção do fotógrafo, possivelmente na reta de outros manifestantes que o cercam – note-se ainda que, simbolicamente, ela está apontada para o leitor/espectador. A neutralização imposta ao manifestante no chão, que oferece resistência ao policial e o olha com indignação, e as pedras num segundo plano, que possivelmente provocaram o seu ferimento, somadas à linha editorial do jornal e à narrativa construída ao longo de toda a semana, além da própria forma como a imagem é acomodada para se relacionar com os sentidos oferecidos pelo discurso textual na capa do jornal, convieram a uma grade de interpretação muito clara: diante de uma situação limite, numa medida desesperada após ser ferido e sentindo-se ameaçado, um agente da lei lança mão do recurso à violência legítima.

É de certa forma irônico que a fotografia, vencedora da mais importante premiação do jornalismo brasileiro, seja de autoria de um colaborador da Mídia Ninja, pertencente ao coletivo de fotógrafos de rua SelvaSP, o fotógrafo Victor Dragonetti. Conforme revelado pelo próprio, em sua negociação pela imagem com a Folha, que lhe rendera quantia irrisória, havia a preocupação de que o jornal pudesse utilizá-la para “zoar a manifestação” (DRAGONETTI, 2015). Entre as partes fora combinado que o retrato ilustraria reportagem sobre a história do policial. O temor de Drago - como é conhecido - se confirmou e, assim, pela primeira vez uma de suas peças fotográficas foi publicada em um jornal, logo na primeira página. De acordo com ele, o impulso para o registro veio da preocupação com a sua própria integridade.

Todos começaram a correr e, de repente, o cara [o PM Vignoli] estava na minha frente apontando uma arma. Minha reação foi fotografar como instinto de segurança, porque ele poderia atirar em mim a qualquer momento (...)  
O PM foi violento, foi para cima do garoto [também na foto] e jogou ele no chão. (DRAGONETTI, 2013).

Significativamente, apesar de ter lhe rendido uma premiação, a fotografia não se encontra em nenhuma das redes sociais virtuais de Dragonetti. O fotógrafo optou pela divulgação e inclusão em seu portfólio disponível em seu site e redes outro registro feito naquele momento, que, como veremos, contém potencial para uma leitura completamente diferente daquela que fora atribuída pela Folha. O caráter indicial da foto não nos permite negar que tudo aquilo que é visto na foto de fato aconteceu. Mas como toda representação,

ela é um enquadramento possível da realidade. Ela não é imparcial, mas, “reenquadrada”, pode ter outros códigos e significados. No contexto jornalístico, vinculada a um texto, mais do que nunca a fotografia adquire um *status* de verdade cujo sentido seria supostamente universal. Assim, a fotografia torna-se proprietária de um apelo que, nas palavras de François Soulages (2010, p.22), seria a sua “função mágica de ilusão”, explorada com maior recorrência precisamente no jornalismo: a representação que ela enseja seria tomada como uma mediação que nos permitiria o poder da ubiquidade, podendo reclamar que aquilo de fato aconteceu - segundo a interpretação de uma determinada apropriação, inevitavelmente parcial, mas que se fará crer como isenta e conservadora de uma verdade única.

Assim, é importante que tenhamos em conta que, apesar da iconografia sugerida pelos grandes jornais e a despeito de suas disposições contrárias às manifestações, há pequenos intervalos nos quais encontramos oposições importantes à apreensão dominante dos fatos. Em contrapartida ao clima de animosidade conformado na grande mídia, cresce o repúdio de parte expressiva da sociedade à violência contra os manifestantes. Ainda no dia 13, O MPL recebe o apoio de organizações não-governamentais de direitos humanos, como a Artigo 19 e a Anistia Internacional. Conquanto admitindo a depredação do patrimônio público e “atos violentos de ambos os lados”, por meio de notas publicadas em seus respectivos sites e páginas oficiais nas redes sociais virtuais, as organizações se posicionam contra a discricionariedade da repressão policial e reforçam a importância do acesso ao transporte público bem como do direito de se manifestar como direitos fundamentais, conforme notícia O Globo (13 de junho de 2013b). Embora movidas pelo corporativismo, a organização Repórteres Sem Fronteiras e a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) também se manifestam repudiando a agressão e detenção de jornalistas durante os protestos constituindo um “entrave à liberdade de informação” (O GLOBO, 13 de junho de 2013b). Para a RSF, “os jornalistas não podem ser assimilados aos manifestantes” e “as forças da ordem devem comprometer-se a respeitar a neutralidade e integridade dos profissionais da informação”.

A própria Folha chega a oferecer espaço ao MPL para defender suas ideias e causas em artigo na seção opinativa “Tendências/Debates”. Por meio de uma linguagem combativa, típica da militância política de esquerda, o texto assinado por quatro representantes designados - Nina Cappello, Erica de Oliveira, Daniel Guimarães e Rafael Siqueira – arrazoa aos leitores sobre sua presença nas ruas e busca se justificar perante a opinião pública sobre as cenas de depredação e de confronto com a polícia. Enfáticos, os

ativistas põem em realce um aspecto até então inexplorado no debate e afirmam estar esgotado o modelo de transporte coletivo atual, baseado numa lógica de mercado e na concessão de sua exploração a grupos privados. Os sucessivos reajustes que, de acordo com o IBGE, transformaram o transporte no terceiro maior gasto das famílias brasileiras, também tiveram como efeito o impedimento do acesso ao “direito de se locomover”. Daí decorreria naturalmente a extrapolação do movimento pelas manifestações e sua transformação em “revolta popular”. Dito isto, dado o suposto caráter espontâneo da indignação e da insurgência, o MPL se permite se auto-eximir da responsabilidade pelos distúrbios que se irrompem nos protestos. Afinal, os “reais” responsáveis seriam aqueles que, por escolha política, “assinam os contratos e determinam os custos do transporte repassados aos mais pobres”. Violento, portanto, é o impacto causado pelo reajuste da tarifa “no bolso da população” (CAPPELLO ET AL., 2013). Em uma palavra, violenta é a estrutura, o sistema.

Nesta perspectiva, as críticas do MPL assumem uma contundência maior em relação a Fernando Haddad. O artigo menciona o prefeito duas vezes. Em ambas, em um tom de cobrança maior em relação ao governador Geraldo Alckmin. Haddad é acusado duplamente de se esforçar em transferir ou fugir de “sua responsabilidade”. Primeiro, o político petista é rebatido por tentar exigir que “o movimento assumira uma responsabilidade que não lhe cabe” – a violência e o vandalismo nos protestos, que como vimos acima, do ponto de vista do MPL nada mais é do que a reação legítima de quem é violentado pelo sistema. Depois, é reprovado por uma proposta de sua gestão, o bilhete mensal, que a partir de um valor fixo pago pelo usuário permitiria que o mesmo usufruísse sem limites do transporte rodoviário no período de um mês. O problema é que, de acordo com o MPL, a medida beneficiaria poucos usuários e o subsídio investido poderia ser utilizado para a redução da tarifa, contemplando um número maior de pessoas (idem).

As reprimendas direcionadas mais à figura de Haddad do que à de Alckmin reafirmavam a orientação da campanha do MPL muito mais à demanda pela redução do preço das passagens dos ônibus, cuja regulação é atribuição do município, do que dos trens e metrô, incumbência do governo estadual. Como observado por Judensnaider et al. (2013, p. 53), seria natural até certo ponto que MPL acreditasse que um governo de esquerda pudesse ser mais sensível às demandas de um movimento social, dada as origens e o histórico do Partido dos Trabalhadores. Além disso, como uma segunda razão contariam os próprios antecedentes do MPL, um movimento que cresceu e se organizou em torno da luta contra os aumentos das passagens de ônibus (idem).

Aos olhos de dirigentes petistas, inclusive do próprio prefeito Fernando Haddad, a insistência em pôr no centro das atenções a gestão municipal, foi interpretada como uma das evidências de que os protestos estavam sendo orquestrados ou, no mínimo, incitados pelas oposições. No plural, porque se acreditava que havia opositores tanto à esquerda quanto entre o centro e a direita. No primeiro campo, a desconfiança recaía fundamentalmente sobre os partidos críticos ao projeto político do PT, como PSTU, PSOL e PCO. No segundo, as preocupações remetiam principalmente ao PSDB, maior adversário petista desde 2002, e à imprensa, a quem se atribuía a função de desgastar a imagem não só do governo municipal de São Paulo, mas também do governo federal, por meio da exagerada repercussão. As suspeitas, todavia, careciam – como carecem até hoje – de fundamentação. É claro que, uma vez existindo a crise, seria plausível que todos estes grupos procurassem capitalizar para si os fatores que mais lhe conviessem.

No que diz respeito aos partidos de esquerda, era razoável esperar que, sendo opositores em relação à política petista de conciliação de interesses de classes, apoiassem os protestos por nele enxergarem uma oportunidade de mudança de paradigma na política nacional. A ascensão do MPL permitia vislumbrar a possibilidade de uma oxigenação na esfera dos movimentos sociais. Ao mesmo tempo, sua agenda adquiria especial importância em um contexto em que, sob sua ótica, o principal partido progressista do país dava mostras de estar se distanciando de suas bases originárias ao conciliar cada vez mais os ganhos de políticas distributivas com os ônus de um programa econômico de incentivo ao consumo capitalista. O coro junto ao MPL significaria defender uma reorientação do PT em direção a um aprofundamento radical dos compromissos históricos da esquerda, abrindo mão de uma política condenada ao insucesso, já que os interesses das classes populares e das elites seriam irrevogavelmente antagônicos.

Admitindo a percepção dos círculos petistas, do ponto de vista do centro e da direita, os ganhos que, sobretudo, o PSDB e a grande imprensa poderiam obter iriam exatamente à contramão deste tipo de aspiração. A crise gerada poderia ser – e foi – associada tanto à desacertada gestão econômica da administração federal, cujos gastos sociais e a incapacidade de controle da inflação seriam os principais entraves, quanto aos insultos à democracia liberal promovidos pela ação de grupelhos radicais de orientação esquerdista com a leniência de setores petistas. Assim, os resultados esperados com a aquiescência das manifestações seriam bastante diversos daqueles esperados à esquerda: austeridade, redução da intervenção estatal na economia e consequente diminuição dos gastos sociais.

Esta leitura realizada por alguns quadros petistas certamente não foi despropositada. Em sua forma mais radical, foi acionada de maneira a atribuir a Junho de 2013 a origem dos movimentos que culminaram no golpe sofrido por Dilma Rouseff em 2016. Além das críticas sofridas por suas gestões à época, consideradas injustas e fora de hora, argumenta-se que a forte rejeição aos partidos nos protestos foi decisiva na gestação de um sentimento antipetista que se disseminou na sociedade brasileira. O vice-presidente nacional do PT, Alberto Cantalice chegou a comparar as manifestações de 2013 com a Marcha da Família com Deus pela Liberdade que antecedeu ao golpe de 1964 que implantou no Brasil a ditadura militar que duraria até 1985 (VICE-PRESIDENTE do PT compara 2013 com marchas pró-ditadura, 2019). O maior expoente do partido, o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, também afirmou em diferentes ocasiões<sup>19</sup> haver uma natureza antidemocrática nos protestos de 2013, chegando a especular uma interferência do governo estadunidense, supostamente interessado na desestabilização de um governo de esquerda no Brasil.

A lógica subjacente deste tipo de interpretação é bastante problemática. Se o MPL ou outros grupos que participaram das manifestações possuíam ambições ou patrocinadores ocultos ou ilegais, até hoje isso não foi comprovado, restando às acusações apenas o plano das suposições. No entanto, no contexto das disputas pelos significados de Junho de 2013, ela surge como mais um dos recursos retóricos em jogo. Na medida em que condiciona a própria existência dos protestos aos interesses de outrem – os verdadeiros interesses a serem desvelados - que não os próprios manifestantes, opera-se uma redução de todos os atos de reivindicação liderados pelo MPL a um mero pretexto para desestabilizar os governos petistas, retirando assim toda a sua legitimidade. No limite, nega-se a política, já que, não sendo autêntico, o exercício de oposição política não seria também legítimo.

A conjunção entre as declarações de autoridades políticas e agentes públicos e posicionamentos explícitos dos principais veículos de comunicação do país e a disposição da Polícia Militar em cumprir com as ordens que lhes foram designadas conformou um clima de tensão que dificilmente poderia ser contornado. Suas consequências marcariam uma ruptura determinante nas manifestações. Nas mais de seis horas de protesto pelo centro de São Paulo, a PM paulista foi ainda mais violenta e arbitrária do que já havia

---

<sup>19</sup> Ver, por exemplo, notícia da Folha que destaca afirmação do ex-presidente Lula de que teria sido “precipitado considerar atos de 2013 democráticos” (LULA diz que foi precipitado considerar atos de 2013 democráticos, FOLHA DE S. PAULO, 11 de agosto de 2017).

sido até aquele momento. Antes mesmo de a passeata ter seu início, dezenas de detenções já haviam sido realizadas onde os manifestantes se concentravam, nas adjacências do Theatro Municipal<sup>20</sup>. Dentre os detidos, vários profissionais da imprensa, dentre os quais, os jornalistas citados na nota de repúdio da Abraji. Apenas meia hora após o ato pôr-se em marcha, o protesto converte-se em uma verdadeira batalha campal que duraria horas. A repressão absolutamente desproporcional atingiu indiscriminadamente manifestantes, jornalistas, cinegrafistas e comerciantes da região.

Quarenta e cinco anos depois, mais uma vez a Rua Maria Antônia seria palco de um conflito aberto entre grupos antagônicos<sup>21</sup>. Como em 1968, estavam lá presentes novamente a violência, a classe média e os estudantes. Desta vez, porém, o confronto não envolvia a luta pela democracia – ao contrário, gozava-se dela -, tampouco reunia somente universitários. Estes, agora, estavam do mesmo lado e, o oponente, muito mais organizado e preparado para este tipo de ocasião - conquanto o primeiro combate tenha sido muito mais grave e culminado na morte do estudante secundarista José Guimarães. Testemunha ocular da batalha de 2013, o jornalista Elio Gaspari descreveu o que se passou em artigo publicado ainda na noite do dia 13 nos portais online do jornal O Globo e da Folha de S. Paulo e, depois, em suas respectivas versões impressas:

Quem acompanhou a manifestação contra o aumento das tarifas de ônibus ao longo dos dois quilômetros que vão do Teatro Municipal à esquina da Consolação com a rua Maria Antônia pode assegurar: os distúrbios desta quinta-feira começaram às 19h10m, pela ação da polícia, mais precisamente por um grupo de uns vinte homens da tropa de choque, com suas fardas cinzentas, que, a olho nu, chegaram com esse propósito.

(...)

Formaram um bloco no meio da pista. Ninguém parou. Nenhum megafone mandando a passeata parar. Nenhuma advertência. Nenhum bloqueio sem disparos, coisa possível em diversos trechos do percurso. Em menos de um minuto esse núcleo começou a atirar rojões e bombas de gás lacrimogênio. Chegaram-se a Istambul.

(...).

Foi um cena típica de um conflito de canibais com os antropófagos (GASPARI, 2013).

Concomitantemente à transformação das ruas da capital paulista em praças de guerra, outro episódio bastante simbólico e anedótico dava a dimensão da percepção

---

<sup>20</sup> De acordo com matéria assinada por Janaína Garcia e Marivaldo Carvalho e publicada no portal de notícias UOL. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/13/policia-detem-cerca-de-40-manifestantes-em-protesto-contr-aumento-da-tarifa-em-sp.htm>. Acesso em: 14 de maio de 2020.

<sup>21</sup> Faz-se referência ao episódio que ficou conhecido como “Batalha da Maria Antônia”, no qual estudantes da Universidade de São Paulo, opositores da ditadura militar, entraram em confronto com estudantes da Universidade Presbiteriana Mackenzie, defensores do regime instaurado pelo golpe de 1964.

popular em relação aos protestos. No programa televisivo Brasil Urgente, exibido ao vivo pela Rede Bandeirantes, o apresentador José Luiz Datena levanta uma enquete para supostamente saber a opinião de seus telespectadores acerca dos acontecimentos em curso. Supostamente porque, pelo caráter ultraconservador e sensacionalista do programa, a enquete promovida no ar buscava apenas confirmar a percepção de seu âncora a partir da seguinte pergunta “Você é a favor desse tipo de protesto?”. Isto é, partindo do pressuposto de que é de amplo conhecimento o “tipo de protesto” ao qual se faz referência (um protesto violento, com vandalismo), questiona-se à audiência se a mesma o aprova ou não. Logo, a questão que subjaz é, na verdade: “Você é a favor desse tipo de protesto *violento*?”. Datena já havia criticado abertamente as manifestações em oportunidades anteriores em seu programa, e, enquanto a enquete seguia em tela, o apresentador discursava tentando influenciar seu público. A todo instante afirmava ser contra baderna, que o protesto *sub judice* incluía “depredação pública” e “quebra-pau” e que não estava falando sobre o aumento das passagens, da qual também discordava, mas do “tipo de protesto que tem acontecido aí”.

Diante de resultado parcial diverso daquele que se esperava, mesmo com pequena margem (sim = 1020/não = 895), que, no entanto, cresceria cada vez mais, o apresentador indaga se os telespectadores realmente haviam entendido a pergunta e a reformula para uma abordagem mais explícita: “Você é a favor de protesto com baderna?”. A disparidade entre o “sim” e o “não” só aumenta e, a pedido de Datena, cria-se outra enquete, zerando a votação anterior e ignorando suas respostas. A nova votação uma vez mais confirma o que já estava claro: uma expressiva parte da população de São Paulo apoiava os protestos. Novamente surpreso e evitando se indispor com seu público, o jornalista não vê outra saída a não ser afastar-se de sua avaliação inicial e asseverar que há muito tempo não assistia a um “show de democracia” como o que se via. E ainda complementa, arrematando: “Entre bandido e polícia, prefiro a polícia. Entre povo e polícia, prefiro o povo”. Tanto quanto era possível esperar, o episódio tragicômico rapidamente ganhou as redes sociais virtuais e entrou nos *trending topics*, a lista dos assuntos mais comentados do Twitter, tornando-se munição para a defesa das manifestações.

Ao fim da noite, mais um indicativo de que a maneira como os protestos estavam sendo percebidos passava por uma mutação. O prefeito Fernando Haddad declara: “Na terça-feira, a imagem que ficou foi a da violência dos manifestantes. Infelizmente, hoje não resta dúvida de que a imagem que ficou foi a de violência policial (...)” (HADDAD DIZ QUE PROTESTO EM SP FOI MARCADO POR ‘VIOLÊNCIA POLICIAL’,



FOLHA DE SÃO PAULO, 2013). Em nota, a Polícia Militar, responde às críticas por sua atuação afirmando ter agido “dentro dos preceitos constitucionais” e que seria “totalmente descabida qualquer declaração de que a PM tenha agido com o intuito de insuflar a violência” ('PARECE QUE PROTOCOLOS NÃO FORAM OBSERVADOS', DIZ HADDAD SOBRE POLÍCIA, G1, 2013). Já o governador Geraldo Alckmin, não se posiciona e se restringe a parabenizar, por meio de sua conta oficial no Twitter, a cidade de Guaratinguetá por seu 383º aniversário.

## **2.2 Quando a política se vê moralizada**

A primeira fase dos protestos se encerra com uma narrativa dominante muito clara sobre os fatos. Entre políticos, veículos de comunicação, jornalistas e representantes de instituições como a Polícia Militar e o Ministério Público, prevaleceu uma perspectiva *moralizante*. Muito pouco espaço foi dedicado à discussão da agenda reivindicada pelo MPL. Os temas do transporte público e da qualidade de vida nos centros urbanos foram escanteados em vantagem de uma cobertura jornalística voltada a espetacularização da violência. De maneira geral, os atos de violência e vandalismo foram tomados pela imprensa não como elementos constituintes que, combinados a outros, ajudam a assimilar os protestos, mas como os fundamentos mesmos que permitem definir o que *são* estes protestos. Neste diapasão, os significados de violência e vandalismo oscilam entre ora uma estratégia política ilegal e ilegítima com vistas a dar visibilidade às reivindicações e pressionar os poderes instituídos, ora uma ação em si mesma desprovida de qualquer racionalidade e para a qual as exigências de redução das tarifas não passariam de uma falsa e torpe justificativa para promover a desordem e o desrespeito às leis e às liberdades individuais e coletivas. Em ambas as significações, são entendidas como sinônimos e, portanto, como equivalentes, de modo que são igualados confrontos com policiais e depredações de patrimônios públicos e privados, podendo ser resumidas sob um signo único que incorporaria seus sentidos: violência. O corolário desta interpretação, por conseguinte, é a redução das manifestações e, a reboque, dos manifestantes a esta categoria, cuja utilização é, por definição, acusatória e normativa e cujo sentido não pode ser outro senão, pelo menos desde que nos entendemos por modernos, o da ausência de legitimidade.

O uso da palavra “violência” serve de maneira simultânea à constatação de um acontecimento e, de imediato, a sua contestação. Classificar um ato como violento, tem por implicação lógica e instantânea a condenação de quem o pratica e a exigência, do ponto de vista normativo, por uma ação reparadora, que pode vir apenas sob a forma de excusas ou, no limite, por meio de sanções penais. Conforme demonstrado por Misse (1999), embora possa nos remeter às múltiplas formas de seu exercício e, por isso, seja polissêmica, a noção de violência carrega consigo um sentido essencialmente negativo que inviabiliza que o seu emprego seja meramente constatativo. Desde o advento das sociedades modernas, o senso comum não permite um elogio da violência sem a sua condenação como contrapartida. Trata-se de problemática impregnada de conteúdo moral, pois que o exílio da ideia de violência a denotações ou conotações substancialmente negativas advém, como bem observado por Elias (2011 [1939]), justamente do desenvolvimento progressivo de uma sensibilidade moral à violência síncrona a um processo civilizador. Na passagem do século XIX para o século XX, o problema da violência ganhará contornos especiais quando associado às disputas políticas, o que merecerá uma abordagem mais vertical quando tratarmos das imagens fotográficas das manifestações.

O importante agora para o exame dos discursos mobilizados sobre Junho de 2013 é compreender que os enunciados que enfatizaram a violência como sua marca distintiva não operam somente a partir de um horizonte jurídico. Malgrado os limites da legalidade tenham de fato sido ultrapassados e isto não possa ser desconsiderado, a crítica à violência nos protestos fundamenta-se no estabelecimento de dicotomias que estão para além do legal e do ilegal, cumprindo também a função de demarcar os limites entre o certo e o errado, o bem e o mal. Ter a trama em tela circunscrita, já de saída, por sua normatividade jurídica é insuficiente a uma análise que se queira sociologicamente comprometida em ter a moral não como pressuposto, mas como uma categoria manipulada por determinado tipo de discurso. Isto porque, por um lado, ao contrário do que querem fazer crer muitos de seus propugnadores, o próprio direito positivista não está tão apartado da moral quanto se imagina. A existência e a larga aplicação de conceitos como “injusta agressão”, “boa-fé” e “crimes contra a honra” em sistemas jurídicos positivistas, como o brasileiro, comprovam o que se diz. Por outro lado, partindo de tal constatação, problematizar tanto a normatividade do direito quanto a moralidade que lhe é constituinte e ao mesmo tempo lhe extrapola, torna a presente análise menos suscetível aos riscos de uma possível indistinção entre objeto, representações e práticas sociais e seus componentes

ideológicos, que podem gerar uma sociologia moralizante, o que não seria incomum, como bem perceberam Misse (2012) e DaMatta (1993).

Por estas razões, o posicionamento ante as manifestações que ressalta antes de tudo a violência ou o vandalismo que nelas foram praticados e assim as define pode ser considerado, sociologicamente, moralizante. Apesar das nuances entre uma e outra intervenção, este tipo de discurso vai além da constatação e consequente crítica da ilegalidade exigida pela própria posição de alguns daqueles que o proferem. Se à primeira vista o legalismo parece ser a sua única razão de ser, um olhar mais atento revela os elementos morais que lhes estão agregados e lhes emprestam o necessário para a rejeição idêntica de legitimidade. Isto fica evidente quando verificamos que para além da denúncia de delitos e crimes, ou seja, dos atos propriamente ditos, a crítica da violência associa-se ao caráter de seus perpetradores e à natureza de suas motivações. Assim é possível falar de forma taxativa e pejorativa sobre os mascarados, sobre “os baderneiros”, “o bando de vândalos”, “bugios”, “filhos da puta”, “balbúrdia”, “burrice misturada com rancor” ou, de maneira mais sutil, atribuí-la a adversários políticos. Violento, portanto, é o outro.

### 3. AS IMAGENS DAS RUAS, AS IMAGENS NAS REDES

As imagens tiveram papel fundamental durante as manifestações de Junho de 2013. Se na cobertura jornalística feita pela imprensa tradicional elas foram amarradas a discursos verbais na construção de uma representação hostil às manifestações, por outro lado houve quem as utilizasse tendo em vista justamente efeito contrário. Entre os manifestantes e simpatizantes à(s) causa(s) elas serviram como armas precisamente para fazer oposição aos grandes meios de comunicação. Uma verdadeira guerra de imagens e narrativas se estabeleceu e uma figura adquiriu lugar de destaque na contenda: o *mediativista*. Individualmente ou em grupo e não necessariamente um profissional do campo da comunicação, este ator teve como missão auto-incumbida reportar pela internet, a partir de um ponto de vista explicitamente antagonista ao da mídia convencional, os episódios relacionados às manifestações.

Decerto, esta não foi a primeira vez em que os mecanismos midiáticos serviram à militância política no país. Qualquer revisão historiográfica sobre a relação entre a mídia e o ativismo político nos levaria a reconhecer, sem necessidade de um olhar demasiado crítico, que o vínculo entre estas esferas não foi fundado com o advento das manifestações de junho de 2013. Se o termo *mediativismo* sugere um canal de mídia que se caracteriza por seu ativismo político e por sua oposição às formas tradicionais de reportar notícias, reivindicando um novo paradigma para o jornalismo baseado na afirmação de sua parcialidade ideológica, então não há novidade alguma. Basta lembrar, para tanto, que desde, pelo menos, o século passado têm-se registros de iniciativas alternativas que vão desde os jornais da militância comunista a rádios piratas e comunitárias atuantes em favelas e periferias brasileiras. Poder-se-ia questionar, por conseguinte, com alguma razão, o porquê da utilização do termo *mediativismo* para caracterizar e distinguir como algo relativamente novo os grupos e atividades que se valem da produção de conteúdo midiático como uma forma de ativismo político se, a rigor, tais práticas estão em curso há tanto tempo.

Embora não haja consenso sobre a definição mais adequada para a prática mediativista, nas últimas décadas uma razoável produção acadêmica tem dispensado importantes esforços sobre o tema, senão na construção de um conceito que capte as singularidades e delimite os significados do que hoje por convenção se denomina como

mediativismo, ao menos na busca pela sua melhor descrição. Ainda no início do século, a jornalista Naomi Klein observava sobre o recém-criado Independent Media Center (Centro de Mídia Independente) - também chamado Indymedia -, hoje referência fundamental ao mediativismo em era digital em todo o mundo por seu pioneirismo durante os protestos de Seattle, em 1999, que a iniciativa representava uma “fusão entre a mídia e o ativismo<sup>22</sup>”. Esta visão foi corroborada por pesquisadores como Henrique Antoun (2001, p. 137), para quem o ICM se distinguiria em sua atuação por sua participação efetiva no desenrolar dos acontecimentos aos quais se prontifica a realizar cobertura, não se restringindo a noticiá-los meramente. Nestas formulações, porém, não são encontradas menções ao termo “mediativismo” especificamente.

Há questões linguísticas envolvidas que, se não devem fazer com que nos atenhamos em purismos, tampouco devem ser ignoradas, sob pena de que o rigor necessário à diferenciação de conceitos e expressões com sentidos distintos seja deixado de lado. Assim, é preciso notar que a primeira aparição da expressão “mediativismo” em uma publicação acadêmica de grande impacto se deu na versão em língua espanhola da coletânea organizada por Matteo Pasquinelli (2002) – na verdade, portanto, “*mediactivismo*”. Em sua versão original, no entanto, a coletânea registra os usos de “*media activism*”, em inglês, no título, e “*media attivismo*”, em italiano, sendo esta a forma predominante ao longo do volume. Se pensarmos na distinção existente entre “*media activism*” e “*mediactivism*” na língua inglesa, mesmo que consideremos estar falando de um “emaranhado universal, uma gíria rápida e suja”, conforme nos alerta Pasquinelli (idem, n. p), temos uma sinalização importante acerca do entendimento sobre a discussão: a primeira expressão, em tradução literal, quer dizer “ativismo de mídia” e é este o significado fundamental sugerido para *media attivismo* ou *mediactivismo* no conjunto da referida obra.

Para o próprio Pasquinelli, o *media attivismo* seria “não somente um fenômeno social ou político, [mas] um laboratório de inovação e experimentos de mídia e modelos sociais que se desenvolverão na sociedade do futuro” (idem, n.p., tradução nossa). Tratar-se-ia de um modo de ação política de tendência libertária, cuja origem no mundo anglo-saxão seria decisiva na sua configuração como “ativismo” – mais fluido e com maior autonomia do indivíduo - e não como “militância” – de organização mais rígida, hierárquica e burocrática -, típica da cultura latina. O autor assinala a existência de uma

---

<sup>22</sup> Em: <http://de.indymedia.org/2001/05/2116.shtml> e <http://docs.indymedia.org/rdiff/Global/StoriesAboutIndymedia>.

“batalha sobre a comunicação” que “não é mais apenas uma batalha por informações “verdadeiras”, objetivas e independentes”, mas pela reapropriação dos meios de comunicação, não como “meios de representação”, mas como meios de produção, isto é, “como meios de produção econômica, produção da imagem mundial, produção de necessidades e desejos” (idem, n.p., tradução nossa). Afirma ainda que “foram as inovações tecnológicas e não as políticas, o advento da Internet e das câmeras digitais mais que novos imaginários existenciais, que aceleraram a evolução do cenário da mídia independente e proporcionou um novo terreno para centenas de projetos” (idem, n.p., tradução nossa). Neste sentido, por conseguinte, o que se tem é uma compreensão da prática midiativista como uma ação fundamentalmente focada na democratização da comunicação e de seus meios e que se difunde, sobretudo nas redes digitais.

Em interpretação próxima, Carroll e Hackett (2006), desde uma perspectiva que dialoga com a sociologia dos movimentos sociais, lançam mão da ideia de um ativismo democrático de mídia (democratic media activism ou DMA). Trata-se de um campo diversificado e “até mesmo caótico” de ação coletiva, no qual atuam tanto entidades que interpelam o Estado a partir de agendas de reforma institucional, como grupos que procuram produzir os seus próprios conteúdos midiáticos e cultivar nichos sociais mais críticos e coletivos que criticam ou buscam intervir nos discursos das grandes corporações midiáticas propondo novos enquadramentos. Seu exercício tem sido desempenhado tanto por organizações autônomas quanto por grupos que mantêm relações estreitas ou integram de fato outros movimentos sociais, operando na transversalidade de pautas (CARROL & HACKETT, 2006, p. 86). Se, por um lado, tal pluralidade, de atores, identidades, causas defendidas e ações empreendidas, dificulta uma definição precisa do que seria a práxis midiativista, por outro, ela nos remete a questões importantes que não podem ser ignoradas na etapa atual de mudanças e sobreposições dos paradigmas de mobilização social do século XX e do século XXI.

Como notam Carroll e Hackett, o ativismo democrático de mídia que vem se consolidando nas últimas décadas provoca reflexões cercadas de ambivalências. Como os movimentos sociais clássicos e os novos movimentos sociais, este tipo de ativismo também se caracteriza pela formação de redes de indivíduos engajados a partir de culturas dissidentes, atuação extra-institucional com base na mobilização de recursos-chave (neste caso, mão de obra e tecnologia), e, na maior parte dos casos, por seu compromisso com a democracia e com os valores iluministas - razão e justiça. Além disso, em sua contestação à economia política da comunicação de massa e na execução de suas ações

(monitoramento de mídias, ativismo na internet, produção de conteúdo independente, dentre outras), este ativismo tem oferecido novidades às estratégias de protesto dos movimentos em geral, contribuindo significativamente para maior reflexividade das ações coletivas. Contudo, se a sua associação e entrada em outras causas e movimentos, por um lado, têm gerado uma “política de conexões”, por outro, também estaria minando as possibilidades de uma “identidade coletiva” bem definida, o que certamente foi um dos elementos centrais na formação dos movimentos sociais ao longo do século XX. Esta condição leva os autores a concluir que das práticas midiativistas dificilmente nascerá um movimento coeso e organizado em torno de uma agenda única, mas que eles podem ser fundamentais em tornar “a comunicação democrática um nexos e uma prioridade consciente para vários movimentos sociais críticos - um ponto nodal (na terminologia de Laclau e Mouffe [1985])” (CARROLL & HACKETT, pp. 99-100, tradução nossa).

Em Cardon e Granjon (2010), pela primeira vez o termo midiativismo (“*médiactivisme*”) aparece sob a forma mais corrente atualmente, com o prefixo “mídia” e o sufixo “ativismo” coligados na mesma palavra. Seguindo a trilha de estudos precedentes, como os supracitados, os autores chamam atenção para o distanciamento que o paradigma de ação midiativista estabelece em relação ao padrão de atuação política de modelos antecessores, como as mídias comunitárias e populares. Enquanto estas últimas costumam manter fortes laços com instituições sociais, entidades, partidos políticos, iniciativas do terceiro setor e igrejas, por exemplo, desenvolvendo ações voltadas e, portanto, delimitadas territorialmente às suas próprias comunidades, construindo uma identidade coletiva, o midiativismo contemporâneo tem se distinguido por uma atuação muitas vezes individualizada e reticente em relação às instituições sociais e políticas.

A definição de midiativismo que nos é dada pelos sociólogos franceses, no entanto, se singulariza em relação àquelas nas quais se apóiam Pasquinelli e Carroll e Hackett. Privilegiando uma perspectiva histórica, os autores adotam um conceito que abrange práticas e ações que nem sempre estiveram ligadas à internet, nos remetendo a iniciativas de mídias alternativas organizadas desde os anos de 1960, como os jornais revolucionários que possuíam estreita associação com organizações marxistas. Mesmo admitindo a existência de mídias alternativas de tendências conservadoras e reacionárias, Cardon e Granjon definem o midiativismo como “(...) mobilizações sociais progressistas que orientam sua ação coletiva para a crítica da mídia dominante e/ou a implementação de dispositivos alternativos de produção de informação” (CARDON & GRANJON, 2010, p. 8, tradução nossa).

No interior deste universo há dois tipos de midiativismo: aquele oriundo da crítica contra-hegemônica e aquele que se tipifica por uma crítica expressivista. O primeiro corresponde a um militantismo comunicacional denunciativista, que se pauta na acusação do viés ideológico e do caráter propagandista da mídia hegemônica, bem como das desigualdades na apropriação das informações em um sistema político e econômico que garante o monopólio dos meios de comunicação a determinados grupos (idem, pp. 14-15). O segundo tipo, por sua vez, não se limita à oposição à dominação simbólica, mas se compromete em “produzir informação como instrumento de emancipação (...) uma visão participativa da mídia que insiste no empoderamento, reflexividade, autoaprendizagem, experimentação e reapropriação da fala<sup>23</sup>” (p. 16, tradução nossa), encorajando os indivíduos a “dominarem os instrumentos de representação e simbolização de suas próprias condições” (p. 17, tradução nossa). Opera-se desta forma um deslocamento de preocupações de ordem objetiva para questões de natureza subjetiva e, neste sentido, o slogan da *Indymedia*, por exemplo, é paradigmático: “Dont’t hate the media, become the media” (p. 107). Importa mais garantir a diversidade de pontos de vista do que a pretensão pela objetividade – ilusória para os expressivistas. Segundo Cardon e Granjon, é exatamente neste contexto em que se insere o midiativismo contemporâneo.

Para a cientista política Alice Mattoni, há três acepções possíveis para o conceito de midiativismo (“*media activism*”), cujas diferenças, apesar de suas interconexões, podem ser entendidas a partir da identificação das ações as quais ele se refere e de suas características, motivações, estratégias e práticas. A pesquisadora então sugere três categorias para que se possa compreendê-las: “ativismo na mídia” ou “nos meios” (“*activism in media*”); “ativismo sobre a mídia” ou “sobre os meios” (“*activism about media*”); e “ativismo através da mídia” ou “dos meios” (“*activism through media*”) (MATTONI, 2013).

Por “ativismo na mídia” ou “nos meios” entende-se o uso de mídias como espaços de produção de conteúdos que visam fomentar mudanças culturais e sociais, desafiando a cultura dominante, suas representações hegemônicas, símbolos e ícones e seus grandes meios de comunicação. São exemplos deste tipo de midiativismo tanto vanguardas artísticas como indivíduos ou grupos de hackativismo, como o Anonymous, cuja atuação se dá em diferentes plataformas na internet, de maneira colaborativa e muitas vezes

---

<sup>23</sup> Aqui acreditamos que a tradução mais apropriada para “*parole*” no contexto da obra de Cardon e Granjon seja “fala”, ao invés de sua tradução literal - “palavra” -, por conferir um sentido mais amplo e forte à expressão.



internacional (MATTONI, 2013, n. p.). O “ativismo sobre a mídia” ou “sobre os meios” é enquadrado como um ativismo sobre os *media* e a comunicação, sobre as estruturas, a economia e a política da comunicação. Seu objetivo é a reforma das políticas de mídia, tanto em escala nacional quanto em escala transnacional, podendo ser considerado, portanto, como “o movimento em si” (idem, n.p.). Como um bom exemplo deste tipo de ativismo, poderíamos citar o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC). Já o “ativismo através da mídia” ou “dos meios”, se dá quando “(...) os ativistas usam as tecnologias midiáticas para organizar, promover e apoiar as atividades dos movimentos sociais” (idem, n. p., tradução nossa), como nas coberturas de protestos diversos realizadas por indivíduos ou coletivos engajados.

No Brasil, a literatura sobre o tema com frequência tem se utilizado de outro conceito próximo para descrever e analisar o midiativismo: trata-se da ideia de “midialivrismo”, muitas vezes acionada como um sinônimo para a prática midiativista. Curiosamente, como nota Savazoni (2014, p. 128), no contexto brasileiro, o conceito de “mídia livre”, de onde se deriva o neologismo midialivrismo, ganhou repercussão, sobretudo, a partir do Prêmio “Pontos de Mídia Livre<sup>24</sup>”, política pública federal criada durante o governo Lula através do Ministério da Cultura para o apoio de “iniciativas de comunicação livre e compartilhada, não atreladas ao mercado” (MINC ABRE CONSULTA PÚBLICA PARA EDITAL DE PONTOS DE MÍDIA LIVRE, pnc.cultura.gov.br, 2015). Em sua popularização, o termo passou a ser utilizado tanto na referência a mídias ou suportes técnicos que produzem, permitem acessar ou divulgam bens culturais livres – desde hardwares e softwares até formatos de arquivos e suportes que permitam acesso livre a conteúdos midiáticos -, quanto na designação de indivíduos e grupos que se opõem aos canais corporativos de comunicação jornalística e se oferecem como uma alternativa democrática na difusão da informação e mensagens, universo que nos interessa mais.

Em trabalhos como o de autoria de Malini e Antoun (2013), por exemplo, o termo midialivrismo chega a ter uma incidência muito maior do que a expressão midiativismo ao longo do texto. Ambas as denominações carregariam o mesmo sentido, aludindo a uma atividade política cujo objetivo último consiste em “*hackear*” as narrativas oferecidas

---

<sup>24</sup> Trata-se de programa que, por meio de edital público voltado a entidades e coletivos culturais, visava fomentar a formação de uma Rede Nacional de Pontos de Mídia Livre e contribuir para o desenvolvimento das ações estruturantes da Política Nacional de Cultura Viva, prevista pela Lei 13.018/2014.

pelos grandes meios de comunicação. De acordo com os pesquisadores, inclusive, para captar a especificidade do atual momento do midiativismo seria necessário distinguir entre o midialivrismo de massa e o midialivrismo ciberativista. Apesar de beberem em fonte comum, as lutas antidisciplinares dos anos 1960 e 1970, e de se irmanarem hoje na reivindicação de uma economia política democrática da comunicação e dos meios, estes dois tipos de midialivrismo teriam origens e orientações bastante distintas (MALINI & ANTOUN, 2013, pp. 21-22).

O midialivrismo de massa, que, basicamente, se basearia naquilo que Cardon e Granjon denominaram como “críticas contra-hegemônicas”, se reconheceria nas experiências dos novos movimentos sociais urbanos que, mesmo envolvidos em lutas mais amplas, antagonizam contra o industrialismo midiático e à comunicação empregada por conglomerados empresariais nacionais e transnacionais. O midialivrismo ciberativista, por seu turno, estaria ligado à arte radical e a movimentos de contracultura, valendo-se do suporte de tecnologias informáticas e da construção de redes para a criação de novos processos compartilhados de comunicação, onde a produção da informação e da cultura deve ser livre de intermediários e voltada para o comum. O primeiro ainda investe em iniciativas baseadas em uma dinâmica de comunicação *um-todos*, que, dentro do paradigma da radiodifusão, privilegia o emissor, como veículos de imprensa alternativos. O segundo, através dos novos meios, recusa a mediação e a hierarquia de poderes e produz conteúdos fortemente atrelados à cultura, como videoarte, *performances* e instalações participativas ou imersivas (idem, pp. 22-23). Observa-se, portanto, um processo de transformação que aponta para dinâmicas mais fluidas, colaborativas, autônomas e individuais numa nova esfera pública digital, ou nas palavras de Malini e Antoun, no ciberespaço (p. 24), que coexistiria com um modelo midialivrista mais próximo a partidos, sindicatos e outras instituições, mas que opera numa zona mais hostil às formas tradicionais de organização política.

Tendo em vista esta metamorfose, Bentes (2015) assinala a emergência de uma “mutação antropológica” na qual as pessoas individualmente passam a enxergar a si mesmas como potenciais produtoras de conteúdos relevantes que podem impactar a sociedade. Trata-se de um novo paradigma comunicacional, orientado pelo princípio segundo o qual “a mídia somos nós” e que se respalda não no ato informativo (ou não apenas nele), como o jornalismo, mas na conversação e na “memética”, na replicação de ideias ou de parte dos elementos que as compõem, palavras, imagens, sons, valores estéticos e morais, línguas, num fluxo sempre aberto à transmissão e a mudanças de

sentido. Como a autora ressalta, “o midialivrisimo e o midiativismo se encontram numa linguagem de experimentação que cria outra partilha do sensível, experiência no fluxo e em fluxo, que inventa tempo e espaço, poética do descontrolo e do acontecimento” (BENTES, 2015, p. 21).

É exatamente no centro desta nova conjuntura que a autora situa a prática midiativista e midialivrista de grupos como a Mídia Ninja, diferenciando-a do jornalismo corporativo. Segundo Bentes, à diferença do jornalismo convencional, o midialivrista é parte constituinte, por exemplo, de um protesto, ato ou manifestação. Ele não vai às ruas somente para registrar e reportar o que acontece, ele é parte constituinte do que acontece: “é um corpo da multidão e a comunicação é uma das formas de mobilizar e organizar, expressar, essa multidão” (BENTES, 2015, p. 14). Por isso, os conceitos clássicos do jornalismo são insuficientes para descrever e explicar experiências como essas. A comunicação midiativista/midialivrista representa um deslocamento em direção à expressividade e à invenção, que se não faz desaparecer conceitos e práticas tradicionais, “altera ontologicamente o jornalismo pensado como prática de poder” (idem, p. 13).

Esta seria também a mesma interpretação oferecida por Braighi (2016) e Braighi e Câmara (2018), não fosse a necessidade enxergada pelos autores de separar e distinguir conceitos afins ao midiativismo. Para eles, este último não poderia ser confundido com os conceitos de mídia alternativa, mídia livre, mídia radical e mídia comunitária, os quais são considerados pelos pesquisadores como formas de ativismo midiático, mas não midiativismo em acepção (BRAIGHI & CÂMARA, 2018, pp. 28-29). O primeiro deles funcionaria como uma espécie de guarda-chuva para os demais, abarcando todos os outros como categorias a ele associadas. É importante lembrar aqui a pertinência da observação feita por Peruzzo (2008, p. 3) de que a concepção de “alternativa(o)” concerne não somente a uma concepção de trabalho específica ou à condição estigmatizada dos sujeitos que lhe produzem, mas se pauta, principalmente, pela ideia de comunicação livre, desvinculada de quaisquer instâncias de inclinações conservadoras, sejam elas governamentais ou empresariais. No que diz respeito ao midiativismo, tal conceito, no entanto, guarda uma relação de complementaridade e insuficiência ao mesmo tempo: o midiativismo pode ser um tipo de mídia alternativa, mas a noção de mídia alternativa não é suficiente para definir o que seja midiativismo.

O segundo conceito, o de mídia livre, faria alusão a um ativismo cujo compromisso primeiro é direcionado, isto é, procede antes de tudo na luta pelo acesso à informação e pela democratização da comunicação, tal como na carta global redigida pelo

Fórum Mundial de Mídia Livre (FMML). A definição de mídia livre, portanto, distancia-se do conceito de midiativismo justamente porque este nos remeteria a prática de caráter mais genérico, relacionada a qualquer causa, sem foco definido (BRAIGHI & CÂMARA, 2018, p. 29). O terceiro conceito, o de mídia radical – e aqui a referência fundamental com a qual os autores dialogam é Downing (2004; 2009) - se diferenciaria da proposta conceitual de Braighi e Câmara para midiativismo por duas razões: i) por sua amplitude e indistinção<sup>25</sup>; e ii) por sua submissão aos objetivos dos movimentos sociais (BRAIGHI & CÂMARA, 2018, p. 30). Por fim, o quarto conceito, o de mídia comunitária, diz respeito a uma forma de ativismo midiático que se vale das mídias e da comunicação para servir a uma determinada comunidade, contrastando com as possibilidades mais amplas a que o midiativismo pode se relacionar (BRAIGHI & CÂMARA, 2018, pp. 28-29).

Para os autores:

Midiativismo só se faz com midiativistas, sujeitos portadores de uma vontade solidária, que empreendem ações diretas transgressivas e intencionais, e veem as próprias capacidades de intervenção social, antes localizadas, sendo potencializadas. Isso, por meio de um registro midiático que visa *necessariamente amplificar conhecimento, espalhar informação, marcar presença, empreender resistência e estabelecer estruturas de defesa* (grifo nosso).

Poderíamos prosseguir na exposição sobre as muitas elucubrações, descrições e definições elaboradas por estudiosos do tema desde a virada do século, mas acreditamos que o objetivo já tenha sido alcançado. Não é nosso objetivo oferecer qualquer nova interpretação ou roupagem à significação do midiativismo, tampouco apontar para aquela que seja a mais apropriada, apenas apresentar um panorama das contribuições que foram dadas ao longo das últimas décadas pela literatura especializada. Como vimos, o conceito de midiativismo ou a ideia que se tem sobre a prática midiativista é polissêmica e ainda há muitas acepções que continuam a ganhar tração em um debate que deve permanecer aberto durante algum tempo, cada qual iluminando faces distintas e importantes de um mesmo fenômeno. Não há como afirmar que alguma definição em especial tenha se sobreposto em meio aos muitos sentidos e significações que lhe são imputados.

Existe, no entanto, o reconhecimento consensual de que hoje não há como falar de midiativismo sem assumir a conexão estrutural entre as práticas classificadas sob tal designação e o contexto de expansão da internet e das redes sociais virtuais como um

---

<sup>25</sup> A definição de Downing de mídia radical acolhe desde canções populares até adesivos de pára-choques de caminhões. Para o autor, “a mídia radical alternativa está onde a base de tudo é a comunicação entre pessoas ativas, e essa comunicação possa ou não, ser mediada por aparelhos” (DOWNING, 2009).

terreno de articulação e mobilização política – mesmo para aqueles que concebem o midiativismo como uma prática de longa data. O alcance do ativismo que se faz a partir das mídias sociais na chamada “era digital” é significativamente maior do que aquele alcançado por formas precedentes deste tipo de atividade política. A despeito dos efeitos do “capitalismo informacional” (CASTELLS, ANO), ao menos desde o fim do século XX, há certa perspectiva de entusiasmo com as potencialidades do exercício de resistências contra-hegemônicas a partir dos recursos da internet e das tecnologias digitais (LEVY, 1998; CASTELLS, 2001; 2013; LANGMAN, 2005; SCHERER-WARREN, 2005; UGARTE, 2008). A velocidade com a qual as informações são compartilhadas, a possibilidade da conexão entre indivíduos, coletivos e lugares distantes entre si, os baixos custos relacionados à utilização dos seus recursos e a popularização do acesso à internet permitem que a proliferação de discursos e imagens e o estabelecimento de novas relações individuais e/ou coletivas baseadas em algum tipo de desejo ou objetivo comum atinjam escalas e níveis de complexidade jamais vistos.

Nessa contextura, há reconhecimento também – e, é verdade, explícita valorização – da centralidade da auto-expressão e da apropriação das ferramentas tecnológicas na construção e mobilização de novas narrativas, valores, estéticas, moralidades e subjetividades. A dinâmica das redes digitais confere a possibilidade de a ação midiativista ser efetivada por apenas um indivíduo, ao contrário dos modos mais tradicionais que prezam pela coletividade. Não raro, a atuação isolada, inclusive, como observado por Macedo, Silva e Cardoso (2017), pode proporcionar ao ator o status de um herói que, dotado de carisma (no sentido weberiano), desconstrói as distorções feitas pelos grandes meios de comunicação. É neste sentido que, inspirados nas ideias de autores como Deleuze e Guatarri (2011), Rancière (2014) e Hardt e Negri (2005), analistas como Malini e Antoun (2013) e Bentes (2015) ressaltam a potência que as ações midiativistas guardam em si de produzir novas subjetividades, de engendrar uma nova partilha do sensível e de desafiar o poder das grandes corporações da comunicação e do Estado, representando a emergência de uma mídia da multidão, sempre abertas à multiplicidade de identidades e singularidades, à interação, ao diálogo, à colaboração, mas também às disputas, ao embates entre visões de mundo diferentes.

É este o quadro de referência que devemos ter em mente quando pensamos em midiativismo e é dentro deste cenário que a Mídia Ninja se insere e deve ser compreendida.

### 3.1 Uma breve contextualização do surgimento da mídia ninja

A história da Mídia Ninja está ligada à história de outra rede de coletivos dedicada a iniciativas políticas, culturais e de tecnologia social, o Circuito Fora do Eixo (FdE), este que, por sua vez, deriva do coletivo Espaço Cubo, fundado em 2002, em Cuiabá (MT), pelo produtor cultural Pablo Capilé e pelas comunicadoras Lenissa Lenza e Mariele Ramires. Este coletivo tinha como propósito, inicialmente, realizar ações laboratoriais na cadeia produtiva cultural independente e local, a partir de uma economia comunitária e, sobretudo, no âmbito musical, mas à medida que o trabalho da organização prosperou e foi agregando novos atores de outros estados e regiões, o objetivo passou a ser articular um circuito cultural não-comercial por todo o território nacional e estruturado *fora do eixo* Rio-São Paulo – o que forneceu as bases, incluindo o próprio nome, para a criação, no fim de 2005, do FdE. A partir de então a organização transforma-se: a política e cultura se entrelaçam sem que se possa dissociá-las – se é que havia como o fazê-lo antes - e a rede de coletivos de música passa a ser uma rede de coletivos que atua também no campo da tecnologia social e se orienta ideologicamente por valores de compartilhamento.

É relevante destacar que o surgimento do FdE se dá num contexto bastante favorável no Brasil, sobretudo, politicamente, pois que àquela altura havia grande fomento do governo federal à cultura e à participação social. No rol das ações idealizadas, o programa Cultura Viva foi determinante na gestação de um novo modelo de política cultural, baseado na gestão compartilhada e colaborativa em rede em diferentes níveis de governo e em mecanismos democráticos de diálogo com a sociedade civil, estimulando a autonomia dos gestores e a participação cidadã (TURINO, 2009). O grande pilar deste programa certamente foram os Pontos de Cultura, que desempenhavam o papel de articular e produzir ações culturais no nível comunitário. Mas importante também foram os Pontos de Mídia Livre, uma linha auxiliar dos Pontos de Cultura que, como já explicamos em nota anterior, se destinava a apoiar entidades e coletivos que produziam ou davam suporte a projetos de comunicação livre. E, acompanhando este quadro de novas políticas para a cultura, medidas como investimentos e suporte ao desenvolvimento de softwares livres e o uso de licenças Creative Commons, sinalizavam uma postura de convergência com as demandas de ativistas da área. Assim, como salienta Savazoni (2014, p. 153), o Fora do Eixo nasce e se desenvolve em uma época em que há um

significativo investimento estatal na popularização da tecnologia e incentivo à inovação no campo da cultura.

Em entrevista concedida a Bruno Torturra, à época repórter da Revista *Trip*, Pablo Capilé revela:

“A nossa geração não tinha uma bandeira muito clara como a dos anos 60, que lutava contra alguma coisa. Nem a crise existencial da turma dos anos 80, que estava tentando se entender. Mas a gente decidiu lutar por alguma coisa. E com a internet apareceu uma possibilidade real de se comunicar, de inventar uma carreira sem precisar passar pelos caminhos corporativos”, diz Capilé em seu escritório, ou como prefere chamar “a Casa Civil” da rede. (TORTURRA, 2011).

Forjando-se através da promoção de ações culturais e do ativismo político, o FdE se espalha pelo Brasil e passa a coordenar diversas casas coletivas pelas principais capitais do país – com a casa de São Paulo tendo maior visibilidade - que, além de servirem como base para atividades coordenadas, também são utilizadas como moradia para seus principais integrantes. Segundo Savazoni (idem, p. 27), em 2012, de acordo com inventário feito pela própria organização, sob a articulação do FdE havia 122 coletivos, 5 casas e 400 coletivos parceiros, números que se alteraram após Junho de 2013: a quantidade de casas sob responsabilidade do FdE saltou para 18, o de coletivos diminuiu para 91 e o de coletivos parceiros cresceu para 650, mobilizando cerca de 2000 pessoas. Toda esta estrutura operava a partir de quatro eixos principais de atuação:

a) *Partido*, que se encarrega da articulação política; b) *Universidade*, que cuida da formação de novos integrantes e do aperfeiçoamento dos já existentes; c) *Banco*, que gerencia o caixa da rede, inclusive as moedas sociais; e d) *Mídia*, que realiza as coberturas dos eventos produzidos. (FOLETTTO, 2017, p. 86, grifo do autor).

É exatamente dentro deste formato, mais precisamente no último eixo - apesar da interlocução com os demais núcleos de ação -, que o FdE incuba aquilo que viria a ser a Mídia Ninja, mas que antes foi a embrionária e muito simbolicamente denominada Pós-TV. Desde sua fundação, o Fora do Eixo procurou desenvolver através dos recursos disponíveis na internet as suas próprias mídias. Assim foram criados canais do FdE, como a página da organização no Orkut, os chats no MSN e os blogs no Blogger, nos quais eram produzidos e compartilhados conteúdos como registros fotográficos, textos, programas de WebTV, manifestos, etc. (SAVAZONI, pp. 126-127). A Pós-TV nasce justamente do desenvolvimento destas atividades, dando luz a um canal próprio de

*streaming*<sup>26</sup>, voltado à realização de debates sobre pautas diversas e transmissão de ações do FdE e de organizações parceiras e atos de protestos, como a emblemática Marcha da Liberdade, a primeira grande manifestação na qual o coletivo esteve envolvido tanto na sua articulação quanto na sua cobertura em tempo real. Na ocasião, ativistas e movimentos sociais foram às ruas reagir à proibição por parte do Supremo Tribunal Federal quanto a realização da Marcha da Maconha daquele ano, que mesmo assim ocorreu e foi violentamente reprimida pela polícia. Em seu manifesto, seus articuladores se definiram não como uma organização ou um partido, mas como uma rede que, embora se dirigisse à população por canais digitais, era “feita por gente de carne e osso”, que se organizava “de forma horizontal, autônoma e livre”, e convocava:

Todos aqueles que não se intimidam, e que insistem em não se calar diante da violência. Contamos com as pernas e braços dos que se movimentam, com as vozes dos que não consentem. Ligas, correntes, grupos de teatro, dança, coletivos, povos da floresta, grafiteiros, operários, hackers, feministas, bombeiros, maltrapilhos e afins. Associações de bairros, ONGs, partidos, anarcos, blocos, bandos e bandas. Todos os que condenam a impunidade, que não suportam a violência policial repressiva, o conservadorismo e o autoritarismo do judiciário e do Estado. Que reprime trabalhadores e intimida professores. Que definha o serviço público em benefício de interesses privados.

Ciclistas, lutem pelo fim do racismo. Negros, tragam uma bandeira de arco-íris. LGBTT, gritem pelas florestas. Ambientalistas, cantem. Artistas de rua, defendam o transporte público. Pedestres, falem em nome dos animais. Vegetarianos, façam um churrasco diferenciado!

Nossas reivindicações não têm hierarquia. Todas as pautas se completam na perspectiva da luta por uma sociedade igualitária, por uma vida digna, de amor e respeito mútuos. Somos todos pedestres, motoristas, cadeirantes, catadores, estudantes, trabalhadores. Somos todos idosos, índios, travestis. Somos todos nordestinos, bolivianos, brasileiros, vira-latas.

E somos livres. (MARCHA DA LIBERDADE, 2011).

Reivindicando a liberdade de expressão e manifestação, a Marcha pela Liberdade reuniu em seu primeiro ato, no dia 18 de maio de 2011, aproximadamente cinco mil pessoas na Avenida Paulista, em São Paulo. Dez dias depois, em novo evento, a Marcha levou manifestantes às ruas de mais de 40 cidades brasileiras e envolveu mais de 100 organizações<sup>27</sup>. Ao longo do processo organizativo, o FdE e seus integrantes participaram ativamente na produção de peças gráficas, conteúdos digitais, páginas da web e nas assembleias que deliberavam sobre o acontecimento da Marcha. Foi também durante as marchas que o Fora do Eixo, através da Pós-TV, deu início aos primeiros trabalhos de

---

<sup>26</sup> Tecnologia capaz de transmitir e acessar dados em tempo real sem que haja necessidade de download do conteúdo pelo dispositivo utilizado.

<sup>27</sup> Conforme noticiado pelo portal de notícias do UOL:  
[https://noticias.uol.com.br/album/110618marchaliberdade\\_album.jhtm?abrefoto=26](https://noticias.uol.com.br/album/110618marchaliberdade_album.jhtm?abrefoto=26).



transmissão audiovisual online em manifestações, expediente que mais algum tempo depois seria utilizado pela Mídia Ninja (SAVAZONI, 2014, pp. 90-91). No ensejo da Marcha da Liberdade, cerca de duas mil pessoas acompanharam por streaming o protesto. Segundo Bruno Torturra, àquela altura já integrante do Fora do Eixo e âncora da primeira transmissão da Pós-TV, a primeira Marcha da Liberdade teve uma audiência de nada menos do que 90 mil espectadores/internautas ao longo de seis horas de transmissão (TORTURRA, s.d.).

O sucesso do canal atraiu, além de Torturra, outros nomes importantes do jornalismo e da produção cultural, como o crítico musical Alex Antunes, o editor Lino Bocchini e o produtor cultural Cláudio Prado, e fez o Fora do Eixo pensar a Pós-TV como um projeto ao qual deveria ser dispensada atenção especial (TORTURRA, s.d.; SAVAZONI, 2014, p. 127). Desta necessidade, então, surge, a Mídia Ninja ou somente os NINJA, acrônimo de Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação que faz o grupo midiativista carregar já em sua anunciação o seu propósito e a sua posição. Nesse sentido, é significativo notar que o “A”, evoca a “Ação” como princípio e não como “Ativismo”. De acordo com Torturra, esta seria uma escolha consciente, que parte do pressuposto de que o jornalismo é uma ferramenta política e um ativismo em si (LORENZOTTI, 2014, p. 10). Enquadrando-se no elenco das iniciativas originadas no interior de e fomentadas pelo Fora do Eixo, a Mídia Ninja se constituiria, mais tarde ela própria em uma rede autônoma, conforme estimulado pelo próprio FdE (SAVAZONI, 2014, p. 126), muito embora seja inegável o fato de que foi a Mídia Ninja, mais do que qualquer outra iniciativa, quem alavancou a visibilidade do Fora do Eixo, principal, irônica e justamente “no eixo”.

A ideia, no entanto, demorou a chegar à forma de prática efetiva, o que ocorreu somente no dia 27 de março de 2013, quando a Mídia Ninja finalmente foi às ruas, não de alguma cidade brasileira, mas da Tunísia, para a cobertura do Fórum Social Mundial. Artigos, fotos e vídeos compuseram o compilado de informações a partir das quais os Ninjas reportaram as principais notícias sobre o evento. Nenhuma transmissão ao vivo. Para divulgar o trabalho, a Mídia Ninja cria uma página exclusiva no Facebook, o seu primeiro canal de comunicação com este nome e o primeiro a servir como plataforma de compartilhamento de suas atividades. Nela, os Ninjas anunciaram:

N.IN.J.A. Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação. Enquanto a velha mídia vai se transformando em mofo, emerge pelo mundo inteiro uma tropa de comunicadores independentes. Nas ruas e nas redes, em textos, fotos, memes e streamings, atrás de câmeras ou celulares, eles estão por toda parte.

Reduzindo os filtros entre os fatos e o público. Contrariando, na guerrilha, a narrativa oficial. Transformando a audiência passiva em difusores de informação. Já não precisamos de veículos. Somos os veículos. Embarcaremos hoje para a primeira missão do N.IN.J.A. rumo ao Fórum Social Mundial em Tunísia. 5 dias de cobertura e conspirações públicas no maior encontro global de ativistas. Textos, fotos, entrevistas, transmissões diárias na PósTV e, mais importante: o começo de uma construção coletiva de uma rede internacional de jornalismo independente. Acompanhe, colabore e compartilhe pelo facebook, pelo nosso instagram @midianinja e pelos perfis dos nossos enviados, Bruno Torturra e Felipe Altenfelder.

Na volta ao Brasil, conforme aponta Lorenzotti (2014), a Mídia Ninja estabelece uma forte interface com os movimentos sociais e passa a cobrir diversas manifestações de rua pelo país, como a Marcha das Vadias, ocorrida em várias cidades. O reconhecimento da iniciativa crescia e como mais um dos seus atos inaugurais, a recém-criada NINJA convocou outros profissionais de mídia interessados em somar forças nas trincheiras do midiativismo. A convocação ganharia imensa repercussão. Em texto<sup>28</sup> publicado em seu blog, o “Casca de Besouro”, e em sua página pessoal do Facebook, Bruno Torturra, um dos mentores da Mídia Ninja, convida para uma reunião aberta em São Paulo todos os que estivessem “desempregados ou a fim de se desempregar” e apostar na criação de algo novo e distante dos ditames do mercado. O momento era delicado: ao longo das semanas anteriores, empresas como Estadão, Trip, Folha de S. Paulo e Record haviam demitido dezenas de jornalistas e outros trabalhadores do campo midiático. Intitulado “O Ficaralho”, o texto/convocação de Torturra viraliza nas redes tanto pelas críticas em relação ao modelo de jornalismo corporativo tradicional, à precarização do trabalho de jornalistas e ao fantasma sempre presente de demissões coletivas (o “passaralho”, ao qual se o opõe o “ficaralho” – “se fode quem fica” e não quem é demitido), quanto pela proposta e convite aos interessados a fazer parte de

um grupo de comunicação amplo e descentralizado, a fim de explorar as possibilidades de cobertura, discussão, repercussão, remuneração e da radical liberdade de expressão que a rede oferece (...) sem o fantasma do lucro e do crescimento comercial como condições primordiais para o trabalho. (...). (TORTURRA, 2013).

O interesse em ouvir o que Torturra e os outros Ninjas tinham a dizer foi grande e a reunião precisou ser adiada para que se pudesse encontrar um local maior e para que houvesse maior tempo de organização e de encaixe das agendas de convidados considerados imprescindíveis. Mas, apesar da predisposição de muitos de irem ao encontro de uma nova ideia, “muita gente ridicularizou, jornalistas mesmo acharam

---

<sup>28</sup> O texto completo encontra-se em <https://cascadebesouro.wordpress.com/2013/06/05/o-ficaralho/>.

ingenuidade”, como lembra o próprio Torturra à Lorenzotti (2014). Ninguém imaginava o que estava por vir.

### **3.2 Por uma nova representação das ruas**

Chegamos a Junho de 2013. A Mídia Ninja sem dúvidas foi um dos protagonistas da maior sequência de manifestações de rua no Brasil em sua era democrática. A um só tempo, os Ninjas atuaram como manifestantes, como incitadores e convocadores dos protestos, incentivando a participação e replicando as convocatórias dos grupos organizadores dos atos, e, sobretudo, como emissores de narrativas que buscaram representações contra-hegemônicas não apenas sobre as manifestações, mas também sobre a sociedade brasileira. No centro do midiativismo praticado pelo grupo, as imagens cumpriram função capital. E neste sentido, não se dá por acaso a associação imediata que se faz entre a ideia de *mediativismo* e a utilização de câmeras fotográficas ou filmadoras, DSLR ou aquelas embutidas em *smartphones* ou *tablets*, e conteúdos visuais e audiovisuais. Seja nas transmissões em tempo real dos protestos, na difusão de análises sobre eles ou sobre a conjuntura política ou na propagação dos chamados “memes”, a produção de imagens foi tomada como primordial para apresentar e representar “o que de fato acontece ou aconteceu”, estabelecer narrativas visuais, manifestar posicionamentos, expor performances, expressar sentimentos e ideias. O discurso textual esteve sim presente nos conteúdos gerados pela Mídia Ninja, mas as imagens foram absolutamente protagonistas. Partindo desta constatação, importará reconhecer como este tipo de ativismo específico, próprio de um contexto específico, nos revela uma disputa pela representação que mais do que nunca está baseada no conteúdo visual.

A atitude de recorrer à produção de imagens e novas narrativas sobre as manifestações implica o reconhecimento tácito de que: primeiro, há um hiato entre a representação hegemônica feita pelos meios de comunicação tradicionais e a concepção dos manifestantes sobre o significado dos seus próprios atos e que esta assimetria produz efeitos políticos desfavoráveis a estes últimos e suas demandas, sendo necessária alguma resposta; e segundo, as imagens são absolutamente capitais na construção deste hiato e é por meio delas que se deve reivindicar a “verdade” ou as “verdades” sobre as manifestações. Isto posto, o que está em jogo é, além da disputa pela definição da boa e

da má representação e de quem é mais representativo da “verdade das ruas”, uma contenda *pelo que deve ser* representado e, em último grau, pela própria representatividade das manifestações e dos manifestantes.

É importante notar como o surgimento e a difusão de atores *mediativistas* no Brasil em Junho de 2013 constitui um dos mais importantes movimentos no xadrez das manifestações. Os coletivos e indivíduos engajados no *mediativismo* que atuaram em Junho de 2013, com destaque para a Mídia Ninja, estavam inseridos triplamente no jogo da representação que se desenrolava na trama dos protestos. Enquanto comunicadores sociais eram reivindicadores e propositores de uma dada representação sobre as manifestações. Ao mesmo tempo, por serem eles próprios manifestantes e parte constituinte das manifestações, eram também, em consequência, objeto da própria representação que reivindicavam/propunham. Ademais, num sentido adicional, mas ainda por sua condição de manifestantes e ativistas políticos, os *mediativistas* podem ser pensados como agentes reivindicadores/propositores de uma representação mais ampla, uma representação da própria nação e dos direitos do povo. Ao buscar uma representação das manifestações divergente daquela oferecida pelos grandes meios de comunicação, os adeptos do *mediativismo* re-presentavam, na acepção performática do termo, re-apresentavam a outrem (manifestantes, o povo) e re-apresentavam a si mesmos.

### 3.2.1 Do lugar do olhar e da fotografia insurgente

Se foi por meio das imagens que os veículos de comunicação de maior circulação e consumo no país por muitas vezes questionaram as pautas, demandas e métodos empregados pelos manifestantes que ocupavam as ruas, foi também por meio delas que a Mídia Ninja procurou oferecer legitimidade aos protestos e suas reivindicações. Acompanhando *in loco* as manifestações, literalmente no meio da multidão, os *mediativistas* Ninjas ofereceram um contraponto às narrativas discursivas, mas, sobretudo visuais, empregadas principalmente pela grande mídia e evocadas por autoridades públicas e analistas que reduziam as manifestações à violência sem propósito. Assim como as imagens em movimento das transmissões ao vivo por *streaming* foram fundamentais na desconstrução dos discursos midiáticos e oficiais, possibilitando pontos de vista mais “orgânicos” e em tempo real, as fotografias também tiveram lugar de

destaque na construção de um imaginário alternativo sobre as manifestações, graças ao seu poder de tornar memoráveis certos acontecimentos, fazendo-os perdurar como fragmentos do tempo que não são tão facilmente substituídas por novas imagens. Como assinalado por Ivana Bentes (2015, p. 17), “enquanto a mídia corporativa exibia apenas as razões para reprimir, a Mídia NINJA revelava as razões para protestar”.

A partir deste capítulo, para pensar as fotografias que deram visibilidade aos protestos de Junho, dando enfoque àquelas que foram produzidas pela Mídia Ninja e à sua relação com as fotografias veiculadas nos grandes jornais, gostaríamos de sugerir a noção de *lugar do olhar*. Inspirado na expressão “lugar de fala”, cunhada pela crítica e teórica literária Gayatri Spivak (2010), a noção de “lugar do olhar” se remete ao lugar social do sujeito que produz enquadramentos e representações da vida social a partir da produção de imagens. Todo processo de produção de imagens, desde a sua concepção ao seu resultado material, é atravessado pelas experiências as quais o sujeito por detrás das lentes está submetido e com as quais ele tem de lidar, o que significa, portanto, que o seu olhar não é produto apenas de meras escolhas individuais, mas também do lugar social que ele ocupa no mundo. Como nos faz perceber Jacques Rancière, “a imagem não é simplesmente o visível. É o dispositivo por meio do qual esse visível é capturado” (2007, p.199). Assim, ela é simultaneamente “uma ação que coloca em cena o visível, um nó entre o visível e o que ele diz, como também entre a palavra e o que ela deixa ver” (RANCIÈRE, 2008, p.77). Evidentemente, há algo de intuitivo na fotografia ou no cinema, mas é preciso estar atento também às condições sociais que influenciam o direcionamento do olhar. “Lugar do olhar” e “lugar de fala”, por conseguinte, podem ser entendidos, como expressões correlatas que designam dimensões distintas – a dimensão discursiva e a dimensão imagética - de processos e práticas representativas.

Para que se possa compreender melhor a ideia que se propõe, recorramos ao sentido proposto por Spivak à ideia de “lugar de fala” e, em seguida, pensemos o “lugar do olhar” em analogia. Foi em “Pode o subalterno falar?” que a autora indiana introduziu o problema do lugar de fala, texto que já em seu título propositalmente ambíguo<sup>29</sup>

---

<sup>29</sup> A singularidade da língua inglesa, na qual o artigo foi originalmente publicado (Can the subaltern speak?), possibilita à Spivak realizar um jogo de palavras que a tradução portuguesa não consegue captar. A utilização do verbo modal “can”, que permite mais de uma interpretação dependendo do contexto, quando poderia ter sido usado o verbo “may”, mais formal, revela um duplo questionamento: a) o subalterno pode falar? (leia-se “tem permissão para isso?”); b) o subalterno pode falar? (leia-se “tem capacidade para isso?”). Subjacente a esta problematização estão outras questões fundamentais que confrontam concepções baseadas em uma dada soberania do sujeito: qual deve ser a atitude do intelectual que se propõe a estar no campo contra-hegemônico diante deste problema? Pode ele falar em nome do subalterno ou ele deve dar voz ao subalterno?

manifesta a sua questão central: o tema da agência dos sujeitos. Em diálogo com certa tradição de estudos sociais dedicada a reflexões sobre a subalternidade, Spivak direciona crítica categórica aos intelectuais que, de uma posição exterior à subalternidade, julgam poder falar pelo outro subalterno e, por meio dele, construir um discurso de resistência. Para ela, este ato inevitavelmente implicaria a reprodução das estruturas de poder e a manutenção do silenciamento do subalterno, que, na posição de objeto, não na de sujeito, não encontraria espaço no qual possa falar por si e ser ouvido, configurando-se uma violência epistêmica. A expressão “lugar de fala”, portanto, diz sobre as assimetrias de poder envolvidas na produção de discursos e aos lugares ou posições sociais a partir dos quais os sujeitos podem ou não falar.

Se, segundo Spivak, a categoria “subalterno” – recuperada criticamente de acordo com o léxico gramsciano, isto é, aquele cuja voz não pode ser ouvida - não se refere ao “outro absoluto”, mas àqueles que pertencem às “camadas inferiores da sociedade constituídas por modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal e da possibilidade plena de se tornarem parte dos estratos sociais dominantes” (SPIVAK, 2000, p. xx), ao falarmos da Mídia Ninja certamente não estaremos falando de um grupo subalterno. Mas, se nos mantivermos fiéis ao conceito de hegemonia de Gramsci e a maneira como a própria Spivak faz uso dele, então falar da Mídia Ninja no contexto de Junho significa falar de um ator que também não integrava o campo hegemônico, mas exatamente o lugar oposto. E, se como a própria Spivak indica, a figura do intelectual não pode ser desprezada, sendo sua a tarefa de propiciar condições para que os subalternos possam falar e ser ouvidos, então podemos considerar que o papel de um veículo midiático não apenas não hegemônico, mas também contra-hegemônico, é de grande importância para que os subalternos tenham visibilidade e que sua imagem circule.

O lugar do olhar da Mídia Ninja e das fotografias que analisamos aqui é um lugar de insurgência. O título desta subseção alude a uma<sup>30</sup> das muitas exposições nas quais, desde 2013, em museus, centros culturais e festivais, as fotografias produzidas pela Mídia Ninja são exibidas. O caráter muitas vezes conceitual e o padrão estético não apenas diferenciado, mas também desafiador em relação ao fotojornalismo tradicional destas fotos colocam-nas em um lugar invulgar entre o registro documental e a arte não estão borradas. E se é justo dizer que toda imagem fotográfica está inevitavelmente imbricada em uma dimensão indicial e outra icônica, não se pode deixar de observar que no caso

---

<sup>30</sup> A fotografia insurgente. DOC Foto/SENAC. São Paulo, Brasil, Fevereiro, 2014.

destas fotografias em particular estas fronteiras são propositalmente borradas. É significativo, inclusive, neste sentido, que algumas destas fotografias tenham sido selecionadas pelo Clube de Colecionadores de Fotografia do Museu de Arte Moderna de São Paulo para compor o acervo da instituição. Para o responsável pela aquisição, Eder Chiodetto, crítico, pesquisador e curador do clube, a inclusão da Mídia Ninja à coleção do MAM significa

que o museu segue na sua linha de questionar e lançar as perguntas sobre o estatuto da fotografia no contexto da arte contemporânea.

O Mídia Ninja teve um protagonismo imenso esse ano ao trazer um público um debate sobre a crise da representação dos fatos na imprensa. Mas eles não são artistas, são jornalistas. (CHIODETTO, 2013).

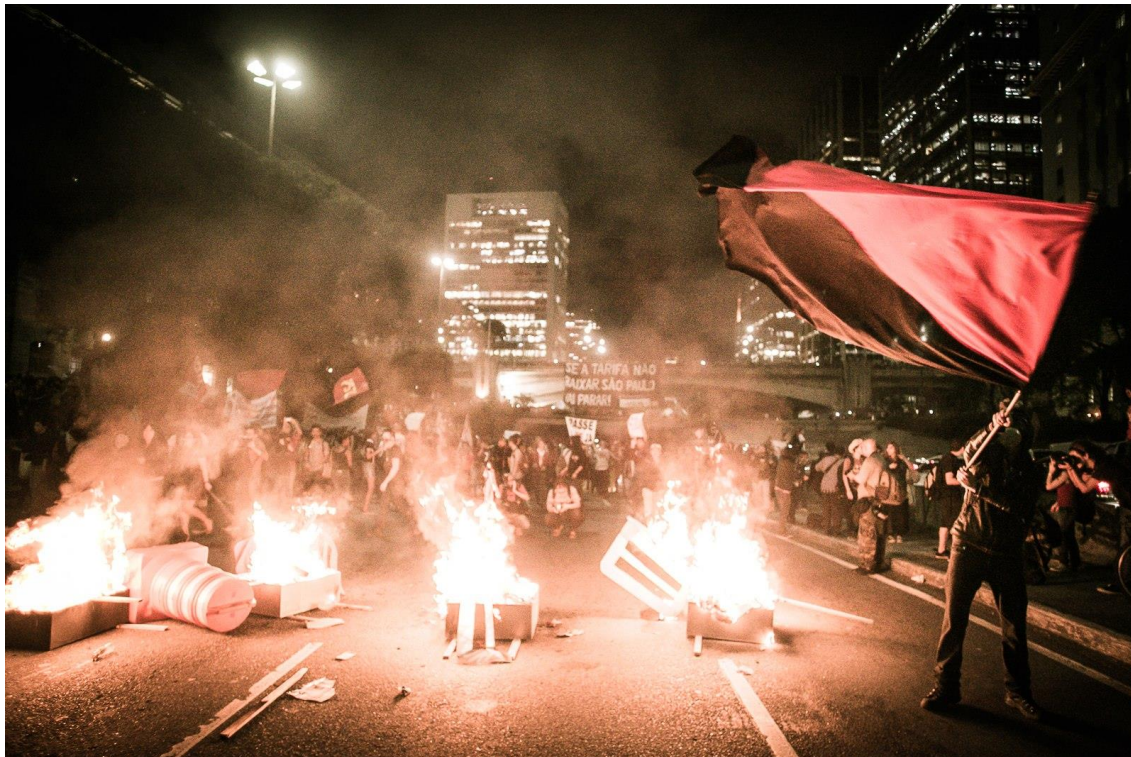
Se considerarmos o termo “insurgente” em um sentido forte, isto é, como um qualificativo derivado do substantivo “insurgência”, que pode sugerir uma insurreição, ou mesmo, exasperando retoricamente, uma ação revolucionária, com alguma razão, sua aplicação neste contexto pode ser colocada em dúvida, sob a desconfiança de certo exagero. E, se estendermos o entendimento de Arantes (2014; 2017) sobre Junho, segundo o qual as manifestações não seriam uma insurgência nos moldes clássicos, mas um paroxismo da crise econômica e da convulsão social, aos registros fotográficos da Mídia Ninja, talvez, esta leitura se torne ainda mais válida. Mas se partimos da etimologia latina da palavra, “insurgente” pode ser aquele que se levanta ou se põe de pé diante de alguém ou de algo ou, numa outra acepção, aquele que faz surgir ou emergir algo, adquirindo, portanto, um sentido mais cabível. Mas em que exatamente consistiria a insurgência das fotografias e qual seria precisamente o lugar do olhar dos Ninjas no contexto de Junho de 2013?

Esteticamente, as fotografias da Mídia Ninja analisadas ao longo deste capítulo se particularizam no contexto do fotojornalismo. Embora hoje, diante de tantas tendências fotográficas, seja difícil afirmar a existência de uma “fotografia de imprensa”, em se tratando dos jornais nacionais impressos de maior circulação, a despeito do fato de cada um possuir sua própria linha editorial, é comum encontrar nos manuais das redações orientações que indiquem que “a necessidade do registro jornalístico se sobrepõe a critérios de qualidade, justificando a publicação de (...) fotos feitas em condições ruins” (MANUAL DA REDAÇÃO, 2018, p. 101). Apesar disso, não se pode dizer que as fotografias publicadas nestes veículos não estejam implicadas em preocupações de ordem plástica. De maneira geral, preza-se por fotografias de boa qualidade formal, marcadas por indícios temporais, estilo claro e limpo, não raro com gama tonal empobrecida e

enquadramentos não convencionais. No caso das fotos analisadas no capítulo anterior, chama atenção, sobretudo, a granulação das imagens, a sua baixa resolução – o que está diretamente ligado ao tipo de papel e ao processo de impressão utilizado pelos jornais -, o recurso recorrente ao aumento da saturação em alguns casos, e, em outros, a busca pela preservação das cores mais próximas dos tons que estamos acostumados a ver a olho nu.

As fotografias da Mídia Ninja, por outro lado, como veremos, não se furtaram a composições e angulações imperfeitas e à produção de imagens em que os valores estéticos e conceituais se sobrepuseram de certa forma ao valor informativo, embora não o tenham eliminado. Há em muitas delas grande plasticidade e dramaticidade, reforçada por filtros e efeitos de iluminação que as tornam geralmente mais escuras que as fotografias do fotojornalismo convencional, mas também as tornam imagens únicas, cujo valor não está apenas no seu valor de informação sobre os acontecimentos retratados, mas igualmente na própria experiência visual de sua contemplação. No encontro entre essas duas dimensões, a informativa e a estética, essas fotografias tiveram e continuam a ter grande valor e impacto sobre os imaginários que foram construídos sobre Junho.

Fotografia 11 - Manifestantes na 23 de Maio aos olhos da Mídia Ninja



Fonte: Facebook Mídia Ninja. Autor: não identificado.



No dia 06 de junho de 2013, a Mídia Ninja publicou em sua página no Facebook o registro acima. A fotografia foi feita durante a primeira manifestação convocada pelo MPL em São Paulo e a cena retratada é bastante similar àquela clicada pelo fotógrafo Daniel Teixeira do Estadão e que estampou as primeiras páginas deste jornal e do jornal O Globo (Fotografias 1 e 2, respectivamente), parecendo ter ocorrido num momento anterior em relação a esta última, já que sabemos que às chamas ao centro da imagem serão alimentadas por um sinalizador de trânsito. Há, contudo, diferenças significativas tanto na concepção estética quanto nos meios utilizados para a divulgação das fotos pelas partes envolvidas.

A primeira grande diferença tem a ver com a distinta temporalidade e as formas com que tais imagens são postas em circulação e são consumidas. O tempo das redes sociais virtuais, as plataformas através das quais a Mídia Ninja pratica o seu midiativismo, é outro. Enquanto os jornais impressos trazem as imagens e as notícias do dia anterior, a Mídia Ninja operava com a difusão de imagens instantaneamente. Evidentemente, os grandes jornais também têm conseguido explorar os recursos dos meios digitais e da internet através dos seus sites e aplicativos. Mas ainda assim, a publicação de imagens diretamente nas plataformas das redes sociais virtuais carrega as suas vantagens, pois três motivos principais: i) os sites e aplicativos das redes digitais possuem um tráfego muito maior de usuários e de interação com as publicações – e não é à toa que os grandes veículos de comunicação têm procurado explorar tal característica; ii) redes como o Facebook, Instagram e Twitter possuem capacidade superior de carregamento de imagens, sobretudo, fotografias, em suas plataformas, exigindo um consumo menor de dados tanto para publicar quanto para visualizar; iii) estas plataformas são gratuitas; e iv) os sites e aplicativos dos jornais de maior circulação no país ainda restringem bastante o alcance de seus conteúdos por meio de barreiras como acesso a número limitado de reportagens para não assinantes e o uso de *paywall* (numa tradução livre “muro” ou “barreira” de “pagamento”), tornando determinadas matérias exclusivas para seus assinantes.

Para além disso, há questões relativas à forma e ao conteúdo utilizados pelos jornais e pela Mídia Ninja. O ambiente fotografado é o mesmo, a posição dos fotógrafos é próxima e o fogo continua tendo protagonismo, mas na Fotografia 11 temos um novo enquadramento, uma nova composição e uma nova relação entre luz e cores que, em conjunto, ressaltam outros componentes, atores e significados. Em suma, parte-se de outro lugar do olhar.

Em primeiro lugar, temos um plano mais aberto e um distanciamento maior da câmera em relação à cena, o que resulta em um dimensionamento dos elementos que constituem o ambiente bastante distinto daquele apresentado nas Fotografias 1 e 2. Há uma relação de proporção oposta: se nas Fotos 1 e 2 as pessoas que alimentam a barricada e as chamas estão superdimensionadas em primeiro plano, a ponto de acharmos que os prédios, em segundo plano, são menores e estão mais próximos do que de fato são e estão, na Fotografia 11, prédios e, principalmente, manifestantes e barricada parecem estar em uma escala muito mais próxima do real, apesar do destaque para o homem que ergue a bandeira à direita sobredimensioná-lo. Com um plano mais aberto, podemos ter alguma ideia sobre a altura dos prédios, visualizar em que ponto eles terminam, ver uma área maior do céu, saber da existência do poste que cria um ponto de luz no quadrante superior esquerdo da imagem. Podemos também enxergar com maior nitidez a mensagem da faixa estendida sob o viaduto, ao fundo, ver que os manifestantes carregam diferentes cartazes e bandeiras (dentre as quais, uma delas, ao fundo e ao lado esquerdo, parece ser a do PSTU) e perceber que, sobretudo, na região do quadrante inferior direito da fotografia, mas também no lado oposto da barricada, há outros fotógrafos fazendo outros registros daqueles momentos. Assim, nos são apresentadas novas informações não oferecidas pela imagem produzida por Teixeira e pelos editores que a escolheram para estampar as capas de grandes jornais.

A principal diferença em termos de enquadramento e composição, no entanto, está na escolha dos fotógrafos sobre o que ocupará o primeiro plano de cada fotografia. Diferentemente da ênfase na ação de incendiar um objeto em plena avenida pública que encontramos nas Fotografias 1 e 2, a Fotografia 11 tem em seu primeiro plano, no lado direito da imagem, um homem vestindo preto, encapuzado e utilizando uma máscara de gás de tipo militar. Este homem tremula uma bandeira anarquista e parece encarar a câmera, embora não seja possível ter certeza pela baixa iluminação. Apesar da perda de detalhes de informação, há ali o suficiente para que a mensagem principal seja compreendida. A bandeira em riste é a exaltação da ideologia, um símbolo que se ostenta como se quisesse demonstrar que aquele território acabava de ser conquistado, mas que no mesmo gesto exprime uma doutrina e um projeto de sociedade. Como na famosa alegoria de Eugène Delacroix, que retrata a Liberdade através de uma figura feminina que empunha a bandeira tricolor guiando o povo, aqui temos também retratada uma atitude que se pretende de vanguarda e que busca a representação do povo.

Se as fotografias estampadas nos jornais mais lidos do país serviram a uma tentativa de despolitizar o ato registrado e esvaziar de justificabilidade a manifestação, nesta imagem temos uma aposta dobrada na politização do evento em diversas camadas: militantes de partidos de esquerda, cidadãos comuns, anarquistas, midiativistas, todos estão ali, ocupando a rua por um objetivo comum. Esta aposta se corrobora, nesta fotografia, também em sua tonalidade. Tal como as primeiras fotografias por analisadas, mais uma vez temos uma fotografia que registra o Efeito Tyndall, o efeito óptico que nos permite enxergar colóides, pequenas partículas que não podem ser enxergadas a olho nu – neste caso, aquelas que, dispersas no ar, constituem a fumaça. A captura de momentos como esse, em contextos como o apresentado, gera imagens carregadas de densidade e dramaticidade, como pudemos ver na maior parte das fotografias analisadas até aqui. Nesta foto, em específico, contudo, temos um diferencial: o enquadramento e a composição que colocam em primeiro plano o manifestante à direita tem seu complemento na valorização do vermelho da bandeira que este personagem agita, possivelmente através de um sensível ajuste no controle de tonalidade e iluminação. Diante da unidade entre estas camadas, não é por acaso que possamos enxergar ou projetar a imagem de uma insurreição política. O que nos leva a outro ponto.

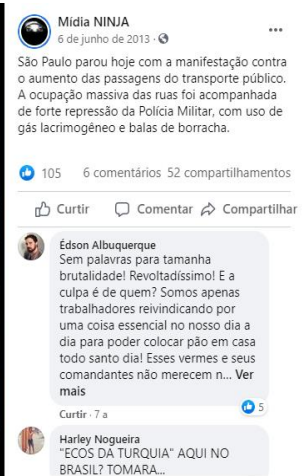
Não se pode deixar de notar também, ainda no que diz respeito à tonalidade da foto, outra escolha importante feita pelo fotógrafo e pela pós-produção. A chamada “fotografia de rua” está, inevitavelmente, suscetível aos ambientes nos quais o fotógrafo e sua câmera estão inseridos. Se todo ato fotográfico depende de alguma fonte de luz para se efetivar e fazer nascer uma fotografia, para o fotógrafo de rua esse é um desafio ainda maior, pois que há mais variáveis que fogem ao seu controle do que o fotógrafo que realiza seu trabalho em estúdio. Não há hierarquia, tampouco juízo de valor sobre o que se diz, apenas constatação. Nesse sentido, é importante observar que, no caso da fotografia que analisamos, é possível afirmar que houve uma opção deliberada por uma foto que anunciasse de imediato o seu distanciamento em relação a abordagens fotojornalísticas mais convencionais.

Como neste cenário há duas fontes principais de iluminação, aquela que vem do poste de luz e aquela que vem do fogo, prevalecendo aos nossos olhos, evidentemente, a do fogo (graças, sobretudo, ao maior comprimento de onda das luzes vermelha e laranja, que faz com que essas cores predominem no espectro visível), só há duas alternativas: ou procura-se uma harmonização que, mesmo acentuando os tons quentes emitidos pelo fogo, preservará minimamente as outras cores como nós as vemos, ou assume-se uma

estética que se afasta dos padrões do fotojornalismo mais comercial. Nesse sentido, curiosamente, nem as Fotografias 1 e 2, nem a Fotografia 11 fazem escolhas convencionais. Mas, diferentemente das Fotografias 1 e 2, na Fotografia 11 temos o efeito visual do fogo sendo ressaltado não pelo aumento da saturação, mas pela sua redução, e isto faz toda diferença. A valorização do amarelo, do laranja e do vermelho, no primeiro caso, cria a sensação de um estado de alerta e perigo. A suavização destas cores, no segundo caso, fazendo emergir, inclusive, um tom amarronzado e reduzindo a definição das chamas, resulta em um recorte cromático distinto que, embora menos vibrante, compensa em energia e tensão.

Como veremos, há certo padrão que pode ser identificado nas fotografias da Mídia Ninja, certa recorrência em relação a determinados recursos técnicos e conceituais que podem ser interpretados como uma espécie de assinatura. Muitas destas fotos se tornaram famosas e facilmente reconhecíveis como sendo uma produção dos midiativistas – dentre essas, muitas ilustraram as mais diversas publicações sobre Junho, como revistas e livros. As imagens abaixo seguem esse padrão, com algumas nuances em cada foto, que cumprem serem identificadas e analisadas. De imediato é possível perceber que, assim como a Fotografia 11, elas buscam um olhar distinto daquele lançado pelos veículos de comunicação mais consumidos sobre as manifestações. Entre si, as Fotografias 12 e 13 compartilham do mesmo tema: a repressão e a violência praticada contra os manifestantes.

#### Fotografia 12 - Manifestantes correndo



Fonte: Facebook Mídia Ninja. Autor: não identificado.

## Fotografia 13 - Manifestantes na 23 de Maio aos olhos da Mídia Ninja



Fonte: Facebook Mídia Ninja. Autor: não identificado.

Como a Fotografia 11, a Fotografia 12 foi publicada no dia 06 de junho de 2013. O primeiro grande ato de protesto do MPL em São Paulo termina com a ação repressiva da Polícia Militar paulistana, que dispersa os manifestantes com bombas e gás lacrimogêneo e balas de borracha. Na tela, vemos muitas pessoas pelo meio de uma avenida, algumas delas correndo, todas na direção contrária à fumaça que ao fundo nos dá a indicação significativa de que o que a câmera registra seja a dispersão de uma aglomeração. Que algumas dessas pessoas levem suas mãos aos olhos e nariz, só corrobora com esta interpretação, afinal, um dos principais instrumentos utilizados pelas polícias e outras forças de segurança na inibição de pessoas reunidas em vias públicas ou locais não permitidos é o uso de gás lacrimogêneo, cujo efeito mais comum é justamente a irritação dos olhos, pele e vias aéreas. A fotografia nos remete a imagens de nosso próprio passado, por exemplo, quando a ditadura militar governou o país e determinou a proibição de mobilizações sociais sob o pretexto da segurança nacional. Mas a polícia não aparece representada na fotografia. Há apenas indícios, já mencionados, de sua presença – mas trata-se apenas disso, indícios. O sentido da imagem então se completa com a legenda, que afirma que “a ocupação massiva das ruas foi acompanhada de forte repressão da Polícia Militar (...)”. O montante das informações visuais com as informações textuais constrói a informação jornalística e direciona o olhar e a interpretação.

Na fotografia 13 temos o mesmo procedimento. O rosto ensanguentado de um dos jovens e a expressão séria dos fotografados em primeiro plano indica que ali pode ter sido praticado algum ato violento. A legenda assevera que a responsabilidade pelo

ferimento exposto foi da equipe de segurança metroviária. Na foto, no entanto, mais uma vez, não vemos os supostos perpetradores da ação, embora saibamos que o ocorrido se passou ao menos nas imediações da estação Vergueiro do metrô de São Paulo, entre os bairros da Liberdade e Paraíso. Diferentemente dos jornais de maior circulação, àquela época, a Mídia Ninja não gozava de prestígio e credibilidade em vasta parcela da população. O que poderia então garantir a veracidade do que se afirma e expõe?

Moldado pelas concepções da tradição iluminista, o jornalismo desde muito tem se esforçado em se auto-afirmar como uma ferramenta capaz de levar luz ao que está obscurecido na sociedade, uma atividade comprometida com o “esclarecimento dos cidadãos” - no que até bem pouco tempo atrás encontrava expressivo reconhecimento. Na célebre formulação de Hegel, a “leitura matutina do jornal”, por exemplo, aparece como “uma espécie de prece realista<sup>31</sup>”. Seu grande compromisso anunciado com a formação de uma opinião pública racional, através do caucionamento do oferecimento de uma verdade supostamente isenta, alcançou grande margem de sucesso na conversão dos seus discursos em conhecimento. Sob o manto da objetividade, o recurso a enunciados que se apresentam como imparciais, fontes portadoras de legitimidade e/ou autoridade, descrições e detalhamentos de eventos e aos diferentes tipos de imagem, conformam uma comunicação crível sobre fatos da realidade. Como observam autores como Peter Graham (2010) e Sílvia Lisboa e Marcia Benetti (2015), num cenário ideal, a aplicação de métodos e processos de apuração de informações coletadas permite ao jornalismo estabelecer uma relação com o público baseada na veracidade e na confiabilidade, o que atestará a sua credibilidade e fará com que no futuro sua atuação esteja implicada em uma *presunção de credibilidade* (BURGE, 1993).

Na prática, mesmo quando jornalistas e jornais não seguem as recomendações dos manuais da prática jornalística, o jornalismo consegue cumprir uma função social fundamental e é neste sentido que, para muitos, o que se convencionou chamar grosseiramente de “mídia” se constitui como um “quarto poder”. Ocorre, entretanto, que não é de hoje que os meios de comunicação jornalísticos são contestados, senão pela veracidade em si das informações que veiculam, ao menos pela forma como elas são frequentemente distorcidas e manipuladas em favor de determinados interesses. Relatórios reconhecidos internacionalmente no universo corporativo, como o *Edelman*

---

<sup>31</sup>Segundo tradução de Susan Buck-Morss (2013, p. 79) de trecho encontrado na biografia de Hegel escrita por Karl Rosenkranz, Georg Wilhelm Friedrich Hegels Leben, "kind of realistic morning prayer" (1977, p. 543).

*Trust Barometer*, há algum tempo vêm sinalizando uma tendência global de queda na confiança em relação à imprensa tradicional e o aumento da credibilidade de novos meios digitais e outros processos e plataformas de comunicação<sup>32</sup>. Trata-se de evidência não desprezível sobre o descrédito que paira sobre o jornalismo tradicional. Para muitos, o próprio fato de uma determinada notícia ter origem em algum veículo tradicional já configura por si só uma razão para suspeição.

Atualmente, encontra-se cada vez mais difundida a ideia de que todo e qualquer relato jornalístico é apenas uma versão, uma representação do real. A própria concepção de midiativismo, em última análise, advém em grande medida desta percepção. Se hoje a relativização sobre conteúdos jornalísticos (e mesmo científicos) atinge níveis extremos - com a incitação e à violência contra jornalistas e a propagação intencional de notícias falsas e informações irreais, que apelam para o emocional e reafirmam opiniões preconcebidas, típicas do senso comum -, é importante lembrar que, ao menos no caso brasileiro, temos a partir de 2013 um *boom* de iniciativas diversas que procuram se opor à visão dos veículos de comunicação corporativos desde uma perspectiva crítica, mas também fundamentada numa racionalidade progressista e democrática. Junho foi um divisor de águas na história contemporânea brasileira também do ponto de vista da comunicação e de sua política.

Como fora salientado anteriormente, é relevante notar que a Mídia Ninja surge exatamente nesse contexto, como uma mídia alternativa e ativista, que se assume como parcial, se colocando ao lado dos movimentos sociais e buscando uma recodificação das narrativas hegemônicas. A sua credibilidade desde então tem se construído exatamente sobre o vácuo de legitimidade deixado pelos meios de comunicação jornalísticos tradicionais ao longo dos anos. Durante Junho de 2013, enquanto os principais conglomerados midiáticos enfrentavam grande hostilidade por parte dos manifestantes, tendo carros de reportagem depredados e jornalistas e outros profissionais de comunicação sendo agredidos e expulsos das manifestações, os Ninjas circulavam livremente pela multidão e tinham acesso total aos seus eventos. A ira contra a mídia convencional, mesmo que muitas vezes injustificável do ponto de vista moral e da ordem legal, foi de certo modo uma resposta à forma como as manifestações foram retratadas, na maior parte do tempo, tão e somente pelo prisma da violência e da desordem. Por outro

---

<sup>32</sup> Tendência acompanhada de desconfiança ampla também em relação às instituições políticas, como revela o próprio *Edelman Trust Barometer* de 2014. Disponível em: <https://www.edelman.com/trust/2014-trust-barometer>.

lado, a percepção de que os Ninjas e outros midiativistas estavam “do lado dos manifestantes”, garantiu a esses atores uma permissão simbólica para representá-los. Os conteúdos gerados pelo coletivo foram fundamentais na criação de um olhar que não definisse as manifestações apenas pela sua negatividade e é dentro dessa lógica que as suas fotografias devem ser compreendidas.

Se a Fotografia 11 cumpre, sobretudo, uma função de exaltação de um ato político, retratando os manifestantes como agentes ativos de uma ação de revolta simbólica, mas contundente, as Fotografias 12 e 13 nos apresentam manifestantes como agentes passivos, que sofrem com a ação repressora de forças de segurança. O enquadramento de baixo para cima e a proximidade das lentes do fato ocorrido dramatizam a cena e a representação que se faz dos sujeitos que nela estão constrói personagens martirizados. Ao contrário da narrativa predominante na imprensa tradicional, segundo a qual seriam os manifestantes os responsáveis pela violência nos protestos, a Mídia Ninja põe os fatos em perspectiva e lança luz sobre os manifestantes sob a condição de vítimas e não de perpetradores de atos violentos.

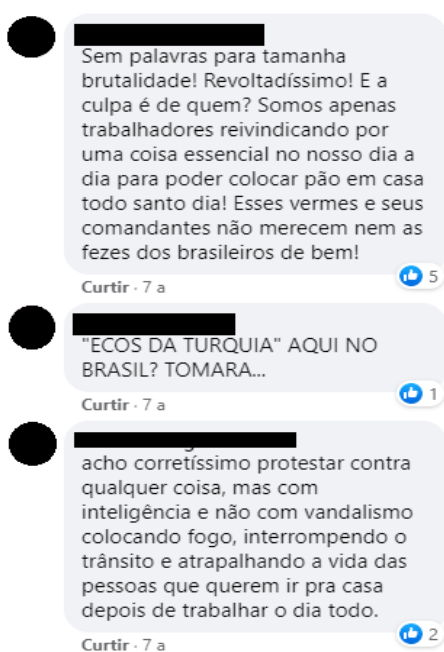
Essa narrativa alternativa obteve credibilidade justamente entre os atores envolvidos nas manifestações e, progressivamente, entre aqueles que foram se mostrando simpáticos a elas e entre entidades e ativistas ligados, principalmente, à defesa dos direitos humanos. Num país como o Brasil e, especificamente, num estado como São Paulo, cuja polícia é reconhecida por sua violência e brutalidade repressiva – o que pode se estender também aos agentes de segurança privada -, notícias como essas não chegam a surpreender. O mesmo pode ser dito se lembrarmos também o histórico de repressão em relação a atos de protesto populares, não apenas no Brasil – e para isso contribuía a memória recente de acontecimentos que haviam acabado de ocorrer ou que ainda estavam em curso em outros países. Além disso, a cobertura oferecida pela Mídia desde a noite anterior já fornecia elementos comprobatórios às denúncias sobre a atuação policial e das equipes de segurança do metrô paulistano. A transmissão ao vivo da primeira manifestação do MPL já havia registrado a desproporcionalidade da ação policial. A ela foram se somando fotografias e relatos instantâneos nas redes sociais que compuseram uma narrativa factível sobre o ocorrido e ajudaram a construir a Mídia Ninja como uma fonte confiável de informações. Neste passo, também foi fundamental a economia das redes sociais. O capital simbólico adquirido ao longo do tempo e a influência exercida por perfis com grande engajamento como os perfis do Fora do Eixo, da Pós-TV e de nomes como o de Bruno Torturra, um dos principais personagens da Mídia Ninja durante



as manifestações, foram decisivas para a repercussão e viralização dos conteúdos produzidos pela Mídia Ninja.

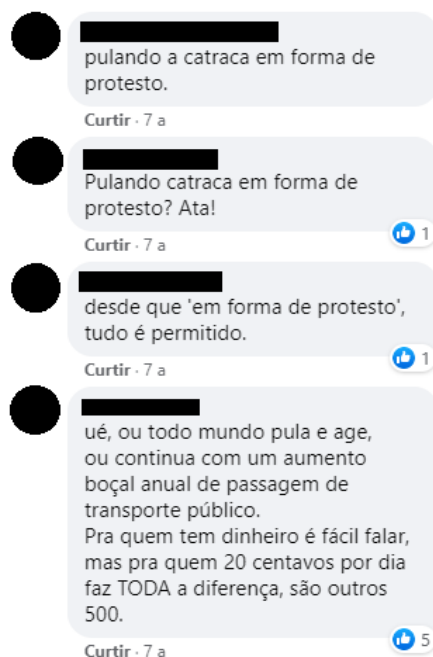
Nada disso, porém, significava garantias quanto a possíveis questionamentos em relação às narrativas apresentadas pelo jornalismo ativista da Mídia Ninja. A opção pelas redes sociais virtuais como plataforma de ação tem como contrapartida a interação com uma audiência viva, que não apenas recebe a notícia passivamente. Como estas redes funcionam sob uma lógica expansiva, a comunicação é sempre interativa e aberta, por mais que os algoritmos possam oferecer experiências altamente personalizadas. Nesse fluxo, conteúdos podem ser “curtidos”, comentados, compartilhados, interpretados e reinterpretados. Os comentários nas postagens das Fotografias 12 e 13 ilustram o que se diz. Em ambos os *posts*, há tanto usuários reforçando a crítica em relação à PM paulista e aos agentes de segurança do metrô de São Paulo, quanto usuários que questionam as estratégias empregadas pelos manifestantes. Se há quem expresse indignação com o tratamento dado aos manifestantes pelas autoridades ou faça alusão a protestos ocorridos em outros países, demonstrando entusiasmo com a possibilidade de que se repetissem no Brasil as cenas vistas na Turquia – àquela altura também envolvida em grandes protestos -, há também quem manifeste opinião contrária ao uso de métodos de ativismo baseados na ação direta.

Figura 7 - Comentários da Fotografia 12



Fonte: Facebook Mídia Ninja.

Figura 6 - Comentários da Fotografia 13



Fonte: Facebook Mídia Ninja.

Ademais, é interessante notar como, particularmente no caso da Fotografia 13, a possibilidade da contradição está contida ironicamente no bojo da própria imagem. O ângulo escolhido pelo fotógrafo não narra apenas uma história. No primeiro plano, vemos dois jovens, o primeiro com o rosto ensanguentado, enquanto o segundo lhe socorre e lhe presta apoio para que ele possa caminhar, ambos com uma expressão séria e dramática. No segundo plano, porém, temos um homem que, parado próximo do lugar por onde os jovens passam, parece devolver o olhar lançado pelo fotógrafo, que também o alcança. Este homem, é possível presumir, não parece ser um manifestante. A aparência simples e de idade acima do perfil dos manifestantes nos primeiros atos de Junho em São Paulo, a bolsa atravessada sobre o ombro e a presença em um acesso a uma estação de metrô em um horário de intenso fluxo de pessoas pós-expediente de trabalho – horário não por acaso escolhido pelo MPL para a realização das manifestações – nos permite imaginar que talvez ele fosse apenas um trabalhador aguardando alguém ou observando a movimentação atípica. Seu meio-sorriso pode ser interpretado como mera timidez ante a câmera, bem como pode ser lido como demonstração de certo desdém ante a situação. Seja como for, ele não parece participar do evento manifestação e seu alheamento em relação a ele coteja a própria dramaticidade dos outros temas representados – a manifestação, a violência dos seguranças do metrô, o ferimento do jovem a sua frente, o ato de registro fotográfico. O contraste entre a iluminação pública, de cor mais quente e que deixa os personagens centrais da foto em um tom mais alaranjado, e a iluminação interna da estação, mais fria – o que possivelmente foi acentuado na manipulação da fotografia com a redução da saturação naquela região da imagem -, reforçam esta ambiguidade e incitam a curiosidade do espectador. Podemos dizer que estamos diante daquilo que Cartier-Bresson (1971) chamou de “instante decisivo”.

### **for3.3 Drama, engajamento, performance e violência**

Quando na noite do dia 13 de junho de 2013 a repressão policial em São Paulo atingiu indiscriminada e violentamente a manifestantes e profissionais da comunicação de uma maneira ainda mais brutal do que já vinha ocorrendo em várias outras cidades e na própria capital paulista, uma inflexão radical se deu no curso dos protestos. As imagens que circularam pelo país e pelo mundo testemunhando a violência completamente

injustificável cumpriram um papel determinante. Dentre registros fotográficos e audiovisuais, profissionais e amadores, muitas imagens sobre o ocorrido foram produzidas e reproduzidas nas mais diversas plataformas (jornais, telejornais, sites de notícias, redes sociais), ativando uma intensa circulação e consumo de representações imagéticas que foi decisiva na forma como os protestos passaram a ser vistos. É bem verdade que as imagens de protestos anteriores já se acumulavam no imaginário social e despertavam a indignação de quem nutria algum tipo de simpatia pela mobilização. Desta vez, porém, houve uma mudança de patamar.

O que se viu nas páginas dos jornais, nos programas telejornalísticos e nas redes sociais naquela noite e ao longo de todo o dia seguinte foram cenas dignas de regimes ditatoriais: manifestantes foram agredidos de modo absolutamente desproporcional, alguns espancados, outros sendo perseguidos e encurralados nas ruas adjacentes e nas estações de metrô próximas aos locais onde os atos se concentravam; jornalistas devidamente identificados foram vítimas de golpes de cassetete e tiros de balas de borracha; indiscriminadamente, todos os que estavam nas imediações, fossem manifestantes ou meros transeuntes e trabalhadores voltando para casa ou ainda no exercício de suas funções, foram sufocados pelo uso descontrolado de bombas de gás lacrimogêneo e spray de pimenta que invadiu bares, restaurantes e estações do metrô.

A reprodução destas imagens e os relatos a elas associados despertaram a indignação e empatia de grande parte da população e o que se viu nos dias subsequentes foi uma adesão solidária e em massa aos protestos. Os milhares às ruas transformaram-se em centenas de milhares de um dia para o outro. A solidariedade gerada a partir dos acontecimentos e do seu registro, sobretudo, imagético, ultrapassou fronteiras e levou a população às ruas das grandes cidades de todo o país. Nisto a Mídia Ninja e outros grupos midiativistas foram absolutamente decisivos. Sem eles, pode-se dizer, não haveria o contraditório ou, pelo menos, o contraditório não teria tanta repercussão. E ainda que devemos ponderar que a grande ampliação da participação nas manifestações não pode ser interpretada como uma consequência exclusiva do papel desempenhado pelo *mediativismo* que esteve na linha de frente da produção de imagens e discursos antagonistas aos dos veículos tradicionais de imprensa – mesmo porque estes, ironicamente, também deram importante visibilidade aos protestos ao repercutir e tornar públicas informações importantes sobre os eventos -, é preciso reconhecer que a sua atuação teve centralidade naquela conjuntura.

O protagonismo dado às imagens que comprovavam a violência sofrida pelos manifestantes em detrimento de tantas outras (por exemplo, imagens de bandeiras, cartazes e dos indivíduos que compunham a marcha) criou o ambiente necessário para que, nos termos do sociólogo americano Joseph Gusfield (1981), uma determinada situação social se transformasse em um problema público – neste caso, em diferentes problemas públicos contidos dentro da mesma situação social: a luta pela redução de tarifas dos transportes públicos transformou-se em uma luta pelo direito de ocupar as ruas e manifestar-se livremente. Na primeira semana de Junho, estas foram as grandes questões que monopolizaram as discussões sobre as manifestações. Em velocidade impressionante, rapidamente estes temas, primeiramente reconhecidos por apenas pequenas frações da população, transformaram-se em problemas de ordem pública, tornando-se assunto de controvérsias, debates e disputas. Seguindo a trilha deixada por uma linhagem de autores que no campo das ciências sociais foram influenciados pela “filosofia do drama” do crítico literário Kenneth Burke (1957; 1966; 1969), como o já citado Gusfield, mas também Erving Goffman (2012 [1974]; 2014 [1959]) e Victor Turner (1974; 1988; 2017 [1974]), por exemplo, poderíamos pensar as circunstâncias apresentadas como estando profundamente implicadas em uma dimensão dramaturgica e retórica.

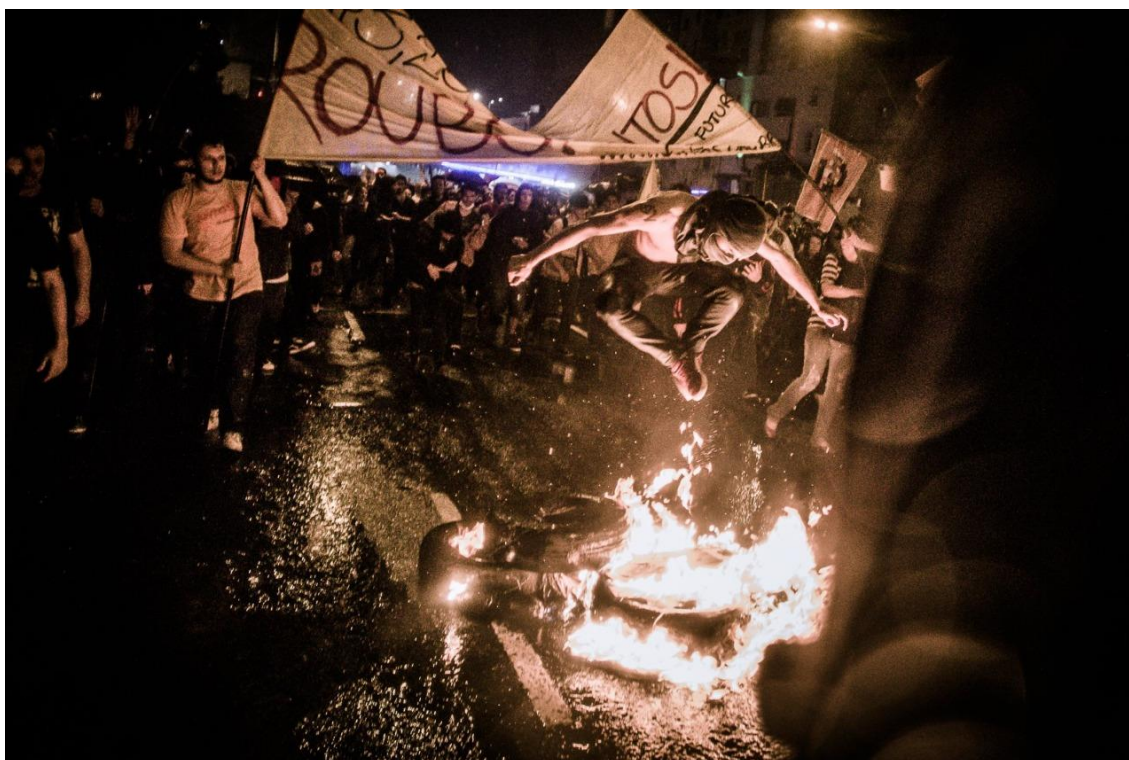
Na ocupação dos espaços públicos, nas marchas pelas ruas, nas palavras de ordem e na estética dos mais diversos grupos que se engajaram, as manifestações estiveram envolvidas na encenação de um drama público no qual manifestantes (incluídos aí os midiativistas), imprensa e autoridades públicas representaram e fizeram uso de diferentes retóricas na concorrência pela atenção do público. Em outras palavras, os atores enredados nos protestos foram protagonistas de atos de dramatização comprometidos com a criação e sedimentação de narrativas discursivas e visuais concorrentes, cujo objetivo era persuadir e transportar as audiências com as quais dialogavam para campos de experiência e sensibilidade deslocados de sua vivência habitual. Mesmo em concordância com Harold Rosenberg quanto a uma suposta condição residual da cultura, quer dizer, por oposição a uma ideia de cultura como um todo coerente e sem contradições, Victor Turner estava ciente da prova de força a qual se submetem mutuamente os paradigmas que se desenvolvem no interior dos diversos campos culturais de uma sociedade. Para o antropólogo, a cultura seria exatamente o produto dos embates nos quais grupos e personagens conflitantes entre si desejam afirmar seus próprios paradigmas e esvaziar os

de seus oponentes por meio do uso de metáforas e símbolos que aludem ao poder político. A este processo, Turner deu o nome de “dramas sociais” (TURNER, 1988; 2017 [1974]).

De um lugar de análise distinto, Goffman, numa de suas obras mais influentes, procurou apresentar a construção social subjetiva como um processo análogo à dinâmica teatral, onde um indivíduo modela sua identidade se apresentando como um ator sob a máscara de um personagem que se dirige a outros personagens projetados por outros atores (GOFFMAN, 2014 [1959]). Reconhecido como inspiração a múltiplas linhas de pesquisa em campos variados das ciências humanas, Goffman foi pioneiro quanto a ideia de que um ator social tem a habilidade de avaliar uma determinada situação e convertê-la em um cenário ideal, elegendo sob qual palco irá atuar, de que forma irá atuar e com qual figurino, tudo isso em função do público com o qual interage. Numa analogia com os eventos de Junho em que possamos transplantar este quadro teórico e metafórico e utilizá-lo como um instrumental analítico, podemos tomar as várias ações dos manifestantes como uma *performance* que se realiza para as autoridades, para a população em geral, mas principalmente para a tribuna jornalística – na qual mais uma vez podemos incluir os midiativistas e, portanto, os Ninjas -, da qual esperam exatamente aquilo que ela oferece: mais do que mediação, divulgação e espetacularização de seus atos.

A contribuição de Gusfield à análise é trazida aqui justamente sob a forma de um contraponto à centralidade dada por Goffman aos atores e ao “gerenciamento das impressões” que eles acionariam na tentativa de controlar as impressões dos outros ao seu respeito. Em Gusfield, o interesse está mais no público do que nos atores. De acordo com a sua percepção, compreender os sentidos conferidos por quem dá audiência à performance não pode ser menos importante do que compreender os significados atribuídos por aquele que protagoniza a performance, uma vez que esta “(...) cria a ocasião e a oportunidade para que quem a vê, lhe interprete em termos e entendimentos que podem estar deslocados ou ser contraditórios em relação às intenções do ator” (GUSFIELD, 2000, p. 6, tradução nossa). Assim, se para Goffman (2012 [1974], p. 169), à plateia “só se pode pedir atenção, consideração e o pagamento da entrada”, para Gusfield, a performance projeta-se sob a expectativa de que a plateia dispense muito mais do que atenção a ela e ofereça, tal qual o “público integral” definido por Richard Schechner (1988), participação ativa no espetáculo que se abre a mudanças de roteiro. Ora, não seria precisamente este o objetivo, ao menos o declarado, almejado pela ação midiativista da Mídia Ninja?

Fotografia 14 - Manifestante pula pneus em chamas



Fonte: Facebook Mídia Ninja. Autor: Mídia Ninja.

A fotografia acima é, sem dúvidas, uma das mais icônicas produzidas pela Mídia Ninja, presente em muitas das exposições que tematizam o seu trabalho e em muitas das publicações que abordaram as manifestações de Junho de 2013. Ela foi feita em meio ao terceiro ato do MPL na Avenida Radial Leste, em São Paulo, e publicada no Facebook da Mídia Ninja no dia 12 de junho. Mais uma vez temos uma coloração que de maneira geral nos remete às fotografias anteriores, desta vez, porém, com um contraste ainda mais acentuado que praticamente nos impede de distinguir o que há nas áreas mais escuras da imagem, mas que carrega a imagem de dramaticidade. É possível que tenha havido algum tratamento na pós-produção, mas isto se deve, sobretudo, à perspicácia do fotógrafo. A foto resulta da capacidade de registrar o instante exato em que o homem está em pleno ar, congelando um momento em movimento, e de uma combinação de ajustes na câmera que só é possível desde que se possua conhecimentos técnicos: o obturador da câmera está configurado em velocidade alta, reduzindo o tempo de exposição do sensor da câmera à luz; há grande abertura do diafragma da câmera; e, por fim, tendo em conta os fatores anteriores e a força natural da luz que emana das chamas, é possível presumir que tenha sido utilizado um ISO alto. Desta forma, ainda que a imagem tenha sido feita em um

ambiente com iluminação bastante reduzida, em um momento chuvoso, e mesmo contendo acentuado ruído, tem-se um registro único.

No seu enquadramento também percebemos um expediente muito utilizado em muitas fotografias ninjas, mas que nas imagens anteriores não se identifica, qual seja, o uso de uma angulação que ao invés de evitar a presença de informações excedentes (como o corpo de uma pessoa que, em tese, poderia atrapalhar a visualização do que a fotografia pretende mostrar), tira proveito delas e permite pensar que a fotografia em questão foi feita em meio à multidão, em um contexto de dificuldades. Além de valorizar o trabalho do próprio fotógrafo, o uso dessa perspectiva engrandece as manifestações – quanto mais gente, maior a sensação de que elas representam o sentimento geral do povo – e ilustra a condição privilegiada da própria Mídia Ninja de poder transitar livremente entre os manifestantes e no núcleo das manifestações, ao contrário dos profissionais das grandes emissoras e jornais.

Mas a imagem em questão tornou-se icônica, sobretudo, pela sua visualidade. A ação registrada se apresenta não somente como um ato que pode ser visto como um ato de violência deliberada ou do que se entende por vandalismo, mas para além disso, como um ato performático. Não há nenhuma grande consequência em saltar sobre uma fogueira em meio a uma marcha política, exceto pelo seu simbolismo. O manifestante que usa a sua própria camisa para encobrir seu rosto salta sobre o fogo, olhando para ele e dando-se a ver numa expressão corporal que atrai a atenção de muitos dos que estão a sua volta. Comprovam isso os manifestantes que, no segundo plano, centram seu olhar na ação em primeiro plano. Em chamás, justamente um dos símbolos do transporte privado: pneus de carros. Atrás da cena em foco, a faixa que exhibe uma mensagem enfática que representa o espírito principal das manifestações até aquele momento - “R\$ 3,20 é roubo” -, mas que ao mesmo tempo não está tão explícita e depende do exercício dedutivo de quem vê a fotografia para que tenha seu sentido compreendido. O desafio ao *status quo* está posto no que se reivindica ao governo, na ação que foge ao *script* do “bom cidadão” e no que se faz ver e não seria visto nos veículos predominantes. Assim, a plasticidade da ação que atrai a atenção dos outros manifestantes, do próprio fotógrafo e a nossa, também convida a audiência a participar daquele momento. Mais do que mera contemplação, há provocação à opinião e à reflexão, podendo gerar o repúdio contra o que pode ser considerado somente um ato de incitação à desordem ou uma compreensão mais profunda sobre as razões que tornaram aquela cena possível, ou à ação que, mesmo a contrapelo, pode despertar – ainda que seja pela via da fetichização – algum apetite pela rebeldia.

Fotografia 15 - Manifestantes em avenida em Belo Horizonte



Fonte: Facebook Mídia Ninja. Autor: Mídia Ninja.

Sob a mesma perspectiva podemos interpretar a Fotografia 15. Diferentemente da Fotografia 14, temos um conteúdo com maior riqueza de informações, o que, possui relação direta com a iluminação do ambiente onde o registro foi feito. Existem dois focos de luz e ambos incidem exatamente sobre os sujeitos da ação que estão ao centro da imagem. A primeira, mais quente, advém do poste identificável no segundo plano e produz um tom alaranjado decorrente do vapor de sódio de sua lâmpada que domina a cena, incidindo de cima para baixo sobre os homens fotografados. A segunda, mais fria e branca, vem do alto, de um helicóptero (o que sabemos por outras imagens feitas no mesmo dia e local e postadas no mesmo horário, como a Fotografia 16), que pode ser da polícia ou de uma emissora e complementam o efeito da outra luz. Elas se complementam e tornam possível uma imagem com uma profundidade de campo relativamente boa para um ambiente noturno, permitindo que sejam identificados os moradores nas janelas dos prédios vizinhos à região onde a cena se passa, o homem agachado ao lado do poste e a palavra “covarde” pichada na mureta (que, segundo um dos seguidores da Mídia Ninja, seria o segundo termo da frase “Polícia covarde!!!”).

A legenda desta imagem no Facebook diz que os “manifestantes que lutam pela tarifa zero em Belo Horizonte seguem resistindo à repressão policial com escudos



improvisados” e oferece um link para uma transmissão ao vivo do evento noticiado. Novamente, não temos a polícia representada neste enquadramento, mas graças à credibilidade construída pela Mídia Ninja e a outros fatores mencionados anteriormente, podemos tomar como verdadeira a afirmação, por mais dramática que ela seja. Os rostos cobertos, o cauteloso posicionamento dos personagens fotografados e a paupérrima proteção forjada contra as investidas policiais nos oferecem indícios que nos permitem concluir que há ali alguma resistência – que pode ter significado múltiplo: ao aumento das tarifas, à prisão, à violência, à negação de direitos, à suspensão da democracia, a um comportamento político pré-determinado.

Tal como a Fotografia 14, a Fotografia 15 também é dotada de uma beleza e plasticidade que muito deve à ação registrada. Para além da proteção contra balas de borracha e bombas de gás, os “escudos improvisados” trazem em sua frente o lema que faz lembrar o porquê de aqueles manifestantes estarem ali. Àquela altura, 26 de junho, novas pautas tinham sido agregadas aos protestos, mas, ao contrário de cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, a capital mineira ainda não havia revogado, suspenso ou mesmo reduzido o valor do aumento das tarifas, fazendo com que a motivação originária das manifestações perdurasse até o fim de junho. O modo como os sujeitos da ação que ocupam a parte central da foto se posicionam faz pensar em uma situação de guerra, como se ali houvesse um destacamento que não negocia a perda do controle de seu território, a rua. A maneira como eles parecem convidar outros manifestantes a se juntar à trincheira igualmente nos remete a um contexto de enfrentamento, mas também nos passa a sensação de sermos espectadores de um balé ou de uma encenação teatral, impressão reafirmada pela máscara que faz alusão à Guy Fawkes, o famoso soldado inglês que serviu de inspiração a milhares de manifestantes durante Junho de 2013.

Se a política é conflito, o que vimos em Junho de 2013 e nos meses que lhe sucederam foi uma literalização desta máxima por vias que podem ser (e foram) interpretadas por alguns como a negação da própria política. Mesmo que não tenha contestado o *status quo* e sua estrutura fundamental, os protestos se puseram em confronto com a ordem de tal maneira que a violência se tornou rotineira e previsível. Encará-la como uma exceção que se opõe a uma normalidade pacífica nos levaria tão e somente a uma problemática de cunho moral, afinal desde que somos modernos o uso da categoria violência tornou-se indissociável de um sentido negativo, que acusa e demanda uma justificativa plausível, sob pena de nos encontrarmos fora dos ditames da civilização. Por outro lado, compreendê-la como meramente constitutiva de um processo social pode

resultar na sua própria banalização, uma vez que se sua excepcionalidade é relativizada, então os parâmetros diluem-se e qualquer ação violenta com alegados fins políticos passa a ser relativizável. Deste modo, mais produtivo seria se considerássemos a um só tempo a violência enquanto algo desejavelmente não ordinário, mas que justamente por ser constitutiva dos sujeitos e das relações sociais não pode apenas ser tomada em sua negatividade, ou seja, é preciso estar atento ao que ela produz.

Em certo sentido, de fato, não é possível negar que o uso da violência ou do vandalismo nas manifestações envolveram uma dose expressiva de performatividade que configurou, como notado por autores como Mônica Dowbor e José Szwarko (2013) e Esther Solano (2014) uma estratégia de grande carga dramática. Recorrendo a uma perspectiva teatralizada do interacionismo simbólico, Dowbor e Szwarko reconheceram uma conflitividade deliberada nos atos do MPL e dos CPC (Comitês Populares da Copa) como parte de uma “estratégia dramática”. Disposta em um gradiente de ação, a violência foi operacionalizada por estes grupos ora como uma modalidade de interação a partir da qual os militantes se martirizaram e se representaram como “vítimas” antagonizadas por “vilões”, ora através da vocalização denunciativa que buscava expor a brutalidade dos processos de remoção forçada e gentrificação das cidades-sede dos megaeventos (DOWBOR & SWARKO, 2013, pp. 44-45, pp. 50-51, p. 54). Em ambos os casos, a violência possuiria seu sentido atrelado a uma performatividade cujo objetivo último seria a conversão de “uma plateia sempre virtual (seja ela as autoridades estatais, a opinião pública ou quaisquer outras personagens da sociedade civil) em um público espectador cativo, um aliado” (idem, p. 45). Considerando a ampla adesão obtida pelos protestos exatamente após a desmedida repressão policial no dia 13 de junho, não chega a ser uma inverdade ou mesmo exagero a afirmação de que a “vitimização performatizada” foi a mola disparadora do ciclo de protestos de 2013 (p. 55).

Em 2013 o Brasil conheceu uma nova forma de se comportar em manifestações, simbolizada, máxime, na ação dos adeptos da tática *Black Bloc*. Radicalmente diferente do comportamento que o mundo liberal ocidental se acostumou a ver nos protestos políticos dos mais variados movimentos de ativismo social a partir do pós-guerra, esta nova postura caracteriza-se pela ausência de diálogo e pela valorização da chamada “ação direta”. Envolve usualmente o confronto direto com os agentes repressivos do Estado, por meio da utilização de instrumentos como pedras, coquetéis molotovs e barricadas, mas também inclui ataques a prédios de instituições públicas e símbolos do capitalismo, como agências bancárias, lojas e carros de luxo. Bastante criticada pela imprensa, pelas

autoridades e por uma parte expressiva dos manifestantes, gerou grande polêmica e criou um embate ideológico sobre a sua validade nas manifestações brasileiras.

Não se sabe ao certo quando o termo “Black Bloc” foi utilizado pela primeira vez. Mas, segundo o cientista político Dupuis-Déri (2014), autor da mais ampla e expressiva obra sobre *Black Blocs*, o termo e a tática se popularizaram na Alemanha durante o início da década de 1980 no âmbito dos movimentos de contracultura. A partir da década seguinte, a tática tornou-se recorrente entre anarquistas, punks e antifascistas e passou a ser utilizada em diversos protestos mundo afora, mormente, naqueles de natureza anticapitalista, como os que foram realizados em 1999, em Seattle, por ocasião do encontro da OMC, e em 2010, durante reunião do G-20. Mesmo com a notoriedade adquirida internacionalmente após estes episódios, o desconhecimento acerca do tema e sobre os objetivos dos seus adeptos permanece muito grande.

No Brasil, por exemplo, a categoria “Black Bloc” passou a ser utilizada incessantemente e sem muito rigor analítico durante e após as manifestações, principalmente pela grande imprensa. Um erro muito comum, cometido à época por diversos analistas, jornalistas e muitas vezes pelos próprios manifestantes foi o de tomar o termo *Black Bloc* tão e somente como a designação de um grupo sem se remeter àquilo que realmente se sugere com a denominação, uma tática de autodefesa utilizada por manifestantes. Há, sem dúvida, uma ambiguidade posta. Na medida em que se trata de uma ação coletiva, seria possível deduzir que o que está em curso é o produto da deliberação de um determinado grupo previamente organizado. Todavia, ao mesmo tempo, um olhar acurado é capaz de identificar o espontaneísmo das ações e o alto grau de voluntarismo envolvido nelas, o que se reforça diante da inexistência de uma organização permanente reconhecida pelo nome Black Bloc. De acordo com Dupuis-Déri, (idem),

(...) O Black Bloc não é um tratado de filosofia política, muito menos uma estratégia. É uma tática. Uma tática não envolve relações de poder globais, nem tomadas de poder, tampouco tenta se livrar do poder e da dominação. Uma tática não envolve uma revolução global. Isso, porém, não implica em renunciar à ação e ao pensamento políticos. Uma tática como a dos Black Blocs é uma forma de se comportar nos protestos de rua (Dupuis-Déri, 2014, pp. 10-11).

Desconstruindo os lugares comuns acerca dos “*black blocs*” nas manifestações brasileiras, Solano (2014) notou como dentre os adeptos desse tipo de tática, notabilizados *ad hoc* por sua violência pela imprensa, há o reconhecimento explícito de que, além da ação em defesa aos manifestantes contra as agressões policiais, a violência praticada por

eles funcionaria “teatro para chamar ao debate sobre o que está errado no sistema” (Solano, 2014, p. 76). Para a autora, a violência da qual lançam mão os que compõem os *Black Blocs* seria, sobretudo, uma violência simbólica.

Várias vezes fiz a mesma pergunta sobre o suposto simbolismo da ação direta que causava medo ou ódio nas pessoas e as respostas sempre foram unânimes. A depredação é performática. Tudo o que seja diferente disso não é Black Bloc. Pode levar máscara, ir de preto, mas não é Black Bloc. Pode se dizer Black Bloc. Não é. Se depredar pequeno comércio, se queimar um carro popular ou tacar pedra numa pessoa qualquer caminhando pela rua, roubar, assaltar, não é Black Bloc. Essas eram as respostas. Salvo para o caso dos policiais, onde o simbolismo *confunde-se* com a realidade... (Solano, 2014, p. 75, in Solano, Manso e Novaes, 2014, grifo nosso).

Isto nos permite concluir que a repressão policial, de tão previsível, era contabilizada nos cálculos dos diferentes grupos que foram às ruas em 2013 como parte do impacto que poderia ser causado e como parte da visibilidade que poderia ser alcançada. Isto é, a violência foi simultaneamente um elemento disruptivo e constitutivo das manifestações, na medida em que mesmo produzindo apreensões em contrário, rupturas e distanciamentos por parte daqueles que não concordavam com o uso da violência, também produziram uma performance voltada aos olhares e às câmeras com o objetivo de gerar engajamento. A previsibilidade e a desproporcionalidade da ação policial iam ao encontro dos anseios dos próprios manifestantes, da mídia corporativa e das mídias ativistas pela criação de um grande espetáculo que oferecesse a confrontação de lados opostos, polos antagônicos, do bem e do mal. Dramaturgia e retórica, portanto, se complementavam e se afirmavam como ingredientes mobilizados nas idealizações produzidas sobre Junho e sobre os significados de seus acontecimentos. Ainda em aberto, essa disputa parece corroborar com a afirmação de Daniel Cefai sobre o conteúdo das arenas públicas, para ele, uma “constelação de cenas que se sobrepõem umas às outras, que abrem para bastidores de geometria variável, em que os graus de publicidade são determinados pelos enquadramentos dos atores e cujos auditórios mudam ao sabor das performances” (CEFAI, 2007, apud CEFAI, 2017, p. 36).

Neste embate, ao cumprir com a parte que lhe cabe e rerepresentar ao público o que se passou nas ruas, a Mídia Ninja também se reafirma. Ao contrário das fotografias anteriores, cuja autoria não se identifica, nas Fotografias 14 e 15, os créditos são associados a Mídia Ninja enquanto coletivo, isto é, mesmo que a peça tenha sido concebida individualmente por um integrante da organização, a responsabilidade pela

criação é desta última. A mudança é perceptível assim que as fotografias publicadas pelo coletivo ganham repercussão e tem como significado a afirmação de um posicionamento político em dois sentidos.

Em primeiro lugar, trata-se de uma afirmação da sua oposição frontal à chamada “grande imprensa”. Quase todos os conteúdos produzidos pela Mídia Ninja são licenciados por *Creative Commons*, um modelo de gestão de direitos autorais que, de maneira mais flexível, se aproxima ao Copyleft, um tipo de licença aberta que permite a livre reprodução de obras, incluindo eventuais modificações, desde que as mesmas liberdades sejam preservadas em versões que possam vir a ser modificadas posteriormente. No perfil da Mídia Ninja no Flickr, por exemplo, onde estão armazenadas milhares das fotografias produzidas pelo coletivo, a licença mais utilizada é a *Creative Commons BY-NC-AS*, que permite a adaptação, a remixagem ou que novas imagens sejam criadas a partir das fotografias originais para fins não comerciais e desde que se dê o devido crédito à Mídia Ninja. A opção por este tipo de licença reforça, mais uma vez, uma confrontação aos meios de comunicação tradicionais na medida em que, negando publicamente a autoria e a propriedade intelectual individual, típicas das mídias corporativas, os midiativistas se distanciam destas não apenas por meio do conteúdo das narrativas que promovem, mas também na maneira como o fazem, no que reivindicam – para além das reivindicações das manifestações em si - outra economia política da comunicação. Suas imagens, portanto, são tão suas quanto de qualquer outro.

Em segundo lugar, a afirmação do posicionamento político da Mídia Ninja se dá também como uma ratificação da importância maior da coletividade perante a individualidade, do sujeito coletivo frente ao sujeito individual. Por mais que o coletivo seja composto de indivíduos, ele não é somente a soma das individualidades que possuem um interesse comum, mas uma organização que *trabalha coletivamente* tendo em vista um *objetivo comum*. Embora a todos os Ninjas seja dada a possibilidade de escolha sobre a assinatura dos seus trabalhos, há um acordo tácito de que as produções são obra de autoria coletiva. Como notado por alguns pesquisadores que tomaram a Mídia Ninja como objeto de estudo (BRAIGHI, 2016; SCHNEIDER & SILVA, 2019), existe entre os Ninjas a percepção compartilhada de que a publicização de uma imagem, numa transmissão ao vivo ou na publicação de uma fotografia não se trata de uma simples postagem ou atividade nas redes sociais virtuais, mas de um processo complexo que envolve muito mais pessoas – no fornecimento de sinal de internet na rua, na produção, na pós-produção, na comunicação - do que apenas um agente e uma ação individual. Além

disso, estrategicamente, mesmo no caso específico de um veículo que se assume como oposição aos meios tradicionais e, portanto, como parcial, a dessubjetivação individual e despersonalização se constitui como um dos elementos que emprestam credibilidade ao seu trabalho, como se, por essa razão, ele fosse mais “sério” e, por isso, mais “confiável”. Para alguns, paradoxalmente, é possível que isso possa ser visto até mesmo como um indicativo de imparcialidade. É a ação coletiva, por conseguinte, que se afirma como caminho para a mudança social.

### **3.4 Visualidades e discursos numa semântica polarizada**

Ao mesmo tempo em que as imagens foram cruciais para a definição da violência como uma questão central a ser solucionada nos protestos - seja do ponto de vista de quem denunciava a polícia, seja do ponto de vista de quem denunciava os manifestantes -, elas também o foram para mais uma vez acirrar os conflitos em torno dos seus significados. Assim, as imagens produzidas sobre as manifestações também abriram uma disputa pela representação das manifestações que teve como um dos seus eixos principais a tematização da violência. Se determinadas fotografias e vídeos foram utilizados pela grande imprensa para constatar a ação de manifestantes depredando o patrimônio público ou resistindo à atuação das forças policiais e, assim, invalidar as manifestações, outras foram postas em circulação para confrontar as primeiras e evidenciar outros ângulos, perspectivas e enquadramentos nos quais a violência fosse apresentada como derivada primordialmente da ação das forças repressivas e de um sentimento de revolta irrefreável.

A exploração do mote da violência e a sua espetacularização tornaram-se um recurso comum nas abordagens e nas representações de Junho dos dois principais polos produtores de imagens e dos discursos sobre as manifestações no debate público, visando ao mesmo objetivo: influenciar a construção de uma opinião pública favorável aos seus respectivos pontos de vista. Partindo de referenciais distintos, sensibilizaram frações díspares da opinião pública e de modos igualmente diferentes. Muito embora, quando no dia 13 de junho, as emissoras de televisão e os jornais de maior porte tenham condenado a ação da polícia face às agressões, sofridas por muitos de seus profissionais, a relação violência-manifestação continuou a ser estabelecida de maneira a caracterizar os protestos como violentos por si mesmos. Desse ponto de vista, a “ação enérgica” das forças de

segurança não seria mais do que uma resposta necessária para a manutenção da ordem. Mesmo que em discurso jornais e telejornais tenham restringido, no pós-13/06, na maior parte das vezes, os “atos violentos” a pequenos grupos, as notícias e manchetes sempre enfatizavam as imagens que explicitavam “atos de vandalismo” e “violência”. Por outro lado, os *mediativistas* deram continuidade a sua estratégia de denúncia focada no compartilhamento e na “viralização” de imagens nas redes sociais da violência de Estado e no impedimento ao direito de se manifestar, problematizando a rotulação de práticas consideradas “violentas”, como o quebramento de vidraças ou as táticas *Black blocs*, e sugerindo que talvez elas fossem respostas legítimas às injustas agressões perpetradas pela polícia.

Tanto de um lado, quanto de outro, ao menos nas primeiras semanas de Junho, a violência foi eleita como o elemento fundamental a partir do qual discursos e imagens deveriam ser mobilizados. A centralização das atenções sobre ela deu origem a uma semântica própria de Junho que não apenas balizou debates e disputas pelos sentidos das manifestações, como persistiu após o fim delas e ainda hoje serve como parâmetro para a descrição, qualificação, categorização, análise, legitimação ou deslegitimação de manifestações de rua. Desde 2013, cada ato de protesto que decidiu pela ocupação de avenidas, praças e outros espaços públicos tem sido considerado, muitas vezes antes de qualquer palavra sobre suas motivações ou objetivos políticos, a partir de binômios dicotômicos que, a um só tempo, condicionam as narrativas, avaliações e valorações sobre eles e se retroalimentam, de modo que qualquer discurso ou imagem que pretenda intervir, sobretudo, no debate público deva necessariamente tê-los como referência em algum nível. Assim foram construídos ou ressemantizados os pares manifestantes/vândalos, polícia/manifestantes, manifestação “pacífica”/manifestação “violenta”, manifestantes “ordeiros”/manifestantes “desordeiros”, manifestantes “democráticos”/manifestantes “anti-democráticos”, manifestações “democráticas”/manifestações “fascistas”, repetidos à exaustão por muitos jornalistas, analistas políticos, ativistas e militantes sociais. Embora tenham sido primeiramente acionados pela cobertura da mídia corporativa, não houve demora para que tão logo fossem empregados nos discursos de mediativistas, na defesa das acusações sofridas pelos militantes do MPL ou mesmo simbolicamente no coro de manifestantes que por diversas vezes exclamaram “Sem violência! Sem violência!” diante das ações de adeptos da tática *black bloc*.

## Fotografia 16 - Casal em manifestação em Belo Horizonte



Fonte: Facebook Mídia Ninja. Autor: Mídia Ninja.

Dentro desse contexto, a Fotografia 16, registrada praticamente na mesma localização da Fotografia 15 (o que sabemos pela identificação do mesmo ambiente e por outras imagens produzidas pela Mídia Ninja), tem um valor significativo. Ela guarda em si a contraposição entre a paz e a guerra, entre o amor e o ódio, entre a ordem e a emoção. E nisso, a sua composição e a sua relação de cores têm papel fundamental. Se pensarmos que a regra dos terços<sup>33</sup> foi aplicada para compor a imagem, podemos imaginar que o casal prestes a se beijar em primeiro plano está situado exatamente no encontro entre as retas horizontal e vertical do lado direito inferior. Enquanto ao fundo sabemos da possibilidade de estar se desenvolvendo um confronto, o jovem casal experimenta um momento paralelo, aparentemente alheio ao que se passa. Independentemente de estarmos diante de um momento encenado ou não – pois não há como saber –, ao ser registrado pelo fotógrafo, ele cria uma atmosfera capaz de sensibilizar a audiência. Isto se ratifica com o contraste entre a superexposição e a abundância de áreas brancas ao fundo e a

---

<sup>33</sup> Princípio que orienta a composição de fotografias de acordo com a noção de que os seus elementos mais importantes, tanto o tema que se deseja destacar como os seus motivos secundários, devem estar dispostos ao longo de linhas imaginárias horizontais e verticais em uma grade de 3x3 que dividirá a imagem em nove partes iguais. O foco de interesse deve estar exatamente na interseção destas linhas, valorizando o equilíbrio entre os elementos da foto.



subexposição do que se encontra em primeiro plano, com a perda de detalhes pelo excesso de áreas pretas. Dessa maneira, a situação excepcional, com direito ao sobrevoo raso de um helicóptero (se pertencente à polícia ou algum veículo de comunicação, não importa, pois ambos são vistos como adversários), contrasta com a despreocupação do casal, nos levando ao lugar-comum em que a paz e o amor são moralmente superiores à guerra.

Parte fundamental do trabalho da Mídia Ninja durante Junho de 2013 e ainda hoje está vinculada a manutenção de uma polarização em relação à mídia corporativa. Mostrar o “outro lado”, mostrar o lado de quem não tem voz e imagem ou tem a sua voz e a sua imagem “distorcida” pelos meios de comunicação mais tradicionais constitui um dos princípios básicos da rede. Para os Ninjas, a comunicação democrática é um direito humano e por isso, de acordo com suas próprias palavras, é objetivo do coletivo defender “o interesse público, a diversidade cultural e o direito à informação, visibilizando pautas de comunicação, causas identitárias, cultura, meio ambiente, juventude e outras que dialogam com os desafios do século XXI” (MÍDIA NINJA, 2021). E, embora seu trabalho envolva uma operacionalidade fluida típica das redes sociais virtuais e o uso abundante de conteúdos visuais, sempre abertos à livre interpretação, pode-se dizer que a rede Ninja foi fundamental na abertura a novas possibilidades de narrativas midiáticas.

Fotografia 17 - Policial aponta arma



Fonte: Flickr Victor Dragonetti. Autor: Victor Dragonetti.

A Fotografia 17, acima, quando lida em conjunto com outras imagens de Junho, carrega possibilidades de interpretação dos acontecimentos que servem aos atores que reivindicam a democratização da comunicação. Ela reúne todos os elementos destrinchados ao longo deste capítulo e parece ser o frame seguinte àquele apresentado na Fotografia 9. Do ponto de vista documental, apresenta um provável manifestante sendo imobilizado por um policial que saca de sua arma para controlar a situação e evitar que outras pessoas possam se aproximar. Do ponto de vista do ativismo, temos uma ação policial que priva momentaneamente o que pode ser um manifestante de sua liberdade (de se locomover, de protestar, de se expressar), o que sempre pode e tende a ser interpretado pelo viés da censura. Do ponto de vista do drama, ela revela toda a tensão envolvida numa situação em que é possível que o policial tenha temido pela sua vida e que os manifestantes que estavam a sua volta tenham temido pelas suas. Nesta fotografia, ao contrário da Fotografia 9, temos uma relação de contraste acentuada, trazendo uma camada a mais de dramaticidade. Ademais, podemos entender que, particularmente nesta circunstância, o grande ato performático é desempenhado justamente no ato fotográfico, que mesmo sendo simultaneamente um ato decorrente do instinto de autopreservação e denúncia, é também um ato criativo e artístico que espetaculariza e enquadra a cena pelo visor da câmera. E, por fim, dentro das escolhas feita pelo fotógrafo e, considerando o seu “lugar de vista”, é plausível pensar que o seu ato fotográfico tem lado e, portanto, procura antagonizar em relação àqueles que buscaram definir as manifestações e os manifestantes por discursos e imagens que pudessem lhe deslegitimar.

Há, contudo, duas diferenças, fundamentais, em relação às outras fotografias analisadas neste capítulo. Pela primeira vez temos um policial retratado, em pleno exercício de seu poder. E, em um enquadramento distinto daquele que gera a Fotografia 9, temos capturado um elemento que exacerba a tensão na composição e nos faz repensar sobre o que havíamos visto no frame anterior: a mão, que mesmo desfocada, aparece em primeiro plano e parece pedir calma ao policial que, se antes exibia um semblante que transparecia vulnerabilidade, horror e desespero, agora expressa uma agressividade direcionada. Desse jeito, a inquietação que se sente nas outras fotos, aqui é mais veemente. O confronto que se deduz em outras imagens, aqui está explícito.

Esta fotografia, curiosamente, nunca foi publicada por nenhuma das contas pertencentes à Mídia Ninja nas redes sociais virtuais. Ela foi obtida a partir do perfil do fotógrafo Victor Dragonetti, apresentado no capítulo anterior, no Flickr e no Instagram,

duas redes voltadas ao compartilhamento de imagens, e faz parte do ensaio fotográfico “Em processo”, de autoria de Drago, que reúne imagens feitas durante os protestos de 2013 e 2014<sup>34</sup>. A imagem foi tornada pública somente em outubro de 2015, quando Drago divulgou seu ensaio, e até hoje segue sendo uma das imagens com o maior número de visualizações e curtidas nos seus perfis do Flickr e do Instagram, respectivamente.

Um olhar menos atento pode não enxergar as diferenças existentes entre uma e outra imagem e as sutilezas que fazem delas registros únicos, não obstante rerepresentem instantes de um mesmo evento. Embora os enquadramentos e muito provavelmente as configurações da câmera sejam as mesmas em ambas as fotos, a mão que surge no enquadramento da segunda foto somada ao novo movimento do policial, oferecem novas possibilidades de compreensão da cena que antes poderiam não estar tão claras. Nesse sentido, a desfocagem e a sensação de movimento, assim como a expressão agressiva do policial que vemos na segunda fotografia se somam numa composição que não mais mostra apenas um policial “encurrulado” e vulnerável como a manchete publicada pela Folha sugere. Na Fotografia 17, ainda que ela não venha acompanhada de um discurso textual, torna-se plausível admitir que a ameaça seja representada não pelos manifestantes em relação ao policial que poderia ser linchado, mas pelo policial que, sob nítido estresse e com arma de fogo em punho, passa a ser ele próprio a maior ameaça naquele momento.

Esta fotografia, portanto, mesmo não sendo veiculada pela Mídia Ninja e tendo sido publicada apenas dois anos depois dos acontecimentos de Junho, evidencia o quanto uma cena pode mudar de um momento para o outro e assim fazer toda diferença durante a execução de uma fotografia. Postada nas redes sociais do fotógrafo Drago, ela se torna uma fonte de capitalização da experiência vivida, compondo uma espécie de portfólio do seu autor (o que tem sido comum nos tempos atuais) e contribuindo assim para o seu reconhecimento profissional. Mas, como se sabe, Drago é também colaborador da Mídia Ninja e, há, portanto, um compartilhamento do lugar do olhar. Trabalho, arte e engajamento político estão entrelaçados na imagem produzida e posta em circulação, tornando-se a um só tempo um produto do ofício do artista e uma representação de um ponto de vista contra-hegemônico. Nesse encontro, evidencia-se também, mais do que o confronto entre perspectivas distintas sobre o jornalismo, o fotojornalismo e a arte, a grande possibilidade de que os significados de Junho continuarão a ser disputados mesmo que estejamos já relativamente distantes temporalmente.

---

<sup>34</sup> Ver: <https://www.facebook.com/MidiaNINJA/posts/em-processopor-vdragogatilho-os-ensaios-podem-conter-imagens-violentas-em-proces/2005735766251225/>.

#### 4. POR UMA IMAGEM FRAGMENTADA DA NAÇÃO

*Brasil, meu nego  
Deixa eu te contar  
A história que a história não conta  
O avesso do mesmo lugar  
Na luta é que a gente se encontra*

*Brasil, meu denço  
A Mangueira chegou  
Com versos que o livro apagou  
Desde 1500 tem mais invasão do que descobrimento  
Tem sangue retinto pisado  
Atrás do herói emoldurado  
Mulheres, tamoios, mulatos  
Eu quero um país que não está no retrato*

Enredo G.R.E.S Estação Primeira de Mangueira 2019. Autoria de: Deivid Domênico, Tomaz Miranda, Mama, Marcio Bola, Ronie Oliveira e Danilo Firmino

O jornalismo e a produção de conteúdo ativista da Mídia Ninja não tiveram a oposição e polarização em relação aos veículos midiáticos hegemônicos como horizonte de ação somente do ponto de vista da democratização da comunicação e da representação dos eventos de Junho. Antes, durante e depois de Junho, os Ninjas têm se preocupado com uma representação da sociedade brasileira em termos estruturais que desafia as ideias de nação e povo como sinônimos de um grupo homogêneo e coeso dotado de uma identidade única. Isto esteve refletido no conteúdo midiativista produzido pelo coletivo ao longo de Junho, no que foi reafirmado seu alegado compromisso com a defesa de grupos historicamente marginalizados e violentados, da diversidade cultural, do meio ambiente, juventude e outras relacionadas às questões que se anunciam como desafios cada vez mais urgentes no tempo presente. Neste diapasão, uma das estratégias da organização foi a de dar visibilidade a estes temas e segmentos da sociedade, sobretudo, por meio da produção fotográfica.

Este capítulo será dedicado a um conjunto de fotografias que acredito ser representativo desta produção, tendo em vista exatamente o modo como a Mídia Ninja procurou oferecer uma narrativa visual alternativa sobre Junho e sobre a nação brasileira. Esta análise será balizada por outro argumento que retomamos a partir deste capítulo: o de que Junho deve ser pensado simultaneamente como parte de um processo, ao mesmo tempo em que deve ser considerado como um acontecimento único. Junho não se reduz ao que aconteceu em junho de 2013 e se estendeu alguns meses adiante. Tampouco se circunscreve a uma única dimensão. Junho foi um evento em que mesmo a mais racional das narrativas é incapaz de dar conta de sua totalidade, tamanhas são as incoerências, contradições e descontinuidades que lhe constituem. Como argumentarei, Junho deve ser compreendido como o ápice de um ciclo de mobilizações que foi aberto antes de 2013 e que tem origens múltiplas, que aqui, sob risco de não fazer jus aos acontecimentos, serão descritas e analisadas a partir das ações de grupos distintos. Ao mesmo tempo, é preciso admitir a insuficiência dessa narrativa cumulativa sozinha para explicar o que ocorreu. Junho também deve ser apreendido como um evento que se tornou o resultado do que aconteceu no curso dos seus próprios acontecimentos e se retroalimentou dos próprios processos dos quais se tornou grande expressão, sem que com isso incorramos necessariamente em uma narrativa lógica e linear.

A hipótese que procuro defender aqui é a de que o cruzamento dessas lógicas é exatamente o que caracteriza Junho como um evento complexo, contraditório e multifacetado, mas que acima de tudo reflete a disputa na qual estiveram envolvidos grupos distintos e que estiveram mais ou menos e simultaneamente em relação de proximidade e de oposição no desenrolar dos fatos, os quais tiveram seus interesses, valores e projetos representados no embate entre o midiativismo e os veículos de comunicação corporativos. Tais grupos compartilharam entre si um sentimento de indignação e revolta contra as instituições, mas com orientações políticas por muito diferentes.

Havia, por um lado, grupos que poderiam ser identificados por serem formados por uma nova geração de movimentos sociais, coletivos e grupos de ativistas e por conformarem um campo híbrido, predominantemente de esquerda, mas constituído por redes de ativismo autonomistas e anarquistas, seguindo tendência verificada em diversos países, como vimos no primeiro capítulo e como será mais bem demonstrado nas próximas páginas. Embora pesquisadoras como Alonso (2017; 2019) e Mische (ALONSO & MISCHÉ, 2016) ressaltem a existência de três campos e estilos de protesto

(socialista, autonomista e patriota), aqui acredito ser justo considerar apenas os campos autonomista e o patriota, pois como as próprias autoras reconhecem, os movimentos e partidos que lançaram mão de um repertório socialista de protesto não tiveram êxito em sua inserção nos protestos. Além disso, midiaticamente, não foram privilegiados nem pela Mídia Ninja, tampouco pelo conjunto O Globo, Folha e Estadão.

Por outro lado, havia grupos que, por sua vez, eram tão complexos como os primeiros, mas que se organizaram a partir de ideais mais conservadores, por vezes reacionários, e se articularam na criação de certa unidade a partir da pauta da corrupção. Estes grupos serão efetivamente considerados no capítulo seguinte. Neste capítulo, nos concentraremos no primeiro grupo, privilegiado pela produção imagética da Mídia Ninja desde as suas primeiras coberturas.

Seguindo os procedimentos adotados nos capítulos anteriores, as fotografias que serão objeto de nossa atenção nas páginas que se seguem serão analisadas desde uma perspectiva em que se considere a construção das imagens em seu contexto, atentando aos elementos técnicos e estéticos que lhes são inerentes e o tipo de narrativa visual que eles sugerem. Assim como os capítulos 2 e 3 possuem um diálogo maior entre si, sem se desconectar com as demais partes do trabalho, os capítulos 4 e 5 também possuem uma interdependência maior, complementando-se. No capítulo 5, voltaremos aos grandes jornais e buscarei examinar a forma como as suas narrativas visuais se alteraram e passaram a considerar Junho a partir de outro prisma, justamente quando do momento da entrada em cena de grupos mais conservadores. Aqui a análise se concentrará nas fotografias da Mídia Ninja que representaram grupos historicamente marginalizados na sociedade brasileira e que desafiam a identidade hegemônica da nação. Antes, entretanto, é preciso considerar quais foram as condições que tornaram possível à Mídia Ninja registrar essa diversidade e torná-la uma representação da nação heterogênea e fragmentada. Para tanto, consideremos o contexto no qual as manifestações de Junho estiveram inseridas.

#### **4.1 Olhando para fora: contexto internacional e a vaga comum de protestos pelo mundo**

Do ponto de vista do cenário externo, àquela altura, os ares de contestação social que se espalhavam pelo mundo desde a grande crise financeira internacional de 2008 conformavam um clima de “indignação global” (BRINGEL, 2013e; 2017; BRINGEL & DOMINGUES, 2015; BRINGEL & PLEYERS, 2015a; 2015b; 2017; GOHN, 2017). Sob muitos aspectos, as manifestações brasileiras se aproximaram de outros movimentos de protestos que se desenvolveram em outros países num curto intervalo de tempo. A Primavera Árabe, iniciada na Tunísia em 2010 e depois espalhada para o Egito, Bahrein, Iêmen, Líbia e Síria. O Occupy Wall Street nos Estados Unidos, o Movimento 12 de Março (ou Geração à Rasca) em Portugal, o Movimento 15 de Março na Espanha, a ocupação da Praça Syntagma na Grécia, e a mobilização dos estudantes secundaristas no Chile, em 2011. As revoltas na Turquia e os protestos no Brasil em 2013. No espaço de três anos, estes eventos que se deram em países com contextos muito diferentes entre si apresentaram similaridades importantes e deixaram a sensação de haver um mal-estar coletivo se expressando em diversos pontos do globo.

Na avaliação de Manuel Castells, autor de um dos estudos mais citados sobre o tema, estaríamos diante de um novo padrão emergente de movimentos sociais. O sociólogo espanhol destaca que estas mobilizações partilharam características comuns como a conexão em rede de múltiplas formas, tanto *online* quanto *offline*, isto é, a produção ou utilização tanto redes de comunicação preexistente pela internet, celulares e mídia em geral, quanto o estabelecimento de redes dentro do próprio movimento no diálogo com outros movimentos; o caráter simultaneamente local e global, articulando demandas que dizem respeito a problemas regionais, nacionais e globais; a viralidade de suas ações, verificada na difusão de suas mensagens e imagens por meio da lógica das redes da internet; a multiplicidade de reivindicações; e a busca por uma transformação geral da cultura, da sociedade e, sobretudo, do Estado, sem que necessariamente tenham a pretensão de se apoderar dele (CASTELLS, 2013, pp. 159-166).

Há também outras três características compartilhadas por estes protestos, assinaladas por Castells e por outros autores, que merecem um pouco mais de atenção. A primeira delas é a disposição que estas mobilizações tiveram em realizar uma ocupação massiva de espaços urbanos públicos. Praças, ruas e avenidas públicas de grandes

metrópoles foram tomadas por jovens com diferentes motivações e objetivos. E não houve acaso nisto. Estes lugares foram mais do que apenas cenários para os protestos. De acordo com o sociólogo italiano Paolo Gerbaudo,

Da Primavera Árabe ao Occupy Wall Street, os ativistas se definem como integrantes de movimentos de praças. Eles veem praças e ruas como pontos de encontro da sociedade para protestar contra as instituições. O caso brasileiro é mais complexo, porque envolveu várias cidades, mas também houve a ocupação de lugares que simbolizam a nação, como o Congresso. (GERBAUDO, 2013).

Os manifestantes impuseram sua presença em espaços extremamente simbólicos e estratégicos para suas lutas. Foram escolhidos locais que, por sua importância histórica, política e cultural, são emblemáticos para o imaginário social de suas respectivas sociedades, e que, além disso, são de fácil acesso à população, servindo, assim, como pontos de encontro para os atos. Em alguns casos, conforme observa Gohn (2015), eles foram mesmo o elemento a partir do qual os levantes foram impulsionados, como na Praça Taksim, em Istambul, na Turquia. Em outros casos, as localidades foram representativas daquilo contra o que manifestava, como a Avenida Wall Street, em Nova Iorque (EUA), um símbolo do sistema capitalista (idem). No Brasil, avenidas como a Rio Branco, no Rio de Janeiro, e a Paulista, em São Paulo, foram escolhidas como palco porque, além de serem espaços clássicos de manifestação, pelo menos num primeiro momento, uma das principais bandeiras levantadas nas manifestações foi a do direito à cidade, isto é, o direito a poder usufruir da cidade de forma desvinculada do consumo predatório e segregador.

David Harvey (HARVEY et al., 2012, p. 61), por exemplo, assinala que este tipo de tática “mostra como o poder coletivo de corpos no espaço público continua sendo o instrumento mais efetivo de oposição quando o acesso a todos os outros estão bloqueados” e que “(...) são os corpos nas ruas e praças, não o balbúcio de sentimentos no Twitter ou Facebook, que realmente importam”. Harvey sem dúvidas tem razão em relação à efetividade e proeminência de mobilizações nas ruas. Contudo, os protestos a que nos referimos também foram fundamentais para evidenciar que não podemos ignorar o papel da internet e das redes sociais se quisermos compreender as formas contemporâneas de se fazer política. Por meio destas ferramentas as várias manifestações ao redor do mundo foram organizadas e articuladas. Também através delas, foi possível mobilizar novos atores e garantir adesão aos protestos, criando redes de solidariedade entre indivíduos desconhecidos que muitas vezes não compartilhavam a mesma cidade, estado ou país. Ademais, iniciativas como o midiativismo, cujas atividades foram



relevantes em todos os países citados, só puderam ser levadas a cabo graças às infinitas possibilidades que são permitidas pela rede mundial de computadores. Há, portanto, nos eventos em questão uma relação entre rua e internet, entre corpos nos espaços públicos e perfis digitais nas redes, que nos sinaliza muito mais uma complementariedade entre as duas esferas do que uma oposição entre elas. Esta percepção, inclusive, vai ao encontro de outras características fundamentais das manifestações.

Outro dos aspectos mais fundamentais e ao mesmo tempo dos mais controversamente compreendidos de todas as manifestações aqui citadas foi a sua rejeição veemente a quaisquer tipos de lideranças. Em todos os casos, buscava-se afirmar a todo instante o distanciamento e a independência dos protestos em relação a instituições tradicionais, como os partidos políticos e movimentos sociais consolidados em outras épocas. Havia disseminada uma profunda desconfiança em relação a todas as formas políticas estruturadas em hierarquias, vanguardismos e delegação de poder. Deste modo, tornou-se traço distintivo destes movimentos a sua obsessão pela autonomia e, principalmente, pela horizontalidade. Rechaçando a possibilidade de submeter os seus desígnios e reivindicações a outrem que não a eles próprios ou à “vontade do povo” que diziam representar, os manifestantes de Tunes, Cairo, Nova Iorque, Lisboa, Madrid, Rio de Janeiro, São Paulo elegeram como os princípios basilares de suas lutas a independência e as relações horizontais, onde todos possuem a mesma importância e devem ser levados em consideração para que se atinja a verdadeira democracia, deliberativa e não representativa. Dentro desta concepção, a luta política torna-se uma experiência sempre em movimento, que não cessa e por isso se mantém viva. Este foi exatamente um dos trunfos destas mobilizações: a transformação de um elemento moral em um elemento catalisador de frustrações e indignações (Ricci e Arley, 2014). A ojeriza à hierarquização de indivíduos, grupos e demandas teve como resultado comum a todas as manifestações um crescimento vertiginoso no número de participantes. O movimento tornou-se uma revolta contra muitas coisas ao mesmo tempo e esta ira tornou-se a única coisa a ser compartilhada por pessoas de matizes ideológicas tão distintas umas das outras.

Os protestos que vimos desde 2010 foram fragmentados, conflituosos e polissêmicos. Como um sinal dos tempos, as redes sociais virtuais corroboraram as ruas e vice-versa. Implicaram-se mutuamente. E esta é a terceira característica a ser ressaltada. De acordo com estudo feito por Aldé e Dos Santos (2014), que analisou especialmente as manifestações ocorridas no Rio de Janeiro em 2013, as redes sociais mostraram-se propícias ao desenvolvimento e difusão de redes policêntricas – segmentos políticos

integrados entre si por meio de uma rede não coerente nem homogênea, que possui vários centros de liderança, mas sem hierarquias (idem, p. 3). Em outras palavras, assim como o que se sucedeu nas ruas, nas redes sociais também se reproduziram redes policêntricas que foram capazes de “aglutinar interesses díspares com um objetivo comum, mesmo que vagamente coeso e sem contornos políticos claros” (idem, p. 5).

Não por qualquer aleatoriedade, as redes sociais (físicas e virtuais) foram muito mais do que mero instrumento no processo de convocação. Elas estiveram no próprio conceito de organização e mobilização das manifestações, em Nova Iorque, Istambul, Berlim ou no Rio de Janeiro. Sua lógica expansiva, baseada numa comunicação socializada, geradora de significados compartilhados e identidades afetivas e fomentadora de múltiplas conexões simultâneas, forneceu um modelo de ação que, distante das hierarquias e da organização burocrática, se estabeleceu a partir de relações mais fluidas, baseadas, sobretudo, na confiança. A partir de relações individuais ou grupais, mas íntimas, formou-se uma rede gigantesca constituída por outras redes menores que compartilhavam um sentimento de indignação comum. Aos olhos de muitos, a conformação destas redes significaria o início de um movimento em direção a sociedades mais justas e democráticas baseadas em laços de solidariedade. Esta visão otimista pode ser observada, por exemplo, nas análises de Castells (2013), numa perspectiva global, ou naquelas empreendidas por Malini e Antoun (2013) e Moraes et al. (2014), no que diz respeito especificamente a Junho.

Este movimento de espelhamento é bastante revelador das dinâmicas não só dos protestos em questão, mas das novas formas em que as sociedades e a política têm se apresentado neste primeiro quarto do século XXI. Ricci e Arley (2014), por exemplo, enxergam um embate entre as estruturas sociais, os modelos de ação e organização e os ideários que caracterizam os movimentos que se constituíram antes e depois da virada do século. A obsessão pela autonomia e horizontalidade e a lógica de organização e ação em rede se contrapõem à natureza burocrática e à estrutura rígida e verticalizada das instituições e das organizações tradicionais, contra as quais o indivíduo se rebelaria em busca da autocondução de sua vida. Num mundo hipermoderno (LIPOVETSKI, 2004 *apud* RICCI & ARLEY, 2014, pp. 218-219), marcado por grande volatilidade, precarização geral do trabalho e busca incessante da reafirmação da individualidade pelo consumo, as incertezas sobre o futuro potencializam não apenas a insegurança e a necessidade pelo reconhecimento social, mas também o ressentimento com as instituições

e autoridades públicas (RICCI & ARLEY, 2014, pp. 216-220). Tal ressentimento com as instituições, porém, não se manifestou da mesma forma em todos os lugares.

## **4.2 Olhando para dentro: razões à esquerda para protestar**

Até aqui olhamos para “fora”, isto é, de uma perspectiva em que se considera que Junho de 2013 inscreveu definitivamente o Brasil em um novo momento global de tensionamento político, atentando às mobilizações sociais que ocorreram em outros países e continentes a partir de 2010. Mas para compreender Junho, é necessário que se olhe também para dentro. Do ponto de vista da conjuntura interna, é preciso estar atento às tensões de natureza local que se acumularam e concorreram na geração de um estado de ânimos que chegou ao seu clímax quando as multidões foram às ruas. O conteúdo dessas tensões, ou melhor, os conteúdos, no plural, são vários e apontam para causas distintas, grupos distintos e relação e envolvimento também distintos com cada nível de governo, federal, estadual e municipal – muito embora muitas vezes determinadas interpretações possam insinuar uma homogeneidade inexistente ao apontar uma luta “contra tudo o que está aí”. Tais conteúdos encontram-se tanto em questões de caráter estrutural quanto em questões circunstanciais. Identificá-los é fundamental para que possamos compreender não apenas a iconografia da Mídia Ninja, mas também de que maneira Junho pode conter em seu âmago diferentes sentidos e não apenas um par de significados que se excluem mutuamente. Assim, é preciso ir além de Junho e buscar compreendê-lo como parte de um processo multicausal, que pode ser analisado sem a necessidade de que todos os seus aspectos devam ser coerentes entre si.

### 4.2.1 Nas lacunas do lulismo

Entender Junho a partir do enfoque sobre as motivações e fatores que, no contexto local, contribuíram para nos levar às maiores manifestações da era democrática brasileira exige que voltemos ao menos, mesmo que brevemente, ao período dos governos de Lula e não

somente pela imprescindibilidade de uma contextualização baseada em uma perspectiva histórica (ainda que recente), mas também pela necessidade de ter em conta o impacto de suas políticas e de sua herança ao governo Dilma. Este movimento de recuo para além dos fatos mais imediatos, como demonstrado no primeiro capítulo, certamente não contém qualquer novidade. Como se argumentará, Junho está implicado diretamente no legado deixado pelo lulismo tanto ao nível material quanto ao nível simbólico. Tão importante quanto as escolhas de seus governos foram os enquadramentos e representações que lhes interpretaram e lhes deram sentidos, atuando de maneira decisiva na construção das percepções sobre eles e nas formas de expressão de projetos, ideias e imagens conflitantes sobre a política, sobre o país e sobre a nação. Entender como esses enquadramentos e representações foram erigidos nos fornecerá uma chave possível para a compreensão das tensões mencionadas no parágrafo anterior e nos permitirá acessar a segunda grande frente de embate entre a Mídia Ninja e a mídia corporativa no que tange aos acontecimentos de Junho.

Quando as manifestações de 2013 eclodiram, o PT já havia completado uma década a frente do governo federal. Durante o período, expressivos avanços foram alcançados em diversas áreas e sem pormenorizar, podemos citar três das principais razões que fizeram dos governos de Lula um ponto fora da curva na história brasileira. Aprofundando processo aberto ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, políticas participativas foram incrementadas e aproximaram movimentos sociais populares das esferas decisórias do Estado em diversos campos, ampliando o acesso aos processos de formulação de políticas públicas. Na economia, também no impulso da estabilização promovida pelo governo anterior, indústria e comércio cresceram como nunca. A gestão econômica dos governos petistas somada aos efeitos do “boom das commodities” a partir de 2004 tornaram a era Lula a fase de maior expansão econômica brasileira em décadas e fizeram o Brasil alcançar o posto de sexta maior economia do mundo, a frente de países como Rússia e Canadá e do Reino Unido. Como consequência do crescimento do Produto Interno Bruto, o país passou a investir na redução da pobreza e obteve resultados palpáveis e observáveis a olhos nus: grande capacidade de criação de empregos, ganho real no salário-mínimo, maior e melhor distribuição de renda se comparado com governos de outros períodos, amplo sucesso na inclusão financeira de largo contingente da população pela via do consumo e redução da fome. Ao mesmo tempo, e a reboque do sucesso econômico, o governo federal promoveu a expansão do ensino superior: triplicando o número de estudantes neste nível; investindo na estrutura e

na ampliação da oferta de cursos e vagas de universidades públicas e particulares; criando programas de crédito estudantil como o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES); e desenvolvendo ações afirmativas nas universidades federais.

No conjunto destas medidas, o país passou a experimentar a convivência antes impossível de egressos de diferentes estratos sociais em ambientes até então reservados às classes média e às elites econômicas. O aumento no poder de compra possibilitou aos mais pobres frequentar shopping centers e aeroportos. As medidas de incentivo ao ingresso nas universidades por meio de programas de cotas e financiamentos possibilitaram um acesso jamais visto de pobres, negros e indígenas ao ensino superior e aos centros de formação das elites intelectuais e econômicas nacionais. A ascensão econômica e social dos estratos mais desprivilegiados mexeu com as estruturas da sociedade brasileira e com três dos seus principais alicerces mantenedores das desigualdades - renda, escolaridade e raça. Como defendido por muitos analistas - por exemplo, Singer (2013c), Alonso (2019) e Pinheiro-Machado (2019) -, as mudanças em questão e o rearranjo social provocado por elas, ainda que insuficientes, foram importantes no surgimento de uma fração da sociedade mais crítica e mais exigente em relação ao sistema em que ingressava e em relação aos problemas que já enfrentavam, principalmente no que diz respeito à qualidade dos empregos em oferta, incompatível com a sua formação educacional, e à qualidade dos serviços públicos de que ainda dependiam. Assim foi que a imagem propagandeada de que tudo ia bem e o principal fiador desta propaganda, o governo federal, passaram a ser contestados.

Os mandatos do ex-presidente Lula deram origem a um fenômeno político único sobre o qual André Singer (2012) paradigmaticamente cunhou o termo “lulismo”, designação hoje amplamente utilizada. Numa mistura até certo ponto bem sucedida de elementos de governo próprios ao progressismo e ao liberalismo econômico, além dos investimentos sociais, as gestões petistas no governo federal (incluindo o governo Dilma) foram marcadas pela adoção do tripé macroeconômico neoliberal – isto é, juros altos, câmbio livre e superávits elevados -, pela continuidade de políticas conservadoras no campo da segurança pública, por uma agenda descompromissada com as questões ambientais e pela ausência de aplicação de maiores recursos na infraestrutura e nos serviços públicos. Assim, o compromisso com a redução da pobreza conviveu com uma orientação liberal na economia e a participação política não alcançou a mudança de rumo em setores fundamentais e sensíveis. Além disso, como notado por autores como Chauí

e Braga, as conquistas que beneficiaram a classe trabalhadora tiveram como contrapartida um aumento significativo da precarização do trabalho – elevadas taxas de terceirização, maior número de acidentes de trabalho, alta rotatividade, maior flexibilização das jornadas de trabalho e piores condições de trabalho.

Some-se a isso o fato de que, fazia algum tempo, havia certo incômodo com a maneira como os governos petistas lidavam com as manifestações de descontentamento e contestação por parte de movimentos e organizações com maior autonomia em relação àqueles que compunham a base lulista. Como indica Avritzer (2016a; 2016b), mesmo com os avanços obtidos a partir das experiências com os Orçamentos Participativos, os mais de vinte mil conselhos gestores pelo país e as muitas Conferências Nacionais, as políticas participativas davam sinais de ter alcançado seus limites. Se áreas como saúde e assistência social tiveram notável crescimento da participação da sociedade civil e de movimentos populares, áreas centrais como infraestrutura, transporte e mobilidade urbana, zonas de conflito entre governo, população e iniciativa privada, foram deixadas de lado. Ademais, se havia uma aproximação com uma geração de ativistas atuantes desde os principais momentos da redemocratização brasileira, isto se deu exatamente em detrimento dos setores que ocuparam as ruas a partir de 2013, cujo perfil repete-se à exaustão: predominantemente de classe média, mais jovens (mais velhos a partir de 2015), altamente escolarizados, com parca experiência política e detentores de uma agenda alheia aos processos participativos nas instituições (AVRITZER, 2016a, p. 15, 51, 56 e 57 e 68-69; 2016b, p. 46-47).

Para Avritzer, pois, estaríamos frente ao que ele chama de “fissuras do campo participativo”, uma frustração e irresignação com os limites das políticas de participação social idealizadas pelo governo Lula. De acordo com o cientista político, desde o segundo mandato do governo Lula, quando ambientalistas se opuseram à forma como os projetos de transposição das águas do rio São Francisco e da construção de usinas hidroelétricas na região da Baixa Amazônia foram concebidos, desconsiderando as populações nativas e os biomas locais, já havia certa tensão no ar (AVRITZER, 2016a, p. 16 e pp. 60-62; 2016b, p. 47). Ao longo do primeiro governo Dilma, marcado dentre outras coisas pelo relacionamento mais distante com os movimentos sociais, essas fissuras não apenas continuaram existindo – na própria esfera ambiental, mais uma frente de confrontação seria aberta com a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte -, como se aprofundaram e se tornaram mais visíveis em relação às políticas urbanas, onde, afinal, se tornariam irreparáveis. Havia uma tensão se acumulando e ela seria rompida da

maneira mais abrupta possível. Se na maior parte dos governos petistas as ruas estiveram tranquilas, um ano antes da reeleição de Dilma Roussef o panorama se alteraria radical e irreversivelmente por um bom tempo.

Não foi por acaso que grupos como o MPL, distantes da ingerência de partidos políticos, conseguiram angariar apoio entre frações distintas contestadoras do lulismo. Em formação, havia um complexo caldo de cultura anti-establishment capaz de conectar questões de amplitude nacional àquelas de repercussão maior no âmbito restrito de cada cidade e gerar atravessamentos e sobreposições entre pautas a princípios distantes, sem que com isso se perdessem de vista as singularidades de cada localidade. Para a geração que debutava nas ruas, os partidos políticos e os movimentos sociais tradicionais soavam como espaços engessados e desatualizados frente aos desafios emergentes do século XXI. Com efeito, o Brasil passava por uma transformação no modo de protestar e no perfil dos sujeitos das ações de protesto que, incluindo também o surgimento de um campo patriota (ALONSO, 2019) – a ser explorado no capítulo seguinte -, dava alguns indícios de que as ruas estavam deixando de ser “vermelhas”, isto é, que a esquerda tradicional organizada em partidos, movimentos sociais, sindicatos e entidades estava perdendo o seu monopólio. Desde o fim do primeiro mandato de Lula, nasciam coletivos e novos movimentos sociais organizados de acordo com preceitos horizontalistas, bastante influenciados por ideais de contracultura e autônomos em relação às organizações que tipicamente exerceram o papel de pressionar governos, estruturas estatais e elites econômicas.

Um olhar em retrospectiva, privilegiado pelo seu distanciamento temporal e pelo conhecimento dos acontecimentos posteriores, hoje, é capaz de nos deixar perceber a existência e o desenvolvimento de um padrão de mobilização social que emergia mesmo antes de Junho e refletia tendências de agendas e estilos de ativismo distintos. Como observado por Alonso (2019, p. 107), eram pelo menos duas as inspirações para aqueles reunidos à esquerda e/ou de tendências progressistas, libertárias e anarquistas: os protestos Zapatistas, ocorridos em 1994, e os protestos de Seattle, que se deram em 1999. Dos primeiros, herdou-se as atualizações promovidas pelo Zapatismo na tradição socialista de protestar, ampliando a agenda redistributiva para outros grupos além do proletariado urbano. Dos últimos incorporou-se uma atitude autonomista que, sob forte influência de princípios anarquistas, manifestou-se fortemente na rejeição aos partidos políticos e às instituições do Estado. De ambos, recuperaram-se estéticas e simbologias – o vermelho e o lenço no rosto, característico do movimento zapatista, e o uso do preto em

roupas e adereços, típicos dos grupos que ganharam projeção em Seattle -, a inspiração em causas globais, o uso de tecnologias e da internet na organização e divulgação de seus atos e o recurso à violência e ações performáticas, não raro combinadas.

É exatamente neste contexto em que surgem grupos como a Mídia Ninja e o Movimento Passe Livre, mas também ganham força, por exemplo, a assim chamada quarta onda dos movimentos feministas no Brasil e as mobilizações dos grupos organizados dedicados à causa LGBTQIA+. O palco da ação destes grupos foi, sobretudo, o espaço urbano das principais metrópoles brasileiras, onde são potencializadas as desigualdades intrínsecas às contradições entre capitalismo e democracia. Mas não apenas. Houve também atos importantes em zonas longe das grandes cidades, mas igualmente reveladoras da lógica predatória de exploração de recursos naturais e de sujeição às populações vulnerabilizadas.

#### 4.2.2 Cada cidade uma sentença

Os protestos que aconteceram no Brasil em 2013 não envolveram exatamente as mesmas causas, não tiveram as mesmas dinâmicas nem as mesmas dimensões em todos os lugares. Certamente havia pautas e elementos em comum, mas em cada estado e município havia demandas e reclames que, por mais que remetessem a um plano geral, tinham características particulares, que diziam respeito principalmente as suas respectivas realidades e governos. Seria impossível dar conta de tudo aquilo que ocorreu no país em junho de 2013. Não há qualquer pretensão no sentido de dar conta da totalidade dos elementos que compõem a miscelânea de episódios relacionados ao nosso tema. E, como é necessário admitir, não obstante o rigor acadêmico e o consequente e indispensável distanciamento do objeto orientem este estudo, o que se apresenta aqui é apenas um enquadramento dentre muitos possíveis.

Como indicam o sociólogo Rudá Ricci e o antropólogo Patrick Arley (2014), é possível adotar dois caminhos para compreender Junho de 2013. O primeiro respalda-se em uma perspectiva racional, lógica, linear e cumulativa onde seria possível construir uma narrativa histórica que reconstituiria uma sequência de atos e eventos que culminaria nas manifestações de Junho. O segundo, por sua vez, parte do princípio de que é possível interpretar os fatos sociais seguindo um raciocínio que valoriza as suas descontinuidades,



sua polissemia e heterogeneidade e aceita que não necessariamente eles se encaixarão perfeitamente na formação de um discurso coeso. Mas, como os próprios autores sugerem, é possível ainda interpretar o fenômeno por um terceiro caminho, um que nos permita conciliar estas duas perspectivas, valorizando o acúmulo de acontecimentos anteriores sem que com isso deixemos de lado as rupturas, os intervalos nos quais mesmo toda consideração a partir de uma perspectiva histórica e cumulativa se mostra insuficiente diante da pluralidade de motivações e grupos envolvidos, dos dissensos e das disputas.

Seguindo esta terceira proposta, voltemos, por ora, a considerar os acontecimentos de Junho desde um olhar que privilegie a sua contextualização e se volte para o que podemos caracterizar como os seus antecedentes mais imediatos. Assim como fizemos para as agendas que desafiavam o lulismo com maior repercussão, pensemos em como localmente não apenas havia várias razões para protestar, como de fato foram organizados movimentos, articulações e ações de protesto os mais diversos. Como afirmado anteriormente – não custa ressaltar uma vez mais –, muitas dessas questões estiveram articuladas em diferentes níveis, alcançando reverberação tanto local quanto nacional. Um olhar ponderado, que considere a existência de motivações variáveis conforme o contexto de cada praça envolvida nos eventos de Junho nos oferece duas vantagens: nos permite descentrar a narrativa sobre os protestos, que muitas vezes tendem a se concentrar em São Paulo, privilegiada em grande parte das análises sobre as manifestações de 2013; e nos permite pensar Junho como o pico de um processo que nem começou nem terminou em junho de 2013.

Em Belo Horizonte, por exemplo, desde 2010 grupos anarquistas, libertários, esquerdistas e profissionais ligados ao campo da cultura já se articulavam contra a prefeitura local motivados pelas políticas para o setor. Também desde 2010 o Comitê Popular dos Atingidos pela Copa<sup>35</sup> (COPAC) já promovia reuniões públicas e organizava suas ações na capital mineira. Em 2011 foram organizadas as primeiras Grandes Marchas Fora Lacerda, realizadas por um movimento amplo, formado pela aglutinação de diversos grupos de oposição e que percorriam lugares icônicos da cidade manifestando-se publicamente contra a gerência do prefeito Márcio Lacerda (PSB). Este último movimento, com o apoio do COPAC, opunha-se às mais variadas medidas nas mais

---

<sup>35</sup> O comitê de Belo Horizonte foi o único a adotar a palavra “atingidos” em seu nome. De acordo com Ricci e Arley (2013), esta nomenclatura foi fundamental para que o movimento tivesse um foco e articulasse as vítimas das intervenções urbanas.

diversas áreas, da truculência da Guarda Municipal à proibição de eventos culturais na Praça Maior, passando pela proibição do comércio popular no entorno do Mineirão e por ações higienistas como o confisco de bens de pessoas em situação de rua e os despejos de moradores e as demolições de casas de comunidades pobres, ações verificadas em todas as cidades-sede da Copa.

Em Recife, no momento anterior a Junho geravam grande repercussão e mobilização, sobretudo, as remoções que ocorreram no Loteamento São Francisco, em Camaragibe, na região metropolitana de Recife, e o polêmico Projeto Novo Recife, centro da controvérsia em torno dos armazéns do Cais José Estelita. No primeiro caso, um Loteamento inteiro deixou de existir para a realização de obras de acesso à Arena Pernambuco. O processo teve a liderança do governo do Estado e, mesmo com a intercedência do Comitê Popular da Copa de Pernambuco e a realização de protestos, se deu à margem da lei, sem oferecer qualquer dignidade aos moradores, prejudicando o seu acesso às indenizações ou aos reassentamentos, e ao seu fim, as obras previstas para a localidade sequer foram concluídas. O segundo caso chegou a ter boa repercussão midiática nacional e internacional. A área do Cais, localizada próxima ao centro histórico de Recife e a caminho da valorizada zona sul da capital pernambucana, tornou-se alvo da especulação imobiliária. Com o respaldo, principalmente, dos mandatos do prefeito Geraldo Julio (PSB), foi leiloadada e arrematada por um consórcio formado pelas construtoras Moura Dubeux, Queiroz Galvão, Ara Empreendimentos e GL Empreendimentos visando à construção de 12 torres de até 40 andares residenciais e comerciais com apartamentos que poderiam chegar a R\$ 1 milhão. Em reação, em 2012, um grupo formado por entidades civis, ativistas, acadêmicos, estudantes, advogados, jornalistas dentre outros deu origem ao movimento Ocupe Estelita, que ocupou intermitentemente a área e impediu até 2019 o início das obras na região. A atuação do Movimento Ocupe Estelita acabou gerando um ponto de convergência de bandeiras muito diferentes, atraindo grupos LGBTQIA+, cicloativistas, ativistas do campo da cultura, defensores dos direitos humanos, de animais e da descriminalização da maconha, além de trabalhadores do comércio informal e ativistas e militantes da moradia popular.

No estado da Bahia, Salvador já tinha experiências pgressas de manifestações ligadas ao transporte público muito antes de 2013. Foi na capital baiana onde dez anos

antes dos fatídicos protestos de Junho se deu o famoso episódio da Revolta do Buzú<sup>36</sup>. Durante mais de três semanas milhares de pessoas, ocuparam as ruas da capital baiana em resposta ao aumento das tarifas de ônibus, que, inusitadamente, à época também aumentaram em 20 centavos, passando de R\$ 1,30 para R\$ 1,50. Mais recentemente, em 2011, outros dois protestos haviam sido realizados com a mesma temática. Em junho, manifestantes soteropolitanos fecharam entrada da Estação Pirajá, uma das mais movimentadas estações rodoviárias da capital, e engarrafaram a BR-324 reivindicando maior circulação de coletivos na parte da manhã. Em agosto, centenas de pessoas se manifestaram contra a demora nas obras de construção do metrô, parada há 12 anos. Em abril de 2013, as baianas de acarajé de Salvador - reconhecidas, em novembro de 2012, como Patrimônio Imaterial da Bahia - foram às ruas pelo direito de poder vender sua comida na Arena Fonte Nova durante a Copa das Confederações e a Copa do Mundo, atividade tradicional em dias de jogos nos estádios baianos que havia sido negada pela FIFA. Às vésperas do início da Copa das Confederações, a entidade liberou apenas seis representantes para a venda da iguaria local.

A lista de protestos Brasil afora somente nos anos mais imediatos que antecederam 2013 é longa. Poderíamos citar ainda o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) que organizou mais de 700 manifestações em todo o Brasil entre 2009 e 2010, as marchas contra a violência doméstica em Belém e Macapá nos mesmos anos, os atos e greves de professores em diferentes estados pelo piso salarial entre 2011 e 2012 e a Marcha dos Povos que, durante a Rio+20, em 2012, reuniu 80 mil pessoas no Rio de Janeiro. Do mesmo modo, já em 2012, o país havia registrado o maior número de greves desde 1997 e que crescia continuamente desde 2008. Destaque-se ainda que, dentre estas ações, as mobilizações feitas por trabalhadores do setor privado, que ultrapassaram em termos quantitativos as greves feitas por trabalhadores do setor público ainda em 2012, quase triplicaram no país ao longo de 2013 em relação a este último ano – aumento passível de ser correlacionado às manifestações de Junho, mas que também confirma uma tendência de crescimento nas atividades grevistas<sup>37</sup>.

---

<sup>36</sup> A saga foi transformada em filme pelas lentes de Carlos Pronzato (2003). Sob o mesmo título da série de protestos, o filme está disponível no Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=dQASaJ3WgTA>. Acessado em: 16/11/2018.

<sup>37</sup> Os dados relativos aos números de greves no país no período mencionado podem ser encontrados nos balanços realizados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE (2012; 2013).

Em grande parte destas atividades contestatórias já era possível enxergar um estado de inquietação em que se via pautas locais articuladas a questões nacionais e globais e um enfrentamento direto ao Estado em suas diferentes instâncias. As manifestações eram muitas e variadas, em relação aos seus protagonistas, as suas pautas, no direcionamento de suas críticas e na adesão que tinham em cada cidade. Mas o “despertar do gigante” – esta metáfora tão utilizada em muitas das análises sobre Junho e que (embora, em sua invocação, invisibilize e silencie a voz dos que muito antes de 2013 já estavam “acordados” ou nunca “dormiram”) – viria de uma agenda em que poucos poderiam apostar como suficiente para levar o país a uma série de protestos que mudariam os seus rumos. O gatilho para Junho veio de uma medida governamental pela qual todos já esperavam e de uma resposta das ruas que já não era novidade.

### **4.3 Não era, mesmo, só por 20 centavos**

Inspirados na Revolta do Buzú, ocorrida em Salvador em 2003, e na Revolta da Catraca, que aconteceu em Florianópolis, em 2004, os protestos que tematizaram o transporte público tornavam-se cada vez mais frequentes e adensavam-se em diversas cidades há alguns anos. Como uma espécie de prelúdio do que viria a acontecer em Junho, após a criação, em 2005, do Movimento Passe Livre, que resultou justamente da convergência de grupos não hegemônicos no interior das e autônomos em relação às organizações tradicionais de esquerda<sup>38</sup>, manifestações reivindicando o “passe livre” ou a revogação de aumentos nas tarifas proliferavam no Brasil e passavam a ser vistas na maior parte das metrópoles brasileiras e em outras cidades de médio porte, embora nem

---

<sup>38</sup> De acordo com Pomar (*in* Judensnaider, 2013, p. 18), o MPL se forjou em sua fundação, em 2005, durante o Fórum Social Mundial sob a influência de orientações políticas distintas representadas por dois grupos minimamente divergentes: havia, primeiramente, um grupo que reunia jovens autodeclarados independentes e jovens trotskistas dissidentes de entidades de esquerda tradicionais; e, além dele, um segundo grupo, de orientação essencialmente anarquista e organizado em torno do Centro de Mídia Independente (CMI), constituído de ativistas dos chamados movimentos “antiglobalização”. Na união destes grupos o MPL estabeleceu os seus princípios fundamentais: a autonomia, a horizontalidade, a independência e o apartidarismo – o que, cabe frisar, não deve ser confundido com antipartidarismo. Se por um lado tais características impactam de maneira relativamente positiva na credibilidade do MPL frente a setores expressivos da sociedade que enxergam nos partidos políticos a razão de quase todos os males de nossa democracia, por outro, evidencia, como chama atenção Pomar (*idem*, p. 18), a pouca ou nenhuma “relação orgânica com o passado público da época em que vivem” (Hobsbawn, 1995 apud Pomar in Judensnaider, 2013).

sempre vinculadas organicamente ao MPL. Rio de Janeiro, Florianópolis, Vitória, Belo Horizonte, São Paulo, Rio Branco, Belém, São Luís, Joinville e Campinas são alguns exemplos. No Distrito Federal, onde o MPL sempre foi muito atuante, o governo concedeu passe-livre aos estudantes a partir do ano de 2010, atendendo às reivindicações de manifestantes ao longo do ano anterior. Em Vitória e Teresina, onde ocorreram as manifestações mais exaltadas do período, sucessivos confrontos com a polícia foram registrados e vários ônibus foram incendiados. Em Teresina e Maracanaú (CE), os manifestantes conseguiram fazer valer sua voz e os aumentos nas tarifas foram revogados.

A indignação com os aumentos nos preços das passagens era previsível, assim como era de se esperar que, dado o histórico, manifestações em contrário eram questão de tempo. Vale lembrar que, em razão da preocupação com a inflação no primeiro semestre, o governo federal solicitou junto aos governos estaduais e municipais de sua base aliada – o que incluía os governos estadual e municipal, no caso do Rio, e apenas municipal no caso de São Paulo -, que adiassem até junho os reajustes tarifários referentes aos transportes urbanos e metropolitanos. Em troca, a presidenta Dilma Rousseff havia prometido uma desoneração em tributos que possibilitaria que, quando ocorresse, o aumento da tarifa seria abaixo da inflação. No entanto, mesmo com a prometida desoneração, tanto Rio como São Paulo tinham pouca ou nenhuma margem, de acordo com suas previsões orçamentárias, para abrir mão dos reajustes e, por isso, tudo indicava que as suas respectivas prefeituras sustentariam eventuais pressões por revogações dos aumentos, o que, novamente, colocaria o tema em evidência. Tendo em vista o que já havia se desenrolado nos anos anteriores, era de se esperar que tais pressões se iniciassem tão logo os acréscimos fossem confirmados.

No Rio Grande do Sul, o ano de 2013 havia começado com o trágico incêndio da boate Kiss, na cidade de Santa Maria, na Região Central do estado, que vitimou fatalmente 250 pessoas e deixou outras 680 feridas após um incêndio na casa noturna. Pouco mais de quatro meses após o ocorrido, parentes e amigos das vítimas, além de outros indivíduos solidários a eles foram as ruas da cidade e da capital gaúcha para protestar contra a liberdade provisória concedida aos proprietários do espaço e a dois integrantes da banda que nele fazia show e que acenderam os sinalizadores que deflagraram o incêndio. Para além da condenação em relação à decisão da Justiça, havia também uma indignação com as relações ilegais entre o poder público e empresários locais que permitiram o relaxamento da regulamentação e fiscalização que deu condições

ao estabelecimento de estar em funcionamento mesmo sem condições para tanto. Durante Junho, os protestos em Santa Maria tornaram-se os maiores da história da cidade.

Ainda no Rio Grande do Sul, no intervalo entre a tragédia ocorrida na boate Kiss e as primeiras manifestações pelo andamento do caso, nasciam os primeiros atos de protestos contra o aumento das passagens no ano de 2013. Muitos autores e grande parte dos meios de comunicação ainda hoje credita a origem de tais eventos à conjuntura paulistana, em cujo seio o MPL teria feito valer as vantagens de se estar na maior e mais rica cidade do país. Há, porém, aqueles que defendem a tese de que a gênese destes protestos deve ser procurada na conjuntura de outras cidades, num momento anterior a junho de 2013 e a partir da ação de outros grupos que não o MPL. Evidentemente, não se pode negar a relevância do Movimento Passe Livre e de suas jornadas, desde sua fundação até o cataclismo de Junho. É importante, entretanto, que se tenha em consideração que desde o início de 2013 outros coletivos e redes de coletivos articulavam-se na demanda pelas revogações dos aumentos tarifários nos transportes de várias cidades.

Como Cardoso e Di Fátima (2013) lembram, já em fevereiro de 2013, uma manifestação organizada pelo coletivo de organizações Bloco de Luta por um Transporte Público, nascido e atuante em Porto Alegre, reivindicava a revogação do aumento do preço das tarifas. O ato, que fora convocado por meio da criação de um evento no *Facebook*, reuniu cerca de 200 pessoas no Largo Glênio Peres. Uma semana após o protesto, contudo, a passagem de ônibus passou de R\$ 2,85 para R\$ 3,05. Em resposta, novos atos foram convocados e a adesão passou a ser cada vez maior, ao passo em que os confrontos entre manifestantes e a Tropa de Choque da Polícia Militar gaúcha se tornavam mais frequentes. No dia 04 de abril, a Justiça concedeu liminar que reverteu o reajuste das tarifas e, de acordo com o Bloco de Luta, comemorações reuniram 10 mil pessoas no centro da capital gaúcha - a contagem da PM confirmou apenas 3,5 mil.

Na cobertura da manifestação, lá estava a Mídia Ninja, produzindo os primeiros conteúdos que seriam publicados e compartilhados em suas redes sociais virtuais sobre os protestos que se iniciavam por todo o país. As Fotografias 18 e 19, abaixo, registram precisamente um dos momentos em que diversos ativistas, estudantes, coletivos, entidades e movimentos sociais ocupavam diversos pontos da cidade simultaneamente momentos antes do anúncio da revogação. Àquela altura, ainda sem grande engajamento e reconhecimento do público, a postagem no perfil do Facebook da Mídia Ninja alcança somente 43 curtidas e 23 compartilhamentos, no caso da primeira imagem, e 47 curtidas

e 10 compartilhamentos, no caso da segunda imagem – números muito abaixo se comparados ao que os Ninjas ainda alcançariam.

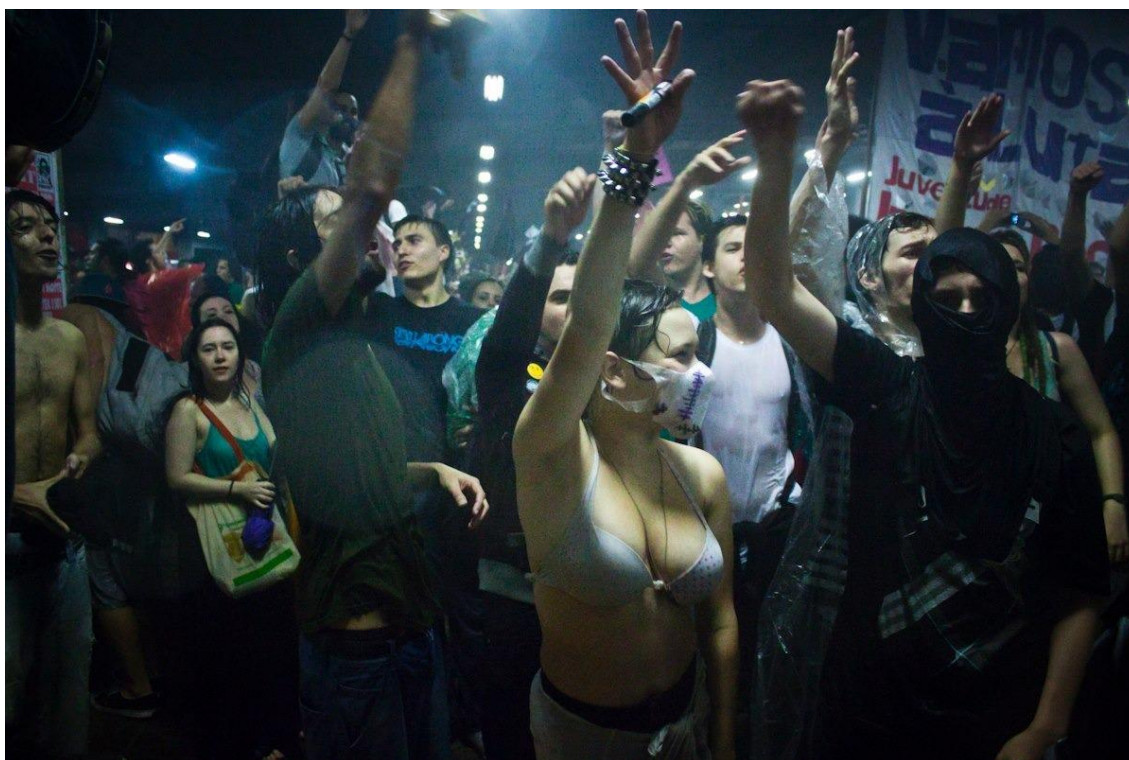
Em relação às fotografias que destacamos no capítulo anterior, as fotografias que serão analisadas a partir de agora contêm um caráter muito menos espetaculoso e, portanto, muito menos apelativo. Não estamos diante de momentos de confrontos entre manifestantes e polícia ou frente a cenas nas quais as chamas de uma barricada atraem grande atenção e dão à imagem grande carga de dramaticidade e/ou beleza. Isto, no entanto, não quer dizer que nelas não existam elementos que importem a ser analisados. Elas revelam uma segunda preocupação da Mídia Ninja em seu ato político-comunicacional: a de, no enfrentamento com os veículos corporativos, oferecer uma narrativa e uma visão alternativa sobre os protestos que não girasse em torno apenas do espetáculo midiático da violência. Era necessário lembrar que as manifestações eram mais do que isso, que elas tinham causas, representavam pessoas, grupos e lutas muito maiores do que a banalidade de uma vidraça quebrada ou um saco de lixo queimado. Para tanto, era preciso dar a estas causas e pessoas, imagens, rostos, re-apresentá-las.

Fotografia 18 - Manifestantes marcham debaixo de chuva em Porto Alegre



Fonte: Facebook Mídia Ninja. Autor: Não identificado.

Fotografia 19 - Manifestação em Porto Alegre



Fonte: Facebook Mídia Ninja. Autor: Não identificado.

As imagens acima, apesar de remeterem ao mesmo contexto, são fotografias feitas em lugares distintos da cidade de Porto Alegre. Mesmo sob forte chuva, são muitos os manifestantes apresentados nos enquadramentos, nos deixando a sensação de que há outras dezenas deles, talvez centenas, quiçá milhares nas regiões fotografadas. Em ambas é possível observar alguns dos ingredientes aos quais fizemos referência em páginas anteriores e pelos quais Junho tornou-se reconhecido e algumas das características que destacamos como sendo próprias das fotografias da Mídia Ninja. Mas há mais.

Se toda fotografia pode se tornar histórica, a estética da Fotografia 19 carrega essa pretensão já de saída. O recurso a uma edição que remete a um efeito sépia sobre a foto, algo incomum para abordagens fotojornalísticas mais convencionais, dá à imagem a aparência de uma fotografia encontrada em um álbum ou repositório antigo. Como é possível observar, há grande contraste entre as regiões escuras e as regiões claras da foto, onde há uma superexposição e vários pontos da imagem encontram-se “estourados”, perdendo-se alguns detalhes de informações – o que, no entanto, também pode ter sido um recurso utilizado para compensar a baixa iluminação do ambiente fotografado. Além disso, há um tom predominante que chama atenção por sua cor marrom-amarelada. Essa tonalidade dá à fotografia um aspecto envelhecido, típico de fotos que, por sua



preservação inadequada e/ou exposição à radiação ultravioleta associada à ação do tempo, desbotaram e deram às partes pretas um tom marrom e às brancas um tom amarelado. Esse tipo de efeito pode ser aplicado tanto na pós-produção quanto na própria câmera que faz o registro – desde que ela contenha tecnologia apropriada para isso, evidentemente -, mediante o uso de um filtro pré-definido. Seu uso sugere a tentativa de fazer daquele momento, instantaneamente, um momento histórico, desta forma, transmitindo a ideia de que a “História” estava sendo construída diante dos nossos olhos e que a Mídia Ninja estava lá para registrar este acontecimento.

Diferentemente do que vemos na iconografia histórica dos protestos que foram organizados, sobretudo, no último quarto do século XX, tanto na Fotografia 18 como na Fotografia 19 não vemos a predominância da estética socialista. Embora vejamos muitas faixas, expediente largamente utilizado nas marchas que se valem de um repertório mais próximo ao de organizações e movimentos tradicionais, em ambos os momentos não vemos o vermelho das bandeiras e camisas tingindo as ruas como outrora, o que nestas circunstâncias tem como significado a ausência ou ao menos a presença minoritária de militantes partidários e sindicalistas. Ademais, há diversos manifestantes que vestem preto, que, se não chegam a nos permitir afirmar que sejam maioria, são suficientemente indicativos de uma mudança simbólica.

Na Fotografia 19, em particular, resta claro que o protesto se compunha predominantemente de jovens brancos. Nela também vemos com maior nitidez um manifestante vestido completamente de preto que, com seu punho cerrado e levantado, acompanhando a coreografia dos outros manifestantes, usa o que parece ser uma camisa para encobrir seu rosto, como uma máscara, encarando o fotógrafo e seguindo à risca o padrão de uma estética e de uma performance anarquista. Ao seu lado, uma jovem – esta efetivamente usando uma máscara – ergue seu braço direito para cima: no seu pulso, um bracelete de tipo *spike*, adereço característico do movimento punk; na sua mão, uma caneta preta que possivelmente pode ter sido usada para a confecção de um cartaz improvisado. Mas o que há de mais marcante nesta personagem, que ocupa o centro da imagem, é a sua atitude de retirar sua camisa em meio ao protesto. Para outros manifestantes homens presentes e para o espectador homem que vê a foto esta pode soar como uma atitude banal. Para a mulher retratada e para as outras mulheres que estão diante de tal cena, certamente não é o caso, justamente porque é às mulheres, histórica e estruturalmente, que é negada a soberania sobre seu próprio corpo. Estar em público apenas de sutiã significa desafiar as regras morais de uma sociedade arraigada a uma

estrutura patriarcal, a possibilidade de assédio sexual e a objetificação do seu corpo, o que, portanto, não pode configurar outra coisa que não um ato político. No contexto da manifestação em questão, este ato é representativo do quanto os protestos, que tinham como pauta o transporte público, estavam permeados por atores diversos e agendas e atitudes políticas mais amplas desde muito cedo.

Desde a vitória obtida em Porto Alegre, o que se viu dali em diante foi a proliferação nos meses subsequentes de mobilizações de natureza similar por diversos municípios. Em Manaus, foram realizados três protestos ao longo do mês de março contra o reajuste da passagem de ônibus, todos organizados pela União Nacional dos Estudantes<sup>39</sup>. Em maio, em Natal, o movimento #RevoltadoBusão, que já havia ocupado as grandes avenidas da cidade no final de 2012, levou milhares de pessoas às ruas em mobilização organizada pela internet contra o aumento de R\$ 0,20 nas tarifas que antes custavam R\$ 2,20<sup>40</sup>. Houve intensos confrontos com a Polícia Militar do Rio Grande do Norte e dezenas de feridos e presos<sup>41</sup>. Também em maio, Goiânia foi palco de uma greve de motoristas de transporte coletivo e de manifestações organizadas pela Frente Contra o Aumento<sup>42</sup>, coletivo criado após a prefeitura da cidade anunciar a possibilidade de um segundo aumento nas passagens no mesmo ano<sup>43</sup>.

Enfim, chegaríamos a junho de 2013 e aos estados e capitais mais populosos do país. Com as duas metrópoles mais importantes do país do ponto de vista econômico e midiático aderindo finalmente aos reajustes, iniciava-se uma mudança importante de cenário. Na cidade do Rio de Janeiro, o aumento no valor das tarifas de transporte público entra em vigor no primeiro dia do mês, enquanto em São Paulo, a medida passa a valer a partir do dia seguinte. Precisamente no primeiro dia útil em que o novo valor das passagens passou a vigorar no Rio de Janeiro, estudantes interditaram uma das mais conhecidas avenidas da cidade, a Avenida Rio Branco, para protestar. Três dias depois, o

---

<sup>39</sup> De acordo com o portal G1: <<http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2013/03/durante-protesto-estudantes-fazem-judas-com-foto-do-prefeito-de-manaus.html>>. Acessado em 06/02/2019.

<sup>40</sup> Conforme noticiado pelo jornal eletrônico Correio Cidadania. Disponível em: <<http://www.correiocidadania.com.br/social/8412-29-05-2013-a-forca-e-a-rebelia-da-revolta-do-busao-em-natal>>. Acessado em 06/02/2019.

<sup>41</sup> Segundo o portal de notícias G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2013/05/manifestantes-e-pm-relatam-versoes-diferentes-sobre-confrontos-em-natal.html>>. Acessado em 06/02/2019.

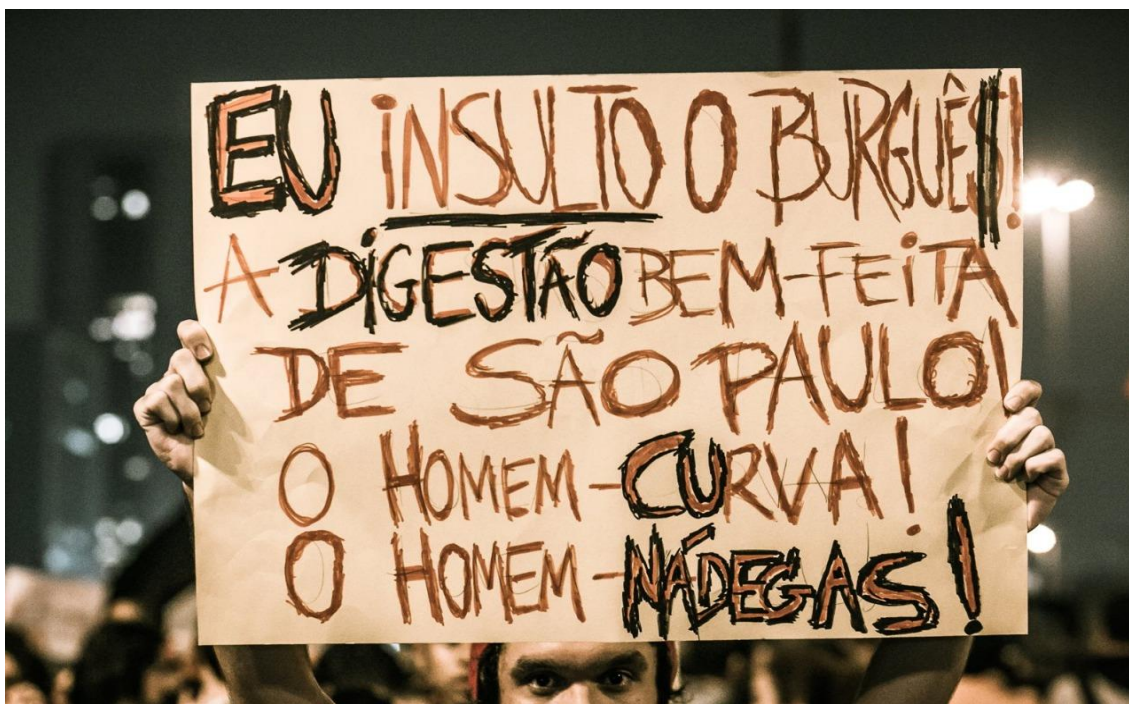
<sup>42</sup> O grupo foi composto por estudantes independentes, grêmios estudantis de escolas públicas goianas, Centros Acadêmicos de universidades da capital goiana, pelo Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Goiás (DCE-UFG), pelo Movimento Estudantil Popular Revolucionário (MEPR), e pelo coletivo Tarifa Zero Goiânia, federado nacionalmente ao MPL.

<sup>43</sup> Também de acordo com o G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/goias/noticia/2013/05/protesto-contra-tarifa-do-transporte-coletivo-bloqueia-ruas-em-goiania.html>>. Acessado em 06/02/2019.

MPL convocaria a primeira manifestação contra o aumento na cidade de São Paulo, onde os atos teriam grande visibilidade e os seus desdobramentos reverberariam em todo o país.

Quando os protestos começaram a ganhar força no Rio e em São Paulo, imediatamente despertaram interesses e curiosidade as suas formas de expressão. Além da estética mais próxima ao anarquismo e das performances violentas, chamava atenção também a ausência de elementos que outrora não poderiam faltar em uma manifestação política. Os carros de som, as bandeiras desfraldadas, as faixas confeccionadas previamente, as caravanas de militantes, os comícios ou as festas-comício com a participação de artistas, todos estes recursos que tiveram sua importância noutros tempos foram substituídos por cartazes confeccionados a mão, fantasias, máscaras, danças, estandartes e instrumentos de percussão ou palmas para acompanhar as palavras de ordem improvisadas no percurso das marchas (TATAGIBA, pp. 52-54; GOHN, 2014, p. 13). Nesse contexto, os cartazes, especialmente, se faziam notar muito pela sua criatividade. Não por coincidência, são inúmeras as fotos nos mais diversos veículos que enquadram este meio de expressão, dando materialidade aos relatos sobre as manifestações. Foi por meio deles que muitas vezes manifestantes rebaixaram autoridades, instituições e grupos sociais antagônicos.

Fotografia 20 - Cartaz “Ode ao Burguês”



Fonte: Facebook Mídia Ninja. Autor: Não identificado.

A fotografia 20, acima, tem a mesma identidade visual que pudemos verificar em outras imagens analisadas no capítulo anterior. O tom alaranjado reforça a ideia de que a fotografia foi feita nas ruas e transporta o imaginário do espectador. O cartaz ocupa quase todo o enquadramento, mas o olhar expressivo do manifestante que o segura também chama atenção, demonstrando seriedade e, assim, contrapondo-se ao tom jocoso da mensagem que apresenta. A referência é óbvia: o texto enfatizado consta de um dos escritos mais famosos de Mário de Andrade, “Ode ao Burguês”. Trata-se de um poema de tom irreverente e ao mesmo tempo agressivo, em que os versos denotam depreciação e revolta contra uma elite burguesa considerada retrógrada, mesquinha e artificial. Onde se lê “Ode ao Burguês” é possível ler “Ódio ao Burguês”, numa clara demonstração de desprezo por um passado literário, político e cultural responsável pelo “atraso” brasileiro que os modernistas gostariam de destruir. Sob as lentes Ninja, a mensagem se amplifica e ecoa para além daquele momento na rua, enfatizando a importância da dimensão anticapitalista de uma manifestação contra a mercantilização do direito de ir e vir.

Em sentido adicional, podemos nos valer das reflexões de Alexandre Werneck (2019) sobre a utilização de cartazes nos protestos de Junho. Para o autor, este instrumento de manifestação operaria a partir de um lugar tanto acusatorial como ridicularizador, no qual o objeto da crítica é mergulhado numa redução de si mesmo que lhe retira toda a seriedade e o enfraquece como um interlocutor qualificado, o que retira do crítico o ônus da comprovação de sua denúncia e reforça a potência da crítica. Trata-se de um movimento em que a crítica é deslocada de um plano de racionalidade moral calculatista, onde o julgamento e a avaliação são tomadas como atividades imperativamente racionais e universalistas definidas pela exigência da comprovação ponderada de argumentos lógicos, para um plano em que preponderam a pura negatividade moral e a hipérbole - isto é, o rebaixamento pela demonstração do caráter absurdo daquilo que é criticado -, o simbolismo ao invés da significação indicial e a singularização da "esperteza" da crítica e de seu agente, que têm reforçados a sua superioridade (WERNECK, 2019, p. 625). Incorre-se deste modo em uma simplificação "moralista" do mundo: toda a sua multiplicidade e complexidade moral é negada em favor de uma moralidade única que imputa a uma situação ou ator criticado tamanho disparate que é possível sobre ela ou ele fazer piada, numa denúncia pública que, performatizada, tanto quanto a dramatização da violência, torna-se espetáculo (idem, p. 647).

Os cartazes, aliás, seriam ainda um excelente indicador do quão as manifestações se tornariam pluralizadas e multifacetadas. Se muitos analistas chegaram a dizer que havia praticamente uma reivindicação para cada cartaz levado aos atos de protesto de Junho, isto não foi por acaso, por mais que consistisse em certo exagero retórico. Os cartazes foram um dos grandes símbolos da multiplicidade de agendas que permearam as ruas e as redes, digitais e reais, cujos papéis foram fundamentais nesta diversificação.

#### 4.3.1 Pelo país que não está no retrato

Antes mesmo de 2013 as manifestações políticas de grupos socialistas, comunistas, autonomistas, libertários e anarquistas pelo país eram as mais variadas. Não havia, no entanto, nenhuma grande articulação entre os grupos envolvidos, exceto nos casos dos comitês populares da Copa e das Olimpíadas e do MPL e de outros coletivos voltados ao tema dos transportes públicos, onde havia comunicação e coordenação nacional de suas respectivas agendas. Embora se possa argumentar que o país estivesse em um estado de somatização de insatisfações, não havia indícios claros de que protestos com a magnitude daqueles que tivemos em Junho pudessem vir a acontecer. Os protestos, apesar de recorrentes, não tinham grande aderência, repercutindo muito mais ao nível local de cidades e estados. Como muitos analistas salientaram à época, corroborando pesquisas de opinião, muitos governadores, prefeitos e a presidente tinham avaliação bastante positiva da sociedade.

Em sendo assim, se por um lado, a consideração dos descontentamentos e eventos que foram se acumulando ao longo dos anos anteriores a 2013 nos fornece evidências bastante razoáveis para que Junho não seja entendido como produto simples e exclusivo de mero acaso ou vontade súbita, por outro, não se mostra suficientemente capaz de nos explicar porque e como tão rapidamente milhões de pessoas foram às ruas levando consigo reivindicações tão diversas. Afinal, se já se empilhavam razões para grandes protestos há tempo suficiente – e isto considerando somente um período recente -, porque eles eclodiram somente em junho de 2013? É aqui, porém, onde a trilha coerente em que os fatos se encadeiam permitindo uma reconstituição dos acontecimentos se encontra com um atalho incongruente, descontínuo e não linear e onde o domínio das imagens demonstra ser uma arma política fundamental.

Até o dia 13 de junho o foco central das manifestações eram a contestação pelo aumento das passagens e a reivindicação pelo passe livre, bandeiras com aceitação da sociedade e complexidade distintas. Após a ação da polícia militar em São Paulo neste mesmo dia, este cenário se altera radicalmente. As imagens que viralizaram por todo o país e no exterior geraram indignação e solidariedade e funcionaram como uma faísca em um barril de pólvora. As fotos e vídeos sobre os acontecimentos na capital paulista foram decisivos na liberação de uma tensão que se acumulava anos a fio. A exploração delas, por diferentes perfis midiáticos e veículos de comunicação corporativos, foram fundamentais na transformação de Junho em um evento para a história. Mas se é possível questionar sobre o porquê destas imagens em específico terem gerado tamanha comoção, naquele momento e não em outros, afinal, não estávamos diante de fato novo – a violência policial é uma realidade normalizada no Brasil, sobretudo, para negros e pobres -, é preciso considerar exatamente as circunstâncias nas quais elas e a partir das quais elas emergiram. Devemos ter em mente, por conseguinte, justamente o contexto apresentado ao longo desta tese.

Como já ressaltado, dos protestos internacionais que criavam a sensação de um mesmo movimento global e inspiravam levantes em diversos países desde 2010 à conjuntura nacional que propiciou o surgimento e atuação de grupos independentes, como a Mídia Ninja e o MPL, havia um mesmo padrão ou, pelo menos, um padrão muito próximo de ativismo tomando forma. As manifestações e expressões que emergiram deste novo tipo de ativismo foram marcadas por uma intensa fragmentação, pelo descentramento de decisões e direção e pela aglutinação de uma diversidade de interesses, repertórios de protesto, narrativas, estéticas, visões de mundo e valores relacionados ao político. E como também foi observado anteriormente, para muitos pareceu coerente analisar estas mobilizações à luz do conceito de multidão formulado por Negri e Hardt. Aqui, ficamos com a perspectiva de Rodrigo Nunes, cuja crítica ao modelo de Negri e Hardt foi apresentada no capítulo 1. Segundo o filósofo, o problema com a noção formulada pelos autores de “Império” residiria no fato de ele dizer muito pouco ou quase nada sobre como os indivíduos se organizaram nos protestos ocorridos em diversos países nos últimos anos, além de não fazer jus a sua heterogeneidade e polissemia. No lugar do conceito de multidão, o filósofo propõe as noções de sistema-rede e movimento-rede.

A primeira define um sistema descentrado, em contínua expansão e mutação, formado por redes em conexão que podem ser tanto físicas como digitais. Em seu interior podem ser formados núcleos mais organizados, capazes de criar zonas de maior

independência nas quais influenciam outras redes e atores, provocando novas interações, convocando atos, estabelecendo canais de comunicação e garantindo estruturas mínimas para suas ações. Os sistemas-rede seriam anteriores a eventos políticos, conquanto estes últimos sejam capazes de criar seus próprios sistemas-rede a partir de redes já existentes, explorando-os, transformando e/ou desconstruindo nós, grupos e interações no interior das e entre as camadas. Assim como vírus se aproveitam de estruturas anteriores a sua existência para se replicar e criar cadeias de transmissão, um evento também é capaz de se configurar como um processo de contágio que por meio da ação daqueles que o promovem pode mobilizar um número cada vez maior de pessoas (NUNES, 2014, pp. 20-21).

Já a segunda noção, a de movimento-rede, descreve ao mesmo tempo uma ação reflexiva e um nível de interação que constitui o sistema rede. O movimento-rede é, primeiramente, um ato de auto-reconhecimento que se dá quando as pessoas inseridas no sistema-rede passam a se referir a si mesmas, as suas ações e às camadas de relações nas quais estão envolvidas como “o movimento”, no que também reconhecem a existência de um conjunto maior do qual fazem parte. Mas o movimento-rede é também ele próprio uma rede constituída de outras redes ou outros movimentos, identificáveis segundo sua orientação política, base ou identidade social ou por uma demanda específica. Assim, ele pode, inclusive, se configurar enquanto uma sobreposição, isto é, um mesmo indivíduo pode pertencer a mais de uma dessas redes, as quais possuem ainda suas próprias sub-redes, formadas por grupos de amigos, coletivos, organizações mais ou menos formalizadas e organizadas etc. A diferença entre movimento-rede e sistema-rede, portanto, está exatamente na autoconsciência de pertencimento mais ou menos clara de uma sub-rede de indivíduos e no fato que daí decorre: pertencer a um movimento-rede implica pertencer a um sistema-rede, mas o contrário disso não necessariamente será verdade (idem, pp. 25-27).

A teorização de Nunes, por conseguinte, nos fornece uma compreensão dos grandes atos de protestos deste início de século segundo uma percepção da organização como um continuum de ações que se “estende do menor para o maior grau de estabilização, formalização e consistência” (idem, p. 27, tradução nossa). Regras, autoridades e estruturas que, por hábito, são desenvolvidas e endossadas tacitamente (por exemplo, a partir da influência de perfis no Facebook ou no Twitter visando determinada ação), convivem com regras explicitamente acordadas e desenvolvidas por determinados grupos para tomadas de decisão ou definição de funções de liderança, ao mesmo tempo

em que se verifica alguma capacidade de se fazer cumprir decisões, durabilidade e disciplina nas ações. Isto significa, em primeiro lugar, que há sim organização nestas manifestações e que, ao contrário do que muitos afirmam, mobilizações de massa podem sim ser alcançadas sem que organizações com estruturas e lideranças formalizadas estejam envolvidas. As manifestações ocorridas na última década e meia são, nas palavras de Nunes, “um ‘movimento das relações sociais’ em um sentido muito literal”. Trata-se de mobilizações políticas que se organizam do mesmo modo como a vida pessoal e profissional das pessoas está organizada, em rede.

Seguindo esta perspectiva, podemos pensar o processo ao qual nos remetemos ao longo das últimas páginas como a construção de um sistema-rede, no qual as redes de ativismo cívico que orquestraram as intervenções públicas que desembocariam no evento Junho, caracterizadas sobretudo pela horizontalidade e autonomia, geraram núcleos mais densos que agitaram outras camadas, outras redes de sociabilidade formadas por amigos, familiares, colegas de trabalho etc. Do mesmo modo, podemos compreender como, à medida em que os acontecimentos de Junho foram se desenrolando e as pessoas foram tomando consciência de sua implicação em um “movimento”, o recurso às imagens e às redes sociais virtuais se tornou elemento-chave na transformação deste “movimento” em um evento que não mais poderia se explicar apenas por uma lógica cumulativa e linear.

Até Junho, o MPL já havia feito diversas manifestações pelo país desde a sua criação em 2005, sempre com maior repercussão local e uma tímida visibilidade nacional oferecida pelos veículos de comunicação convencionais. O grande fato novo em 2013 foi precisamente a aparição da Mídia Ninja, que transformou o cenário midiático e impulsionou as manifestações. Até o dia 13 de junho, as manifestações caminhavam para ser apenas mais uma sequência de protestos de um grupo político organizado em torno de ideais de esquerda. Tudo mudou após a ação da Polícia Militar de São Paulo e a atuação da Mídia Ninja na difusão dos acontecimentos daquele dia através das imagens e por meio das redes sociais.

As imagens contribuíram fundamentalmente na transmissão de informações e no enquadramento das manifestações de modo a torná-las atrativas, instigantes, amplificando o seu impacto. Fotografias e vídeos fizeram com que as causas em jogo tivessem projeção para além do espaço e do tempo em que ocorriam, causando impacto sensorial e um sentimento de necessidade de ação urgente que gera uma identidade afetiva e somente pode se concretizar na presença do corpo no espaço comum e/ou no engajamento nos espaços e redes de comunicação digital. O uso destas últimas, por sua



vez, permitiu um alcance jamais imaginado, sobretudo e precisamente para veículos de comunicação não corporativos e assumidamente parciais e comprometidos com bandeiras tradicionalmente ligadas à esquerda. Mas também foi decisivo na organização, convocação e divulgação de manifestações políticas, permitindo uma difusão maior de informações estratégicas sobre os protestos. Combinadas, imagens e redes sociais virtuais potencializaram as manifestações e abriram-nas à participação massiva. Foi exatamente neste processo em que os protestos deixaram de ser apenas sobre o preço das passagens ou sobre o direito de se manifestar.

Embora o recurso às redes sociais virtuais para fins estratégicos fosse um ato político de enfrentamento ao monopólio e à manipulação das informações praticados pelos grandes conglomerados empresariais do setor da comunicação, o seu uso em Junho, visando ao engajamento e à participação, acabou sendo demasiado indiferenciado. A difusão de imagens e o chamamento às manifestações por meio de eventos públicos criados no Facebook e compartilhados em outras plataformas abriu às ruas para quem estivesse disposto a expressar publicamente suas insatisfações. Somados à obstinação pela horizontalidade e pela autonomia, atraíram a participação de diferentes atores, de origens econômicas e sociais, vivências e experiências políticas distintas, redundando em uma profusão de pautas, inclusive excludentes entre si, e na aparição concomitante de grupos conservadores e reacionários.

O momento em que as manifestações ganharam volume também contribuiu de forma decisiva. Houve uma confluência única de fatores. Àquela altura, em razão dos avanços obtidos nos governos petistas, o acesso à internet crescia galopantemente no Brasil, junto à popularização de computadores, smartphones e notebooks. Além disso, entre 2012 e 2013, o Brasil era o país que mais crescia no número de usuários do Facebook, a plataforma mais importante na organização e divulgação dos protestos. Naquele momento, eram aproximadamente 65 milhões de usuários nesta rede, número acima daqueles registrados em países como Índia e Japão. Este crescimento esteve diretamente ligado à expansão experimentada pelo site desde 2006, quando passou a aceitar o cadastro de qualquer pessoa acima de 13 anos, tornando-se em 2008 a rede social virtual mais utilizada em todo o mundo. Ademais, mudanças na plataforma aplicadas desde 2007 tornavam o Facebook cada vez mais popular e, portanto, um espaço cada vez mais importante a ser ocupado e disputado politicamente. A inclusão dos celulares como forma de acessar o site, a criação do famoso botão de “Curtir”, a limpeza visual em sua estética, a opção de um serviço de *chek-in* em que os usuários podem compartilhar a sua

localização, a implementação de uma “Linha do Tempo” organizando os conteúdos cronologicamente nas páginas dos usuários e a criação de uma ferramenta de detecção de rostos tornaram o Facebook uma plataforma de intenso compartilhamento de imagens.

Some-se a isso as questões relativas à conjuntura política brasileira. O governo federal deu grande contribuição para que as manifestações contra o aumento das passagens ganhassem visibilidade ao adiar inusualmente para o meio do ano o reajuste tarifário anual. Como ressalta Lúcio Gregori (in Borba et al., 2013), nesse movimento, a administração federal jogou luz sobre a questão e demonstrou certa fragilidade frente à oposição, à mídia e aos movimentos que vinham contestando ano após ano os incrementos nos preços das passagens, justo às vésperas da Copa das Confederações. Além disso, como ressaltado anteriormente, cresciam os coletivos, grupos e movimentos de ativismo autonomista, como a Mídia Ninja, que ganhava projeção exatamente na difusão de imagens. Quando a violência policial atingiu até mesmo profissionais dos veículos de comunicação corporativos, a senha foi dada para que outros atores entrassem em cena e, assim, os protestos pelo país que se acumulavam há algum tempo encontraram-se no mesmo lugar sem que isto significasse plena convergência ou a construção de um caminho claro.

Após o dia 13 de junho o que temos não é a simples soma de vetores em uma direção única, mas o exercício de forças em direções múltiplas, inclusive, contrárias. Não havia mais um fio condutor ou uma amarração que conduzisse os protestos em uma unidade mínima possível em torno de um objetivo. A convocação horizontalizada e a organização fluida deu origem a lideranças e comunidades provisórias baseadas em identidades afetivas entre os manifestantes. À medida que as manifestações cresciam, novos grupos tomavam a dianteira no chamamento à população e, sem muitos custos, em pouco tempo atraíam milhares de pessoas a eventos no Facebook. E este processo continuava mesmo com os protestos literalmente em curso.

A difusão de imagens, a interação e a conectividade possibilitavam um acompanhamento em tempo real e a oportunidade de se somar às marchas mesmo com elas em andamento, podendo mesmo ocorrer certo “enxameamento cívico” – para ficarmos numa tradução livre da expressão cunhada por David Ugarte (2004), “swarming civil” - que em questão de horas ou minutos pode se desfazer. A partir de determinado ponto, as manifestações passaram a se configurar a partir de múltiplos eventos, laços, redes e motivações que se retroalimentavam, mesmo quando havia oposição, e amplificavam pequenos estímulos, reverberando um sentimento de indignação

amplamente disseminado em diversas camadas. De repente, todas as causas passaram a ser as mais urgentes e para demonstrar tal urgência era preciso demonstrar também força e insubordinação. Em meio a esta etapa caótica do processo de Junho, a Mídia Ninja costurou os eventos que se apresentavam e que eram representados por meio de suas lentes por meio de um olhar desnaturalizador sobre a ideia de nação.

Junho se tornava um verdadeiro acontecimento, no sentido que esta palavra tem assumido contemporaneamente na teoria filosófica. É certo que, numa arqueologia do conceito, podemos remontar a noções similares utilizadas por pensadores como **Spinoza (1990)**, em cuja filosofia encontramos o *occursus* (encontro) – que, inclusive, foi recuperado mais recentemente nos trabalhos de Deleuze<sup>44</sup> -, e **Maquiavel**, onde há menção à *occasione* (ocasião). Mas, como bem nota Rodrigo Nunes (2014), a ideia de acontecimento tem sido utilizada com uma frequência maior pela filosofia contemporânea, servindo, sob diferentes perspectivas, como um conceito-chave para muitos autores.

Em Heidegger, por exemplo, o conceito tem centralidade na fenomenologia apreendida pelo autor: é no acontecimento em que se dá uma apropriação de si por parte do homem enquanto ser-aí (Dasein). A filosofia heideggeriana não se atém ao homem como um ente simplesmente dado e como a medida de todas as coisas, mas à forma como em meio ao acontecimento o homem se apropria de si mesmo e de sua transcendência enquanto *ser-aí* e neste movimento a medida de todas as coisas se apresenta (HEIDEGGER, 2012; 2013). Em Deleuze, que busca inspiração na filosofia dos estoicos para formular a sua percepção sobre o conceito, o acontecimento expressa a diferença, entendida como multiplicidade divergente. Para o filósofo, haveria em fenômenos históricos como a Revolução Francesa e a Revolução Russa sempre uma parte de acontecimento: “uma ruptura ou um desligamento com relação às causalidades: é uma bifurcação, um desvio em relação às leis, um estado instável que abre um novo campo de possíveis” (DELEUZE & GUATTARI, 2015, p. 119). Um acontecimento não deve ter os seus sentidos compreendidos em identidades ou categorias fixas, mas no seu próprio acontecer e nos seus “sinais de superfície”, como algo que se dá à revelia de toda e qualquer previsão e que emerge como uma contingência que compele o pensamento a pensar.

---

<sup>44</sup> Ver, por exemplo, **Deleuze (1978)**.

Para Foucault, que recorre tanto quanto Deleuze ao estoicismo antigo, ainda que isto não esteja explícito em sua obra, o acontecimento seria a irrupção de uma singularidade impenetrável que submerge a aparência e rompe suas alianças com a essência, entendimento que sustenta a própria noção fundada pelo autor de discurso (FOUCAULT, 2008). Comentando Deleuze, o autor dirá que o acontecimento é “sempre tanto a ponta deslocada do presente como a eterna repetição do infinitivo” (FOUCAULT, 1980, p. 56). Na filosofia foucaultiana, o acontecimento pode ser igualado, por conseguinte, à descontinuidade, no sentido da instauração de novas regularidades (FOUCAULT, 1999). Já para Paul Veyne, os acontecimentos são aqueles fatos que jamais se repetirão (VEYNE, 1998, pp. 21-22) e ao mesmo tempo tudo aquilo que não é evidente (idem, p. 25). Assim, não haveria uma história “do homem” ou “da guerra”, assujeitada a uma lei ou ordem universal, mas eventos que singularizam este ou aquele homem com o passar do tempo e esta ou aquela guerra sem que se recorra a qualquer essência para explicá-las (VEYNE, 1974, p. 69-70).

Ao notar a importância e ubiquidade do conceito de acontecimento para a filosofia contemporânea em texto no qual afirma Junho justamente como um acontecimento, o filósofo Rodrigo Nunes assinala que tais características

provêm da quantidade de funções que é chamado a cumprir: explicar a possibilidade do novo; inserir a novidade não no sujeito ou no objeto, mas sim entre os dois ao mesmo tempo e, deste modo, promover a temporalização do transcendental, que deixa de ser uma estrutura estática para devir transformável (e assim, paradoxalmente, transformável a partir do empírico); propor a ruptura com a causalidade, a temporalidade e a historicidade lineares; assegurar o primado da prática sobre o pensamento ou a teoria, ao mesmo tempo que a impessoalidade: mais do que fazê-lo passar, o acontecimento (nos) passa (NUNES, 2014, pp. 15-16).

Em todos estes sentidos Junho foi um acontecimento. Em movimento, Junho foi descontinuidade, ruptura com a temporalidade dos eventos que lhe antecederam e, inclusive, com a cadeia de causalidades que poderiam ser interpretadas como as razões exclusivas de sua irrupção. É por isso que, definitivamente, não se pode dizer que Junho se tratava apenas de um aumento de R\$ 0,20 nas tarifas dos transportes. E é também por isso que se afirma que Junho segue sob disputa.

#### 4.3.2 Re-apresentando a nação

Paralelamente ao avanço das manifestações contra o aumento das passagens, ainda em abril, começavam a ocorrer também mobilizações importantes de outros dois grupos de movimentos sociais que justamente desde 2013 alcançaram um crescimento notável e inédito: os movimentos feministas e de lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais, queers, intersexuais, assexuais, pansexuais etc. Juntamente ao movimento negro, esses são os movimentos que mais têm se destacado no Brasil ao longo dos últimos anos no conjunto heterogêneo dos movimentos de esquerda, anarquistas ou autonomistas. Estes movimentos certamente sempre estiveram organizados no país e não há o surgimento de algo completamente novo, senão a eclosão de uma nova onda de mobilizações articuladas por novas lideranças, grupos, coletivos, organizações e entidades que impulsionada pelas novas mídias digitais e pelas conexões possibilitadas pela internet fez as lutas feministas, dos grupos LGBTQIA+ e antirracistas obter grande alcance, sobretudo, após Junho.

No caso da luta antirracista protagonizada por negros, em particular, é necessário dizer que antes de Junho não havia iniciativas tão organizadas e articuladas realizando manifestações públicas com grande adesão por várias cidades como no caso do movimento feminista, que teve na Marcha das Vadias seu grande evento, e o movimento LGBTQIA+, que se uniu contra o avanço da agenda conservadora no Congresso representada pelo deputado Marco Feliciano. Com isto, não se pretende sugerir que não havia iniciativas importantes de grupos de ativistas e militantes negros em curso antes de Junho – ao contrário, por exemplo, um dos movimentos mais importantes ao longo do processo de inclusão de negros e pobres nas universidades foi exatamente a criação ou a recuperação de coletivos voltados à defesa dos direitos destes estudantes e à manutenção destes no ambiente universitário. Ademais, já com as manifestações de Junho em curso, coletivos e organizações voltados às questões raciais foram protagonistas nas reivindicações ligadas aos direitos humanos, como veremos. Deste modo, pontua-se apenas que no período imediatamente anterior às megamanifestações daquele período havia outros grupos mobilizando protestos com adesão e visibilidade maior. Nesse sentido, pensemos por enquanto em como os movimentos feministas e LGBTQIA+ aqueciam os momentos que antecederam o ápice das manifestações em 2013.

Na esteira de outras mobilizações políticas realizadas por movimentos feministas pelo mundo, em especial no sul global, no Brasil começava a tomar forma o que muitas autoras têm chamado de uma “quarta onda do feminismo” (MATOS, 2014; HOLLANDA, 2018; PINHEIRO-MACHADO, 2019; PEREZ & RICOLDI, 2019). Esta

nova onda seguiria as mesmas tendências de outros movimentos e formas de ativismo que emergiram ou se renovaram desde a virada do século, sendo caracterizada por amplo uso das redes sociais e atuação por meio de coletivos inspirada em princípios de autonomia em relação a organizações tradicionais, incluindo movimentos mais antigos, horizontalidade e altermundismo<sup>45</sup>.

Se hoje o feminismo e os temas que lhe orbitam (como as questões do aborto, do assédio sexual e das violências sofridas por mulheres) estão “na moda”, na academia, nos movimentos sociais, nas relações cotidianas, na imprensa e na internet mobilizando a sociedade brasileira com tanto vigor, em 2013 este processo ainda era embrionário. Para autoras como Matos (2014), Alvarez (2014) e Rosana Pinheiro-Machado (2019), Junho significou um *turning point* decisivo para o alavancamento do feminismo no Brasil, o que de fato se viu refletido em ações emblemáticas, como na repercussão local do movimento global #MeToo, que desde 2017 tem exposto casos de assédio e abuso contra mulheres – muitos dos quais envolvendo personalidades públicas e de grande visibilidade midiática -, e no movimento #Elenão, que reverberou em inúmeras manifestações pelo país contra a candidatura de Jair Bolsonaro por suas posições políticas misóginas, racistas, homofóbicas e declaradamente contrárias aos direitos humanos.

Nos meses que antecederam e se sucederam ao junho de 2013 “cronológico”, cidades de todo o país foram palco para a terceira edição da Marcha das Vadias, protesto feminista que se contrapõe à crença segundo a qual as mulheres seriam elas próprias as responsáveis por serem vítimas de estupro em razão de seu comportamento ou de suas vestimentas. Surgida em 2011 a partir de protestos no Canadá, a marcha se internacionalizou e passou a ser realizada no mesmo ano em diversas partes do mundo. Em sua realização, as manifestantes fazem uso deliberado e radical da nudez e de roupas sensuais, subvertendo os códigos culturais associados aos seus corpos, afirmando-os no espaço público como corpos femininos dotados de direitos, fazendo deles próprios um veículo para a mensagem política que preconizam, desta forma conferindo sentido a ação coletiva que protagonizam. Entre fins de maio e julho os coletivos responsáveis pelo

---

<sup>45</sup> Acompanhando Marlise Matos, podemos dizer que, do ponto de vista interno, outras características relevantes desta onda seriam a interseccionalidade, reconhecendo os atravessamentos por questões de raça, classe, etnia, gênero, sexualidade; o aprofundamento da concepção de direitos humanos, pautado exatamente a partir da relevância destas questões, afastando-se de uma noção liberal e abstrata da dignidade humana; a ampliação e diversificação das mobilizações sociais e políticas, valorizando a pluralidade de feminismos; uma forte reaproximação entre pensamento, teoria e movimentos feministas, havendo destaque para perspectivas decoloniais; e a busca pela participação e ocupação de postos estratégicos no Estado visando a despatriarcalização de suas instituições (MATOS, 2014, pp. 10-11).

evento, que tem organizações locais, prepararam marchas em capitais como São Paulo, Brasília, Florianópolis, Belo Horizonte, Vitória, Recife, Aracaju, Macapá, Belém e Rio de Janeiro e cidades como Rio das Ostras (RJ), São Carlos, Bauru e Sorocaba (SP). Em muitas dessas cidades houve participação recorde e grande visibilidade midiática.

À mesma altura, e, evidentemente, também estendendo-se até junho, foram organizados em cidades como São Paulo, Belém e Porto Alegre atos de protesto que foram divulgados como “Beijaços gay”. Os atos foram realizados para manifestar a contrariedade de grupos e movimentos LGBTQIA+ com a indicação do pastor evangélico e deputado federal Marco Feliciano à Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados. À época, Feliciano preconizava o que estapafúrdia e preconceituosamente chamava de “cura gay”, um pseudotratamento que poderia ser administrado por psicólogos com o objetivo de “curar” a homossexualidade. Em Porto Alegre, os protestos tinham contornos mais dramáticos e os grupos envolvidos reivindicavam também políticas efetivas do governo estadual no combate a crimes cometidos contra homossexuais no Rio Grande do Sul. Somente nos primeiros meses de 2013, seis travestis haviam sido assassinados e outros muitos jovens gays haviam sido vítimas de agressões por parte de grupos neonazistas na capital<sup>46</sup>. Este foi um tema muito importante em Junho e que ganhou tração para além dos grupos LGBTQIA+.

Criticada por sua suposta despolíticação ao longo do tempo e transformação em um “carnaval fora de época”, a Parada do Orgulho LGBT+ ou Parada Gay, como é mais conhecida, incorporou também o clima de ampla contestação. Pela primeira vez em seus 17 anos de realização, o evento contaria com um bloco/trio elétrico temático em protesto contra figuras políticas específicas, notadamente, os deputados federais Marco Feliciano (PSC-SP) e Jair Bolsonaro (PP-RJ), e o pastor evangélico Silas Malafaia<sup>47</sup>. Sob o tema “Para o Armário Nunca Mais, União e Conscientização”, a Parada levou 220 mil pessoas às ruas somente em São Paulo.

---

<sup>46</sup> Como noticiado pelo portal de notícias do Terra, em 17 de maio de 2013. Matéria disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/manifestantes-fazem-beijaco-em-frente-a-sede-do-governo-do-rs,2212066a793be310VgnVCM3000009acceb0aRCRD.html>.

<sup>47</sup> Bolsonaro e Malafaia apoiavam o projeto de Feliciano. Este último, em entrevista ao programa da jornalista Marília Gabriela, no dia 3 de fevereiro de 2013, comparou homossexuais a bandidos e assassinos.

Fotografia 21 - Tchaka com a bandeira gay



Fonte: Facebook Mídia Ninja. Autor: Não identificado.

A Fotografia 21, acima, nos apresenta o instante em que a Drag Queen Tchaka, personagem interpretada pelo ator e ativista gay Valder Bastos já icônica no cenário LGBTQIA+ e presença constante e de destaque nas Paradas do Orgulho Gay, discursava para o público que foi à manifestação do dia 21 de junho no MASP, em São Paulo. Mais de 10 mil pessoas ocupavam o vão livre do Museu e a Avenida Paulista contra o projeto de Cura Gay. Tchaka também já era figura notória nas manifestações contra o aumento das passagens há algum tempo. No dia anterior, esteve presente no mesmo local, na última manifestação em que o MPL participou da convocação em São Paulo, que comemorava a queda da tarifa. Ao portal de notícias UOL, declarou ser "contra Marco Feliciano e contra todos os outros Felicianos que votaram a favor [do projeto] da cura gay", enfatizando: "Quem está doente não são os gays, mas os políticos corruptos e machistas e a elite que não vêm à rua por transporte público de qualidade" (GARCIA, 2013). Sua imagem e seu discurso apontavam exatamente para o que se fazia evidente para quem acompanhava os protestos e o que procuramos corroborar: para a transversalização de pautas, associação de causas e multiplicidade dos protestos.

A fotografia exibida na linha do tempo da Mídia Ninja no Facebook e não teve nenhuma curtida, mas em compensação foram 155 compartilhamentos, o que indica uma



boa reverberação na rede. O número razoável de compartilhamentos para esta foto – é preciso ponderar que a Mídia Ninja publicava diariamente dezenas de fotos – especialmente importante, pois os meios de comunicação tradicionais, em particular os jornais mais vendidos, não deram tanto destaque a esta manifestação, embora seu público não tenha sido desprezível. Além disso, em uma das únicas duas fotos publicadas pelos jornais O Globo, Folha de S. Paulo e Estado de S. Paulo que retrataram pessoas LGBTQIA+, dando alguma relevância à motivação para o ato do dia 21 em São Paulo, apresentava justamente Tchaka ostentando a bandeira nacional. Como veremos no capítulo seguinte, o recurso à estética patriota foi um traço distintivo das fotografias publicadas pelos principais jornais do país quando do segundo momento de Junho. Na fotografia de Tchaka publicada pela Mídia Ninja, ao contrário, o que temos é, além de mais uma vez reforçada a identidade visual das fotografias Ninja, que valorizam o ambiente das ruas, não a bandeira nacional e alguma demonstração de patriotismo, mas a bandeira arco-íris, símbolo do movimento LGBTQIA+.

Tremulada por uma personagem que desestabiliza a percepção de uma sociedade heteronormativa, a bandeira “corta” a imagem e quase toca a lente da câmera enquanto Tchaka se dirige ao público, num ato performático e num exercício de liderança, mesmo que provisória, perante as pessoas que ao seu redor lhe tributam atenção. Os olhares, dos olhos nus e das câmeras, centram-se em um gesto de dupla autoafirmação por parte de Valder Bastos: se toda bandeira representa soberania, então Bastos empunha a bandeira arco-íris como uma Drag Queen, desafiando os ideais masculinistas a partir da sua arte e da liberdade que tem sobre o seu corpo; mas não apenas: tanto quanto na Fotografia 11, a bandeira que se ergue por si, pelos e para os outros é também uma forma de marcar território e de reafirmar a rua como o lugar da política e da crença em uma sociedade da qual se possa efetivamente fazer parte. Manifestar-se, afinal, seria fazer o corpo presente. Mas, mais do que isso, seria também tornar o próprio corpo capturável pelos dispositivos que têm o poder de representar e reapresentar aquilo que foi, explicitando uma dupla presença ausente – a dos corpos, cenas e contextos fotografados e a do próprio fotógrafo que ali estava e não mais está, mas que deixa seu rastro, sua marca sobre o que foi.

Esta consciência sobre fazer-se presente nas ruas e de modo a continuar presente mesmo que na ausência também foi compartilhada por outros grupos cujo direito à voz e à imagem na nação são negados. E nesse sentido é fundamental que lembremos das questões relacionadas aos povos originários. Pouco antes do junho cronológico, em maio de 2013, no Mato Grosso do Sul, em Sidrolândia, cidade a 70km da capital Campo

Grande, intensificavam-se os conflitos entre fazendeiros e indígenas da etnia Terena. Com o apoio de trabalhadores rurais sem terras, os terena haviam ocupado quatro fazendas de propriedade de latifundiários. Daí se sucederam seguidas ações de desocupação e reintegração de posse comandadas pela Polícia Federal, que em todas as ocasiões agiu com grande truculência. No dia 18, o delegado Alcídio de Souza Araújo, conhecido por outra ação violenta contra os terena em 2010, confiscou os equipamentos de um jornalista do Centro Indigenista Missionário (CIMI) e censurou órgãos de imprensa presentes no local. No início de junho, integrantes dos povos originários e movimentos sociais organizaram uma marcha em direção à Campo Grande para reivindicar a demarcação de terras indígenas e quilombolas e uma reforma agrária. Dois dias depois, o terena Osiel Gabriel foi assassinado em outra operação das forças de desocupação.

No Pará, desde 2012 indígenas das etnias Juruna, Xirkin, Munduruku e Arara junto a ativistas ambientalistas realizavam ocupações nas obras da usina hidrelétrica de Belo Monte, no leito do rio Xingu, no sudoeste do estado. Os povos originários e os ativistas envolvidos com a causa questionavam, desde o anúncio da retomada do projeto, que data da década de 1980, os impactos para o meio ambiente e para a sobrevivência das comunidades tradicionais da região. Temia-se – e foi de fato o que ocorreu, assim como nas obras do São Francisco – que as obras pudessem gerar desequilíbrios nos biomas locais, abrir espaço para uma corrida pelo desmatamento e disparada nos índices de violência da região. Em 2016, parte do rio Xingu passou a ser desviado para alimentar a hidrelétrica. Os juruna chamaram este ano de “o ano do fim do mundo”.

Em outubro de 2013, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) promoveu a semana de Mobilização Nacional Indígena, organizada para defender as conquistas da Constituição de 1988, que no dia 5 de outubro daquele ano completaria 25 anos. O evento somava-se às mobilizações que há alguns meses, em várias cidades, contestavam projetos de lei que pretendiam modificar o texto constitucional e restringir demarcações de terras. Eram dois os projetos considerados os mais nocivos: a Proposta de Emenda Constitucional (PEC 215) que transferiria do Poder Executivo para o Congresso Nacional a exclusividade para a homologação das terras indígenas demarcadas pela Fundação Nacional do Índio – Funai – e a PEC 237, que propunha um novo artigo na Constituição permitindo a realização de pesquisas e atividades agropecuária em terras habitadas tradicionalmente ocupadas por grupos indígenas. No dia 3 de outubro, lideranças e indígenas foram às ruas de São Paulo protestar contra as proposições.

Fotografia 22 - Povos originários protestam no Monumento às Bandeiras



Fonte: Facebook Mídia Ninja. Autor: Drago/SelvaSP.

A Fotografia 23, acima, de autoria da fotógrafa Gabriela Batista, colaboradora da Mídia Ninja, foi feita no contexto desta manifestação específica na capital paulista. Ao publicar a foto em sua página no Facebook, a Mídia Ninja relata o fato da seguinte forma: “as ruas de São Paulo foram retomadas pelos indígenas nessa terça-feira”. Descrevendo o protesto desta forma, o coletivo midiativista explicita a sua posição de defesa dos direitos dos povos originários e a sua posição crítica sobre o passado e o presente de violência e usurpação que até hoje dizima etnias e as expulsa das terras que ocupam. Ademais, a descrição complementa o simbolismo da imagem. Seguindo o padrão da estética ninja, nesta foto temos uma composição que privilegia os elementos que nos fazem identificar que o personagem ao centro da foto trata-se de um indígena, o cocar e o cajado destacados ao centro. Protagonista da imagem, o representante dos povos originários se posta frente a outros manifestantes, que o olham atentamente. Não possuímos conhecimento o suficiente para identificar a etnia a qual o personagem fotografado pertence, mas sabe-se que o cocar pode significar um símbolo de status e/ou poder ou um simples adorno. Seja como for, ela é representativa das tradições de sua comunidade e das culturas indígenas que naquele momento reivindicavam o seu direito à existência.

O enquadramento e o ângulo utilizados pelo fotógrafo na foto possuem especial valor, pois ao retratar a cena de cima para baixo, às costas do personagem central e de frente para o público, logo abaixo, cria-se a sensação de superioridade do primeiro sobre o segundo naquele instante. Pelo olhar do fotógrafo, o momento capturado é apresentado como se estivéssemos diante da ocasião em que um rei se dirige aos seus súditos, um presidente se dirige ao seu povo ou um líder se dirige aos seus seguidores. Como na fotografia em que Tchaka é protagonista, ao menos por um momento, o foco literalmente não está em um homem branco cisgênero. Ao mesmo tempo, porém, a própria fotografia deixa claro que, embora existam outros indígenas, há uma maioria de homens brancos abaixo acionando diversas câmeras que também procuram registrar o momento. O ato de protesto uma vez mais se completa em duas dimensões: estar nas ruas e dar-se a ver, fazer do corpo na rua a própria condição sem a qual não há ato de protesto público e, simultaneamente, o objeto que encarna e que dá visibilidade à causa. Nesse sentido, o enquadramento utilizado faz pensar também sobre aquilo que ele não revela explicitamente. Afinal, que lugar seria esse de onde o indígena fotografado fala?

Neste caso em particular estamos diante de um protesto altamente simbólico. A foto se dá no contexto de um protesto feito por indígenas no Monumento às Bandeiras, concebido por Victor Brecheret e localizado no Parque Ibirapuera, em São Paulo. A obra em questão alude àqueles que ficaram conhecidos na história brasileira como “bandeirantes”, grupos formados por homens oriundos da região onde hoje encontra-se o estado de São Paulo e que participavam de missões com o objetivo de capturar escravos fugitivos, aprisionar e escravizar indígenas, destruir quilombos, mapear territórios ainda não explorados pelos colonizadores e atuar na busca de pedras e metais preciosos. Na ocasião, os indígenas presentes ocuparam o monumento e hastearam sobre ele um pano vermelho para simbolizar o sangue indígena que fora derramado nestas expedições, no que foram acompanhados por outros manifestantes não-indígenas que foram além e pintaram com tinta vermelha o monumento. Nessa intervenção, o que era monumento tornou-se palco para um ato de forte conteúdo simbólico. Onde havia pedra, viu-se sangue e onde via-se homenagem a supostos heróis, viu-se resistência, tributo e respeito aos antepassados dos povos originários. O que se tem nesta representação é, portanto, a tentativa de dar evidência à versão indígena de sua própria história, suprimida das versões oficiais da história brasileira.

Passado, presente e futuro da nação eram colocados sob profundos questionamentos. Nesse sentido, dado o clima de tensão política, não foi por qualquer

contingência que a realização dos megaeventos se tornaria tão contestada por grupos tão variados quanto de tendências políticas opostas. A Copa das Confederações (2013), a Copa do Mundo (2014) e os Jogos Olímpicos (2016) representavam justamente a tentativa de reforçar a imagem do país como uma nação harmônica, pacífica, próspera e moderna por meio do orgulho nacional estimulado pelos esportes e da suposta capacidade intrínseca ao povo brasileiro de ser cordial, gentil e hospitaleiro em relação ao mundo.

Desde 2010 ativistas de diferentes grupos haviam iniciado a defesa de uma das principais bandeiras dos atos que se estenderiam por todo o ano seguinte: a participação popular nos processos decisórios relacionados aos chamados “megaeventos”. Enquanto o país esteve às voltas com os arranjos para tais eventos, foram muitas as denúncias de remoções forçadas, sujeição de cidades à lógica da especulação imobiliária, beneficiamento de empreiteiras por meio de generosos contratos de prestação de serviços, superfaturamento de obras, ausência de efetiva proteção quanto aos direitos trabalhistas dos trabalhadores envolvidos nas construções e reformas etc. Governos federal, estaduais e municipais incorporaram os discursos propagandeados pela Federação Internacional de Futebol (FIFA) e pelo Comitê Olímpico Internacional (COI), segundo os quais tanto as Copas como as Olimpíadas seriam “janelas de oportunidades” impreteríveis que, mesmo demandando largos investimentos públicos, resultariam em um valoroso “legado” para o país. Mais do que grandes espetáculos esportivos, o Brasil estaria promovendo grandes negócios, impulsionando a “marca” de suas cidades, atraindo turistas, investimentos estrangeiros e, por consequência, novos eventos, gerando empregos e riqueza para o país.

Deste entusiasmo nasceram dispositivos institucionais a todos os níveis que flexibilizaram leis, controles políticos e burocráticos e processos visando a garantia da eliminação de entraves à realização dos megaeventos. Arranjos especiais foram concebidos para dar conta de tais desafios, como a extensão do Regime Diferenciado de Contratações (RDC) para as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)<sup>48</sup>, com vistas a reduzir o tempo das licitações, e a Empresa Olímpica Municipal<sup>49</sup>, destinada a coordenar a execução de atividades e projetos municipais relacionados às Olimpíadas de 2016. As cidades-sede tornaram-se laboratórios a céu aberto para experiências de gestão urbana inspiradas em gestões empresariais. Projetos nem sempre eficientes ou que sequer chegaram a ser concluídos foram introduzidos na malha urbana para garantir o famigerado “padrão FIFA” a partir de critérios discricionários, sem levar em conta as

---

<sup>48</sup> Lei N° 12.688, de 18 de julho de 2012.

<sup>49</sup> Lei N° 5.229, de 25 de novembro de 2010.

reais necessidades das cidades ou qualquer tipo de diálogo com a população, operando-se certa gentrificação dos centros urbanos de várias capitais brasileiras.

No interior de uma minoria mais crítica, organizadas à esquerda no espectro político e à esquerda do PT, estruturaram-se mobilizações populares voltadas primordialmente à defesa do direito ao acesso aos recursos urbanos e à defesa dos direitos humanos violados a partir das ações do Estado nos preparativos para estes eventos. Articulando-se a partir do nível local, nas doze capitais brasileiras que foram cidades-sede<sup>50</sup> foram criados os chamados Comitês Populares da Copa e das Olimpíadas, formados por pessoas atingidas pelas intervenções do poder público, movimentos sociais, entidades populares, sindicais, organizações não governamentais, pesquisadores, estudantes, ativistas e militantes partidários. Desde 2010, quando ocorreu o Fórum Social Urbano<sup>51</sup>, a partir do diálogo e da cooperação junto às comunidades direta ou indiretamente afetadas, estes comitês atuaram organizando reuniões e debates públicos, documentando denúncias, produzindo dossiês amplamente divulgados e promovendo atos públicos de protesto contra as medidas de entes públicos e privados destinadas à realização dos megaeventos. Conjuntamente, os comitês chegaram a realizar encontros nacionais e criaram uma Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa e das Olimpíadas (ANCOP). Suas ações controverteram a lisura, a eficiência e a capacidade de definição de prioridades no processo de preparação do país para a acomodação dos eventos em questão.

Além dos comitês, outras organizações atuaram no *advocacy* de direitos de comunidades e trabalhadores envolvidos nas obras relacionadas aos megaeventos e pelo controle e participação ativa da população nos gastos públicos que lhes diziam respeito. Uma delas, a ONG Rio de Paz, entidade atuante no campo dos direitos humanos no Rio de Janeiro, obteve bastante destaque. Promovendo protestos criativos, a ONG usufruiu de grande visibilidade na imprensa e nas redes sociais virtuais. Suas manifestações públicas tiveram amplo alcance e a sua atuação e causas defendidas ganharam notável repercussão graças a um ativismo fortemente inspirado em ações performáticas, lúdicas e midiáticas. Longe de qualquer comprazimento, ao lado dos comitês populares e da ANCOP, estas

---

<sup>50</sup> Manaus, Cuiabá, Fortaleza, Natal, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre

<sup>51</sup> Evento organizado por fóruns, redes e organizações da sociedade civil que se articula como um espaço de reflexão crítica sobre a lógica dominante da cidade como mercadoria capitalista a partir de discussões, trocas de experiência e atividades entre os participantes.

organizações questionaram exatamente aquilo que se via como benefício, o suposto legado positivo dos megaeventos.

A Fotografia 24, logo a seguir, é registro de um dos atos de protesto organizados pela Rio da Paz, ocorrido em Brasília. A intervenção que se vê em tela foi realizada no gramado do Congresso Nacional. Não há grande variedade de fotografias sobre esta manifestação específica nos perfis da Mídia Ninja em diferentes plataformas. Houve considerável diferença na cobertura dos protestos que ocorreram longe do eixo Rio-São Paulo. Apesar dos esforços da Mídia Ninja em tentar tornar a sua cobertura o mais plural possível e da obtenção de certo êxito neste quesito em relação às mídias convencionais, as capitais de Rio de Janeiro e São Paulo foram privilegiadas com mais imagens, postagens e informações sobre suas manifestações. Ainda assim, esta fotografia teve considerável repercussão no Facebook, onde atingiu o número de 407 compartilhamentos.

Fotografia 23 - Protesto contra a Copa em Brasília



Fonte: Facebook Mídia Ninja. Autor: Mídia Ninja.

A opção por um enquadramento a partir de um plano geral e o uso de uma lente grande angular é o que permite ao fotógrafo apanhar através de suas lentes todo o Palácio do Congresso Nacional e pelo menos uma centena das bolas de futebol alinhadas a sua frente. O ato de reclamação política em evidência foi coreografado e esperava exatamente

pela sua representação imagética. As 594 bolas de futebol, todas elas pintadas com cruces vermelhas e enfileiradas, representam simultaneamente a Copa do Mundo e os 513 deputados federais e 81 senadores brasileiros. Primeiramente dispostas de maneira a nos remeter ironicamente a um túmulo de guerra, onde encontram-se os mortos da nação pelos quais expressamos luto, elas são uma metáfora a ausência de ações democráticas efetivas por parte do Poder Legislativo. Na composição escolhida pelo operador da objetiva, estes jazigos, ou bolas, espelham e ao mesmo tempo antagonizam em relação ao Congresso, reforçando a crítica feita pelos manifestantes: se os homens e mulheres, representantes eleitos democraticamente, que ocupam os gabinetes e os plenários do lado de dentro não agem conforme as expectativas de representação da nação, então, para quem está do lado de fora, eles estão mortos. Confrontam-se e opõem-se o lugar onde o exercício do poder tem maior possibilidade de se efetivar, de um lado, e o povo, de outro. Nesse sentido, o que não se vê na fotografia é tão importante quanto o que nela se vê: se no Congresso há quem se omita, nas ruas (e nas redes) não.

Algum tempo após todas as bolas serem cuidadosamente ordenadas, por volta das 17h, horário típico de fim de expediente de trabalho, todas elas foram chutadas em direção aos policiais, que formavam um cordão de isolamento para impedir que as pessoas pudessem chegar à Praça dos Três Poderes, e aos edifícios que abrigam a Câmara e o Senado. Em seguida à performance, mais manifestantes se juntaram ao ato e logo havia mais de 5000 pessoas ocupando o local. Após horas de protesto sem nenhum incidente, deu-se o já conhecido roteiro: entra em cena exatamente aquele ator que na Fotografia 24 está entre os manifestantes e o Congresso, protegendo este último, a PM, que age para dispersar os presentes e dá início a mais um dos confrontos de Junho.

Para autoras como Tiana Ellwanger e Rosana Pinheiro-Machado, a cidade do Rio de Janeiro teria sido aquela onde o processo de Junho se apresentou do modo “mais multifacetado, duradouro, diverso e esteticamente original” (ELLWANGER, 2018) e no qual se exibiu um “cenário mais radical, e talvez completo, em seu ciclo de vida (PINHEIRO-MACHADO, 2019), o que teria grande relação com os preparativos para a Copa e as Olimpíadas. O impacto dos megaeventos na cidade foi grande e o Rio de Janeiro foi a “menina dos olhos” do projeto de criação de uma imagem positiva do Brasil para a imprensa internacional e nacional e para os turistas. Exatamente um ano antes de as manifestações pelo país levarem multidões às ruas, na capital fluminense as mobilizações de movimentos sociais e ativistas contra as medidas tomadas por Eduardo Paes e Sérgio Cabral, respectivamente, prefeito e governador, ambos naquele momento filiados ao hoje



nomeado MDB, começaram a se tornar cada vez mais frequentes. Nos meses seguintes a junho de 2013, a cidade seguiu agitada entre atos de protesto, greves e ocupações.

Naquilo que concerne à gestão de Eduardo Paes, as principais críticas e atos de protesto centraram-se nos violentos processos de remoção de comunidades inteiras para a realização de obras. Foi o caso das comunidades Vila Recreio II, na Zona Oeste do Rio, onde mais de 500 famílias foram removidas ainda em 2011 para a construção da via expressa Transoeste, e da Vila Autódromo, aonde cerca de 500 famílias que já vinham sendo ameaçadas desde 2011 foram expulsas de suas casas a partir de fevereiro de 2014 para dar lugar às obras do Parque Olímpico (Comitê Popular Rio da Copa e das Olimpíadas, 2012, p. 12). Segundo Faulhaber e Azevedo (2015), entre 2009 e 2013, a prefeitura do Rio removeu 20.299 famílias e cerca de 67.000 pessoas. Segundo os autores, este número, em termos absolutos, colocaria o período como aquele em que houve mais remoções na história da cidade, ultrapassando os governos de Carlos Lacerda e de Pereira Passos, até então considerados os representantes máximos deste tipo de política.

No que tange ao governo estadual de Sérgio Cabral, é importante destacar, primeiramente, o protesto, em junho de 2012, contra o anúncio da privatização do complexo esportivo do Maracanã organizado pelo Comitê Popular da Copa e da Olimpíada e pela Frente Nacional de Torcedores, no qual cerca de 50 manifestantes fizeram um “apitação” em frente ao prédio onde residia o ex-governador<sup>52</sup>, hoje preso por receber propinas em troca de concessão de obras, dentre as quais se destacam justamente aquelas que foram realizadas no estádio do Maracanã<sup>53</sup>. Alguns meses depois, entraram na ordem do dia também as manifestações de ativistas e militantes pela manutenção do Estádio de Atletismo Célio de Barros, que havia sido reformado para o Pan-Americano de 2007, e dos prédios da Escola Municipal Friendenreich, considerada uma das melhores instituições escolares do estado em 2012, e do antigo Museu do Índio, que abrigava a ocupação Aldeia Maracanã. Após a compra deste último imóvel - que pertencia ao governo federal e estava ocupada desde 2006 por indígenas -, em agosto de 2012, o Estado anunciou que, devido às obras para a realização da Copa do Mundo, todas as três edificações seriam demolidas, supostamente para facilitar a circulação de torcedores nas adjacências do estádio do Maracanã – o que acabou se revelando uma inverdade, já que

---

<sup>52</sup> Ver matéria da Carta Maior, disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Movimentos-Sociais/Cartao-vermelho-para-a-privatizacao-do-Maracana/2/25227>>. Acessado em 11/02/2019.

<sup>53</sup> <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/11/ex-governador-sergio-cabral-e-presos-pela-pf-na-zona-sul-do-rio.html>>. Acessado em 11/02/2019.

nos planos do governador havia a pretensão de, na verdade, realizar a construção de um estacionamento e de um shopping que seriam entregues à administração da iniciativa privada, como todo o complexo do Maracanã.

Junto a estes problemas, renovava-se indignação histórica, sobretudo nas favelas cariocas, com a política de segurança pública do Estado. Desde 2008 investia-se no Programa das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), cujo objetivo em discurso oficial residia na ocupação e “pacificação” de favelas dominadas por facções criminosas inspirada na doutrina de polícia comunitária ou polícia de proximidade. Com a cidade sob holofotes internacionais em função dos grandes eventos, o projeto passou a ganhar cada vez mais importância estratégica para os governos municipal, estadual e federal. Entre 2010 e 2013, o número de UPPs saltou de 13 para 36. Estudo de Cano, Borges e Ribeiro (2012) demonstrou que chegou a haver redução notável no número de mortes violentas nos territórios onde o programa foi implantado. Mas, a despeito disso, a política também foi bastante criticada por entidades civis defensoras de direitos humanos e pelos próprios moradores. Por um lado, questionavam-se os critérios que definiram as favelas que receberam o projeto: as UPPs foram instaladas somente em áreas de grande interesse político e econômico (nas favelas da Zona Sul, área de grande relevância turística, e na região da Grande Tijuca, que abriga o estádio do Maracanã - o mais importante dos estádios de futebol brasileiros), em detrimento de fatores como índices de criminalidade. Por outro lado, o comportamento da PM nas áreas “pacificadas” provocou por diversas vezes reações exigindo a saída dos policiais de suas comunidades. Denúncias de invasões domiciliares, de agressões verbais e físicas, torturas, sequestro, assassinatos e violência sexual cometidas contra moradores se multiplicaram ao longo dos anos<sup>54</sup>.

O episódio mais emblemático e que ajudou a manter o clima de revolta nas ruas após junho de 2013 certamente foi o do ajudante de pedreiro Amarildo, assassinado por um grupo de policiais na UPP da Rocinha, favela onde morava, após ser levado por policiais à sede da Unidade de Polícia Pacificadora local para supostamente prestar esclarecimentos. O posicionamento oficial do comando das UPPs isentou os policiais da unidade de qualquer responsabilidade e teve a complacência do então secretário de segurança pública José Mariano Beltrame e do governador Sérgio Cabral. A pressão popular, porém, mudou o rumo das investigações e da cobertura midiática sobre o caso,

---

<sup>54</sup> Matéria da *Folha de S. Paulo* em setembro de 2013 é bastante esclarecedora neste sentido. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/09/1335523-em-76-das-upps-no-rio-ha-denuncia-contra-algum-policial.shtml>>. Acessado em: 13/02/2019.

que passou a exigir explicações das autoridades fluminenses. Moradores da Rocinha que já se mobilizavam exigindo investimentos em saneamento básico em lugar do teleférico proposto pelo governo, promoveram atos cobrando do governo uma solução para a ocorrência e o nome de Amarildo foi por diversas vezes evocado nas manifestações que persistiam nas ruas do Rio de Janeiro. O uso da hashtag “#CadêoAmarildo?” nas redes sociais fez com que o acontecimento tivesse repercussão internacional, constringendo ainda mais o comando a Polícia Militar e o governo do Estado. Após três meses de investigação, o Ministério Público denunciou 25 policiais militares por homicídio, mesmo ainda não havendo sequer vestígios do corpo. Destes, treze tiveram prisão decretada e o julgamento que começou em fevereiro de 2014 ainda não foi concluído.

Fotografia 24 - Ato na Câmara dos vereadores do Rio de Janeiro



Fonte: Facebook Mídia Ninja. Autor: Leonardo Coelho/Mídia Ninja.

No dia 07 de setembro de 2013, no Rio de Janeiro, manifestantes se juntaram a #OcupaCâmaraRio, ocupação – outra forma de protesto que se popularizou pelo país após Junho – sob a forma de um acampamento feito nas escadarias da Câmara Municipal da cidade e na praça da Cinelândia, em mais um dos protestos que ocorriam pelo país naquele dia. O ato somava-se às mobilizações do Grito dos Excluídos, um conjunto de

manifestações populares que desde a década de 1990, sempre na semana do dia da independência brasileira, ocorre em diversas cidades brasileiras reivindicando a inclusão social e o direito à cidadania de grupos marginalizados. Além disso, os manifestantes cariocas reivindicavam também a liberdade dos presos políticos das manifestações que ocorriam desde junho, dentre os quais, Rafael Braga, jovem negro, pobre, favelado e catador de recicláveis que foi detido por policiais por supostamente levar coquetéis *molotov* em sua mochila. Rafael, na verdade, carregava uma garrafa de desinfetante e outra de água sanitária, materiais que utilizava também para trabalhar lavando vidros de carros nas ruas. Mesmo com o jovem afirmando sequer saber da manifestação e o laudo da Polícia Civil registrando que o material apreendido tinha "mínima aptidão para funcionar como 'coquetel molotov'"<sup>55</sup>, ele foi denunciado pelo Ministério Público e se tornou o único condenado das manifestações de Junho, sendo obrigado a cumprir 5 anos de prisão<sup>56</sup>. O caso diz muito sobre Junho e ainda hoje é um dos mais emblemáticos sobre a seletividade racial do sistema de justiça criminal no Brasil.

A Fotografia 25, acima, traz um registro do referido ato. Em sua composição, vemos ao fundo o prédio da câmara e os manifestantes, que, entre faixas e cartazes, vestem-se predominantemente de preto, representando não apenas uma estética anarquista, mas também a recusa à utilização do verde e amarelo em um dia tão simbólico. Mas o que chama verdadeiramente a atenção é a bandeira nacional, tremulando e ocupando o terço superior esquerdo da foto. Nela, o verde, o amarelo e o azul estão sobrepostos por manchas disformes em um tom de vermelho similar ao do sangue humano. Dado o contexto, estas manchas são a representação do sangue daqueles que são indesejados e tem a sua parte negada na nação. Simbolizam a violência, exclusão social e indignidade a que são submetidos negros, pobres, mulheres e indígenas. Lembram que se existe algo que se possa chamar de “povo brasileiro”, vinculado a um Estado nacional independente e soberano em um Estado democrático de direito, há aqueles aos quais nega-se o direito a ter direitos como parte deste povo. Explicitam, por trás do ideal positivista

---

<sup>55</sup> Conforme divulgado por reportagem do portal de notícias G1, que teve acesso ao laudo. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/12/chance-de-fogo-e-infima-diz-laudo-de-presos-com-explosivo-em-ato-no-rio.html>.

<sup>56</sup> Após cumprir parte de sua pena, Rafael teve concedido o regime aberto com o uso de tornozeleira. Em janeiro de 2016, no entanto, ele foi novamente preso a partir de um flagrante forjado, de acordo com testemunhas, e acusado por policiais de tráfico e associação ao tráfico de drogas. Este episódio rendeu à Rafael mais uma condenação, desta vez a 11 anos e três meses de prisão, além do pagamento de R\$ 1.687 de multa. De volta ao presídio, Rafael contraiu tuberculose e seu julgamento foi marcado por contradições das testemunhas de acusação e pela falta de provas por parte dos acusadores. Ainda assim, sua pena foi apenas reduzida para seis anos de prisão e desde 2018 ele a cumpre em regime de prisão domiciliar.

que apregoa “ordem e progresso” e da unidade sugerida pelo símbolo nacional, os conflitos, a subjugação de grupo oprimidos. A imagem, portanto, é luta pela memória.

Em texto que aborda a cobertura fotográfica de um Encontro da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1979, realizada, de forma independente, pelo então fotógrafo Milton Guran, a historiadora Ana Maria Mauad (2010) reflete sobre a possibilidade de a fotografia ser pensada como “gesto” e o engajamento do fotógrafo como “autoria”, segundo o significado destas noções para o filósofo italiano Giorgio Agamben. Para sustentar sua tese, a autora se vale das reflexões de Agamben contidas em dois ensaios<sup>57</sup> específicos que compõem o livro “Profanações” (2007). O primeiro deles interpreta a fotografia como um ato ou, justamente, um “gesto”, que impede o esquecimento, tanto do fotógrafo como do que foi fotografado. A imagem fotográfica transforma o banal em excepcional e nesse gesto torna-se a marca de uma presença que não está mais presente (AGAMBEN 2007 apud MAUA, 2010, p. 178). O segundo dialoga com o problema apresentado por Foucault sobre a indiferença em relação ao autor que se afirmaria como “o princípio ético, talvez o mais fundamental, da escrita contemporânea” (FOUCAULT, 2001, p. 264). Neste caso, Mauad ressalta que, ao contrário de um entendimento que nega a importância de quem fala (escreve ou faz surgir uma imagem), Agamben afirma a imprescindibilidade e a irredutibilidade da subjetividade à linguagem e o lugar do autor como o lugar das marcas gestuais que resultaram de suas experiências com os dispositivos (no sentido foucaultiano, isto é, de práticas e estratégias de sujeição) com os quais ele lidou (AGAMBEN 2007 apud MAUA, 2010, pp. 174-178).

Linguagem fotográfica e linguagem política encontram-se e a fotografia torna-se o registro do que se passou, preservando a memória sobre determinado fato, rostos e sujeitos históricos em uma imagem que seguirá sendo reproduzida, interpretada e reinterpretada, ao mesmo tempo em que passa a ser ela própria uma evidência do autor como “gesto”, na medida em que é o seu engajamento que torna possível que “o que foi” não seja esquecido. Desta forma, então, a autoria é ação política, uma ação simultaneamente mediadora e produtora, isto é, mediadora porque traduz em imagens a experiência do indivíduo diante do mundo em que vive e produtora porque neste ato de conhecer e transformar em expressão fotográfica o que se dá a ver, são produzidas representações sociais que interferem no mundo representado, nem que seja produzindo reconhecimento profissional ao fotógrafo (MAUAD, 2010, pp. 179-180).

---

<sup>57</sup> “O autor como gesto” (AGAMBEN, 2007, pp.55-64) e “Dia do Juízo” (idem, pp.27-30).

Se, no caso analisado por Mauad, as fotos do Encontro da UNE em 1979 só vieram ao público, assim realizando o trabalho autoral de Guran e garantindo a existência do acontecimento, por meio de uma tática guerrilheira que envolveu exposições, a publicação das imagens em formato de livro por uma editora de esquerda e outras estratégias de divulgação (MAUAD, 2010, pp. 184-186), as fotografias da Mídia Ninja encontraram ambiente bem mais favorável a sua veiculação, compartilhamento e experimentação visual. Ao contrário do que ocorreu durante a ditadura militar, as manifestações de Junho foram amplamente noticiadas pela mídia corporativa, que, em certo sentido, ajudou mesmo na divulgação de informações e imagens sobre as mesmas. A existência do acontecimento Junho nunca esteve sob disputa, mas os seus sentidos e significados sim. O que o fotojornalismo engajado da Mídia Ninja procurou mostrar não foi um acontecimento invisibilizado pela grande mídia, mas o outro lado deste acontecimento, a partir de outro lugar do olhar.

Por outro lado, apesar dos contextos e das dificuldades distintas, em comum havia um compromisso com a necessidade da produção de registros testemunhais sobre os acontecimentos, marcado também pela incorporação de uma subjetividade autoral que se verifica tanto no ato fotográfico em si como na maneira como as fotografias em questão se diferenciam de outras formas de registrar os referidos eventos. Espalhar imagens pelo país sobre um encontro de estudantes de esquerda em pleno regime militar ou divulgar fotografias sobre manifestações de rua em período democrático pelas redes digitais guardam entre si, além de tudo, outra similitude importante: a tentativa de imaginar, por meio da representação fotográfica, uma nova sociedade. Neste caso, as fotografias analisadas neste capítulo em específico têm relevância ainda maior.

Desde os primeiros registros fotográficos das primeiras manifestações, ainda no Rio Grande do Sul, a recém-nascida Mídia Ninja procurava um olhar que além de não criminalizar e/ou não reduzir os protestos a rótulos “puro vandalismo” ou “manifestações violentas”, buscava oferecer uma narrativa visual mais complexa, multifacetada e de conteúdo mais plural que os meios de comunicação mais consumidos. Uma parte fundamental dessa estratégia residiu em dar visibilidade às lutas de grupos historicamente marginalizados na construção da sociedade brasileira. A nação, pensada tradicionalmente em termos de identidade e essencialidade, torna-se, sob a perspectiva e o lugar do olhar da Mídia Ninja, imaginada desde a ideias de multiplicidade e resistência, a partir das quais a diferença e o dissenso são valorizados ao invés de simplesmente subjugados. Como Homi Bhabha (2013) definiu, a nação pós-colonial se apresentaria como

uma forma de vida que é mais complexa que a ‘comunidade’, mais simbólica que ‘sociedade’, mais conotativa que ‘país’, menos patriótica que patrie, mais retórica que a razão de Estado, mais mitológica que a ideologia, menos homogênea que a hegemonia, menos centrada que o cidadão, mais coletiva que o ‘sujeito’, mais psíquica do que a civilidade, mais híbrida que articulação de diferenças e identificações culturais do que pode ser representado em qualquer estruturação hierárquica ou binária do antagonismo social. (BHABHA, 2013, p. 228).

## 5. FOTOGRAFIAS EM VERDE E AMARELO

O argumento central desta tese é o de que Junho de 2013 foi um evento político que não pode ser reduzido à dicotomia que tem predominado nos debates públicos e acadêmicos sobre os seus significados. Trata-se de acontecimento complexo, multifacetado e polissêmico que não pode ser explicado apenas pelo conjunto dos fatos que se sucederam no “junho cronológico”. Junho foi o ponto alto de um processo em que projetos de sociedade e visões de mundo em quase tudo conflitantes se encontraram e disputaram mentes e corações nas ruas e nas redes. Foi o momento em que as reivindicações por igualdade e justiça social de grupos marginalizados se chocaram com o ressentimento e os desígnios de uma reação conservadora. Junho, entendo, foi, portanto, um confronto, uma pugna que resultou de um processo de mobilização crescente de grupos distintos, às vezes próximos, às vezes numa relação de oposição entre si, o que, evidentemente, é muito diferente de entendê-lo como um conjunto de manifestações “populares e democráticas” ou como uma sequência de protestos “fascistas de classe média”, como se os protestos em questão só pudessem ter uma ou outra matriz ideológica.

Como defendo, uma das formas pelas quais esta disputa se manifestou de maneira mais marcante, como um sinal dos tempos, foi a partir da produção de imagens sobre as manifestações. Aqui destaco as fotografias, mas poderia analisar as imagens em movimento e com isso destacar, por exemplo, as diferenças entre transmissões por streaming e as entradas ao vivo e os materiais produzidos pelos telejornais. Na fotografia, no entanto, reconheço a capacidade única de colocar o real, o espaço e o tempo em suspenso, congelando um instante, representando-o e lançando luz específica sobre ele, trazendo à presença o que está ausente, “iludindo-nos” com a sua aparente naturalidade e transparência, fonte de sua credibilidade. Nesse sentido, optou-se por enquadrar e examinar o confronto entre a Mídia Ninja e os jornais de maior circulação no país pela representação imagético-fotográfica das manifestações. Alinhados a valores, interesses e visões de mundo distintos e conflitantes, estes atores midiáticos produziram narrativas visuais sobre Junho que não apenas apresentaram versões distintas sobre o mesmo fenômeno como também privilegiaram como protagonistas grupos antagônicos.

No capítulo anterior, centramos a análise no caminho que foi pavimentado por movimentos, grupos e coletivos de ativistas à esquerda e de princípios anarquistas e



desembocou em Junho e na produção fotográfica da Mídia Ninja, que privilegiou exatamente estes grupos a partir do momento em que o coletivo nasceu. O objetivo foi demonstrar como, em meio aos acontecimentos de Junho e tudo que lhe sobreveio a reboque, a Mídia Ninja optou por uma narrativa visual que deu visibilidade às lutas e reivindicações de grupos anticapitalistas, feministas, LGBTQIA+, antirracistas, defensores de direitos humanos, favelados e indígenas.

Neste capítulo, nossa atenção estará voltada aos grupos, organizados ou não, de tendências políticas mais conservadoras, inclinados entre o centro e a direita do espectro político e às imagens que procuraram lhes representar como o verdadeiro “rosto” de Junho. Para tanto, retornaremos às imagens fotográficas que foram produzidas, veiculadas e consumidas nos jornais de maior circulação do país, tendo como propósito evidenciar uma narrativa visual comum entre eles, marcada fortemente por um discurso patriótico, contrastante com a perspectiva da Mídia Ninja. O objetivo, portanto, desta vez, será o de reafirmar o contraste entre as mídias independentes, aqui representadas na análise das fotografias da Mídia Ninja, e os veículos de comunicação tradicionais, analisados através das publicações dos jornais O Globo, Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo.

A escolha por explorar este contraste não visa a uma redução de Junho a um embate entre grupos totalmente opostos, numa dicotomia entre esquerda e direita, midiativismo x jornalismo empresarial tradicional. Há interseções importantes entre estes grupos, tanto entre manifestantes quanto entre os *medias*, principalmente naquilo que diz respeito a forma como se posicionaram em relação às instituições tradicionais, sobretudo em relação às instituições políticas. Existem aproximações e convergências entre os diferentes grupos sociais que participaram das manifestações que não nos permitem tratá-las como um evento protagonizado somente por este ou aquele grupo de pessoas ou conjunto de ideias ou mesmo por um confronto entre dois polos antagônicos muito bem definidos. Os conflitos pelos rumos das manifestações, seu legado e significados foram travados em diferentes arenas e por múltiplos personagens. O que se busca ressaltar, então, são justamente os recursos, estratégias e narrativas discursivas e visuais lançadas para enquadrar as manifestações que tiveram maior destaque nas duas principais arenas, as redes sociais virtuais e os principais veículos de comunicação do país. São antagonizados sim, os meios de comunicação analisados. Mas, mesmo entre estes, há convergências, como se demonstrará.

Antes de nos dedicarmos a estas fotografias, no entanto, devemos percorrer o mesmo caminho que fizemos no capítulo anterior, isto é, reconstruir os antecedentes de Junho, desta vez, porém, lançando luz sobre os processos e mobilizações que paulatinamente foram dando corpo ao outro grande conjunto de manifestantes que marcou presença em Junho nas ruas e nas redes. Este conjunto, ao contrário dos grupos ao quais fizemos referência no capítulo 4, se articulou como uma oposição à direita do petismo e, dentre as muitas razões para protestar, canalizou sua indignação para dois temas: corrupção e ineficiência do Estado. Estas agendas, que engajaram e seguem engajando amplamente a sociedade brasileira desde 2013, contaram com o apoio decisivo dos grandes conglomerados midiáticos para que tivessem ampla repercussão. E, como veremos, uma das principais estratégias foi justamente o recurso a determinados enquadramentos imagéticos sobre as manifestações, fundamentais na exploração de um sentimento patriótico e na construção de um imaginário de compromisso cívico com a nação. As próximas linhas buscarão deixar claro que, ao contrário do que é afirmado por muitos analistas, estes grupos não surgiram em ou foram produto de Junho.

### **5.1 Olhando para dentro, de outro ângulo: as direitas em movimento**

Definitivamente, não foram somente os grupos à esquerda e anarquistas que incorporaram novos repertórios de protestar fazendo eco às mobilizações ocorridas em diversas partes do mundo. À direita também foram verificados novos expedientes de protesto, sobretudo, no que diz respeito ao recurso às novas tecnologias e às redes sociais virtuais, sendo apropriados para dar expressão a uma *malaise* de raízes tanto liberais (em relação à economia), quanto conservadora (em relação aos costumes) e reacionária (em relação às sensíveis, mas importantes melhores condições das quais gozavam grupos historicamente marginalizados). Desde meados dos anos 2000, grupos liberais, conservadores e autoritários ganharam notoriedade e popularidade em diferentes países do mundo, com grande destaque para o movimento Tea Party, surgido nos Estados Unidos em 2009. Apesar da influência internacional do Tea Party, em especial, nos movimentos e grupos de direita que surgiram no Brasil nos últimos anos, como o Vem Pra Rua e o Movimento Brasil Livre, é preciso reconhecer que mesmo antes já existiam iniciativas de natureza similar no Brasil. Mapeá-las e compreender o seu crescimento será importante

para que possamos entender: a) como a direita chegou às ruas em Junho; b) que não foi por acaso que as suas agendas e símbolos foram transformados na face ideal de Junho pelos grandes meios de comunicação; c) e que a ascensão do que se tem chamado de “nova direita” no Brasil trata-se de um processo que vem de longa data, não sendo, portanto, produto de mera replicação de métodos utilizados em outros países, tampouco uma consequência direta dos eventos de Junho.

Em 2002, em meio ao pleito eleitoral que levaria Lula à presidência, fundou-se com forte influência da Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP), órgão vinculado da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), hoje formado por mais de 70 instituições e por comitês que atuam nos níveis estadual, municipal e local em quase todos os estados brasileiros. Segundo a própria organização, seu trabalho consistiria em exercer um “papel de fiscalização, educação popular e monitoramento do orçamento público e da máquina administrativa” (MCCE, 2021). Dentre suas ações, sem dúvidas, aquela que obteve maior destaque foi a criação e a articulação do projeto da chamada “Lei da Ficha Limpa”, a Lei Complementar nº. 135 de 2010, que torna inelegíveis por oito anos quaisquer candidatos condenados em decisões colegiadas de segunda instância.

No ano seguinte, em 2003, surge a Transparência Capixaba, entidade que desde então, no âmbito do estado do Espírito Santo tem se mobilizado em torno de casos de corrupção e pela defesa do “controle social técnico e da sociedade” (TRANSPARÊNCIA CAPIXABA, 2021). Em sua apresentação em seu site, a organização, que possui 177 associados, faz questão de ressaltar não possuir “conotação político-partidária” ou financiamento por meio de verbas públicas. Afirma ainda que a maioria do povo capixaba é constituída de “pessoas honestas, de caráter e cumpridoras de suas obrigações”, mas que “o sentimento de indignação dessa maioria com "tudo isso que aí está" não deve se restringir apenas a rasgar o jornal ou desligar a televisão”.

É em 2005, porém, em que ocorre o primeiro impulso mais forte para o aparecimento de novos grupos de direita no país. Resgatando o chauvinismo da Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento de extrema-direita atuante no Brasil ao longo da década de 1930 do qual Plínio Salgado foi o principal líder, é neste ano que se funda em São Paulo a Frente Integralista Brasileira (FIB). Tal como seus precursores, a quarta geração brasileira de integralistas, consolidada a partir de diferentes agremiações autônomas pelo país e resultante “das aspirações dos verdadeiros nacionalistas” (INTEGRALISMO, 2021), permanece inspirada em uma ideologia antiliberal,

anticomunista, tradicionalista e nacionalista, típica do fascismo. Mas, diferentemente dos primeiros, em sua atuação, os novos integralistas têm se valido das ferramentas de seu tempo, utilizando a internet e as redes sociais virtuais para divulgar textos, imagens de encontros e manifestações públicas. Em uma rápida busca no Facebook, por exemplo, é possível encontrar hoje diversas páginas e grupos ativos declaradamente integralistas. Em 2019, a página oficial da FIB nesta rede esteve perto de alcançar 20 mil curtidas, conforme relatado pelo jornalista José Fucs (2019).

Data do mesmo ano também a criação do Movimento Nacional da Cidadania pela Vida – Brasil Sem Aborto, que surge como uma reação à ampliação do debate sobre e à pressão crescente do movimento feminista pela legalização do aborto no Brasil. Autodefinindo-se como uma “organização de natureza suprapartidária e supra religiosa”, o movimento alega ter como objetivo a defesa da “preservação da vida desde sua concepção” (MOVIMENTO NACIONAL DA CIDADANIA PELA VIDA, 2021). Nas ruas, há uma década e meia encontra-se a frente da Marcha Nacional da Cidadania pela Vida, que tem maior repercussão em suas edições em Brasília, mas que também tem se multiplicado ao longo dos anos em versões regionais. Contando com o apoio de uma gama de apoiadores e interlocutores nas mais diversas instâncias, como juristas, acadêmicos, religiosos, médicos, empresários, parlamentares e outros grupos conservadores, a organização alcançou grande visibilidade nas campanhas a favor do chamado “Estatuto do Nascituro<sup>58</sup>” e da chamada “PEC da Vida<sup>59</sup>”, ambas propostas contrárias a possíveis flexibilizações nas leis de regulação do aborto.

Fato que definitivamente tirou do torpor as forças conservadoras e elevou a outro nível o engajamento e a mobilização à direita foi o episódio que ficou famoso sob a alcunha de “mensalão”, caso de corrupção de grande repercussão midiática que abalou o

---

<sup>58</sup> O Estatuto do Nascituro foi o nome pelo qual ficou conhecido o Projeto de Lei 6150/05, dos deputados Osmânio Pereira (PTB-MG) e Elimar Máximo Damasceno (Prona-SP). O termo “nascituro” definiria “o ser humano concebido, mas ainda não nascido”, conferindo-lhe proteção jurídica. A proposta previa o aumento das penas previstas para o crime de aborto, transformando-o em crime hediondo. O projeto foi arquivado em 2007, mas no mesmo ano foi recuperado pelos deputados federais Luiz Carlos Bassuma (PT-BA) e Miguel Martini (PSH-MG), que protocolaram o Projeto de Lei 478/2007, uma nova versão com poucas alterações do projeto anterior. Este último projeto segue em tramitação na Câmara e desde então foram apensados a ele outras 17 propostas de teor similar. Em fevereiro deste ano, a deputada federal Chris Tonietto (PSL-RJ) pôs em pauta mais um projeto no mesmo sentido, o PL 434/2021, que deve seguir o mesmo caminho. A parlamentar do Rio de Janeiro ainda apresentou outro projeto sob o argumento do “direito à vida desde a concepção”, o PL 299/2021, que visa à proibição de qualquer forma de manipulação experimental, comercialização e descarte de embriões humanos.

<sup>59</sup> Trata-se de Proposta de Emenda Constitucional (a PEC 29/2015) que inclui o termo “desde a concepção” no artigo 5º, que garante a inviolabilidade do direito à vida. A proposta, originalmente de iniciativa do senador Magno Malta (PL-ES), foi desarquivada pelo senador Eduardo Girão, empresário e membro fundador do Movimento em Favor da Vida (Movida), grupo próximo ao Brasil sem Aborto.

primeiro governo Lula. De acordo com a tese de acusação da Procuradoria-Geral da República, o “mensalão” teria consistido no repasse de fundos de empresas sob a forma de doações ao Partido dos Trabalhadores e na destinação de valores mensais, a partir do desvio de recursos públicos e empréstimos fraudulentos, à congressistas que apoiassem o governo Lula em votações de seu interesse entre os anos de 2003 e 2005, durante o seu primeiro mandato. A ampla exposição do processo antes, durante e depois dos protestos de Junho de 2013 pôs o PT em situação delicada e como o grande foco dos noticiários relacionados à corrupção, cujo espaço foi se tornando cada vez maior e mais relevante nos veículos de comunicação do *mainstream*, mas não apenas. Como veremos mais a frente, em 2013 pudemos testemunhar a capacidade de influência de sites e perfis de redes sociais virtuais de tendência conservadora e reacionária nas disputas pela opinião pública. Estes *media* fizeram coro à grande imprensa, disseminando um sentimento e um ideário antipetista e amplificando nas redes sociais virtuais a impressão de que o que estava a se desenrolar nas ruas era uma grande luta contra a corrupção que o petismo encarnava. Se hoje este tipo de ação é facilmente visualizável, em Junho tratava-se de mais uma das novidades da ecologia das manifestações, tão ou mais inesperada à maioria que o impacto causado pela Mídia Ninja.

Revelado em junho de 2005, tratado como um dos maiores escândalos de corrupção da história brasileira pela imprensa, o “mensalão” logo despertou reações de repúdio pela sociedade. No dia 16 de agosto daquele mesmo ano, manifestação<sup>60</sup> em Brasília pediu o fim da corrupção, o impeachment do presidente Lula e entoou palavras de ordem contra deputados federais e senadores e contra partidos liberais como o PSDB e o extinto PFL (hoje DEM). Convocada por lideranças à esquerda, oriundas de partidos de menor expressão, como PSTU e, àquela altura, o PSOL, mas também de partidos que compunham a base aliada ao governo, como o PDT, e de sindicatos ligados ao PT, como a CUT, o ato levou 12 mil pessoas às ruas da capital federal. Mas a esquerda não esteve só e, num ensaio do que estaria por vir oito anos mais tarde, foi acompanhada por grupos de liberais à direita, conservadores e reacionários. Servidores públicos e estudantes que compunham grupos autodenominados apartidários, mas que rechaçavam a possibilidade de nas eleições seguintes o país “dar uma guinada mais à esquerda” (SCOLESE & FRANCISCO, 2005), deram notas de verde e amarelo em meio ao vermelho das bandeiras de esquerda, reafirmando a simbologia patriota ao estilo cara-pintadas. Ao longo da

---

<sup>60</sup> Conforme noticiado pela Folha de S. Paulo em sua versão digital, em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1808200509.htm>.

marcha em direção ao Congresso se fizeram perceber também ultradireitistas ligados ao Prona, que apoiados pelo deputado federal Enéas Carneiro, marcaram presença em um caminhão de som. Grupos punks que exibiam o pavilhão nacional queimaram a bandeira do PT e um boneco que representava Lula, além de hostilizarem a polícia.

Ao próprio PT e à Lula, 2005 significou um ponto de inflexão. Desde então, o PT e suas lideranças passaram a apostar cada vez mais em uma retórica ambivalente que ora se punha a reforçar imagem de Lula como um prócere popular junto aos movimentos sociais e à classe C, ora mantinha o tom conciliatório da *persona* que se apresentou ao mercado e aos setores sociais mais resistentes à sua figura por meio da “Carta aos brasileiros”. Quando contestado por uma oposição à esquerda, o lulismo radicalizava e lançava seus críticos à vala comum da “direita” inconformada com os ganhos sociais de suas políticas. Quando criticado por atores ao centro e à direita, quando como frequentemente se viu comparado ao chavismo, soube reagir fazendo uso de um tom moderado que valorizou a solidez econômica do país e o bom relacionamento com o mercado, relegando as acusações ao descabimento. Acompanhando a caracterização cunhada por Singer (2012), poderíamos dizer que o lulismo se fundamentava, articulava e tonificava alimentando antagonismos, mas também reconciliações, inflamando suas bases ao mesmo tempo em que buscava demonstrar sobriedade e equilíbrio aos setores mais conservadores. Em uma palavra, assentava-se na busca pelo consenso.

Evidentemente, o lulismo não se fez apenas de momentos loquazes, senão também de práticas políticas que amiúde foram contraditórias em relação ao discurso público. Esta retórica política, no entanto, para além de tornar o lulismo uma força política singular na história brasileira, foi essencial a sua subsistência no contexto político nacional. O problema é que a tensão acumulada em decorrência desse expediente seria rompida da maneira mais abrupta possível. Todo empenho em torno da conciliação de classes não impediu que as insatisfações continuassem a existir e que elas fossem instigadas pelos adversários. Aos poucos se multiplicavam e se fortaleciam os grupos de direita no Brasil. Entre 2005 e 2013 foram criados dezenas de movimentos, muitas organizações e várias iniciativas incubadoras de grupos de clara e manifesta oposição ao petismo e às esquerdas. Se à esquerda havia certa desilusão com os rumos do governo Lula, pela manutenção de agendas consideradas neoliberais e antidemocráticas em diferentes áreas, da economia ao meio ambiente, passando pela segurança pública, e pelas alianças políticas com nomes controversos, à direita também sobravam motivos segundo o ponto de vista dos grupos que lhes constituíam.

### 5.1.1 Espreada entre as classes

Ainda que fossem minoritários durante boa parte dos governos de Lula e Dilma, grupos oriundos de diferentes estratos sociais por motivos distintos compartilhavam certo sentimento de inconformidade. Foi explorando tal sentimento que a direita encontrou esteio para articular sua oposição ao projeto petista. Os seguidos insucessos nas disputas eleitorais pela presidência de uma agenda de centro-direita foram compensados com uma reação que fermentou em diferentes espaços sociais e caldeou processos e iniciativas numa ofensiva que, não é exagero dizer, ainda segue em curso. Se tais processos e iniciativas não foram produto de ações coordenadas por um único grupo homogêneo, sendo antes consequência de interesses múltiplos e descentralizados, ao menos vêm convergindo numa mesma direção. Mesmo impactando diretamente no aumento da renda, na ampliação de sua capacidade de consumo e no acesso à educação dos mais pobres, o projeto lulopetista ainda possuía insuficiências e correções a fazer. Por outro lado, mesmo distante de ocasionar qualquer transformação mais radical na pirâmide social do país, o projeto petista tornou-se suficientemente ameaçador para as elites econômicas e, principalmente, para a classe média, a ponto de provocar uma reação francamente hostil cujos reflexos permanecem sendo observados.

Os mais pobres, embora constituíssem a base forte do petismo e tivessem melhorado suas condições de vida, possuíam insatisfações relativas a efeitos específicos decorrentes do modelo de desenvolvimento adotado pelos governos Lula e que se reproduziam no governo Dilma. Como notaram analistas como Nobre (2013) e Braga (2017), os mais pobres viviam situação aparentemente contraditória: apesar dos avanços na distribuição de renda e da ampliação da capacidade de consumo, graças, sobretudo, ao crédito facilitado, a realidade dos baixos salários permanecia e a ela se somava uma deterioração cada vez maior das condições de trabalho. Trabalhos cada vez mais precarizados e mal remunerados tornavam-se o subproduto de um universo de trabalho marcado pela crescente terceirização.

Em 2013, segundo estudo elaborado pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) (2014), o Brasil contava com 12,7 milhões de trabalhadores

terceirizados, 26,8% do mercado de trabalho formal brasileiro. E como o mesmo estudo indica, a reboque do gradativo crescimento dos postos de trabalho terceirizados, aumentaram também a alta rotatividade, os números dos acidentes de trabalho e a flexibilização das horas trabalhadas sem que com isso houvesse correspondência dos salários. A economia ia relativamente bem, o Brasil alçava sua população pobre ao mundo do consumo e a ela oferecia um novo horizonte também por meio do acesso às universidades. Muitos, de fato, mudavam de vida. Mas isso não era suficiente. Exigia-se mais. Como assinalado anteriormente, a frustração decorrente deste cenário podia ser vista no número crescente de greves e mobilizações de trabalhadores, senão como um reflexo preciso da realidade, ao menos como um efeito que não podia ser ignorado. E, se por um lado, medir e saber o grau dessa insatisfação não era possível, e, por outro, esta não era uma agenda que se pode dizer que houvesse sido mobilizada pelas direitas, ainda assim, é factível tomá-la como um indício importante. Sobretudo, porque o momento, apesar da inflação controlada, não apontava exatamente para um cenário positivo após a crise econômica mundial de 2008. Além de tudo, como também já foi salientado, os efeitos gentrificadores das intervenções urbanas em diversas capitais brasileiras para os megaeventos esportivos, a persistência da péssima qualidade dos serviços públicos e as mobilizações decorrentes desse estado de coisas contribuía para uma sensação de incômodo com as condições de vida nas grandes cidades. Descontentamentos existiam e, por mais discretos e latentes que fossem, poderiam se desdobrar em algo maior e ser explorados.

Era num segundo contexto, no entanto, que uma parte significativa das classes populares mais se aproximava das agendas e valores das direitas: através de seu pertencimento à determinadas congregações religiosas cristãs conservadoras. Como este é um tema delicado, complexo, que possui indubitável importância para o entendimento de Junho e do Brasil dos últimos anos (ou décadas) e como, além disso, diz respeito não somente aos mais pobres, mas também à classe média e em menor medida à classe alta, será necessário reservar um espaço adequado para tratá-lo.

Seja pela conservação do poder de influência de determinadas lideranças e grupos ou pela ascensão recente de novos atores, os setores religiosos de direita - pertencentes tanto ao catolicismo quanto ao cristianismo evangélico - têm sido capazes, desde longa data, de se adaptar a diferentes tipos de regime no contexto da América Latina. Com destaque para o crescimento vertiginoso das igrejas neopentecostais, estes setores têm investido nas últimas décadas na ocupação de lugares estratégicos da vida social para



além das próprias instituições religiosas. Por um lado, tal atuação tem levado estes setores a fazer valer sua força na economia, cultura e política, dentro e fora das instituições do Estado. Por outro lado, tem garantido a manutenção da moralidade cristã como elemento central nas disputas políticas de diferentes países. No Brasil, em 2012, segundo o IBGE, o Brasil se mantinha no topo da lista dos países com mais católicos no mundo ao mesmo tempo em que registrava uma tendência de redução no número dos adeptos desta versão do cristianismo e uma expansão das correntes conhecidas como “evangélicas”.

Em duas frentes, lideranças e grupos religiosos cristãos conservadores de diversas origens têm fornecido sustentação ideológica à direita que ressurgiu no Brasil nas últimas décadas. Na que tem obtido maior destaque midiático, estes grupos têm se imposto como uma sólida barreira a mudanças que se referem à ordem, a moral e aos costumes. É bem verdade, como demonstrado por Antonio Pierucci (1987), que grupos cristãos têm atuado desde a redemocratização brasileira na defesa de pautas conservadoras e, neste sentido, portanto, não haveria fato novo. Contudo, com a chegada do PT à presidência e o crescimento das expectativas em torno de um governo de centro-esquerda, ganharam novo fôlego posições contrárias ao comunismo, aos direitos humanos, às descriminalizações do aborto e da maconha, à legalização do casamento gay, ao reconhecimento e a proteção de religiões de matriz africana e a educação sexual nas escolas. Apesar de poucas medidas concretizadas, a ampliação do debate público a seu respeito promovida por movimentos sociais e organizações da sociedade civil de perfil à esquerda e/ou liberal que viam nos governos petistas a possibilidade destas agendas prosperarem se tornou o suficiente para a agitação destes grupos.

Na outra frente de apoio dada às direitas brasileiras que recentemente ganharam nova força, é preciso considerar a tração obtida pela chamada teologia da prosperidade entre determinadas comunidades cristãs – e aqui há maior ênfase nos protestantes neopentecostais. Esta influente vertente teológica tem angariado fiéis justamente dentre as numerosas denominações evangélicas neopentecostais e, em seu interior, dentre os mais pobres. Trata-se de doutrina que valoriza o acúmulo de riquezas materiais como uma graça divina reservada àqueles para os quais a fé no Deus cristão e na família, os princípios de uma ética do trabalho capitalista e o compromisso com contribuições financeiras aos ministérios religiosos são seguidos como preceitos fundamentais. Ela possui uma afinidade de sentido fundamental com a valorização programática do esforço individual, da meritocracia e da iniciativa privada praticada pelas direitas. Em ambas as bases discursivas, a idealização da prosperidade material através da atitude

empreendedora individual encontra na política e no Estado obstáculos a sua realização plena. A primeira, reduzida e tomada como sinônimo de negociatas e trocas de favores espúrias, seria um empecilho ao desenvolvimento (do país e do seu povo), devendo, portanto, ser purificada. O segundo, ao promover políticas de proteção social, redistributivas ou “identitárias” (como são chamadas as políticas destinadas a negros, indígenas e LGBTQIA+, por exemplo), teria gerado um suposto estímulo ao não trabalho, um suposto beneficiamento imerecido de determinados grupos em detrimento da maioria e a suposta formação de currais eleitorais entre seus beneficiários<sup>61</sup>.

Tanto numa quanto noutra frente, o cristianismo conservador incide sobre as camadas alta, média e baixa. Trata-se de fenômeno que atinge as diferentes classes e se manifesta sob diferentes formas. É preciso considerar, no entanto, que tanto entre os católicos e mais ainda entre os evangélicos, os pobres são maioria, representando mais da metade destas populações no Brasil, de acordo com o IBGE. À tradicional presença das igrejas católicas em cidades e bairros de perfis socioeconômicos distintos, nos meios rural e urbano, somou-se uma forte entrada e expansão de igrejas de tipo neopentecostal, principalmente nas periferias brasileiras. E, apesar de a relação entre as igrejas destes segmentos, por vezes, ser de concorrência, na disputa por fiéis, frequentemente elas ocupam o mesmo lado da trincheira ao cerrarem fileiras contra agendas mais intervencionistas do Estado, de um lado, e comportamentos e valores mais liberais, de outro, barganhando sempre a partir do seu poder de influência. É nesse sentido, portanto, que se pode dizer, seguindo o argumento apresentado anteriormente, que, para além das insatisfações ligadas à economia e à qualidade do trabalho e muito embora os pobres tenham sido largamente contemplados pelas políticas dos governos petistas, havia, ao menos para uma parcela significativa desta camada, senão razões para protestar, motivos para se indispor com as esquerdas de maneira geral.

Diga-se, entretanto, que apesar desta aproximação é importante pontuar e esclarecer algumas coisas sobre este vínculo entre as direitas e cristãos conservadores, sobretudo, aqueles identificados com as denominações neopentecostais e pertencentes às

---

<sup>61</sup> É possível citar como exemplos a opinião de líderes de duas das maiores igrejas neopentecostais brasileiras, Silas Malafaia e Edir Macedo. O primeiro, líder da Assembleia de Deus Vitória em Cristo (ADVEC), chegou a declarar em post no Twitter que o Bolsa Família seria “a maior compra oficial de votos da história política do Brasil” (MALAFAIA, 2015). Além disso, afirmou não conhecer “nenhuma nação prosperar dando benesses para ‘nego’ não trabalhar” (MALAFAIA, 2016). O segundo, por sua vez, líder da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), em texto publicado no site da instituição, comparou programas sociais governamentais à alimentação de porcos visando o abate, inferindo que “migalhas” como estas nos roubaria “a capacidade de sermos críticos, pensantes e pessoas empreendedoras” (MACEDO, 2018).

camadas mais desprivilegiadas economicamente. Em primeiro lugar, é preciso deixar claro que aqui não há a pretensão de tratar os cristãos, especialmente os cristãos mais pobres, nem seus diversos segmentos (em especial, os católicos e os evangélicos e suas respectivas e heterogêneas frações) como um grupo homogêneo e monolítico ou como uma tábula rasa. Certamente, os cristãos, mormente, os evangélicos, como assinala Almeida (2019), mas também os católicos, como faz questão de lembrar Reis (2021), constituem uma das linhas de força do conservadorismo que desde 2013 tem se notabilizado no Brasil. Mas não seria razoável supor que em um universo tão grande de pessoas, plural em termos de sua cultura e práticas religiosas, pertencimento de classe, raça, gênero e visões de mundo, teria uma mesma orientação política, tampouco que estão completamente à serviço dos interesses políticos de parte de suas lideranças.

Em segundo lugar, é necessário salientar que nem a adesão a uma ética econômico-religiosa nem a crítica à política e ao Estado anulam a possibilidade de exigências quanto à qualidade dos serviços públicos, por um lado, nem significa que os evangélicos não foram beneficiários das políticas sociais petistas, por outro. Ainda que possa parecer demasiado óbvio, é válido lembrar que o segmento evangélico, formado majoritariamente por mulheres pobres e negras, é composto por pessoas comuns que almejam condições de vida melhores. Como ressalta Almeida (2019, p. 208), as críticas ao Estado que reverberam fecundamente entre as camadas média e baixa, justamente entre as quais está a maior parte dos evangélicos, “ancora-se, em grande medida, na recusa da corrupção, dos privilégios e da morosidade do setor público mais do que no apoio às agendas neoliberais, que têm pouco apelo popular”. A identificação desta percepção, como destacam o próprio Almeida (idem) e analistas como Pierucci (1987), tem levado historicamente partidos e candidatos, sobretudo, os de centro-direita, a realizarem alianças estratégicas entre liberalismo econômico e conservadorismo moral almejando vitórias eleitorais. Este foi, por exemplo, o caso de Aécio Neves, durante a corrida presidencial de 2014<sup>62</sup>, que, mesmo assim, acabou sendo derrotado por Dilma Rouseff, no que se corroborou a maior importância de questões socioeconômicas frente a pautas de cunho moral nas eleições para o Executivo federal (BARBOSA, 2017). Apesar disso, o desgaste entre PT e evangélicos já era explícito – pelos motivos acima apontados - e só cresceria ao longo da década de 2010. Não seria por acaso que, em meio aos custos do projeto desenvolvimentista petista enfrentados pelo país desde 2013, lideranças

---

<sup>62</sup> Ver matéria da Folha de S. Paulo de 15 de outubro de 2014 (URIBE & DIAS, 2014).

evangélicas e parte expressiva da população pertencente a este segmento – assim como outros segmentos religiosos cristãos - apoiaria a Operação Lava-Jato, o golpe de 2016 e a eleição de Jair Bolsonaro em 2018.

No que se refere à classe média, também havia uma influência crescente das pautas dos costumes, mas ainda mais importante seria o fato de que, na contramão do crescimento da renda dos mais pobres, a classe média, fortemente consumidora dos serviços privados, viu o seu custo de vida se tornar cada vez mais elevado e a qualidade dos serviços públicos se manter baixa sem os investimentos necessários. Estudo feito a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas mostrava em 2011 que, entre 2001 e 2009, a renda dos brasileiros 10% mais ricos cresceu 12,8%, enquanto a dos 50% mais pobres teve um aumento de 69,08% (NERI, 2011, p. 9). No mesmo período, as famílias chefiadas por analfabetos tiveram um aumento de 53,5% em sua renda, enquanto as famílias que tinham como principais responsáveis financeiros pessoas com 12 anos ou mais de estudos completos tiveram uma queda de 9% em sua renda (idem, p. 15). Some-se a isso o fato de que custos significativos para as famílias de classe média, como os gastos com empregados domésticos, mensalidades escolares valor de consultas médicas e de contas de telefones celulares aumentavam consideravelmente nos últimos anos, conforme pode ser verificado através do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo IBGE<sup>63</sup>.

Material, mas também simbolicamente, os estratos médios se percebiam cada vez mais próximos dos pobres e mais distantes das elites econômicas. As políticas públicas que ao longo do período lulista deram início a uma transformação importante na sociedade brasileira em termos redistributivos, de mobilidade e inclusão social e financeira diminuíram sensivelmente as distâncias sociais. Como salientam autores de filiações teóricas muito distintas, como Jessé Souza (2019) e Rosana Pinheiro-Machado (2019), por exemplo, num país de cultura fortemente arraigada a uma tradição elitista e de cultivo do servilismo, estas mudanças soaram como uma afronta e um constrangimento àqueles cujos diferentes tipos de privilégio sempre pareceram direitos naturais. E como muitos outros ressaltaram (CHAUÍ, 2013; 2016; SOUZA, 2015; 2017; 2019; BRAGA, 2015b; SANTOS, 2013a; AVRITZER, 2016a; 2019; MIGUEL, 2017; PINHEIRO-MACHADO, 2019; ALONSO, 2019) - e aqui acompanhamos o diagnóstico - o

---

<sup>63</sup> Por exemplo, o IPCA de fevereiro de 2013 indicava que os custos relativos à educação e empregados domésticos seguiam em alta (IBGE, 2013).

ressentimento principalmente das classes médias foi elemento importante no contexto de Junho.

As elites econômicas, por sua vez, mesmo com os lucros exorbitantes obtidos por bancos e setores diversos da indústria, como a construção civil e o agronegócio, além dos conglomerados midiáticos, oscilaram seu humor ao longo dos governos petistas. Num primeiro momento, havia aceitação, graças à postura mais conservadora do primeiro mandato de Lula na manutenção do tripé macroeconômico herdado da era FHC – responsabilidade fiscal, metas de inflação e câmbio flutuante. Num segundo momento, mesmo com o que a economista Laura Carvalho chamou de “Milagrinho” (CARVALHO, 2018), o sinal de alerta acendeu. O vistoso crescimento econômico que se viu entre 2006 e 2010 e que, combinado a uma conjuntura externa favorável (alto preço das commodities), ensejou a implementação de políticas de distribuição de renda, a ampliação do acesso ao crédito e ao consumo e grandes investimentos públicos, trouxe de volta o desenvolvimentismo e a indução pelo Estado ao centro das políticas econômicas, contrariando as expectativas de empresários que viam a necessidade de preservação de comportamento mais ortodoxo.

A partir de então, as insatisfações cresceriam continuamente, intensificando-se após a crise financeira mundial de 2008 e ainda mais quando, visando à contenção dos efeitos desta crise, o governo brasileiro passou a adotar o que os quadros petistas definiram como uma “nova matriz econômica” - política fiscal expansionista, juros baixos, crédito barato fornecido por bancos estatais, taxas de câmbio competitivas e aumento das tarifas de importação para estimular a indústria nacional -, que, a rigor, é possível dizer que já se praticava desde o segundo governo Lula. Isto ocorreu, como bem nota Souza (2016b), justamente em um momento em que muitos dos representantes das elites econômicas investiam no giro de capital proporcionado pelo rentismo.

### 5.1.2 Somando forças: liberais, conservadores e autoritários

Após 2005, quando, graças à imprensa corporativa, falar no Partido dos Trabalhadores tornou-se sinônimo de corrupção e a política econômica mudou de rumos, os insatisfeitos de tendências liberais, conservadoras e autoritárias, mais próximos ou assumidamente de direita, sentiram-se cada vez mais encorajados a expressar sua

contrariedade. Assim foi que, sob este pano de fundo, o ano de 2006, ano eleitoral, viu a aparição de movimentos como o Movimento Endireita Brasil, Quero mais Brasil e o Movimento Reforma Brasil. Este último chegou a promover uma marcha contra a impunidade batizada de “Dia da Dignidade Nacional”, que ocorreu em 20 cidades pelo país em “resposta àqueles que acreditam que a Nação está calada e passiva diante dos escândalos políticos que violentam nossas almas”, defendendo “o fim da corrupção, a moralização da política brasileira e a soberania popular” (MOVIMENTO faz amanhã marcha pela dignidade nacional, 2006).

O empresariado também colocou seu bloco na rua. Em 2007, com o apoio de outros grandes empresários, de organizações patronais como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, a FIESP, e das seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de estados como São Paulo, Mato Grosso do Sul e do Distrito Federal, nasceu o Movimento Cívico pelo Direito dos Brasileiros. Capitaneado pelo hoje governador do estado de São Paulo João Dória, o autodenominado “Movimento Cansei”, chegou a reunir 5 mil pessoas - segundo suas próprias contas (2 mil, de acordo com a polícia) - na Praça da Sé, na capital paulista em agosto de 2007. Apesar de contar com campanha publicitária em TV aberta e do apoio e participação de personalidades artísticas como Hebe Camargo, Ivete Sangalo, Zezé Di Camargo e Seu Jorge, o movimento não teve vida longa e foi ironizado por nomes como o ex-governador de São Paulo Cláudio Lembo, que afirmou que a mobilização não passava de “coisa de dondocas enfadadas”, e o ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso, para quem o lema “Cansei” “não faria a cabeça de Martin Luther King” (BALLOUSSIER, 2017). O saldo se tornou positivo apenas para Doria, que ganharia projeção na política desde então.

A partir de 2008, a iniciativa privada também passou a organizar o “Dia Livre de Impostos”, numa versão do Dia Mundial sem Impostos. O evento consiste em uma forma de protesto contra a carga tributária praticada no país, considerada alta e incompatível com a qualidade dos serviços públicos. No primeiro ano de sua realização, empresários donos de postos de combustíveis, lojas de eletrodomésticos e concessionárias de 20 cidades gaúchas, incluindo Porto Alegre, e de Belo Horizonte (MG) sortearam e venderam produtos sem incluir em seu preço final o valor referente aos tributos. Houve também passeatas e panfletagem nas ruas. No Rio Grande do Sul, a Aclame (Associação da Classe Média) ressarciu a diferença do que foi deixado de cobrar pelos comerciantes. Já na capital mineira, dois postos venderam cerca de 10 mil litros de combustível sem cobrar dos consumidores os valores referentes aos tributos e registraram longas filas de

carros. De acordo com Sérgio de Mattos, presidente do Minaspetro (Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado de Minas Gerais), o objetivo da ação seria “alertar os consumidores sobre o peso dos impostos e mostrar para a população que a nossa margem de lucro é muito comprimida, e não o contrário” (DO VALLE, 2008). Em 2021 o Dia Livre de Impostos chegou a sua 14ª edição.

O momento era oportuno, não apenas no Brasil, mas pelo mundo. Após algum fortalecimento do papel do Estado através da retomada dos grandes investimentos públicos em setores estratégicos em países como Rússia, Argentina e o próprio Brasil, ganhavam novo fôlego discursos de forte inspiração liberal. O bom momento da economia mundial havia ajudado a fortalecer a ideologia do empreendedorismo, segundo a qual “qualquer indivíduo pode ser um empreendedor”. O *Global Entrepreneurship Monitor*<sup>64</sup> (GEM) classificava o Brasil como uma *efficiency-driven economie* (economia guiada pela eficiência) em 2008, onde 44% dos entrevistados viam boas oportunidades para começar um negócio em breve e também 44% conheciam alguém que havia começado um negócio nos últimos 2 anos (GEM, 2008, p. 16). O próprio governo brasileiro havia acabado de criar uma nova figura jurídica para a prestação de serviços no país, o Microempreendedor Individual (MEI), estimulando trabalhadores autônomos a deixar a informalidade. E mesmo quando a crise imobiliária dos EUA tomou proporções internacionais, afetando expectativas mundo afora, o pensamento liberal redobrou a aposta e passaram a ser tendência empreendimentos baseados no conceito de economia compartilhada ou colaborativa, com uso ativo e central de tecnologias, espaços e financiamentos privados e partilhados. Neste ambiente, *coworkings*, *startups*, *think tanks*, incubadoras e iniciativas de *crowdfunding* que aos poucos apareciam se transformavam em celeiros de ideias anti-Estado: liberdade e eficiência de indivíduos e do mercado se contrapunham à burocracia e a incapacidade do Estado de gerar desenvolvimento.

Exemplo mais exitoso da formação de grupos orientados por esses princípios e que tiveram entrada na cena política foi o Tea Party, movimento radical fundado no interior do Partido Republicano estadunidense. Criado em 2009, o grupo ultraconservador que em seu nome trazia referência à Boston Tea Party, defendia um Estado mínimo, a afirmação das liberdades individuais e econômicas e a inviolabilidade da propriedade privada. Surgiu como uma reação às políticas adotadas pelo governo democrata de Barack Obama, que ampliou a tributação e investiu em ações afirmativas e políticas sociais, como

---

<sup>64</sup> Pesquisa em perspectiva comparada realizada anualmente, desde o ano 2000, sobre o tema do empreendedorismo em diversos países.

a reforma do sistema de saúde que promoveu maior controle sobre os preços dos planos de saúde e ampliou o acesso à rede de atendimento. Com ajuda das redes sociais virtuais, promoveram o renascimento de uma política de revolta e extrema desconfiança em relação ao Estado. Seu estilo conservador e patriota foi fundamental na difusão de um modelo de ativismo que, se em conteúdo ou performance não apresentava nenhuma grande novidade, em termos de organização e articulação inaugurava uma nova fonte de recrutamento à direita para os que se enxergavam como deserdados de uma política tradicional e os que nunca haviam militado politicamente. Rapidamente tornaram-se referência a grupos como o MBL, no Brasil. Os líderes do grupo brasileiro chegaram a fazer cursos de liderança política nos Estados Unidos sob as asas da Fundação Atlas, que reúne os conservadores americanos ligados ao Tea Party.

Mas empresários, empreendedores e aspirantes não estavam sozinhos. Em 2010, grupos conservadores e reacionários fizeram o presidente Lula recuar em relação a pontos delicados do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH), lançado pelo governo em dezembro do ano anterior<sup>65</sup>. Eram quatro os pontos críticos do PNDH. O primeiro deles dizia respeito ao aborto: o texto original previa apoiar a sua descriminalização. O segundo propunha a proibição da utilização de símbolos religiosos em locais públicos. O terceiro, uma regulação dos meios de comunicação que sugeria a aplicação de multas e outras penalidades em casos de supostos abusos cometidos e a criação de uma categorização dos veículos de acordo com seu grau de comprometimento com os direitos humanos. O quarto, a criação da Comissão Nacional da Verdade, cujo objetivo, inicialmente, seria investigar os crimes cometidos por militares durante a ditadura. Todos foram revisados, alterados e apresentados em versões<sup>66</sup> muito mais palatáveis aos setores inconformados, que incluíam religiosos, empresários da comunicação e militares. Cada um destes grupos incrementou ao seu modo à oposição crescente ao lulismo e ao petismo, associando-se contra quem, se um dia havia sido aliança ou fonte de benesses, agora, aos poucos, tornava-se adversário comum.

Dentre os grupos religiosos, expandiam-se, em número e em acesso ao poder, as denominações evangélicas, com destaque para as neopentecostais. No período intercensitário, entre os anos de 2000 e 2010, os evangélicos foram o segmento religioso que mais cresceu no Brasil. Na virada do século, correspondiam à 15,4% da população brasileira, representatividade que chegaria à 22,2% dos brasileiros em 2010, num

---

<sup>65</sup> Decreto Nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009.

<sup>66</sup> Conforme os termos do Decreto Nº 7.177, de 12 de maio de 2010.



aumento de 16 milhões de pessoas - de 26,2 milhões para 42,3 milhões. Em 1991, eram 9,0% e, em 1980, 6,6% (IBGE, 2010, pp. 89-92). Pesquisa<sup>67</sup> Datafolha de 2019, indica que hoje as religiões evangélicas no Brasil já sejam seguidas por 31% dos brasileiros. Dentro deste contingente, os neopentecostais não são maioria, ao contrário. Sua influência midiática e política, no entanto, cresceu vertiginosamente nas últimas décadas, com a representação em cargos políticos nos Poderes Executivo e Legislativo, em todos os níveis de governo, e a aquisição de uma emissora de televisão e criação de um partido político próprio por uma das maiores igrejas neopentecostais do mundo, a Igreja Universal do Reino de Deus, liderada pelo bispo Edir Macedo.

Esses grupos, representados por uma bancada de grande influência no Congresso, fizeram também a presidente Dilma revogar pretensões tão logo havia chegado à presidência. Nesta altura, aumentavam a pressão contra o projeto “anti-homofobia” (PL 122/2006), de autoria da deputada federal Iara Bernardi (PT-SP) e que tramitava no senado sob a relatoria de Marta Suplicy (PT-SP), ambas do mesmo partido que a presidenta. Mas o tom subiria ainda mais com a pretensão do governo de distribuir às escolas material preparado pelo Ministério da Educação a ser distribuído a professores para tratar do tema da homofobia e que ficou conhecido como “kit anti-homofobia”. O avanço de tais medidas ia de encontro ao compromisso firmado por Dilma com lideranças evangélicas durante sua campanha de não aprovar medidas do gênero. Em sessão na Câmara, o então deputado federal Jair Bolsonaro falou em “kit gay” e apelou a seus pares: “Pelo amor de Deus, não cometam, não deixem que grupos homossexuais cometam essa covardia com as crianças, com as famílias, com a religião e com os bons costumes!” (BOLSONARO, 2011b, p. 63444). A presidenta, afinal, declinaria quanto à ideia do material didático-pedagógico<sup>68</sup> e a criminalização da homofobia só ocorreria mediante intervenção do STF em 2019 em decisão que permitiu que declarações homofóbicas poderiam ser enquadradas no crime de racismo<sup>69</sup>.

A mesma postura não seria vista em relação aos militares e à Comissão da Verdade. Ao contrário de FHC e Lula, que hesitaram e recuaram, Dilma, que foi presa e torturada durante a ditadura, levou o projeto a frente e instituiu a CNV<sup>70</sup>. A decisão abriu

---

<sup>67</sup> Conforme noticiado pela Folha de S. Paulo em 13 de janeiro de 2020. Ver Ballousier (2020).

<sup>68</sup> Conforme notícia O Globo em maio de 2011: <https://oglobo.globo.com/politica/apos-pressao-de-religiosos-dilma-suspende-producao-de-kit-anti-homofobia-2766070>.

<sup>69</sup> <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/06/13/stf-permite-criminalizacao-da-homofobia-e-da-transfobia.ghtml>

<sup>70</sup> Estabelecida pela Lei Nº 12.528 de 18 de novembro de 2011.

novo e importante foco de tensão para os anos seguintes. A atitude gerou indignação entre militares e apoiadores do regime militar. Os militares sentiram que poderiam ser humilhados perante o país conforme os desdobramentos da comissão. Mais uma vez, o deputado Jair Bolsonaro acusou de antemão o futuro relatório da comissão de ser “completamente desfavorável” aos militares. Novamente em fala no Congresso, Bolsonaro exaltou os militares que participaram da ditadura e os que estavam na ativa e se dirigindo a eles afirmou: “as Forças Armadas não podem entregar integralmente a política para políticos, porque dá nisto que está acontecendo no Brasil: Comissão da Verdade para os senhores” (BOLSONARO, 2011a, pp. 2946-2947). Para o deputado, os militares haviam “salvado” o país de uma suposta ameaça comunista.

Em meio à polêmica em torno da Comissão da Verdade, ganharam notoriedade dois livros. O primeiro deles, “A Verdade Sufocada”, livro de autoria do coronel reformado do Exército brasileiro Carlos Brilhante Ustra Brilhante Ustra (2006), que comandou sessões de tortura contra Dilma Roussef e por isso foi lembrado por Jair Bolsonaro quando de seu voto na sessão que decretou o *impeachment* da presidenta brasileira. O segundo, de impacto ainda maior, foi “O Livro Negro do Terrorismo no Brasil”, hoje encontrado sob o título “Orvil Tentativas De Tomada Do Poder” (NASCIMENTO & MACIEL, 2012), porém mais conhecido como projeto “Orvil” – “livro” de trás para a frente, em alusão à publicação “Brasil: Nunca Mais” (2014), que há mais de três décadas denunciou os crimes da ditadura a partir de processos da Justiça Militar. Concebido em segredo, sob encomenda do general e ex-ministro do Exército Leônidas Pires Gonçalves, e vetado de vir à público pelo ex-presidente José Sarney, a obra, a qual Ustra faz referência logo na primeira página de seu livro, tem proposta revisionista clara e acusa crimes e conspirações da esquerda e da luta armada contra o regime militar no Brasil. O Orvil finalmente foi lançado de forma oficial em 2012, justamente após o início dos trabalhos da Comissão da Verdade. Sintomático. Mas, embora proibido, segundo estudos do pesquisador e crítico literário João Cezar de Castro Rocha (2021), a obra já circulava em cópias clandestinas e, não por acaso, à medida que foram ganhando estofos entre os círculos direitistas, suas ideias se tornariam um dos pilares fundamentais da guerra cultural bolsonarista que verificamos hoje.

O Brasil mudava e se havia quem desejasse mudanças ainda mais profundas, em contraposição, havia também quem não se conformasse e reagisse às mínimas alterações na balança do poder e do prestígio social. Tudo isso se passava em um momento no qual pululavam pelo país, com grande repercussão midiática, casos de racismo e de

preconceito de classe. Nos shoppings e aeroportos, havia manifestações claras do desconforto das camadas mais privilegiadas economicamente. Em São Paulo, moradores de Higienópolis, área valorizada de São Paulo, se manifestaram contra a construção de uma estação de metrô no bairro sob a justificativa de que o meio de transporte costuma atrair “drogados, mendigos e uma gente diferenciada” (CIMINO, 2010). Contaram com o apoio da administração de um dos shoppings mais elitizados da cidade. O pedido foi atendido pelo governo do estado. Na Folha de S. Paulo, o colunista Luiz Felipe Pondé, que se tornaria um dos porta-vozes da inquietação conservadora e reacionária, escreveu que os aeroportos brasileiros haviam se tornado um “churrasco na laje” e que aviões, hotéis e museus pareciam “as velhas liquidações de eletrodomésticos” (PONDÉ, 2010).

Em 2012, estudantes de escolas particulares e de universidades públicas e particulares de diversas cidades se manifestaram contra a proposta que tramitava no Congresso para garantir reserva de vagas em instituições de ensino superior para negros, pardos, indígenas e estudantes egressos de escolas públicas. Não era novidade. Cinco anos antes o muro em frente a Universidade Federal do Rio Grande Sul (UFRGS) apareceu com a seguinte inscrição: “Negro só se for na Cozinha do R.U. [Restaurante Universitário], cotas não!”. Apesar dos apelos, a “Lei de Cotas” (Lei Nº 12.711/2012) foi aprovada no Congresso e sancionada pela presidenta. Não demorou para que as cotas fossem associadas a uma suposta queda na qualidade das universidades e dos profissionais que elas formariam sob o argumento do menor “nível” daqueles que invadiam um dos mais importantes espaços de reprodução das elites do país. Quanto mais “nobres” os cursos, maior a reação contra a presença de negros, indígenas e pobres. Ali não era o seu lugar, diziam.

Mal-estar que não se continha. Incômodo cotidiano que arregimentaria os malcontentes. Como registrado por Alonso (2019, p. 113), desde a posse de Dilma até maio de 2013, ao menos 46 movimentos se formaram no campo patriota cerrando fileiras contra o petismo e as esquerdas e a favor da moralização da política e do Estado mínimo, havendo também quem, no limite, mesmo que contraditoriamente, reivindicasse intervenção militar. Grupos distintos que se articulavam e incidiam sobre diferentes estratos sociais. Nos atos de protesto nas ruas ou nos eventos privados, dos seminários de empreendedorismo aos cursos de liderança política, se faltava público, sobravam recursos. Havia estrutura, faltava povo. Junho se tornaria uma grande oportunidade.

Chegaríamos a 2013 com duas pautas principais dominando o noticiário e o debate público sobre a política. Temas que já tinham repercussão nos anos anteriores e que

recebiam atenção renovada pela conjuntura. “Mensalão” e megaeventos, com destaque maior para a Copa das Confederações e para a Copa do Mundo. Se geravam engajamento à esquerda, também eram fonte de grande indignação à direita. Embora fossem problemas distintos e o primeiro tivesse origem bem anterior, este recebeu impulso com o surgimento do segundo e ambos foram conectados e tornados indissociáveis pela imprensa e pelos grupos liberais, conservadores e reacionários. Funcionaram como razões condensadoras e sintetizadoras de outras questões que lhe orbitavam, alcançando grupos heterogêneos, atravessando classes e dando uma unidade mínima a setores tão diversos quanto suas insatisfações. As denúncias e, sobretudo, o sensacionalismo midiático em torno deles, mas principalmente em relação ao “mensalão”, deram origem a um imaginário sobre o país que foi capaz de se converter numa profecia autocumprida que tornou o Partido dos Trabalhadores o símbolo maior de tudo o que poderia haver de disfuncional, imoral e repulsivo no país.

Desde o fim de 2012, após sete anos de tramitação da ação penal, o STF havia iniciado o julgamento do “mensalão”. A publicação da íntegra do acórdão do julgamento – ação que torna possível a apresentação de recurso por parte dos réus -, no entanto, ocorreu somente em abril de 2013, apresentando José Dirceu, ex-ministro da Casa Civil e José Genoíno, ex-tesoureiro do PT, como os principais articuladores do esquema de corrupção. Foram quatro meses e meio de debates em 53 sessões na corte suprema e, ao todo, sete meses de tramitação do processo até a aceitação da tese em que se sustentava a denúncia da PGR. O STF condenou 25 dos 40 réus denunciados inicialmente. O caso, que já havia abalado o governo Lula, retornava agora com ainda mais força e em um momento no qual as realizações nas áreas social e econômica eram cada vez mais contestadas. O tema da corrupção estava por todos os lados e capas de jornais e revistas, matérias jornalísticas, perfis de magistrados, artigos e postagens críticas ao PT circulavam amplamente pelas redes sociais.

Nesse contexto, a revista *Veja*, do Grupo Abril – até 2018, propriedade da família Civita<sup>71</sup>, que durante décadas pertenceu ao seletto grupo de famílias que formam os oligopólios proprietários da maior parte dos meios de comunicação no Brasil - se destacava como a mais ferrenha opositora sem se furtar à publicação de matérias tendenciosas e ao uso de capas sensacionalistas. O neologismo “petralha”, criado por um

---

<sup>71</sup> Em 2018, a família Civita vendeu 100% das ações do grupo Abril ao Fábio Carvalho, conhecido por assumir empresas em dificuldade, por um valor simbólico. Carvalho pagou R\$ 100 mil pela empresa e assumiu a dívida deixada pelos Civita de R\$ 1,6 bilhão a funcionários, bancos e fornecedores.

dos jornalistas mais críticos ao PT, Reinaldo Azevedo, foi cunhado justamente na Veja. O termo associava petistas aos Irmãos Metralha, personagens que formam uma quadrilha de ladrões atrapalhados nas conhecidas histórias em quadrinhos e nos desenhos animados produzidos pela Disney. Viralizou nas redes sociais virtuais e nas interações cotidianas, sendo apropriado pelos indignados com a corrupção petista. Outro jornalista do semanário, Felipe Moura, foi responsável pela organização do livro “Tudo o que você precisa saber” (2013), coletânea de artigos de autoria do autointitulado filósofo Olavo de Carvalho, que mais tarde se tornaria um dos ideólogos do governo Bolsonaro. A obra, lançada em agosto de 2013 e que conta com escritos originalmente publicados no site de Carvalho e em jornais O Globo e a Folha de S. Paulo, se tornou uma das mais vendidas do país, sobretudo, após as eleições de 2018 (MONNERAT & SARTORI, 2019).

Segunda fonte de indignação pública e de críticas ao governo petista no contexto de 2013: megaeventos. Mesmo que ao governo federal não coubessem diretamente as responsabilidades por muitas destas acusações, sua imagem estava diretamente associada à organização destes eventos. Estados e municípios tinham papel fundamental na articulação desse processo, mas ao governo federal, evidentemente, cabia o papel de agente principal. As figuras de Lula e Dilma estavam inevitavelmente ligadas às de governadores e prefeitos como Sérgio Cabral e Eduardo Paes, de modo que mais do que aliados estratégicos, os petistas eram vistos como avalistas e corresponsáveis pelas ações relativas aos preparativos para os eventos citados. Numa atitude, talvez, somente comparável àquelas que foram tomadas pelos governos do Estado do Rio de Janeiro e de sua capital (sede principal das Olimpíadas), a realização da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos no Brasil foi celebrada pela cúpula petista como uma oportunidade única de vender ao mundo uma imagem do Brasil como uma nação próspera, moderna e harmoniosa. Em seu conjunto, as intervenções estatais para a realização dos megaeventos foram encaradas pelos governos envolvidos como investimentos de alta expectativa quanto ao seu retorno econômico e possibilidades de desenvolvimento para o país.

Frente à sociedade, no entanto, elas foram percebidas como evidências de descompromisso com a democracia e a garantia de direitos, para alguns, e com a coisa pública, para outros. À grande maioria da população foi preponderante um sentimento ambíguo, que continha certo entusiasmo decorrente de expectativas positivas em relação aos benefícios para a economia, mas também fazia sobressair a dimensão moral contida na desaprovação do uso de recursos públicos para a modernização e construção de equipamentos esportivos. Ironicamente, mesmo que do ponto de vista estritamente

econômico parte considerável dos investimentos pudesse fazer algum sentido, para os que lhes consideraram a partir de um prisma moral, era como se estivesse em questão um *trade-off*, isto é, um conflito de escolha entre a destinação de recursos para estádios de futebol ou para hospitais e escolas, por exemplo – como fora observado por Santos (2013a; 2013b). Ainda em 2011, aproveitando o ensejo, o jornalista Giancarlo Lepiani (2011) e a Revista Veja comunicavam que a Copa do Mundo no Brasil seria a “Copa da corrupção”, após consulta aos seus leitores.

Pesquisa Datafolha<sup>72</sup> (2013a) divulgada em abril de 2013 apontava que 90% dos entrevistados consideravam a Copa do Mundo importante para o país. Em contrapartida, 60% acreditavam que o país estava despreparado para o evento em termos de segurança, 55% tinham a mesma percepção em relação ao transporte público e 76% acreditavam na existência de corrupção nas obras. Embora esta percepção fosse mais alta entre os mais escolarizados (aqueles com formação de nível superior (89%)), entre os mais ricos (com mais de 10 salários-mínimos (87%)) e entre os moradores do Sudeste (81%), ela também estava fortemente presente dentre os menos escolarizados (com grau de escolarização até o nível fundamental (68%)), os mais pobres (até 2 salários-mínimos) e entre os moradores das Regiões Sul (78%), Nordeste (70%) e Norte/Centro-Oeste (74%). Dados como esses nos indicavam, portanto, que, às vésperas das manifestações, grande parte da população, ao mesmo tempo em que, tal como o governo, enxergava com bons olhos a Copa, por outro, também se cercava de grande desconfiança acerca das condições de sua realização.

## **5.2 No ímpeto de junho, o brasil encontra a direita**

Chegamos a junho de 2013. Após os acontecimentos do dia 13, em São Paulo, as fortes evidências dos excessos cometidos pela polícia – incluindo as agressões sofridas por jornalistas - e a pressão exercida pelos grupos mobilizados tornaram inviável aos grandes veículos de comunicação sustentar a qualquer custo um discurso calcado apenas na criminalização e deslegitimação do movimento. A própria conjuntura abriria a possibilidade de novas narrativas, com novas impressões. Não houve, porém, uma

---

<sup>72</sup> Noticiada pela Folha de S. Paulo em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/esportes/2013/04/1265920-para-70-a-copa-do-mundo-de-2014-sera-muito-importante-para-o-pais.shtml>.

mudança radical de postura. A violência continuou a ser tematizada de um ponto de vista estritamente negativo e sua exposição seguiu sendo utilizada para negar a legitimidade de determinadas ações. Na sexta-feira, 14, na Folha de S. Paulo, o filósofo e colunista Hélio Schwartsman defendeu a necessidade do reconhecimento de que protestos “por vezes tonificam a democracia” (SCHWARTSMAN, 2013). No domingo, 16, no jornal O Globo, o cientista político Bolívar Lamounier foi categórico ao afirmar a incompatibilidade dos protestos organizados por “grupos de esquerda trotskistas e radicais do PT” com a democracia: “uma incitação ingênua e romântica” que fará com que os não interessados em conflitos desse porte desistam de ir às ruas (LAMOUNIER, 2013).

Lamounier, afinal, estaria correto quanto à tendência de esvaziamento das manifestações com o tempo. Mas isto não aconteceria de maneira tão despreziosa quanto seu diagnóstico poderia sugerir. Tampouco o tipo de explicação oferecido pelo politólogo continuaria a ser hegemônico nos principais jornais nacionais. Ao contrário, notícias, artigos, colunas, entrevistas, mas principalmente as imagens fotográficas passariam a acomodar percepções próximas à leitura feita por Schwartsman, isto é, no sentido da valorização dos componentes democráticos dos protestos e de sua indignação inerente. Antes de sua progressiva retração a partir do fim do junho cronológico, os protestos se expandiram. Conseguiram um alcance não visto desde a redemocratização e, no vácuo produzido pela perda do controle dos protestos por parte das lideranças que lhes convocavam inicialmente, abriram o flanco através do qual finalmente o Brasil conheceria a direita. Após dezenas de atos numericamente acanhados, a partir dali, finalmente as direitas teriam aquilo que lhe faltava em sua marcha reativa: povo.

Já no dia 15 de junho, data de abertura do evento-teste para a Copa do Mundo do ano seguinte, podemos identificar a mudança de cenário. A Folha trouxe entre seus editoriais artigo do jornalista Fernando Rodrigues que nos dá uma amostra de como as manifestações passariam a ser retratadas pela imprensa. Sob o título “Os Pobres felizes”, o texto ironiza o programa federal Minha Casa Melhor, que havia acabado de ser anunciado e que disponibilizaria uma linha de financiamento para aquisição de móveis e eletrodomésticos às famílias beneficiárias do programa Minha Casa, Minha Vida<sup>73</sup>, e o suposto investimento “bilionário” do governo em propagandas para potencializá-lo

---

<sup>73</sup> Outro programa federal, destinado à habitação, instituído ainda no segundo mandato do governo Lula, em 2009. O PMCMV tem por objetivo subsidiar a compra de casa ou apartamento próprio por famílias cuja renda total mensal bruta esteja entre R\$ 1,8 mil e R\$ 7 mil, oferecendo condições especiais de financiamento não encontradas no mercado.

(RODRIGUES, 2013). Rodrigues argumenta que os comerciais de TV do governo seriam o único lugar em que seria possível ver pobres “sempre 100% felizes”, em contraste com a “insatisfação latente” vista nos centros urbanos. Haveria uma “mensagem difusa vinda das ruas” cujo controle escaparia ao MPL e cujo discernimento deveria ir além da consideração de indicadores objetivos, sob o risco de uma “análise chapa-branca” (idem).

O Brasil crescerá neste ano mais do que em 2012. Há pleno emprego. Tudo isso é verdade. Ainda assim, cidadãos podem considerar isso insuficiente para sorrir como nas propagandas.

Quem vive em grandes cidades sabe muito bem. São Paulo e Rio têm cotidianos inviáveis. Trânsito insuportável, transporte público péssimo, poluição, saúde pública ruim. Há, é claro, o programa Meu Micro-Ondas, Minha Vida. Mas, às vezes, só um eletrodoméstico é pouco para manter os cidadãos comportados dentro de casa e assistindo a pobres felizes nos comerciais de TV (idem).

No Distrito Federal, conforme se aproximava o horário do jogo entre as seleções de Brasil e Japão, manifestantes se aglomeravam nas imediações do Estádio Nacional de Brasília, o Mané Garrincha, onde a partida aconteceria. Em pauta, os excessivos gastos para a realização do evento. Somente para a reforma deste estádio, que leva o nome de um dos maiores jogadores de todos os tempos do esporte mais popular do planeta, foi utilizado um montante de mais de R\$ 1,4 bilhão, o que fez do estádio brasileiro o mais caro da Copa do Mundo de 2014. Após o início do ato, aquilo que de antemão já se esperava, finalmente ocorre: os confrontos com a polícia. Os manifestantes são impedidos de se aproximarem do Gigante (alcunha dada pelos torcedores locais ao estádio) e o saldo é de pelo menos 27 feridos e 16 detidos. Do lado de dentro, vaias generalizadas dos quase 70 mil presentes à Dilma Rousseff e à Joseph Blatter, então presidente da FIFA.

O Estadão publica entrevista com o sociólogo Marcelo Ridenti e artigo do escritor Marcelo Rubens Paiva, que aprofundam a percepção de uma “insatisfação difusa e latente”. Ridenti (p. A22, 2013) chama atenção para um desconforto econômico, mas também ético e existencial de uma parcela cada vez maior de jovens com formação educacional acima da média sem um lugar definido na sociedade e com perspectivas futuras de trabalho incompatíveis com seu nível de instrução. Os protestos seriam produto de uma irrupção que, por mais que conduzisse a manifestações coletivas, operariam ao nível individual quando estimulada por fatores externos. Rubens Paiva, por sua vez, asseverou que as manifestações finalmente convertiam-se naquilo que deveriam ser desde sempre: “uma revolta coletiva contra um Estado que trata o indivíduo como um estorvo: o inimigo”. Isto o levaria a sentenciar que o aumento da passagem havia deixado de ser a bandeira do movimento, que poderia ser constatado diante dos cartazes: “O povo não



deve temer o governo, o governo deve temer o povo”, “Uma cidade muda não muda”, “Desculpe o transtorno, estamos mudando o País” (RUBENS PAIVA, 2013).

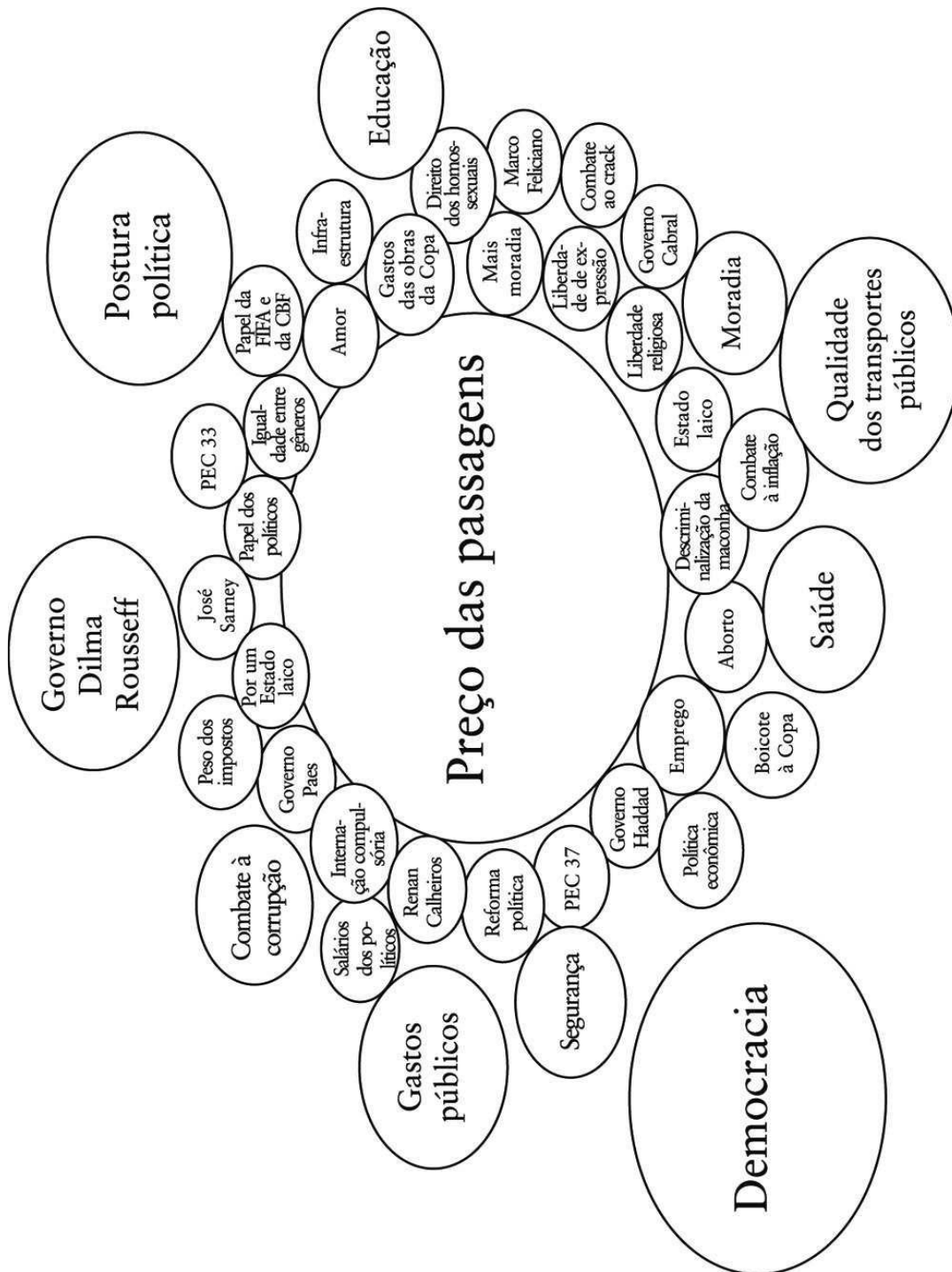
Após um final de semana conturbado, o país acorda na segunda-feira, 17, com manifestações marcadas em diversas capitais com promessa de grande adesão. Os milhares transformaram-se em centenas de milhares. Os atos que ocorriam em outras cidades de maneira relativamente tímida receberam um impulso decisivo e o que se viu foram as principais capitais brasileiras tomadas de pessoas. São Paulo passa a dividir o protagonismo das ações com Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Fortaleza, Salvador. Inicialmente articuladas em derredor da contestação do novo preço das passagens dos transportes públicos, as manifestações recebem uma nova carga de apoio nas redes e uma adesão massiva nas ruas em solidariedade e pela indignação com a ação da Polícia Militar paulista, que dá a senha definitiva para que novas pautas sejam adicionadas aos protestos, confirmando tendência que já se observava nas passeatas anteriores.

Tornam-se alvo de questionamentos ainda mais contundente e explícitos os gastos públicos em decorrência da realização da Copa das Confederações, da Copa do Mundo e Olimpíadas. Problemas de cunho mais estrutural da sociedade brasileira como as desigualdades e violências vivenciadas por mulheres, negros e LGBTQIA+ também são lembrados e figuram ao lado de uma agenda já clássica de exigências mais abrangentes por melhorias nos campos da educação, saúde e segurança pública. Houve ainda pedidos por intervenção militar e grande rechaço em relação aos partidos políticos, considerados os grandes responsáveis pela degradação moral da vida política. Para completar o caleidoscópio ideológico, se fizeram presentes também pequenos grupos neonazistas.

Como foi traço distintivo de Junho, as ruas refletiam as redes e vice-versa. Se nas avenidas e praças germinavam temas de toda sorte, nas redes sociais virtuais não era diferente. Dados da plataforma Causa Brasil, que coletou e analisou mais de 1,2 milhão de postagens de diferentes redes sociais virtuais ao longo das manifestações, evidenciam este processo. Conforme podemos observar na Figura 8, no dia 07 de junho, quando os protestos do MPL tiveram início, o preço das passagens era o principal tema que mobilizava os usuários, seguido pelos temas democracia, qualidade do transporte público, postura da polícia e governo Dilma. Neste momento, temas como os gastos públicos, o combate à corrupção e a PEC 37, embora tivessem relevância, ainda eram marginais. Estes dados corroboram com o que foi apresentado até aqui. Da mesma maneira, em conformidade com o que foi assinalado por análise de Amadeu e Pimentel publicada no site #Interagentes, entre os dias 06 e 07 de junho, as maiores autoridades (isto é, as páginas

que mais geravam engajamento nas redes digitais) eram, em ordem, os perfis do jornal Estadão, do MPL São Paulo, do Anonymous Brasil, da Mídia Ninja e da Carta Capital. Ou seja, havia grande alcance dos perfis independentes de esquerda.

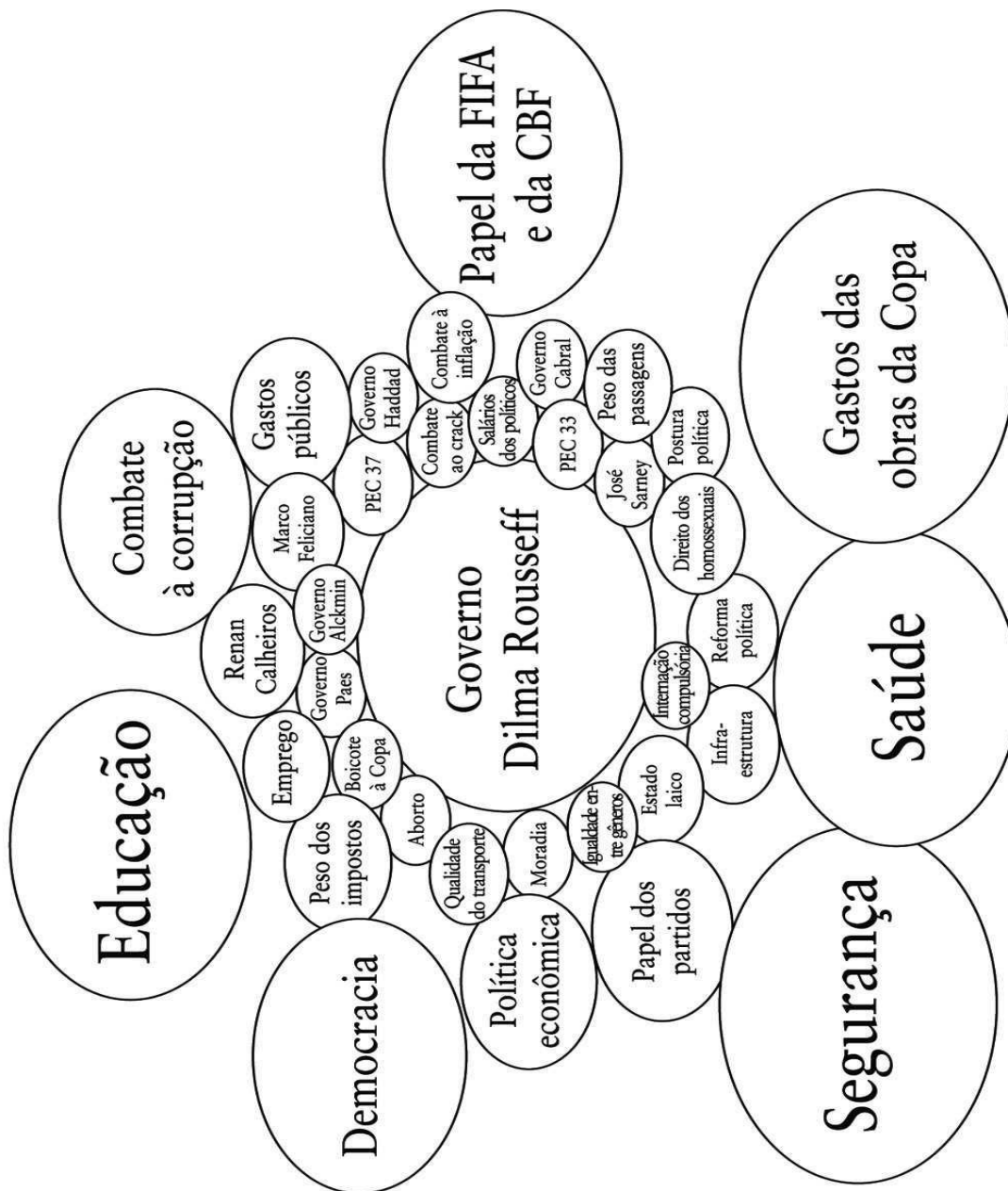
Figura 8 - Temas das redes sociais virtuais no Brasil em 7 de junho de 2013



Fonte: <<http://causabrasil.com.br>> apud Avritzer (2016a, p. 76).

A partir do dia 15 é possível perceber mudanças importantes em curso nas dinâmicas das manifestações. Os grupos autonomistas e de esquerda perdem protagonismo tanto nas ruas quanto nas redes digitais e cresce a presença da direita nos protestos e a influência de perfis mais conservadores. Ocorre uma pluralização das pautas, retirando a centralidade da questão das tarifas e colocando em destaque o governo Dilma, os gastos com as obras da Copa, os temas da saúde, educação, segurança, o combate à corrupção e o papel da FIFA e da CBF, conforme se vê na Figura 9, abaixo, que apresenta os principais temas sobre os quais se gerou conteúdo nas redes no dia 30 de junho.

Figura 9 - Temas das redes sociais virtuais no Brasil em 30 de junho de 2013



Fonte: <<http://causabrasil.com.br>> apud Avritzer (2016a, p. 79).

Grupos liberais, conservadores e autoritários entravam em cena. O verde e o amarelo passavam a dividir espaço com o preto e o vermelho, que já minoritário, sucumbia sem espaço. Definitivamente, não se tratava mais apenas de vinte centavos. Neste contexto, a imprensa chama ao debate sociólogos, cientistas políticos, filósofos, economistas, urbanistas e outros intelectuais. Anteriormente, a presença destes especialistas se deu apenas pontualmente, por meio de pequenas entrevistas ou comentários. Jornalistas, é claro, continuam assinando colunas e artigos de opinião, mas com a mudança de patamar das manifestações e a maior amplitude de seus questionamentos e reivindicações, foram requisitados pareceres que pudessem fornecer subsídios à opinião pública a partir da mobilização de instrumentais conceituais próprios de saberes especializados. O crescimento exponencial das manifestações e de suas causas e a procura por novos pontos de vista se implicaram mutuamente e isto resultou numa expansão dos modos de percepção sobre as primeiras, pelos próprios manifestantes e por aqueles que buscavam representá-las nos meios de comunicação. Não foi incomum vermos em reportagens, pesquisas de opinião ou em posts nas redes sociais manifestantes oferecendo diferentes respostas a questionamentos sobre as razões pelas quais foram às ruas.

Novamente aqui se expõe o cruzamento entre um acúmulo de eventos que demonstravam a insatisfação de certos grupos com os rumos do país e as contingências dos acontecimentos e das dinâmicas de Junho. A chegada de indivíduos e grupos de orientações ideológicas mais próximas à direita em manifestações que até então eram organizadas e protagonizadas por grupos e movimentos de esquerda e anarquistas é prova disto. Há alguns anos grupos e movimentos à direita se articulavam em diferentes espaços, mobilizando manifestações e a criação de entidades voltadas à defesa de suas pautas. Nenhuma destas iniciativas, porém, encontrava reverberação e adesão o suficiente na sociedade para uma ocupação consistente das ruas que pudesse demonstrar apoio popular. Ironicamente, esta oportunidade surgiria, de maneira completamente não programada, justamente após grupos de uma esquerda autônoma e anarquistas engrossarem protestos por uma pauta anticapitalista. Se, portanto, é preciso reconhecer por um lado que o reaparecimento da direita nas ruas não foi fogo-fátuo, sendo, na verdade, resultado de um processo que amadurecia há alguns anos, por outro, é necessário admitir também que foi graças a um conjunto de fatores muito específicos – o clima de contestação anti-institucional, apartidário, a reprodução da lógica das redes sociais, a oposição das ruas a

um governo de esquerda etc. - que ela foi capaz de se sentir confortável em tomar parte de Junho.

A transformação de Junho em um conjunto de manifestações que passou a abrigar ideologias e reivindicações tão distintas e conflitantes teve capítulo importante nas intervenções da imprensa. Prosseguindo com o argumento segundo o qual Junho foi também um evento cuja dimensão comunicacional e representativa foi capital, compreender de que maneira a mídia corporativa participou deste processo deve ocupar os esforços dispensados a partir de agora.

### **5.3 Um novo olhar sobre os protestos: a estética patriota e a classe média sob foco**

A grande metamorfose de Junho ocorreu *pari passu* à uma mudança radical no modo de percebê-lo por parte da grande imprensa. A chegada de grupos liberais, conservadores e autoritários às ruas e o seu maior engajamento nas redes sociais virtuais foi acompanhada de uma guinada pró-manifestações nos veículos de comunicação mais consumidos do país que alimentou a disposição destes grupos em participar daquele momento e foi alimentada por ela. Se antes as mídias convencionais já ofereciam propaganda gratuita involuntária das manifestações noticiando suas causas, rerepresentando as imagens de seus protestos e divulgando seus protagonistas, locais e horários de concentração, mesmo que a partir de um prisma predominantemente condenatório, agora demonstrava-se uma atitude que não sem razão foi identificada por muitos analistas como uma postura de engajamento. E esta é mais uma das evidências do encontro de um processo cumulativo e linear com elementos eventuais: a entrada em cena de uma nova massa em grande parte debutante em protestos de rua e participação política tornou possível aos *media* hegemônicos pegar carona nas manifestações e mesmo tomar parte delas de tal forma que não seria exagero dizer que eles também participaram de sua condução, investindo em agendas específicas as quais passaremos a considerar nas próximas páginas.

Neste movimento, surpreendentemente, até mesmo as motivações primeiras das manifestações, a revogação do aumento das passagens e, num horizonte mais amplo, a adoção da tarifa zero, passaram a ter sua pertinência considerada, o que já de saída lhe fora negado em favor da ubiquidade do mote da violência. Na Folha de S. Paulo, ao serem

questionados sobre a viabilidade da eliminação da tarifa do transporte público, Jaime Lerner (2013), arquiteto urbanista, ex-prefeito de Curitiba e ex-governador do Paraná, e Lúcio Gregori (2013), Engenheiro e ex-secretário municipal de Serviços e Obras na gestão de Luiza Erundina (1989-1992), ofereceram respostas e um debate impensáveis até então. Lerner asseverou a impossibilidade da tarifa zero sob a justificativa de que a gigantesca demanda por subsídios afetaria diretamente a qualidade do serviço sem resolver o problema (LERNER, 2013). Não obstante, propôs uma transfusão de recursos a partir da adoção da CIDE sobre os combustíveis. Em contrapartida, Gregori defendeu que a mobilidade urbana deva ser considerada como um direito social nos termos do artigo 6º da Constituição<sup>74</sup>, o que permitiria a implementação da tarifa zero ao longo do tempo, por meio de subsídios crescentes (GREGORI, 2013). Para Gregori, “reduzir a discussão da tarifa zero ao “não é possível” é renegar o conceito de política e contrato social” (idem).

Esta abertura a uma discussão sobre a factibilidade de uma política de tarifa zero desvela uma mudança clara de comportamento da imprensa. Mas, embora tenham sido de fato introduzidas no debate público, questões deste gênero não tiveram uma repercussão tão grande quanto outros temas, o que é irônico, já que os protestos tiveram como ponto de partida uma agenda diretamente relacionada aos problemas urbanos, em específico naquilo que toca ao deslocamento pelas cidades. Outrossim, é sintomático também que nenhuma intervenção, exceto aquelas feitas pelo próprio MPL, tenha feito qualquer consideração acerca do lucro exorbitante das empresas de ônibus, um dos principais pontos contestados pelo movimento. A agenda do grupo é invisibilizada e, como notado por Vladimir Safatle, a concretude e precisão de suas demandas será “paulatinamente calada” (SAFATLE, 2013b). Se num primeiro momento a violência é o tópico principal de exploração midiática, agora são concentrados esforços em chaves interpretativas que encaram as manifestações como a expressão de um desconforto maior, que vai além do mero aumento de R\$ 0,20 nas tarifas dos transportes públicos ou das condições das cidades. É neste processo metamórfico que a mídia corporativa dá contribuição decisiva para que a face mais conservadora de Junho fosse lida como a sua face preponderante. O “como” desta transformação na construção da narrativa sobre Junho é o que nos interessa.

---

<sup>74</sup> Conforme preconizado por proposta de emenda à Constituição de autoria da então deputada federal Luiza Erundina. A proposta foi aprovada e transformada na Emenda Constitucional 90 de 16 de setembro de 2015.

A partir de determinado momento, as manifestações que se iniciaram em junho de 2013 deixaram de ser apenas sobre o preço das passagens do transporte público. Às exigências pela revogação do aumento das tarifas somaram-se o reclame pelo próprio reconhecimento do direito de se manifestar, as pautas de grupos historicamente marginalizados, a agenda dos megaeventos, o repúdio aos partidos políticos, as reivindicações pela melhoria da qualidade dos serviços públicos, os protestos contra a corrupção, os impostos e a impunidade e até mesmo pedidos por intervenção militar. A justaposição destes temas junto ao acúmulo de tensão dos dias precedentes foi determinante na ascensão de um clima cerrado de contestação política com a proximidade do início da Copa das Confederações, o primeiro dos grandes eventos.

Na manifestação do dia 17, em Brasília, cerca de 10 mil manifestantes foram até a Esplanada dos Ministérios. Diferentemente dos protestos que comumente ocorrem no local, porém, desta vez os manifestantes não se contentaram em ocupar apenas o gramado e invadiram a cobertura do Congresso. Após marcharem por todo o Eixo Monumental, o ímpeto não diminuiu. As barreiras policiais de contenção no entorno dos prédios foram forçadas. Houve enfrentamento e a polícia, atacada com pedras e garrafas, revidou com o uso de spray de pimenta e bombas de efeito moral. Houve correria e alguns invadiram o espelho d'água. Enquanto a segurança do Palácio do Planalto e do Supremo Tribunal Federal, que ficam ao lado, tiveram a segurança reforçada, manifestantes encontraram uma brecha e chegaram à marquise da Câmara dos Deputados.

Fotografia 25 - “O Congresso é nosso”



Fonte: Folha de S. Paulo, 18 de junho de 2013, página A1, Capa. Autor: Pedro Ladeira/Folhapress.

A fotografia acima, de autoria do fotógrafo da *Folhapress*, Pedro Ladeira, estampou a capa da Folha de S. Paulo no dia 18 de junho, um dia após os protestos em Brasília. Ladeira não foi o único a explorar a cena. Fotografias similares foram feitas por fotógrafos de outros jornais<sup>75</sup>, agências fotográficas e mesmo por fotógrafos pertencentes ou colaboradores da Mídia Ninja<sup>76</sup> e de outros tipos de coletivos midiativistas. Sua publicação na capa da Folha, no entanto, chama atenção exatamente pela mudança de postura do jornal em relação às manifestações.

Figura 10 - Capa da Folha de S. Paulo no dia 18 de junho de 2013



Fonte: Folha de S. Paulo, Edição do dia 18 de junho de 2013, página A1, Capa. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19529&anchor=5878043&origem=busca&originURL=>>>.

<sup>75</sup> Como a imagem do fotógrafo Ed Ferreira, do Estadão, publicada na página 18 da edição impressa do jornal do dia 18 de junho de 2013, na seção cidades. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130618-43708-nac-18-cid-a19-not>>>.

<sup>76</sup> Como a fotografia publicada pela Mídia Ninja em sua página no Facebook no dia 17 de junho de 2013. Disponível em: <<https://www.facebook.com/MidiaNINJA/photos/a.164308700393950/194824604009026>>>.



Como é possível observar, a composição da capa conta com fotografias que não mais registram momentos de confronto ou de depredação de patrimônios públicos ou privados. As imagens agora enfocam a dimensão dos protestos e a ampliação do escopo de suas reivindicações. Da mesma forma, manchete e subtítulo evitam termos como “violência” ou “vandalismo” ou afirmações como “fora de controle”. Na combinação entre imagens e discurso, é possível perceber um tom que se não é explicitamente favorável aos protestos, reconhece e valoriza a capacidade de mobilização destes ao destacar o fato de “milhares” irem às ruas na maior manifestação desde o “Fora, Collor”, em 1992. Chama atenção também a ênfase na associação que não por acaso se pode fazer entre o conteúdo dos diferentes cartazes e a afirmação de que “milhares vão às ruas ‘contra tudo’”. Embora tal asserção possa ser atenuada com a afirmação seguinte – de que “grupos atingem (não “vandalizam”, não “depredam”) palácios” -, ela se reforça logo em seguida, no texto que, logo abaixo, assegura que os manifestantes protestavam contra “aumento das tarifas de transporte, corrupção, gastos da Copa do Mundo e para reivindicar a melhoria de serviços públicos como saúde, educação e segurança, entre outras demandas”, asseverando ainda que políticos como Dilma, Alckmin, Cabral e Haddad foram alvos de críticas.

Neste contexto, a Fotografia 26 tem grande relevância. Como sabemos, toda fotografia é o produto da captura da luz de determinada cena. É, afinal, a luz, componente primordial de uma foto, o que nos permite ver o que há diante das lentes. Não surpreende, portanto, que por muitas vezes as regiões mais obscuras sejam pouco valorizadas ou mesmo esquecidas como parte integrante na composição de uma imagem. Nesta fotografia, entretanto, as sombras, que não são mais do que as áreas escuras produzidas pelo bloqueio de luz exercido por um corpo, é que são os elementos que exercem atração sobre o olhar. O plano geral escolhido pelo fotógrafo valoriza tanto os elementos descritivos e informativos, que nos permitem identificar, por exemplo, que a cena fotografada se passa no Congresso Nacional, como os elementos simbólicos, que nos permitem uma interpretação conotativa da imagem. Se estamos certos de estarmos diante de um ato de protesto, é o jogo de sombras que resulta da posição que os manifestantes ocupam em relação à iluminação do ambiente - que os ilumina de baixo para cima e dá origem às figuras enormes que, reproduzidas na parede, engrandecem os sujeitos da ação - que torna a foto em questão digna da primeira página. A alegoria que se apresenta representa aqueles que antes eram tidos como vândalos como os legítimos proprietários

daquela que afinal é uma casa que representa o povo, portadores de uma vontade que agora é lida como soberana. Ali justamente onde a arquitetura por si só evoca uma presença ausente através da Concha da Câmara que, virada para cima, simboliza o poder e a vontade do povo representado.

Simbolicamente, a Fotografia 26 e as demais imagens e informações textuais da capa do jornal com as quais ela dialoga marcam uma ruptura com a cobertura, jornalística e fotojornalística, realizada até então. Onde se via condenação em uníssono deu-se a ver repentino enaltecimento da pujança democrática dos atos, o que não significou abrir mão das denúncias à violência, enfatizada a cada oportunidade como fruto das ações de minorias, “grupos radicais de esquerda”, vândalos cujo comportamento se opõe ao dos manifestantes “pacíficos”. Uma readequação ocorre na ordem das imagens e dos discursos. Opera-se deslocamento importante no modo como as manifestações são lidas. Pode-se dizer que, de certo modo e em parte, tratava-se de mudança que refletia a própria metamorfose em curso nas ruas. Mas, mais do que isso, tal deslocamento revela uma reorientação na produção das narrativas sobre Junho, tanto no que diz respeito às suas visualidades quanto no que diz respeito aos seus discursos.

Fotografia 26 - Reivindicações



Fonte: O Globo, 22 de junho de 2013, O País, página 12. Autor: Marlene Bergamo/Folhapress.

Ainda no dia 18 de junho Estadão abriu espaço para o sociólogo Luiz Werneck Viana. Mesmo admitindo as limitações dos repertórios tradicionais de interpretação de movimentos sociais, Viana (2013) sugeriu que estávamos diante de uma insurgência por um incremento democrático das instituições que levasse ao reconhecimento efetivo de novas identidades sociais e do direito à intervenção participativa cidadã. Tal como a greve dos bondes em 1956, também articulada por organizações estudantis, o movimento em curso não seria “um raio em dia de céu azul”, tampouco um episódio específico sobre políticas públicas para o transporte urbano. Em ambos os momentos históricos, a sociedade brasileira estaria envolta em um processo paradoxal, no qual a modernização econômica capitaneada pelo Estado afluiria em uma expansão da autonomia da vida social. O acelerado desenvolvimento econômico promovido pelos governos de Juscelino Kubitschek e de Lula (mantido parcialmente por Dilma) teriam provocado mudanças nas estruturas sociais que acarretaram um novo alinhamento entre classes e estratos sociais, redundando na emergência de novas agendas de demandas a serem assimiladas pelas instituições estatais (idem):

A hora da política está chegando e, com ela, a da remoção das instituições e práticas nefastas que a têm degradado, tal como nesta forma bastarda de presidencialismo de coalizão sob a qual se vive, engessando a moderna sociedade brasileira no passado e no anacronismo destes novos coronéis da vida republicana (idem).

Werneck Viana estava certo. Junho de 2013 foi também sobre o reconhecimento de novas identidades sociais e de direitos sociais. A Fotografia 27, acima, foi publicada no O Globo na edição do dia 22 do jornal, um dia após os protestos que tomaram a Avenida Paulista no dia anterior. Dentre o conjunto dos jornais de maior circulação no país que analisamos aqui, esta foi uma das únicas duas fotografias sobre as manifestações do dia 21 que representaram uma pessoa LGBTQIA+. Comparando ambas, esta, sem dúvidas, foi a que teve maior destaque nos diários – a outra foto foi publicada no Estadão<sup>77</sup>. Tal como na Fotografia 22, de autoria da Mídia Ninja, o foco está na Drag Queen Tchaka, figura conhecida em eventos ligados às causas LGBTQIA+. Mas, diferentemente da imagem publicado pelo coletivo Ninja, a bandeira que Tchaka empunha na imagem acima é a bandeira nacional. A diferença é relativamente sutil aos olhos mais desatentos e pode não ter havido uma escolha intencional do fotógrafo ou da editoria de fotografia do jornal. Mas o simbolismo é inegável.

---

<sup>77</sup> Na página A31, do caderno Política, da edição de 22 de junho de 2013. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130622-43712-nac-29-pol-a31-not>.

O cartaz segurado pelo manifestante ao lado de Tchaka carrega crítica importante e a própria representação da personagem na rua constitui por si só um manifesto político por sua existência e identidade. O enquadramento e a composição da fotografia publicada pelo O Globo, porém, destacam a bandeira brasileira e, assim, valorizam o sentimento patriótico tanto quanto a causa política que motiva o protesto do qual a fotografia em questão é registro. Se, em seu conjunto, as fotografias da Mídia Ninja tensionam a relação entre as frações historicamente excluídas do ideário da nação, nesta e, como veremos, nas demais fotografias publicadas pelos grandes jornais a partir do segundo momento de Junho, prevalece um tom conciliatório através da exaltação dos ícones nacionais. Desta perspectiva, se por um lado, são contestados os significados e a representação da nação, por outro, há uma reafirmação da unidade nacional e do pertencimento à nação como elementos em comum que devem ser prezados. E se nesta fotografia em específico o particular e o geral encontram-se em uma relação de justaposição – numa forma de representação que não chegou a ser utilizada para outros grupos marginalizados, invisibilizando-os, portanto -, isto não foi uma regra para outras fotografias utilizadas na construção da narrativa acionada pelos jornais, como veremos.

### 5.3.1 A cruzada contra o petismo

Ainda no dia 18 de junho, a Folha publicaria editorial voltando a problematizar o lançamento do programa Minha Casa Melhor e o associa a uma tentativa da presidenta Dilma Rousseff de conter o viés de queda de sua popularidade nos últimos dias. Problema real, resposta equivocada por erro na própria avaliação.

Em quatro dias, 12 mil famílias assinaram contratos. Centenas de milhares se seguirão, com bons motivos para aplaudir o Planalto.

Todos os outros brasileiros, em contraste, veem sua capacidade de consumo estreitar-se de forma acelerada, sob o golpe duplo do aumento da inflação (que já corrói os salários) e dos juros (que deve onerar as compras a prazo). A errática política econômica do governo federal prejudica mais gente do que os favorecidos por suas iniciativas de transferência de renda.

(...)

O que aflige os brasileiros é a perda de poder aquisitivo, com a inflação, e a incapacidade do Estado de apresentar soluções concretas para a crise nas áreas vitais de saúde, educação, segurança e transportes. Mais consumo e mais futebol não resolvem nada disso (FOLHA DE S. PAULO, 2013, 18 DE JUNHO DE 2013).

O jornal paulistano investiria outras vezes neste tipo de interpretação em seus editoriais, como veremos. Mas antes disso, os protestos do dia 20 de junho reforçariam a entrada de grupos de tendência política à direita nas manifestações e a virada na apreensão feita pela imprensa sobre os eventos de Junho. Os números oficiais indicavam a presença de mais de 1 milhão nas ruas de 388 cidades<sup>78</sup>. A impressão e o impacto visual de Avenidas como a Presidente Vargas, no Rio de Janeiro, e a Paulista, em São Paulo, completamente tomadas faziam crer que havia bem mais. As manifestações dos dias 17 e 20 foram as maiores de Junho. Reuniram milhões de pessoas e a partir delas se tonou absolutamente perceptível o amplo uso de símbolos nacionais e a maior assiduidade de críticas aos gastos com a Copa do Mundo, à PEC 37 e à corrupção de maneira geral. Cantar o hino nacional, pintar o rosto de verde e amarelo e usar a camisa da seleção brasileira de futebol, ritos antes não visto, tornaram-se comuns. Em São Paulo, até mesmo o prédio da Fiesp se “vestiria” de verde e amarelo e exibiria a bandeira nacional no “telão” que integra sua fachada. O perfil dos manifestantes se alterava sensivelmente e agora havia mais famílias de perfil de classe média, com renda acima da média da população brasileira<sup>79</sup>.

No jornal O Globo, os economistas Luiz Carlos Delorme Prado e Rodrigo Furquim Werneck assinam textos de orientação similar. Ao primeiro, os protestos se apresentam como o fruto de um “progresso insuficiente”, isto é, se houve notório crescimento na renda e no consumo dos mais pobres, a qualidade de vida não teve incremento proporcional, ocasionando as reivindicações por uma mudança na agenda política para a qual a possibilidade de compra de eletrodomésticos pouco ajuda (PRADO, 2013). O segundo chama atenção ao equívoco na estratégia do governo federal de pedir aos prefeitos de Rio de Janeiro e São Paulo adiassem o reajuste nas tarifas, prática considerada por Werneck como “deplorável e oportunista, típica do período de alta inflação” (WERNECK, 2013). Em comum entre ambos, além da avaliação de que a condução da economia nacional está na raiz da crise expressa nas ruas, a convicção de que o populismo de pão e circo moderno (consumo e futebol) não seria suficiente para conter a insatisfação (PRADO, 2013; WERNECK, 2013).

---

<sup>78</sup> De acordo com dados fornecidos pelas Polícias Militares de cada estado em que houve manifestação, exceto São Paulo, cuja fonte foi o Datafolha, segundo matéria do portal UOL (MANIFESTAÇÕES foram realizadas em 388 cidades do país, 2013).

<sup>79</sup> Conforme pesquisa Ibope divulgada no programa Fantástico da Rede Globo e, posteriormente, noticiada pelo portal G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>.

Contra essa narrativa o então ministro da Fazenda, Guido Mantega, até chegou a rebater as críticas e sair em defesa do governo e de sua gestão a frente da pasta. Em sua opinião, as demandas dos protestos denotariam um anseio legítimo direcionado a todas as esferas de governança por serviços públicos melhores, incluindo estados e municípios administrados por diferentes partidos. Não haveria, portanto, em seu entendimento, uma insatisfação, mesmo que latente, focada num suposto descontrole da economia ou na exigência por empregos, ao contrário do que estava acontecendo, por exemplo, na Europa (BECK, 2013). A tentativa de salvaguardar a gestão petista, porém, foi suprimida.

As críticas ao PT se acumularam de tal forma que chegaríamos ao dia 20 de junho com uma afirmação simbólica do sociólogo e jornalista Demétrio Magnoli (2013): estaríamos diante do fim do ciclo lulopetista. As manifestações seriam um prenúncio da derrocada do projeto inaugurado por Lula e sua prostração estaria exposta, ironicamente, naquilo que até então, supostamente lhe conferia sustentação, populismo e desenvolvimentismo econômico e ampla coalizão política.

As quimeras das seitas esquerdistas tornaram-se inaudíveis nos protestos de multidões. No lugar delas, desenhavam-se os contornos de uma agenda implícita, ainda não cozida no fogo da linguagem política. As pessoas estão fartas do governo e da oposição, da corrupção e da impunidade, da arrogância e do cinismo, da soberba e do descaso. O estádio superfaturado, o ônibus superlotado, a escola arruinada, a inflação, a criminalidade, o Dirceu e o Eike — é sobre isso que falam os manifestantes, ecoando palavras de milhões ainda inseguros quanto à conveniência de protestar nas ruas. O inimigo, que ninguém se engane, é toda a elite política reorganizada durante a década de balofa euforia do lulopetismo. Um preocupado Gilberto Carvalho (...) já percebeu que um ciclo se fechou (MAGNOLI, 2013).

Temos no discurso de Magnoli elementos importantes à apreensão da leitura sobre as manifestações que se tornava dominante na mídia hegemônica. A indignação, interpreta-se, não é somente contra o PT. As pessoas não estão “fartas” apenas do governo, mas também da oposição. O problema não é só o preço das passagens nem a inflação, mas também a corrupção, a criminalidade, a educação. O “inimigo” é toda a elite política. Mas, como Magnoli afiança, ainda neste texto, ao PT também deveria ser imputada tal responsabilidade, pois a pior herança do lulopetismo – este cuja morte se decretava – teria sido a “desmoralização da ágora” (idem). Esta avaliação traduzia sentimento existente em determinadas parcelas da sociedade, encontrando ressonância principalmente na classe média tradicional. Este sentimento seria levado às ruas em Junho e o fotojornalismo lhe daria uma representação imagética, que de certa forma lhe retroalimentaria.

Os protestos do dia 20 em São Paulo evidenciariam, mais do que em qualquer outro lugar, a propagação cada vez maior do antipetismo no país. São Paulo, é preciso lembrar, era e continuaria a ser reduto do PSDB, principal adversário político petista até 2016. Desde a redemocratização, o estado de São Paulo não fora governado por um mandato sequer por um partido de esquerda. O domínio tucano no governo estadual alcançava até 2013 seis mandatos consecutivos e apenas três governadores diferentes. E mesmo que à época a capital paulista fosse governada por um petista, havia forte oposição e resistência à figura de Haddad e ao PT. Além disso, São Paulo era, como continua sendo, o coração financeiro do país, reunindo grupos de empresários de forte influência e as mais fortes entidades patronais do país, que, como vimos também manifestavam sua insatisfação com o governo federal petista.

Fotografia 27 - Manifestante rasga bandeira do PT em São Paulo



Fonte: Folha de S. Paulo, 21 de junho de 2013, página C5, Cotidiano. Autor: Joel Silva/Folhapress.

Fotografia 28 - Apartidários



Fonte: O Estado de S. Paulo, 21 de junho de 2013, página C5. Autor: Daniel Teixeira/Estadão.

Fotografia 29 - Partidos não



Fonte: O Globo, 21 de Junho de 2013, O País, página 9. Foto: Daniel Teixeira/Agência Estado.



As edições do dia 21 de junho da Folha de S. Paulo, d'O Estado de S. Paulo e d'O Globo deram destaque em suas páginas aos confrontos entre grupos que se diziam antipartidários e militantes de partidos de esquerda durante os protestos no dia anterior em São Paulo. O conflito teve início após a chegada de petistas, que haviam sido conclamados pelas lideranças do partido, à Avenida Paulista. Em manifestações anteriores, em outras cidades, já era possível ouvir, mesmo que muitas vezes timidamente, gritos de “sem partido!” e pedidos para que bandeiras partidárias fossem abaixadas. No dia 20 o clima se exasperou. Em meio às comemorações pela suspensão do aumento das passagens, aos gritos de “Vão para Cuba!” e “Vão para a Venezuela!”, militantes não apenas do PT, mas também de PSOL, PSTU, PCO e de movimentos sociais e entidades como MST, UNE e CUT foram hostilizados com xingamentos, provocações e vaias. Quando a marcha pela Paulista teve início, foram agredidos e as bandeiras que carregavam foram arrancadas de suas mãos e queimadas. Bombas chegaram a ser lançadas em sua direção por grupos formados por skinheads e neonazistas.

As Fotografias 27, 28 e 29 – as duas últimas, publicadas no Estadão e n'O Globo, cliques do mesmo fotógrafo, Daniel Teixeira, da Agência Estado - são registros de alguns destes ataques. As imagens expõem toda a tensão e cisão das ruas, tal como ocorrera oito anos atrás. De um lado, os “verde e amarelos”, configurando uma ala patriota exaltando o sentimento nacionalista através do uso de símbolos vernáculos. Bandeiras, camisas da seleção, rostos pintados e hino nacional marcavam território. Do outro, os “vermelhos”, militantes esquerdistas pertencentes a diferentes siglas de orientações ideológicas e pragmáticas distintas buscavam uma reaproximação com as ruas. Não lograram êxito. Foram expulsos. O PT era a estrela maior da constelação. Em São Paulo, representava uma prefeitura e uma presidência de rejeição crescente. Avaliação feita pelo Datafolha (2013b) ao fim de junho mostrava que o número de eleitores que consideravam o governo bom ou ótimo havia caído 27 pontos percentuais desde o início dos protestos no país. Era a maior queda de popularidade registrada desde o início da gestão Dilma. O percentual de pessoas que consideram a gestão Dilma ruim ou péssima passava de 9% para 25%, segundo a pesquisa.

A ausência de grandes valores estéticos nestas fotografias é compensada pela riqueza de informações. A ira daqueles que efetuaram o sequestro das bandeiras do Partido dos Trabalhadores é notória. Nas duas primeiras fotos, manifestantes disputam entre si o estandarte petista e chegam a utilizar os dentes para destruí-lo. A terceira foto flagra o uso de isqueiros para incendiar o símbolo vermelho. Em ambos os momentos, os

manifestantes parecem estar cientes de que sua ação está registrada. Parece haver orgulho. Tal como na Fotografia 8 (no capítulo 2), que apresenta manifestantes queimando a bandeira brasileira, aqui também estamos diante de um ato performático e simbólico que somente se completa diante das câmeras. Trata-se de demonstração de fúria, de profunda indignação. Mas é também evidência de intolerância, de violência e autoritarismo. Um gesto antidemocrático.

Não foi por acaso, portanto, que para intérpretes de Junho como Marilena Chauí estes episódios soaram como mais uma manifestação do secular autoritarismo brasileiro. Lembremos que, numa chave de leitura filiada ao “patrimonialismo societal” - nos termos da célebre tipologia de Werneck Vianna (1999) -, a filósofa tem, com recorrência, postulado que o autoritarismo no Brasil seria um fenômeno produzido antes por uma sociabilidade autoritária decorrente da dinâmica de classes no país do que por um Estado hipertrofiado e centralizador. Incapaz de concretizar os princípios do liberalismo e do republicanismo, na sociedade brasileira prevaleceria uma indistinção entre o público e o privado que submete o campo político e faz da vontade e do arbítrio “as marcas do governo e das instituições ‘públicas’” e da cidadania um privilégio cujo acesso é determinado pelas relações de classe, combinando a lógica burocrática a uma lógica clientelista (CHAUÍ, 1986, p. 55). Neste contexto, justamente os estratos médios, temerosos de sua proletarização e esperançosas quanto a sua ascensão social, seriam arregimentados em torno dos imaginários autoritário (ordem) e providencialista (progresso), incitados pelas elites econômicas e políticas, assumindo quase sempre uma postura conservadora e não raro reacionária (CHAUÍ, 2013b, pp. 230-231).

Sobre as cenas representadas acima, ao contrário da postura adotada nos primeiros protestos, embora as fotografias apresentem demonstrações claras de violência simbólica e as próprias notícias indiquem violências de ordem física, o discurso que as acompanha nos jornais não é de condenação como foi outrora. Predomina um tom meramente informativo, sem nenhuma avaliação moral e, exceto por uma fotografia sem maior destaque na capa da Folha do dia 21, a violência a que foram submetidos militantes partidários não ganha nenhuma manchete ou maiores problematizações, mesmo tornando-se recorrentes. Distintamente da atitude frente aos *black blocs* ou às ações de depredação de patrimônios públicos e privados, o que se tem é a prevalência de uma apreensão cujo caráter compreensivo, que procura entender as razões por trás dos atos, que não foi vista anteriormente.

Para o cientista político Fornazieri, entrevistado pelo Estadão (MAZANO, 2013), a sociedade estaria dividida entre representados e não representados. De sua perspectiva, a classe média baixa, beneficiada por programas sociais e pelo acesso facilitado ao crédito concedido ao longo das gestões petistas no governo federal, teria seus interesses representados. Este não seria o caso da classe B, a tradicional classe média. Enquanto a primeira "ganhou, mas pouco, e o Brasil continua desigual", a segunda "paga impostos, mas tem de ir buscar no mercado, e muito caro, sua seguridade e educação" (idem). Este raciocínio iria ao encontro daquilo que foi assinalado por Ferreira Gullar (2013) em artigo na Folha. Segundo o escritor, foi a classe média quem mais perdeu com o "populismo lulista", que, ao invés de alocar recursos em hospitais, escolas e serviços públicos, utilizou o dinheiro público em "programas assistencialistas e demagógicos". A indisposição perante este arranjo teria animado a classe média a se mobilizar. Este seria o sentido da "rebelião" para ambos os intelectuais.

Iria no mesmo sentido matéria das jornalistas Érica Fraga e Mariana Carneiro (2013) publicada na Folha, cuja inferência principal é a de que a classe média teve exacerbada uma frustração ante ao baixo crescimento econômico e a inflação, frutos da estratégia econômica equivocada do governo. A crescente demanda por bens e serviços encontrou respostas apenas nas primeiras ambições, sendo insuficiente em investimentos em áreas como o tráfego urbano, área dramaticamente exemplificadora da deterioração dos centros urbanos e das políticas que lhe são competentes. Os especialistas consultados por Fraga, o filósofo Eduardo Giannetti da Fonseca e os economistas Robert Wood e Edmar Bacha, seriam unânimes em apontar o aumento das passagens como um elemento catalisador da transformação da frustração em ação (idem).

Em registro distinto, André Singer (2013b) chama atenção ao fato de que se entre as camadas populares há um enigma quanto as suas motivações para aderir aos protestos, na classe média havia fatores variados que poderiam ser identificados na própria composição política dos seus setores que incorporaram as manifestações. Inicialmente lideradas por jovens de esquerda, a representação da classe média se metamorfoseou à medida que os atos se massificaram.

Primeiro, veio uma leva de participantes que tem o perfil típico do eleitor de Marina Silva. Moderno no estilo de vida, liberal nos costumes, posicionado ao centro e irritado com a corrupção. Depois, chegaram os conservadores: furiosos com a corrupção e com o PT, a quem atribuem todos os males do Brasil. (...) até a extrema direita desembarcou na avenida, traduzindo em violência contra os partidos socialistas a raiva dos conservadores (SINGER, 2013b).

Na interpretação do cientista político Jairo Nicolau, ouvido pela coluna de Ilmar Franco no Globo, as manifestações seriam um reflexo da emergência de uma “nova classe média” (NICOLAU, 2013). Curiosamente, a certa altura, esta foi exatamente a resposta oferecida por lideranças do Partido dos Trabalhadores quando questionadas sobre o que estaria acontecendo no país. Por um momento, abriu-se mão de rotular as manifestações como “obra da oposição” e quadros petistas importantes buscaram capitalizar os protestos para si. A racionalidade deste discurso é evidente: os governos Lula e o corrente mandato de Dilma teriam proporcionado tamanha ampliação dos horizontes à determinada parcela da população que o resultado não poderia ser outro que não um incremento nas demandas por mais iniciativas na mesma direção do modelo de desenvolvimento executado nos últimos anos. A nova classe média que foi às ruas o teria feito dotada de novas formas de comunicação e de uma percepção sobre o Brasil que “olha os políticos e os partidos e não se vê neles” (idem). Nesse sentido, seria bastante significativo notar o fato de que pela primeira vez em décadas a população saía às ruas sem a liderança do PT e dos movimentos sociais a ele articulados.

Rapidamente, firmava-se nova interpretação e uma nova narrativa sobre Junho. Lançava-se luz não mais apenas sobre os problemas urbanos, mas sobre a condução do governo federal sobre o país de maneira geral. Nesse interim, tanto quanto era possível esperar, haja vista as críticas que se avolumavam, a economia ganhava na imprensa um destaque que não possuía nas ruas ou nas redes. Afirmava-se o desgaste previsível de um modelo de governo baseado em uma política econômica desenvolvimentista. Não obstante não constituísse novidade no debate público, este tipo de avaliação, ancorado em uma lógica segundo a qual não há desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, social, sem a redução da intervenção do Estado e de seus gastos – mesmo que estes gastos, na prática, alimentem o mercado -, receberia um novo impulso e tornar-se-ia um dos fatores explicativos da insatisfação popular, pondo o governo federal no centro da discussão. A inadmissibilidade do reajuste do preço das passagens revelaria, nesse sentido, um descontentamento, principalmente das camadas médias e dos mais jovens, com outros condicionantes da qualidade de vida diretamente relacionados às diretrizes da política econômica, como oferta e condição dos serviços públicos, lugar no mercado de trabalho, renda e emprego (prognósticos apontavam que, mesmo em situação favorável, o desemprego no Brasil subiria seis pontos percentuais, conforme análise da jornalista Érica Fraga (2013)).

Em sua edição do dia 24 de junho, a Folha chegou a defender a instauração de um “novo contrato” - mais econômico que social - para responder às demandas dos protestos (FOLHA DE S. PAULO, 24 DE JUNHO DE 2013). O argumento originalmente foi trazido a público em artigo publicado pelo economista Samuel Pêsoa (2013) na própria Folha, no caderno Mercado, no dia anterior. De acordo com o autor, os protestos indicariam um desgaste do contrato social em vigor desde a redemocratização brasileira. Faz-se referência ao conjunto de princípios que por meio da Constituição Federal de 1988 forneceu as bases para a construção de um Estado de bem-estar social no Brasil. Do consenso estabelecido quando do momento da constituinte que sacramentou a volta do país ao regime democrático foram extraídos os preceitos que tornaram possíveis a universalização da educação fundamental, do acesso integral a serviços de saúde, através do Sistema Único de Saúde (SUS), do direito à aposentadoria, a concessão de benefícios importantes a trabalhadores, como seguro-desemprego, auxílio-doença e salário-maternidade, além da não menos importante institucionalização ao nível nacional de serviços e programas assistenciais, dentre os quais o mais famoso, o Bolsa Família. São precisamente os custos para a manutenção deste arcabouço social, somados a uma elevada carga tributária, que preocupam Pêsoa, porque produzem, em sua visão, um Estado incapaz de realizar investimentos para o pleno desenvolvimento de áreas prioritárias, saúde, educação, segurança, transportes. Em suma, tem-se um modelo de Estado que arrecada muito, mas que também gasta muito na provisão de subsídios sem a desejável aplicação de recursos com vistas à melhora da qualidade de serviços essenciais (idem).

Com base neste raciocínio, o editorial supracitado da Folha de S. Paulo sugeria um novo “pacto”. Oferecia-se a conhecida receita liberal: um “roteiro impopular” de “reversão das prioridades” do Estado que conjuga corte de gastos para ter condições de recuperar a capacidade de investimento e enxugamento da máquina pública a partir de reformas administrativa, tributária e previdenciária (FOLHA DE S. PAULO, 24 DE JUNHO DE 2013). Sua efetividade, entretanto, estará comprometida se o poder público continuar a tratar de forma “leviana” o erário público (FOLHA DE S. PAULO, 29 DE JUNHO DE 2013). O antídoto, portanto, poderia estar na insatisfação que, apesar dos muitos motivos – crescimento econômico mínimo, sinais de aceleração inflacionária e morosidade nas obras de infra-estrutura –, “hibernava”, mas “amanheceu com apetite” (FOLHA DE S. PAULO, 30 DE JUNHO DE 2013). Diagnóstico e tratamento prescrito.

### 5.3.2 Em nome da nação, contra tudo que está aí... Inclusive a política

Havia desaprovação maior ao PT, mas havia também fortes críticas ao papel do Estado e às instituições públicas de maneira geral. Convidado a refletir sobre os protestos brasileiros pelo jornal O Globo, o sociólogo Paulo Gerbaudo, que desde a Primavera Árabe acompanhava protestos pelo mundo, sentenciou que tal qual em outras praças, no Brasil também haveria uma exigência por um novo tipo de democracia, com maior transparência e participação popular (GERBAUDO, 2013). Sua amplitude e agendas de caráter fundamentalmente local – em oposição ao global – apoiaram-se no princípio básico de que estariam representando o povo e não apenas uma classe ou grupo específico na luta contra o Estado. Daí sua antipatia em relação aos partidos políticos, vistos como ameaças que poderiam “dividir as pessoas na luta contra um inimigo comum” (idem).

Figura 11 - Capa d’O Globo no dia 23 de junho de 2013



Fonte: O Globo, Edição do dia 23 de junho de 2013, Primeira página, Capa. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130623>.

### Fotografia 30 - Brasil, mostra a tua cara



Fonte: O Globo, 23 de Junho de 2013, Primeira Página, Capa. Autor: Fábio Seixo.

A capa apresentada acima, do jornal O Globo, foi uma das mais emblemáticas do período em que as manifestações alcançaram o seu pico de participação e impacto na sociedade. A manchete afirma: “juventude desiludida”. Em destaque absoluto, a fotografia de dois jovens, brancos e loiros, sobre os quais não seria exagero supor que pertencessem à classe média ou à classe alta. O rosto de um deles, o da menina, está coberto, mas desta vez não há associação com o vandalismo, a violência ou a barbárie. Não há chamas, nem vândalos. Não há o preto das roupas e bandeiras de jovens que afrontavam as forças policiais. Tampouco, o vermelho de partidos e movimentos sociais de esquerda, expulsos das manifestações. Há o verde e o amarelo e olhares e expressão que transmitem indignação. Na parte superior da capa, o jornal apresenta o seu time de colunistas fixos, que buscam oferecer respostas à agitação nas ruas e nas redes. Do jornalista Ancelmo Góis ao escritor João Ubaldo Ribeiro, tendo ainda os músicos Tony Belloto e Caetano Veloso escalados, o tema é apenas um: Junho. E para O Globo, o rosto de Junho, isto é, a imagem, a representação de Junho, naquele momento, eram os rostos dos jovens que estampavam sua capa do dia 23 de junho.

Novamente, a estética patriota é vinculada a um sentimento que, embora ainda pudesse desembocar em desafio à ordem, é retratado como uma indignação legítima sobre a qual é preciso refletir e compreender. Afinal, quais são as causas de tamanha desilusão? Os elementos textuais que acompanham a fotografia no centro da capa e complementam o seu sentido nos dão pistas. O título da imagem nos dá a primeira pista: “Brasil, mostra a tua cara”. A alusão não é desprovida de sentido, tampouco se dá apenas em função do rosto coberto da jovem. A referência clichê à canção protesto eternizada na voz de Caetano

(CAZUZA; ISRAEL; ROMERO, 1988) primeiramente traz à memória justamente o momento em que ela foi composta, durante a transição do regime militar que governou o Brasil ao longo de 21 anos à democracia, momento de contestação política e de esperanças quanto aos rumos do país. Nos versos de “Brasil”, encontramos o mesmo sentimento que a fotografia transmite: “Grande pátria / Desimportante / Em nenhum instante / Eu vou te trair / Não, não vou te trair”. A legenda reforça: “Em tempo de Copa das Confederações, a bandeira brasileira se espalhou além dos estádios: jovens protestaram “contra tudo”, do aumento das passagens à corrupção”. A chamada para a matéria no interior do jornal, logo abaixo, complementa para não deixar dúvidas: “os últimos 14 dias que abalaram o Brasil deixaram uma mensagem clara: o sentimento contra a política tradicional”.

A menção a um “sentimento contra a política tradicional” apontava para um aspecto chave que foi tratado de maneira diversa no debate público brasileiro e que aqui consideramos conforme foi apresentado nos jornais de maior alcance: a repulsa às instituições, mas principalmente aos partidos políticos. Ponto pacífico foi a percepção de que este sentimento de ojeriza em relação aos partidos seria resultante do distanciamento entre o mundo da política tradicional, entrópico, verticalizado e encastelado em formas e linguagem pouco atrativas, e o mundo da vida cotidiana, saturada de adversidades e transtornos altamente nocivos à vida da população que deveriam ser solucionados por aqueles aos quais fora confiado um mandato representativo. Mas, tirante tal concordância, manifestaram-se dissensos importantes. Houve quem abordasse o tema com ponderação e desconfiança. Houve quem o tratasse como uma expressão virtuosa das manifestações e como um indício de novos arranjos democráticos por vir. E, por fim, houve quem também enxergasse de maneira positiva tais demonstrações de insatisfação, mas o fazendo sob uma chave de moralização da política.

Sociólogos, cientistas políticos, filósofos, economistas, jornalistas e intelectuais em geral estiveram divididos nesta discussão. Nomes como André Singer, Fábio Wanderley Reis e Fernando Lattman-Weltman, entrevistados pelo jornalista Demetrio Weber para O Globo (WEBER, 2013), defenderam a importância das instituições, com especial atenção ao papel das legendas políticas, e ressaltaram que, apesar dos muitos e graves problemas da democracia representativa e da grande parcela de responsabilidade dos próprios partidos pelo seu descrédito junto à população, não se poderia prescindir das agremiações políticas, sob risco de sério prejuízo à democracia. Para Reis e Lattman-Weltman, o profundo desconhecimento sobre o papel dos partidos políticos na prática se refletiria em uma visão utópica sem a noção de que a atividade partidária é fundamental



para a estruturação de ideias e formulação de programas. Para Singer, seria preciso canalizar a revolta contra as instituições para a criação de canais de uma participação no sentido de sua revitalização, e não de sua destruição.

Em série de artigos publicados na Folha de S. Paulo, o filósofo Vladimir Safatle asseverou que não obstante o regime democrático exija modelos de organização, não haveria nada que indicasse que tais formas necessariamente sejam partidos ou que estes exerçam o monopólio da representação. Aqueles que identificam na recusa aos partidos uma atitude fatalmente conservadora, estariam “acometidos de um ‘fetichismo da representação’” (SAFATLE, 2013c). Para o filósofo, as mobilizações populares ocorridas naquele momento permitiriam aferir que a política tal como conhecíamos até então deixaria de existir, o que, afinal, seria algo positivo, de sua perspectiva (SAFATLE, 2013a). Por mais que a contradição entre as muitas exigências dos protestos pudessem passar a impressão de “estarmos em um buraco negro da política”, tal incongruência seria exatamente a “primeira manifestação de um novo conflito de ideias que servirá de eixo de combate”. Justamente por isso, a política nacional não teria mais suas lutas travadas em um sistema de partidos, cuja função de “caixa de ressonância dos embates sociais” há muito teria se perdido (idem).

Mas o contexto de contestação ao Estado e às instituições públicas, principalmente os partidos políticos, inspiraria uma crítica da política predominantemente moralizante, focada na corrupção. Trata-se de tema recorrente na análise da política brasileira, caracterizada amiúde pelo fisiologismo de partidos e políticos. Como apontado por Bezerra (1995), a corrupção no Brasil é tratada predominantemente como um problema de ordem moral. Isto é, um desvio comportamental que poderia ser observado tanto no plano individual como na ação de grupos organizados capazes de atuar nas malhas do Estado, cuja solução dependeria igualmente de condicionantes desta natureza, com vistas ao estabelecimento de novos padrões morais e relações éticas (idem, p. 177). Seja na imprensa, seja na academia, não raro, tais diagnósticos recaem no uso de essencialismos que explicam a política nacional por meio de chavões, como falar de um “Estado corrupto e ineficiente” ou de uma “cultura do jeitinho”, “tipicamente brasileira”, numa chave que alimenta um imaginário no qual há a crença na existência de práticas e condutas em si mesmas corruptas.

Nas circunstâncias de Junho, como todas as outras formas de interpretar as manifestações, esta leitura também conteve o seu grão de verdade. Embora certamente não estivesse entre as motivações iniciais, tão logo foi trazido à baila, o tema da corrupção

se firmou dentre as motivações de muitos dos grupos presentes nos protestos. À determinada altura, seria vista como uma das principais causas pelos manifestantes, como demonstram pesquisas de opinião realizadas à época<sup>80</sup>. Por conseguinte, não há equívoco em afirmar que as manifestações refletiram *também* uma indignação contra a corrupção expressa nas ruas e exposta, por exemplo, em frases contidas em cartazes, como “Ou para a corrupção ou paramos o Brasil!”. Este sentimento foi transposto aos jornais por meio de diversas matérias, editoriais e textos assinados, sobretudo, pelos principais colunistas de cada periódico, que enfatizaram uma “luta contra a corrupção” como uma bandeira comum das manifestações. Mesmo que considerada a variedade de demandas, os “anseios mal explicados” ou as “utopias inalcançáveis”, o combate a corrupção se revelaria como o foco das reivindicações em cada palavra de ordem preocupada com a melhoria dos serviços públicos, como apontaram Merval Pereira (2013) e Miriam Leitão (2013) em suas respectivas colunas no jornal O Globo.

Neste espírito, a escritora Rosiska Darcy de Oliveira (2013) demonstrou notável entusiasmo com a mobilização nas ruas pela “dignidade da população” protagonizada por jovens, até então considerados apáticos e desinteressados pela política.

O movimento que está nas ruas não é pré-político como já foi dito, mas pós-político. É contemporâneo de novas formas de comunicação e ação pública. Habita o mundo complexo da interlocução imediata entre jovens e adultos de uma classe média que vem se expandindo, suficientemente informada para criticar a má qualidade dos serviços públicos, consciente de que a corrupção conta a história desse desastre. Corrupção nunca mais, legado maior da voz das ruas (OLIVEIRA, 2013).

Em sua coluna na Folha, o também escritor Antonio Prata resalta que para além de um Estado corrupto há também uma sociedade altamente corrupta e corruptora - nas suas palavras, atravessada “de cima a baixo” pela corrupção, “do financiamento das campanhas à compra de CNHs” (PRATA, 2013). Ao autor, o momento de levante contra “a roubalheira dos políticos”, pareceria ideal também para que os que sempre apontam para a corrupção alheia investigassem seus próprios atos e consciências. Em sua opinião, uma reforma política (àquela época realmente cogitada, por iniciativa confusa da presidenta Dilma Roussef, que logo depois veio a ser abandonada) seria improfícua se não fosse acompanhada por uma “reforma cultural”.

---

<sup>80</sup> Ver, por exemplo, pesquisa Ibope de 20 de junho de 2013, realizada nas capitais de sete estados (SP, RJ, MG, RS, PE, CE, BA) e em Brasília. A corrupção e o desvio de dinheiro público aparecem como as principais motivações para comparecer às manifestações para quase 25% dos entrevistados (VEJA pesquisa completa do Ibope sobre os manifestantes, 2013).

No dia 27 de junho, editorial da Folha (27 de junho de 2013), mais uma vez deixando explícita a posição do jornal – e não seria exagero dizer que também de seus concorrentes - sugeriu que as instituições pareciam estar saindo da inércia e oferecendo respostas ao “clamor das ruas” (mas também da própria imprensa) ao tomar importantes decisões relativas ao tema da corrupção. É que no dia 26 de junho, o Supremo Tribunal Federal (STF) encerrou o processo de julgamento do ex-deputado Natan Donadon (PMDB-RO), condenando o ex-parlamentar após um longo processo por desvios de recursos quando Donadon ocupava cadeira na Assembleia Legislativa de Rondônia, ainda na década de 1990. Em um país acostumado a conviver com tantos casos de corrupção em diferentes esferas e instituições, públicas e privadas, a sentença condenatória de um político naquelas circunstâncias realmente causou surpresa.

De maneira ainda mais surpreendente, no Congresso Nacional deu-se “repentina demonstração de apreço pela opinião pública”. Primeiro, a controversa proposta de emenda constitucional Nº 37/2011, que pretendia delimitar a apuração de investigações criminais como atividade privativa da polícia judiciária, retirando do Ministério Público tal poder, foi recusada. A proposta já causava polêmica antes do sismo de Junho. Seus defensores argumentavam ilegalidade e inconstitucionalidade no fato de o MP, responsável pela denúncia de crimes, também promover investigações criminais e, deste modo, produzir provas para suas próprias ações penais. Seus críticos enxergavam na proposta grande potencial para dificultar a elucidação de determinados crimes, principalmente aqueles relacionados à corrupção, podendo gerar maior impunidade – daí a famigerada alcunha de “PEC da impunidade”. Derrubada pela Câmara no contexto de Junho, o jornal paulistano atribuiu a inesperada decisão ao constrangimento provocado pelas “marchas populares” - que de fato empunharam tal bandeira. Do mesmo modo, esta também seria a razão pela qual a câmara aprovou projeto de lei que destina 75% dos royalties referentes à lavra do petróleo nacional para investimentos em educação (ao invés dos 100% propostos inicialmente pela presidência) e 25% para a saúde<sup>81</sup>; incluiu na agenda a extinção do voto secreto em sessões sobre perda de mandato parlamentar; e, por sua vez, o senado aprovou matéria que inclui a corrupção na administração pública no rol dos crimes hediondos<sup>82</sup>, medida defendida por Marcos Leôncio Ribeiro, presidente da

---

<sup>81</sup> Sancionado como a Lei Nº 12.858, de setembro de 2013.

<sup>82</sup> Apesar de aprovado no senado, até o presente momento o projeto não foi sancionado e, portanto, não alterou o Código Penal.

Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, como “a materialização do repúdio social a este tipo de prática”.

Nesta conjuntura, o Partido dos Trabalhadores mais uma vez esteve no centro do debate. A conjunção entre as críticas às políticas adotadas pelos governos petistas, a alta rejeição às instituições, mormente, aos partidos políticos, com maior veemência aos partidos de esquerda, e o repúdio à corrupção produziu um cenário de forte hostilidade ao PT na imprensa. Como salientado por Gerbaudo (2013), embora os governos do PT tenham proporcionado muitos avanços na área social, os casos de corrupção dos quais o partido foi acusado “minaram a legitimidade moral do partido”. Assim, não foi por acaso que, mesmo havendo uma reprovação generalizada a todas as legendas, o senador Álvaro Dias, um dos líderes da oposição ao governo, se sentiu encorajado a dizer que a “mola propulsora” das manifestações, que “alavancou também a vaia à presidente Dilma”, teria sido um “sentimento de indignação diante dos escândalos de corrupção que ocorrem no Brasil”, numa clara referência ao mensalão.

Se na dimensão discursiva os jornais abriam espaço para opiniões divergentes, embora fosse também nela que por meio de editoriais reforçavam o seu ponto de vista sobre o fenômeno e a sua posição política, apesar do verniz da imparcialidade, na dimensão imagética, não se dava o mesmo. A linha editorial fotojornalística dos principais diários brasileiros acompanhou o posicionamento das linhas editoriais gerais de cada jornal, seguindo padrão muito próximo entre si. Os discursos sobre a corrupção, sobre a inércia das instituições e falta de ética de partidos e políticos foram guarnecidos com imagens de manifestantes nas ruas mobilizados por um sentimento patriótico de defesa dos valores de uma nação brasileira que, a seu ver, seriam opostos aos de todo o sistema de representação política, sobretudo, às esquerdas e ao PT.

O BRASIL NAS RUAS

# Um golpe na corrupção

Pressionado por manifestações, Senado aprova projeto que torna delito crime hediondo



Fonte: O Globo, 27 de Junho de 2013, O País, página 3. Autor: Givaldo Barbosa.

As manifestações haviam começado com uma pauta que dizia respeito à governança das cidades, com uma agenda urbana. Ao fim de junho de 2013, no entanto, havia várias pautas e os protestos alcançavam dimensão “federalizada”, com o governo federal no olho do furacão. Uma das formas de representar tal mudança, sem dúvidas a mais utilizada pelos veículos de comunicação de maior alcance, foi precisamente dar maior ênfase não apenas às novas reivindicações, mas aos símbolos nacionais. Na fotografia acima (Fotografia 32), novamente vemos o Congresso. A abóbada virada para baixo, onde está o Senado, representa os Estados da Federação, tal como as estrelas da bandeira nacional. A cúpula virada para cima, a vontade do povo, que elege os 513 deputados do país para o exercício de um mandato na casa, ao menos idealmente, mais representativa e democrática do sistema político brasileiro. Em oposição a ambas estão manifestantes, cujo rosto ou o corpo não vemos, mas cujas sombras, mais uma vez, nos remetem à ideia de grandeza e de imposição de sua vontade. No lugar onde devem ser representados, os manifestantes impõem a sua presença. Na bandeira que carregam não há progresso, apenas “ordem”. Exigem-na no Congresso. Projetadas sobre o pavilhão

vernácula, as sombras agora não mais representam o povo, mas a nação. Tudo isso sob o título igualmente simbólico: “Um golpe na corrupção”.

Não estamos aqui diante de outro processo senão o da construção de uma “comunidade imaginada”, conforme descrito por Anderson (2008). Para o historiador e cientista político estadunidense, as nações seriam comunidades que, independentemente das desigualdades que lhes constituem, são concebidas “como uma profunda camaradagem horizontal”, diferenciando-se entre si exatamente pela forma como são imaginadas por seus membros (ANDERSON, 2008, pp. 33-34). A ação dos Estados modernos (por exemplo, no estabelecimento de fronteiras, promoção da alfabetização e fortalecimento de uma gramática vernácula comum) em muito contribuiu para que estas comunidades estimulassem os sujeitos a imaginar-se enquanto parte de um grupo supostamente especial e homogêneo por natureza. Mas tão decisiva quanto foi a intervenção de um “capitalismo editorial” que, segundo sugere Anderson, a partir da difusão de romances e, principalmente, de jornais, tornou possível que homens e mulheres pertencentes a um mesmo território pudessem se reconhecer e compartilhar narrativas coletivas e imagens comuns, pensando sobre si mesmos como parte de uma mesma comunidade.

Sem dúvidas, a concepção de nação proposta por Anderson não está isenta de dúvidas. Ela se baseia em uma noção de “tempo vazio e homogêneo” retirada das reflexões de Walter Benjamin que, a rigor, não existe em lugar algum, uma vez que a imaginação será sempre tão heterogênea quantos forem aqueles capazes de imaginar. Como exemplo, poderíamos pensar o nacionalismo anticolonial de países asiáticos e africanos, como bem observa Partha Chatterjee (2004). Apesar disso, a ideia de nação sugerida por Anderson não pode ser desprezada - e é importante dizer, não creio que Chatterjee o faça. Se, seguindo o cientista político e antropólogo indiano, podemos admitir que o tempo homogêneo vazio é o “tempo utópico do capital”, então é preciso concordar também com a premissa de Anderson - e na verdade de tantos outros autores do pensamento histórico moderno - de que tanto o nacional quanto o nacionalismo são indissociáveis da formação histórica da burguesia. E se é assim, é preciso que não se deixe ignorar o poder que a classe burguesa tem de fazer circular seus ideais e torná-los hegemônicos para a reprodução das condições materiais de existência e manutenção de sua prevalência política e cultural.

Como vimos ao longo das últimas páginas, ao contrário da Mídia Ninja, a partir de dado momento, a cobertura de Junho realizada pelos veículos midiáticos corporativos

brasileiros passou a fomentar a ideia de uma nação homogênea. Esta cobertura, discursiva e imagética, compartilhou da mesma orientação política e ideológica dos grupos de direita que se reorganizavam no Brasil, privilegiando quatro eixos para interpretar as manifestações: i) a crítica da “política tradicional” (o que também foi compartilhado pelos campos autonomista de esquerda e anarquista), que abarcou a “desilusão da juventude com a política” e se apresentou muitas vezes como uma negação da política; ii) a crítica da eficiência do Estado na provisão dos serviços públicos, mas principalmente na gestão da economia e no combate à corrupção; iii) a rejeição aos vermelhos, isto é, a maledicência das esquerdas, convertida muitas vezes em um antipetismo; e iv) o nacionalismo cívico, que fez do recurso aos símbolos nacionais uma das marcas de Junho.

Não foi por acaso, portanto, que na produção de narrativas discursivas e visuais sobre Junho a ser consumidas, compartilhadas e reproduzidas, manifestações que antes eram condenadas por seu vandalismo passaram a ser representadas como uma luta legendária da nação contra a corrupção. Sendo objeto de representação, a nação era também objeto de disputa de narrativas conflitivas. Junho de 2013 foi também sobre isso. Sobre como narrar e representar a nação, disputar os imaginários sobre ela, sobre o povo e sobre a política. Por isso, Junho foi também um evento e uma disputa comunicacional. Foi o momento em que projetos distintos de país e de nação encontraram-se e colidiram nas ruas e nas mídias, causando um abalo sísmico que ainda reverbera. E ao que tudo indica até aqui, a narrativa que privilegiou a estética patriota de grupos conservadores, liberais e autoritários foi a que saiu vitoriosa e continua com grande tração na sociedade brasileira.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Junho de 2013 foi um evento único. Possivelmente, a maior sequência de manifestações de rua da era democrática nacional. Se tornou um ponto de inflexão na história brasileira recente. Não é por acaso que ainda hoje se façam referências a ele, sob perspectivas ideológicas distintas, como uma oportunidade perdida de aprofundamento da democracia ou como o início de uma onda conservadora e reacionária no país. E é exatamente por valorizá-lo enquanto um fenômeno singular, no sentido do reconhecimento do seu impacto e da sua importância não apenas para os anos que lhe sucederam, mas também para a compreensão dos que lhe antecederam, que acredito ser fundamental assimilar os seus acontecimentos de maneira a evitar maniqueísmos. Ao contrário da polarização promovida por boa parte da literatura sobre o tema, aqui optou-se por uma compreensão baseada no entendimento de que Junho foi um evento complexo, contraditório, multicausal e polissêmico. Isto implicou pensá-lo como parte de um processo cujo desenvolvimento se deu de forma multifacetada e, portanto, não homogênea, tampouco binária.

Ao conceber Junho desta forma, entendo que o fenômeno foi o resultado de insatisfações que se acumulavam ao longo do período lulista e da ação de movimentos e grupos políticos com demandas e agendas variadas, organizados segundo grandes interesses e orientações ideológicas distintas que ocuparam as ruas e as redes sociais virtuais simultaneamente e em disputa entre si. Um dos elementos que contribuíram para que esta disputa emergisse tal como ela se apresentou e que se tornou um dos aspectos mais importantes das manifestações foi exatamente o modo como as imagens ganharam centralidade durante o seu decurso. Havia uma dimensão estética em Junho na qual estavam inseridos os protestos. Esta dimensão opôs duas formas conflitantes de apresentar e representar a política, formas que eram elas próprias uma expressão do processo do qual Junho derivou e das razões pelas quais se protestava e que ao mesmo tempo simbolizavam o conflito expresso entre modelos, lógicas e ideários de ação e organização social e política distintos. Estas formas foram decisivas para que Junho se tornasse outra coisa que não somente parte de um processo, mas um acontecimento, que rompeu com a causalidade e a temporalidade e deu origem a um novo momento da política e da sociedade brasileira.



Como apontamos nos capítulos 3 e 4, a Mídia Ninja nasceu exatamente num contexto de aparição de novas formas de associativismo político que se desenvolveram à margem de e/ou em oposição às instituições políticas tradicionais. Desde meados da primeira década dos anos 2000, diferentes movimentos, organizações e coletivos recém surgidos e de orientações ideológicas variadas deram novo vigor às animosidades em relação ao Estado. À esquerda, fortemente inspirados em princípios anarquistas, autonomistas e horizontalistas, estes grupos foram protagonistas de ondas de mobilização social que fizeram tremer sociedades inteiras em diferentes países, confrontando governos e representantes políticos em todos os níveis. No Brasil, estes grupos emergiram justamente quando o partido de esquerda mais bem estruturado do Brasil ocupava posição central no tabuleiro político do país. Para alguns, evidência incontestável do crescimento das expectativas gerado pelo próprio governo. Para outros, indício de que o mar não estava em calmaria tão segura quanto se queria fazer acreditar. Convicção comum era a de que os governos petistas podiam fazer mais.

O campo da comunicação era paradigmático. Após o golpe de 2016, Lula repetiu em diversas ocasiões que caso voltasse à presidência algum dia retomaria a agenda da regulamentação do campo (LULA diz que se eleito irá regulamentar os meios de comunicação, 2021). A capitulação não impediu que os conglomerados midiáticos fossem dos seus mais ferozes críticos ao longo e após a derrocada petista. Incólumes, os oligopólios dos meios de comunicação seguiram exercendo seu poder. Mas foi também neste ambiente que a Mídia Ninja nasceu como um coletivo dotado de uma atitude política centrada na oposição ao jornalismo praticado pelos meios de comunicação tradicionais. Se antes mesmo de Junho esse ímpeto já existia, após o MPL tomar as ruas das grandes cidades brasileiras tal disposição encontrou cenário perfeito para sua potencialização. Seu engajamento e atuação durante os protestos foram decisivos para os rumos de Junho, o que muito se deveu a forma escolhida pelos Ninjas para apresentar-se ao grande público e antagonizar com a mídia hegemônica. E é justamente aqui onde o objeto de estudo desta tese demonstra a sua relevância e liga todas as peças do quebra-cabeças das manifestações de Junho de 2013.

Mais do que qualquer outra característica de Junho, foi a capacidade de representá-las imagética e instantaneamente em um universo em constante expansão, as redes sociais virtuais, o que fez de manifestações ordinárias em um regime democrático uma esfinge que simboliza o Brasil desde então. Nesse sentido, o midiativismo Ninja, fundamentalmente baseado nas imagens, foi capital. As imagens em movimento e as

fotografias, privilegiadas neste trabalho, que inundaram as redes, tornaram não apenas a Mídia Ninja uma fonte de informação legítima sobre os protestos, como foram determinantes para que Junho mudasse de patamar, sobretudo, após o dia 13 de junho. Elas trouxeram à luz faces das manifestações não apresentadas ou representadas pela imprensa tradicional, dando visibilidade a grupos e lutas cujas histórias e personagens historicamente marginalizados, como as lutas de mulheres, gays, negros, favelados e indígenas, numa forma de desafiar a imagem e a imaginação sobre a nação e sobre a sociedade brasileira. Para além disso, do ponto de vista do próprio processo de desenvolvimento em si de Junho, estas imagens se tornaram fundamentais porque, ao percorrer as redes digitais e chegar mesmo a pautar a mídia corporativa, sensibilizaram grande parte da população e reverberaram em apoio aos protestos, contribuindo efetivamente para fazer circular a ideia, o sentimento e a impressão de que havia uma revolta (para alguns, uma revolução) em curso.

Junho foi um evento extremamente visual. Lembrar Junho é lembrar das milhares de imagens que foram feitas sobre ele e que, afinal, lhe constituíram. Tal como as “milhões de palavras impressas”, as imagens também modelaram a experiência de Junho, impelindo à participação, instigando reflexões, subsidiando e respaldando interpretações, sensibilizando, servindo como instrumento de propaganda e denúncia. Nos jornais, nos telejornais, nas redes sociais virtuais, nos livros, no imaginário de quem ocupava as ruas ou de quem apenas observou à distância, onde quer que o tema estivesse em pauta, lá estavam as imagens ocupando lugar central.

Como ressaltado ao longo deste trabalho, as próprias performances dos grupos envolvidos contavam com a virtualidade da circulação de imagens a seu respeito, o que valeu para anarquistas, autonomistas, patriotas, adeptos da tática black bloc e para qualquer um que fosse às ruas disposto a reivindicar algo. Mais do que a simples ocupação do espaço público, um protesto político que interrompe o fluxo da vida cotidiana implica também uma reivindicação pela opinião pública e pelo imaginário social. Para que um problema social reconhecido apenas por um determinado grupo se torne um problema público é preciso que a sociedade, ou ao menos seus círculos mais influentes, sejam convencidos da validade e legitimidade do reclame. Daí a importância de mobilizar estéticas, símbolos, palavras de ordem e recursos como cartazes e faixas na criação de coreografias que deem visibilidade a causas e grupos que buscam conquistar ou ampliar seu poder de influência sobre as decisões políticas. Não é de se surpreender, portanto, que as imagens cumpram papel importante nesse processo, sendo acionadas como forma de

registrar e repercutir a ação e as reivindicações de manifestantes e sensibilizar os espectadores aos quais elas podem chegar. Mas se até bem pouco tempo atrás esse processo era monopolizado pelos meios de comunicação corporativos, a partir de Junho deu-se uma abertura à pluralização midiática, capitaneada justamente pela Mídia Ninja.

Os Ninjas foram precursores de um novo tipo de atividade midiática no Brasil. Suas imagens, em movimento e as fotográficas, transgrediram paradigmas estabelecidos na produção jornalística de imagens no Brasil. Conteúdo e forma funcionaram dialeticamente, fora de qualquer oposição dicotômica. Como foi demonstrado ao longo dos capítulos 3 e 4, as fotos da Mídia Ninja sobre as manifestações de Junho foram dotadas de uma estética própria que em muito se diferenciou do fotojornalismo tradicional. Nas fotografias aqui analisadas há um padrão muito bem definido. Em sua maioria, são imagens de grande plasticidade, quase sempre possuidoras de grande carga dramática. Além disso, são caracterizadas por enquadramentos e composições que valorizam não apenas a figura dos manifestantes, mas as mensagens políticas contidas nos seus atos, havendo também grande valorização do ambiente das ruas, realçado no uso recorrente de filtros e efeitos que reforçam a iluminação dos espaços públicos. Somada a uma postura de apoio explícito às manifestações que muitas vezes fez das imagens instrumento de denúncia, essa estética tornou as fotografias da Mídia Ninja extremamente atrativas e apropriadas ao espaço das redes sociais virtuais.

Qualquer mirada no Instagram, sobretudo, mas também no Facebook ou no Twitter, três das principais redes sociais virtuais utilizadas no mundo, torna fácil a conclusão de que se trata de plataformas predominantemente visuais. Como é facilmente constatável em qualquer uma destas plataformas, a publicação de imagens tende a gerar um engajamento maior e mais orgânico (sem a necessidade de impulsionamento através da alocação de recursos) do que o compartilhamento de textos sem acompanhamento de qualquer informação visual. Postagens com imagens geram números maiores de visualização, curtidas, compartilhamentos e comentários, tendo maiores chances de chegar a mais pessoas. Trabalho da pesquisadora Nathália Schneider (2019), por exemplo, que acompanhou os Ninjas em seu trabalho etnográfico, indica que o coletivo midiativista tinha ciência da importância estratégica das imagens nestas plataformas, havendo defesa recorrente do uso de imagens, especialmente as fotográficas. Não foi por acaso, portanto, que a Mídia Ninja, que nos idos de 2013 soube como poucos identificar e explorar esta característica, optou pelo Facebook e pelo Twitter principalmente e, em menor medida, pelo Instagram como os locais mais adequados para a consolidação de sua

marca como uma fonte midiática alternativa de informação. Uma vez que a sua produção de conteúdo é voltada para o engajamento político, visando alcançar o maior número de pessoas possível, as imagens despontaram como um dispositivo estratégico de propaganda e divulgação dos próprios Ninjas e das manifestações. Sob as lentes da Mídia Ninja e através do espaço concedido por ela nas redes sociais virtuais os protestos encontraram uma janela para o mundo.

A abordagem predominante nos grandes veículos midiáticos, por sua vez, como vimos nos capítulos 2 e 5, privilegiou, primeiramente, a construção de narrativas centradas na violência e no vandalismo, criminalizando os manifestantes e as manifestações e esvaziando-os de seus objetivos e sentidos políticos. A análise das fotografias publicadas nos jornais mais consumidos do país – O Globo, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo - revelou uma cobertura fotojornalística orientada, num primeiro momento, pela ausência de uma visão plural e contextualizada acerca dos fatos. Apesar da pretensão de imparcialidade - que se revela nos ângulos buscados, nos planos escolhidos, na seleção das fotos, etc. -, as imagens utilizadas por estes jornais retrataram na maior parte das vezes episódios cujos significados pudessem ser associados imediatamente à violência e ao vandalismo: confrontos entre manifestantes e policiais, barricadas com fogo, manifestantes mascarados. Imagens que pudessem indicar a diversidade de acontecimentos das manifestações, como fotografias de manifestantes com cartazes, gritando palavras de ordem, dialogando entre si em assembleias ou em pequenas reuniões, foram sempre enquadramentos secundários ou omitidos das páginas do jornal. Em outras palavras, em sua maioria, as imagens foram utilizadas como ilustrações sem maiores inventividades estéticas que vinham a corroborar um sentido prévio estabelecido por legendas tendenciosas ou por matérias produzidas por jornalistas. Neste movimento de exposição imagética dos manifestantes e das manifestações foi possível lançar mão de categorias como “vândalos”, “baderneiros”, “manifestantes pacíficos” ou “manifestações pacíficas”.

Mas ao longo de Junho os protestos se massificaram e ganharam novos contornos, trazendo à ribalta novos atores identificados com ideologias e propostas liberais, conservadoras e autoritárias, por vezes articuladas em discursos e reivindicações contraditórias em si mesmas. Foi exatamente a partir desse momento que a narrativa sobre a violência e o vandalismo passou a conviver com uma segunda forma de apreender os protestos, ancorada em uma valorização e recuperação da identidade e da unidade nacional. Este movimento não significou abrir mão, sempre que possível, da denúncia de

atos de violência e vandalismo. As fotografias de confrontos com a polícia, de barricadas pegando fogo, vidraças de bancos quebradas, manifestantes vestidos de preto e de rostos cobertos não deixaram de ocupar lugar importante. Elas, no entanto, passaram a dividir espaço com imagens mais condizentes com a guinada pró-manifestações que houve em toda a grande imprensa de maneira geral: agora exploravam-se ao máximo os símbolos nacionais e o verde e amarelo ganhava destaque positivo. O sentimento patriótico passou a ser amplamente explorado e a crítica indignada da corrupção se transformou em chave mestra de explicação das manifestações. Assim, Junho foi representado como uma luta de uma “juventude desiludida”, mas fiel a sua pátria e disposta a lutar por sua nação.

Duas narrativas, discursivas, sim, mas, também muito visuais, distintas e conflitantes, produzidas por grupos midiáticos com concepções e interesses políticos distintos disputavam entre si a forma como as manifestações, seus manifestantes, suas ideias e reivindicações deveriam ser representadas. Mais do que isso, em disputa, o próprio país. Projetos políticos antagônicos de sociedade e nação foram refletidos em fotografias que privilegiaram e tomaram como protagonistas diferentes segmentos sociais. Neste movimento, se nas fotografias publicadas pelo Globo não estavam representados os grupos contra-hegemônicos e subalternos que a Mídia Ninja buscou retratar, nas fotografias publicadas pela Mídia Ninja também não houve espaço para representações de grupos conservadores e reacionários. Mesmo que a determinada altura estes grupos ocupassem juntas as ruas e as redes sociais virtuais, não figuravam juntos nas narrativas visuais oferecidas pelas mídias em questão, exceto quando procurava-se opor o vandalismo e a violência de determinados manifestantes ao pacifismo e ordem de outros. Embora isoladas não possam ser tomadas como simples traduções da realidade, pois não fazem jus à complexidade dos eventos, estas narrativas nos ajudam a compreender o fenômeno na medida em que provocaram deslocamentos sobre os discursos sobre Junho e de fato influenciaram na sua construção enquanto acontecimento.

O terremoto chamado Junho, que sacudiu a sociedade brasileira, tirou as coisas do lugar e reordenou a política nacional não foi uma sequência de protestos protagonizados somente pelas classes populares ou por setores comprometidos com a democracia e o combate às desigualdades, como alguns insistem em afirmar. Tampouco foi obra apenas de uma reação direitista orquestrada pelas elites econômicas e levada à cabo pela classe média contra o PT, as esquerdas e qualquer projeto de comprometido com aprofundamentos democráticos, como querem fazer crer muitos. Foi ambas as coisas. Classes e outros grupos sociais com interesses divergentes dividiram as ruas e as redes

sociais virtuais. Durante um pequeno, mas intenso intervalo, foram protestos que conseguiram integrar setores diferentes e completamente opostos que deram à Junho um caráter multifacetado e complexo. Cada grupo envolvido nas manifestações interpretou e criou experiências diversas do próprio movimento. Assim, existiram diversos Junhos, sendo as próprias manifestações um objeto múltiplo. Evidentemente, o Junho dos moradores de favela não foi o mesmo Junho dos povos originários, bem como em relação a estes esteve por muito distante o Junho da classe média indignada com a corrupção que foi às ruas de verde e amarelo.

E foi justamente por ser um objeto de múltiplas faces que Junho foi também e continua a ser um objeto de disputas. A mais representativa delas, como defendo aqui, aquela que se desenvolveu nas mídias e procurou estabelecer narrativas que estabelecessem os seus sentidos e significados nas mídias, protagonizada por modelos distintos de produção e difusão da informação. Deste embate, entre as iniciativas midiativistas, das quais a Mídia foi a principal representante e às quais se somaram os indignados com a representação da grande mídia, e os meios de comunicação corporativos ao longo de Junho, temos questões e consequências importantes as quais gostaria de chamar atenção.

A primeira questão e a primeira consequência dizem respeito ao modelo de midiativismo adotado pela Mídia Ninja. Desde 2013 (se considerarmos apenas o contexto brasileiro, mas certamente desde o fim da década de 2000 em outros países ou até mesmo, se formos mais rigorosos, desde os protestos de Seattle em 1999) esta forma de ativismo político, baseado na articulação pelas redes sociais virtuais e, principalmente, na utilização intensa de imagens, parece ter se tornado uma tendência. Por um lado, o uso intenso das redes sociais virtuais radicaliza uma tendência de apropriação politizada do ciberespaço e da cibercultura já observada nas ações de movimentos contra a globalização a partir da década de 1990. Por outro, radicaliza-se também a forma como as imagens são acionadas como instrumento político por parte de ativistas e movimentos sociais. Nesse sentido, a novidade, portanto, não estaria no uso em si de novas tecnologias ou de imagens para fins políticos, mas na consolidação de uma sociedade marcada pela profusão de imagens (como uma consequência) e na escala inédita com que tais recursos têm sido utilizados para o ativismo político.

O baixo custo e a popularização do acesso aos recursos midiáticos têm sido decisivas para a pluralização das formas de comunicação e produção de conteúdo e das próprias fontes de informação jornalística. O acesso a equipamentos tecnológicos como

câmeras de pequeno porte, do tipo DSLR (Digital Single Lens Reflex), *smartphones* e *tablets* tornou-se muito maior desde a virada do milênio. Aliado ao também cada vez maior acesso a internet, isto provocou uma expansão sem precedentes na produção, circulação e consumo de imagens e criou um grande desafio à indústria de conteúdo visual e audiovisual. Qualquer cidadão no mundo hoje que possua um *smartphone* e tenha acesso à internet possui a capacidade de registrar quaisquer tipos de eventos e compartilhar o registro em suas redes sociais virtuais.

Os mais diferentes movimentos sociais e coletivos de ativistas pelo mundo têm percebido o poder das imagens numa época em que os indivíduos estão virtualmente mais conectados do que nunca e cada vez mais estimulados por visualidades. Ao longo do século XX, exemplos certamente não nos faltam sobre a utilização de imagens como instrumentos importantes de lutas sociais. Devemos lembrar as imagens icônicas encontradas no *The Black Panther*, o jornal dos Panteras Negras, as fotografias feitas por Ernesto Che Guevara nos campos de batalha pelos quais passou ou ainda a forma como camponesas zapatistas de Chiapas, no México, se apropriaram de máquinas fotográficas e câmeras de vídeo para retratar, segundo elas mesmas, a sua vida e a sua luta política. Há, no entanto, uma mudança importante em curso. Se o lugar do olhar, isto é, o lugar de onde se produz a imagem segue sendo fundamental, o que muda neste século XXI são as inúmeras possibilidades de fazer circular imagens que sejam representações da memória, do desejo, do destino e da política de grupos subalternizados.

Como afirmado anteriormente, decerto a Mídia Ninja não se trata de um grupo subalterno, mas de um grupo contra-hegemônico. Esta afirmação deve ser entendida de um ponto de vista relacional, isto é: para determinados grupos subalternos ou sem visibilidade, hoje, a Mídia Ninja pode parecer um grupo que integra o *mainstream* político e jornalístico; por outro lado, é certo que o coletivo midiativista não tem o mesmo poder de alcance dos grandes conglomerados midiáticos. Mesmo assim, é inegável que o seu sucesso em 2013 e a repercussão dos eventos de Junho impulsionaram tanto o surgimento de novos atores - midiativistas ou não, atuantes de maneira individual ou sob a forma de coletivos - como a apropriação por parte de militantes e ativistas de diferentes formatos imagéticos nos espaços das redes sociais virtuais como um dos seus mais importantes recursos em suas lutas políticas. E esta é a primeira consequência a qual gostaria de chamar atenção.

Poderíamos citar como exemplos os casos dos coletivos Fala Akari e Papo Reto, criados por moradores das favelas de Acari e do Complexo do Alemão, ambas no Rio de

Janeiro, ou a Mídia Índia, coletivo formado por jovens indígenas de etnias, regiões e comunidades diferentes e que carrega no nome e na identidade visual de sua marca referência à Mídia Ninja. A partir do seu lugar do olhar, estes coletivos têm tido importante papel no combate às violências perpetradas contra suas comunidades e na tentativa de se auto representar perante o mundo. Evidentemente, eles são resultado também – e, na verdade, acima de tudo - de tradições de militância e ativismo históricas, sendo a continuidade de lutas inauguradas por gerações anteriores. Mas também são produto do contexto no qual estão inseridos e, nesse sentido, é importante notar como para além do êxito da Mídia Ninja em 2013 e de sua consolidação nos anos posteriores, os Ninjas também são, de certa forma, o resultado de políticas públicas específicas que fortaleceram iniciativas de mídia livre. Como salientado no capítulo 3, a Mídia Ninja surgiu como um desdobramento das atividades desenvolvidos pelo Fora do Eixo que se fortaleceu precisamente com o incentivo decisivo dos Pontos de Cultura e dos Pontos de Mídia Livre, implementados pelo governo Lula.

A segunda questão e a segunda consequência as quais gostaria de chamar atenção dizem respeito ao conteúdo do midiativismo da Mídia Ninja. Como demonstrado ao longo deste trabalho, o coletivo midiativista procurou se opor às representações feitas pela mídia corporativa sobre Junho fundamentalmente através das imagens. Nesta disputa, as fotografias tiveram grande importância e desafiaram os grandes meios de comunicação em forma e conteúdo, como também fora ressaltado. Mas este embate, por mais que a Mídia Ninja tenha cerrado fileira em um campo no qual os *media* tradicionais ainda não tivessem - como ainda não têm - domínio, se deu sob bases cômodas a estes últimos. E não apenas pelo alcance muito maior dos jornais e dos telejornais dos grandes conglomerados corporativos midiáticos. Não eram somente as condições da guerra que lhes eram desfavoráveis: o modo como a Mídia Ninja escolheu guerrear também lhe colocou em desvantagem.

Ao comentar o papel da Mídia Ninja durante as manifestações, a pesquisadora Ivana Bentes afirma que “o midialivrismo e o midiativismo se encontram numa linguagem e experimentação que cria outra partilha do sensível, experiência no fluxo e em fluxo, que inventa tempo e espaço, poética do descontrole e do acontecimento” (BENTES, 2015, p. 21). A autora faz referência à noção cunhada pelo filósofo francês Jacques Rancière, que designa a tensão própria da política, da estética e da relação entre elas que *faz ver* “um comum” a partir da forma como estão distribuídos os espaços, os tempos e as atividades humanas em uma comunidade e a partir da forma como essa



distribuição, por sua vez, delimita lugares e partes respectivas neste “comum”. A partilha do sensível remeteria, portanto, a “um *comum* partilhado e partes exclusivas” (RANCIÈRE, 2014, p. 15, grifo do autor). Seria nela que se definiria o que, como, onde e quando pode ser visto, ouvido e falado. Isto é, seria nela que se determinaria o que deve ser *pressuposto* como digno de percepção, o sentido mesmo daquilo que se afirma como “comum” e quem pode tomar parte neste comum em função da sua ocupação e das atividades que exerce.

Segundo Rancière, existiria na base da política uma “estética” que, num sentido próximo àquele conferido por Kant, diria respeito às formas que a priori determinam “o que se dá a sentir”. Não estaríamos a falar, portanto, de uma “estetização da política” segundo uma interpretação benjaminiana, de acordo com a qual a assimilação da política por uma vontade de arte que se prestou a uma representação do povo para fins de sua pacificação fora uma das formas do exercício do poder fascista (RANCIÈRE, 2014, p. 16). Para o autor, “a política ocupa-se do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, de quem tem competência para ver e qualidade para dizer, das propriedades do espaço e dos possíveis do tempo” (RANCIÈRE, 2014, pp. 16-17). Mas, muito embora esta concepção da política sugira que as imagens, portanto, ocupem lugar fundamental, a equação não é tão simples. Para que emergja outra partilha do sensível, não basta que haja apenas a vontade e/ou o esforço dos sujeitos em romper com o consenso dominante. Uma nova partilha do sensível exige mais que isso, mais do que a controvérsia de ideias, demanda o conflito entre *regimes sensoriais* distintos.

“O que torna uma imagem intolerável?” questiona-se Rancière no ensaio intitulado “O espectador emancipado” (2012). Dita de outro modo, seguindo o argumento do autor, a pergunta pode ser formulada da seguinte maneira: “o que torna uma imagem capaz de gerar indignação?”. A imagem de uma modelo anoréxica nua durante um evento de moda, tal como no cartaz produzido pelo fotógrafo Oliviero Toscani durante a semana da moda de Milão em 2007? A imagem de uma criança morta em um apartamento confortável, como na montagem de Martha Rosler na série *Bringing The War Home*? Em comum entre estas imagens, o fato, para Rancière, de que elas acabaram por operar no mesmo regime de visibilidade do mundo que se propõem a combater. Em ambos os casos houve um deslocamento do intolerável *na* imagem para o intolerável *da* imagem. Tanto uma quanto outra imagem não obtiveram o efeito pretendido por seus autores: tornaram-se espetáculos por si só, “intoleravelmente reais demais” (RANCIÈRE, 2012, p. 83), sendo consideradas inaptas para criticar a realidade. Inseridas no mesmo fluxo de imagens

do universo midiático, foram absorvidas por ele e assim passaram a ser parte constituinte da realidade que se queria criticar, exibindo “alternadamente sua face de aparência brilhante e seu avesso de verdade sórdida que compõem um único e mesmo espetáculo” (idem, p. 84).

De certa forma, o mesmo se passou com grande parte das imagens da Mídia Ninja em Junho. As fotografias que buscavam expor, sobretudo, a violência e a revolta dos manifestantes mantiveram as manifestações sobre um regime de visibilidade da espetacularização. Postas em circulação em um ambiente midiático de intenso fluxo de imagens, estas fotografias acabaram centrando o olhar nos mesmos ícones midiáticos que a grande imprensa: a repressão policial, os conflitos envolvendo os manifestantes, as depredações patrimoniais, a tática black bloc, as barricadas em chamas etc. Por mais que a Mídia Ninja objetivasse a construção de uma imagem das manifestações e dos manifestantes alternativa àquela oferecida pelos meios de comunicação dominantes, estas fotografias continuaram a alimentar a ânsia por um show a ser assistido pelo público, ávido por cenas dignas de filmes de ação.

Houve certamente quem se indignasse e não foram poucos. Como argumentei antes, as imagens foram importantes na divulgação das manifestações e na difusão do clima de revolta que se instalou nas ruas e nas redes sociais virtuais. Mas esta indignação não foi suficientemente duradoura para que as manifestações mantivessem seu ritmo pujante. Além disso, para outros tantos, que também não foram poucos, as imagens se tornaram apenas mercadorias a ser consumidas, sem que daí emergissem espectadores convencidos da importância das manifestações e de suas pautas ou culpados por delas não participar. Não foi por acaso que a mídia hegemônica investiu em uma cobertura ampla e intensa. Havia ali grande oportunidade de audiência, consumo e circulação de seus noticiários. Mesmo quando foi pautada pela Mídia Ninja, a mídia corporativa fez o debate continuar girando em grande medida em torno da legitimidade do uso da violência, sendo ela apenas simbólica ou não. Dialeticamente, as imagens desempenhavam o papel da “realidade” e da “verdade” denunciadora da ilusão criada pela mídia dominante, mas ao mesmo tempo, neste ato, tornavam-se elas próprias cúmplices da ilusão denunciada.

As imagens não são exteriores à política. Elas estão sempre sob disputa. Como argumenta Rancière, “nós não estamos diante das imagens; estamos no meio delas, como elas estão no meio de nós. A questão é de saber como circulamos entre elas, como as fazemos circular” (2007, p.198). Não há, contudo, certezas quanto ao efeito desejado no seu uso. Em contrapartida à velocidade com que as imagens são compartilhadas e

provocam reações, a possibilidade das mesmas caírem no esquecimento, sobrepujadas por outras tantas que surgem a cada segundo, é também muito grande. Em Junho isto foi compensado com a estratégia utilizada pela Mídia Ninja de bombardear as redes sociais virtuais com imagens a todo instante, produzindo centenas de vídeos e milhares de fotografias, em tática muito similar àquela utilizada pelo MPL de convocar manifestações em um curto espaço de tempo. Somadas, estas duas estratégias fizeram com que não houvesse outro tema a ser debatido senão as manifestações.

Mas as imagens, reafirmo, sejam elas fixas ou em movimento, estão sempre sob disputa, sempre sujeitas aos enunciados daqueles que lhes interpretam, abertas a diferentes significados. E pode-se dizer que em Junho também vivemos isso, afinal, nem todos aqueles que se sentiram motivados a ocupar as ruas e que de alguma forma tiveram contato com as imagens produzidas pela Mídia Ninja compartilhavam do mesmo posicionamento político. Esta, inclusive, deve ser vista como uma característica comum à Primavera Árabe, ao Occupy, Movimento dos Indignados, Junho e às demais mobilizações corridas entre 2010 e 2013: dado o caráter inerentemente polissêmico das imagens, um evento político em cujo seio as imagens possuem protagonismo, sobretudo, por meio das redes sociais virtuais, tem grandes chances de ser marcado pelo encontro de diferenças e contradições e por um processo mais fluído. Tanto quanto as convocações por meio de eventos no Facebook ou correntes de mensagens no Whatsapp, a atuação da Mídia Ninja através da difusão de imagens e da defesa das manifestações contribuiu para uma abertura destas a todos os que quisessem delas participar. Esta abertura tornou possível que as ruas estivessem divididas entre socialistas, anarquistas, autonomistas, liberais, conservadores e autoritários ao mesmo tempo. Mas a atuação da Mídia Ninja é apenas parte da equação e isto nos remete a terceira questão e terceira consequência do embate midiático que constituiu Junho.

Sob a ótica da importância das imagens para a construção das manifestações tal como elas se deram, não se pode negar que contribuíram também decisivamente para que elas se tornassem tão multifacetadas quanto possível os grandes veículos de comunicação brasileiros. Como afirmado anteriormente, a partir de determinado momento, a mídia hegemônica deu voz e imagem a uma narrativa baseada sobretudo no sentimento patriótico e na indignação contra a corrupção e a política tradicional. Esta narrativa, ao mesmo tempo em que espelhava uma parte das ruas e das redes digitais, ajudava a construir um imaginário sobre as manifestações e sobre a nação em movimento, em luta contra o mal que lhe aplacava. À sua descredibilização crescente e à pluralização da

influência midiática e das narrativas não apenas sobre as manifestações, mas também sobre a nação e a sociedade brasileira, o jornalismo e o fotojornalismo da imprensa tradicional recorreram a um imaginário, símbolos e estética já estabelecidas e dominantes sobre a política e sobre a própria imagem que a nação tem de si. Manifestava-se em outro flanco o conflito entre as lógicas societais e ideários que Junho expunha.

De um lado, a autonomia, horizontalidade, autoria coletiva, a atuação através das redes sociais virtuais, a parcialidade como ponto de partida, o estabelecimento de um vínculo emocional com o espectador e a política de reconhecimento das reivindicações pela ampliação e/ou efetivação de direitos de grupos sociais excluídos praticadas pela Mídia Ninja. Do outro, a hierarquia corporativa, os direitos autorais em copyright, o formato mais tradicional de produção jornalística sob o manto da objetividade e da mediação sem interesse a defesa de uma agenda política conservadora sob muitos aspectos (por exemplo, em relação à violência nos protestos e às reivindicações de grupos historicamente marginalizados), mas certamente de cunho liberal nas críticas à condução econômica do país empreendida pelos grandes meios de comunicação do país, com destaque exatamente para O Globo, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo. Se os jornais destacavam a interpretação de que os protestos eram expressão do desgaste em relação à “política tradicional” ou “velha política”, por outro lado omitiam que a revolta nas ruas era também contra a própria imprensa tradicional.

A comunicação foi um dos grandes campos de batalha de Junho. E nesse sentido é curioso perceber como a pluralização midiática que ganhou terreno no pós-Junho, sendo um dos principais desdobramentos das manifestações, encontrou ressonância em grupos que se valeram exatamente do que Junho trazia de novo e do que recuperava de outros momentos da história brasileira em termos midiáticos. Grupos como o Revoltados Online, criado antes de 2013, o Vem Pra Rua e o MBL, estes nascidos em 2014 – este último que não por acaso nomeia-se por sigla quase idêntica àquela utilizada pelo MPL, porém com orientação política oposta -, fundamentaram sua ação política justamente no que havia de mais profícuo em ambos os lados antagônicos da disputa midiática. Por um lado, expandiram a sua influência por meio das redes sociais, por outro, o fizeram precisamente recorrendo aos símbolos e à estética nacional e por meio da difusão de imagens de seus atos de protesto. Aproveitando a janela aberta ao patriotismo que se escancarou em Junho com o auxílio generoso dos grandes veículos de comunicação, estes grupos trouxeram a direita a um novo patamar de influência na vida política do país.

Tal como a Mídia Ninja, estes grupos também foram produto de um mesmo momento histórico específico. Sobretudo a partir da segunda metade dos anos 2000, o Brasil, sob a condução do lulismo, viu a emergência de grupos conservadores, liberais e autoritários ao mesmo tempo em que cresciam e ganhavam destaque grupos autonomistas de esquerda e anarquistas. A grande diferença entre ambos estava nos aportes recebidos pelos primeiros, que contaram com a ajuda de empresários, associações de classe média e classe alta e partidos políticos de oposição ao lulismo, no que conseguiram se tornar fundamentais no rearranjo das direitas no Brasil. Estes grupos se encontraram nas ruas em Junho e continuam a se cruzar em lados opostos desde então. Nos primeiros momentos pós-Junho, houve claro esboço do que poderia ser um saldo positivo para a esquerda, com o crescimento do número de greves, formação de novas organizações e engendramento de ocupações e protestos de movimentos sociais e coletivos ativistas alinhados ao combate de desigualdades sociais, com notório destaque às lutas antirracista e feministas. Mas a partir de 2014 este quadro se reverteu em favor das direitas e o que se viu foram sucessivas derrotas aos grupos desejosos do aprofundamento da democracia com a participação decisiva dos setores que encarnaram o patriotismo contra os “vermelhos”.

O enquadramento dos protestos de junho de 2013 pelas mídias tradicionais cumpriu papel importante na guinada à direita da política no Brasil. Ao explorar o sentimento patriótico e a ojeriza à corrupção como as verdadeiras causas das manifestações, as imagens de manifestantes envoltos em bandeira nacional ou com seus rostos pintados em verde e amarelo passaram a colonizar o imaginário social. Assim se estabeleceu uma nova narrativa discursiva e visual que, como o tempo demonstraria, se consolidaria como tema incontornável nos últimos anos. Desde então, a crítica do sistema político a partir do mote da corrupção tornou-se indissociável da mobilização de símbolos nacionais. Seu uso teve êxito, sobretudo, quando acionado pelos grupos à direita do espectro político, os quais aproveitaram a janela de oportunidade para associá-la diretamente à esquerda e incrementar progressivamente o debate público com pautas de caráter conservador e reacionário.

Se é válida a afirmação de que Junho representou um encontro hostil entre modelos de concepção, organização e ação política, lógicas e ideários sociais e formas de pensar e representar a nação, daí resultando o seu caráter multifacetado, arredo, complexo e polissêmico, é justo dizer que, como o tempo tem demonstrado, o campo patriota saiu vencedor. Foram justamente os grupos que progressivamente perderam qualquer acanhamento em se autodenominar como sendo de direita que obtiveram os

resultados mais concretos, aumentando seu poder de ingerência nas arenas institucionais e nos processos decisórios. Já a partir de 2014 ganharam força a Operação Lava Jato, que conduziu à prisão o ex-presidente Lula às vésperas da eleição de 2018, sob a batuta de magistrado que posteriormente viria a ser ministro do vencedor daquele pleito, principal oponente do petista, e o movimento que culminou no golpe de 2016, que contou com manifestações que tiveram como um dos principais articuladores o MBL.

Admitir isso não significa conceber Junho como ligado a este conjunto de eventos por meio de nexos causais que o determinam como o grande responsável por tudo o que ainda estamos a viver. Não penso que este raciocínio faça jus aos acontecimentos dos últimos anos. Como afirmado por diversas vezes ao longo desta tese, Junho demanda um entendimento que faça jus a sua complexidade e que não suprima as suas contradições, incoerências e disputas. Por um lado, Junho deve ser compreendido como parte de um processo em cujo desenvolvimento tortuoso e contraditório se encontraram projetos de nação e sociedade diferentes, outros completamente opostos, reivindicando as telas, os olhares, os sentidos e o imaginário sobre o que se passava nas ruas e nas redes sociais virtuais. Por outro, Junho deve ser entendido como um acontecimento que escapa à explicações fundamentadas em uma lógica linear e cumulativa justamente por sua complexidade e que em sua singularidade provocou uma ruptura com as causalidades e abriu um novo campo de possibilidades.

Os diferentes olhares lançados sobre Junho quer de desconfiança, quer de entusiasmo e esperança, reafirmam exatamente aquilo que buscamos demonstrar: desde a hora zero Junho esteve sob disputa e assim deve permanecer por um longo tempo. Sua história, seus significados e sua memória estão em aberto e isto por si só tem sido um elemento constitutivo importante do fenômeno, na medida em que, seguindo uma lógica polarizada, com frequência as tentativas de interpretá-lo têm exposto em seu conflito as diferentes dimensões de Junho e, assim, sua polissemia. Temos, portanto, um paradoxo: tanto maiores os esforços pelo enquadramento dos sentidos de Junho em fórmulas engessadas e modelos interpretativos da realidade política alheios a dinâmicas mais fluídas, mais explícitas tornam-se as suas próprias incongruências. Manter de pé a polarização que daí resulta é não apenas negar a complexidade da vida social, mas também a possibilidade da contradição. Além disso, é manter-se também desatento quanto às transformações em curso no Brasil e no mundo. Fico com Benjamin: “o dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador

convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer” (BENJAMIN, 1987, p. 224-225).

Junho foi pugna, batalha, conflito. Pela rua, pelas redes, pelo que deve ser visto, dito, ouvido, escrito, sentido, imaginado, memorado. E se as imagens foram tão centrais em seu processo – e estou certo de que foram –, Rancière parece estar certo: as imagens têm nos ensinado que não é qualquer um que é capaz de ver e falar, pois a lógica dominante “faz do visual o quinhão das multidões e do verbal o privilégio de alguns” (2012, pp. 94-95). Muito se falou e se fala, se escreveu e se escreve sobre Junho e suas multidões, mas eles realmente foram vistos e ouvidos, isto é, tomados enquanto um fenômeno social e político de enorme complexidade, polissemia e contradições? Em 2013, centenas de milhares de anônimos foram às ruas e a eles dirigimos nossos olhares. Milhares de imagens tiveram como tema as manifestações nos telejornais, páginas de jornais, sites, redes digitais. Mas quantas e quais delas realmente foram vistas? Quantas e quais permitiram ou ao menos ajudaram a tornar possíveis as condições para que os seus sujeitos falassem e fossem ouvidos? A julgar pela forma como Junho segue sendo frequentemente interpretado, tais questionamentos seguem imprescindíveis a quem quer que se pretenda a compreender Junho e o que lhe sobreveio. Há ainda muito a ser visto, dito, ouvido, escrito, sentido, imaginado, memorado e disputado sobre.

## Referências Bibliográficas:

AGAMBEN, Giorgio. Estado de exceção: [Homo Sacer, II, I]. Trad. Iraci D. Poleti. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha [Homo Sacer, III]. Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.

ALCKMIN, Geraldo. Governo diz que será mais duro contra vandalismo. Folha de S. Paulo, São Paulo, 13 jun. 2013. Primeira página, A1.

ALONSO, Angela. A política das ruas: Protestos em São Paulo de Dilma a Temer. 1. Novos Estudos, p. 49, 2017.

\_\_\_\_\_. A gênese de 2013: formação do campo patriota. *Journal of Democracy* em português. Vol. 8, Nº 1, mai. 2019.

ALONSO, Angela; MISCHÉ, Ann. “Changing Repertoires and Partisan Ambivalence in the New Brazilian Protests”. *Bulletin of Latin American Research*, v. 36, n. 2, abr. 2017, pp. 139-280.

ALVAREZ, Sonia. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. In: *Cadernos Pagu*, janeiro-junho de 2014, pp.13-56. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/cpa/n43/0104-8333-cpa-43-0013.pdf>>. Acesso em 02 jul. 2021.

ALVES, Giovanni. O que é o precariado? Blog da Boitempo, 2013. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2013/07/22/o-que-e-o-precariado/>>. Acesso em: 03 ago. 2020.

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. Os dias que abalaram o Brasil: as rebeliões de junho, julho de 2013. São Luís: Revista de Políticas Públicas, Número Especial, p. 41-47, julho de 2014.

ANTOUN, Henrique. Jornalismo e ativismo na hipermídia: em que se pode reconhecer a nova mídia. *Revista Famecos*, Porto Alegre, v. 1, n. 16, p. 135-148, dez. 2001.

ARANTES, Paulo. O novo tempo do mundo e outros ensaios sobre a emergência. São Paulo: Boitempo, 2014.

AVALIAÇÃO NEGATIVA DA GESTÃO HADDAD SOBE DE 14% PARA 21%, Folha de S. Paulo, São Paulo, 10 jun. 2013. Cotidiano, C4.

AVRITZER, Leonardo. Os Impasses da Democracia no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1., 153p., 2016a.

\_\_\_\_\_. Eleições, radicalização política e revolta social: uma análise do Brasil entre as eleições de 2014 e os painéis de 2015. In: Fernando Mayorga. (Org.). *Elecciones y*



legitimidad democrática en América Latina. 1ed.: CESU-UMSS/CLACSO/IESE/Plural editores, p. 39-57, 2016b.

\_\_\_\_\_. O pêndulo da democracia. São Paulo: Todavia, 1ª ed., 2019.

BADIOU, ALAIN. A hipótese comunista. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2012.

BALLOUSSIER, Anna Virginia. Cara típica do evangélico brasileiro é feminina e negra, aponta Datafolha. Folha de S. Paulo *online*, São Paulo, 13 jan. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/cara-tipica-do-evangelico-brasileiro-e-feminina-e-negra-aponta-datafolha.shtml>>. Acesso em 28 mai. 2021.

\_\_\_\_\_. Há dez anos, ‘Cansei dava a Doria projeção, aura de anti-Lula e pecha de ‘golpista’. Folha de S. Paulo *online*, São Paulo, 15 ago. 2017. Poder. Disponível em: <<https://m.folha.uol.com.br/poder/2017/08/1909369-ha-dez-anos-cansei-dava-a-doria-projecao-politica-e-pecha-de-golpista.shtml?origin=folha#>>. Acesso em 27 mai. 2021.

BARBOSA, Caio Marcondes Ribeiro. A cruz e o lulismo: um estudo de caso na periferia de São Paulo com fiéis da Igreja Universal nas eleições de 2014. Dissertação de Mestrado defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2016.

BARTHES, Roland. A câmara clara: nota sobre fotografia. Rio de Janeiro: nova Fronteira, 1984.

\_\_\_\_\_. O óbvio e o obtuso. Tradução: Léa Novaes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, 284p.

BHABHA, Homi K. O local da Cultura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

BECK, Martha. De olho nas ruas e na meta. O Globo, Rio de Janeiro, Economia, p. 23, 27 jun. 2013.

BEDINELLI, Talita; MONTEIRO, André; BENITES, Afonso. Grupo do PT engrossa protesto contra a tarifa. Folha de S. Paulo, São Paulo, 11 jun. 2013. Cotidiano, C4.

BENJAMIN, Walter. As Teses sobre o Conceito de História. In: Obras Escolhidas, Vol. 1, 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, p. 222-232, 1987.

BENJAMIN, Walter. Para uma crítica da violência. Walter Benjamin. In: Escritos sobre mito e linguagem (1915-1921). São Paulo, Duas Cidades / Editora 34, [1921] 2011, 176 pp.

BENTES, I. Mídia-Multidão: estéticas da comunicação e biopolíticas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.

BERGAMIN JR., Giba. Haddad defende ação da PM para tirar protestos de vias. Folha de S. Paulo, São Paulo, 10 jun. 2013. Cotidiano, C3.

BERGAMIN JR., Giba; BUNDUKY, Ricardo. Promotor se desculpa após incitar PM a ser violenta. Folha de S. Paulo, São Paulo, 10 jun. 2013. Cotidiano, C3.

BERGAMIM JR., Giba; GERAQUE, Eduardo. ‘É revolta popular, sem controle’, diz movimento. Folha de São Paulo, São Paulo, 12 jun. 2013. Cotidiano, C5.

BEZERRA, Marcos Otávio. Corrupção: um estudo sobre poder público e relações pessoais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995. 220 pp.

BOLSONARO, Jair. Homenagem. Diário do Congresso Nacional nº 18 de 2011, Sessão conjunta, 09 nov. 2011, pp. 2946-2947. Publicado em 10 nov. 2011. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/7489?sequencia=7>>. Acesso em: 27 mai. 2021.

\_\_\_\_\_. Protesto contra a elaboração pelo Ministério da Educação de material didático com orientação homossexual destinado a alunos da rede pública de ensino. Diário da Câmara dos deputados, Breves Comunicações, p. 63444. Publicado em 25 nov. 2011. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/resultadoPesquisaDiscursos.asp?txIndexacao=&CurrentPage=8&BasePesq=plenario&txOrador=JAIR%20BOLSONARO&txPartido=&dtInicio=&dtFim=&txUF=&txSessao=&listaTipoSessao=&listaTipoInterv=&inFalaPres=&listaTipoFala=&listaFaseSessao=&txAparteante=&listaEtapa=&CampoOrdenacao=dtSessao&TipoOrdenacao=DESC&PageSize=50&txTexto=&txSumario=>>>. Acesso em: 27 mai. 2021.

BONDUKI, Nabil. Reduzir o custo e melhorar o transporte. Folha de S. Paulo, São Paulo, 10 jun. 2013. Opinião, Tendências/Debates, A3.

BRAGA, Ruy. A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.

\_\_\_\_\_. Brasil: uma interpretação à altura de Junho. Blog Junho, 28 de junho de 2015a. Disponível: <<http://blogjunho.com.br/brasil-uma-interpretacao-a-altura-de-junho/>>. Acesso em: 05 ago. 2020.

\_\_\_\_\_. Os sentidos de Junho. Blog da Boitempo, 06 de julho de 2015b. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2015/07/06/os-sentidos-de-junho/>>. Acesso em: 05 ago. 2020.

\_\_\_\_\_. A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global. São Paulo: Boitempo, 2017.

BRAGA, Ruy; BIANCHI, Alvaro. “Depois de junho: qual futuro para uma esquerda pós-petista?”. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Orgs.). Encruzilhadas da democracia. Porto Alegre (RS): Zouk, 2017, pp. 65-85.

BRAIGHI, Antônio A. Análise do discurso midiativista: uma abordagem às transmissões simultâneas do Mídia Ninja. 2016. 654 f. Tese (Doutorado em Linguística do Texto e do Discurso) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte,

2016. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/RMSA-AHGG2X>. Acesso em: 15 abr. 2021.

BRAIGHI, Antônio Augusto; CÂMARA, Marco Túlio. O que é Midiativismo? Uma proposta conceitual. In: BRAIGHI, Antônio Augusto; LESSA, Cláudio; CÂMARA, Marco Túlio (orgs.). *Interfaces do Midiativismo: do conceito à prática*. CEFET-MG: Belo Horizonte, 2018. P. 25-42.

BRINGEL, Breno. “O Brasil na geopolítica da indignação global”. *Brasil de Fato*, São Paulo, 27 de junho de 2013a.

\_\_\_\_\_. “Brazil within the geopolitics of global outrage”. *Global Express/Global Dialogue*, Newsletter of the International Sociological Association, 01 de julho de 2013b. Disponível em: <http://globaldialogue.isa-sociology.org/brazil-within-the-geopolitics-of-global-outrage/>. Acesso em: 10 jan. 2021.

\_\_\_\_\_. “Indignación a la brasileña: una mirada comparativa y global”. *RedSeca - Revista de Actualidad Política, Social e Cultural*, Santiago, Chile, 08 de julho de 2013c. Disponível em: <http://www.redseca.cl/indignacion-a-la-brasilena-una-mirada-comparativa-y-global/>. Acesso em: 10 jan. 2021.

\_\_\_\_\_. “Le Brésil et la géopolitique de l’indignation”. *La Vie des Idées*, Collège de France, 25 de julho de 2013d. Disponível em: <https://laviedesidees.fr/Le-Bresil-et-la-geopolitique-de-l.html>. Acesso em: 10 jan. 2021.

BRINGEL, Breno. Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013e. In: *Revista Insight Inteligência*, 2013, n.62 (Julho/Setembro), pp.42-51.

\_\_\_\_\_. Sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013. In: Bringel, B.; Domingues, J. M. (orgs.). *As Jornadas de Junho em perspectiva global*. Rio de Janeiro: Netsal; Iesp, p. 16-29, 2013f.

BRINGEL, B. Movimientos sociales y la nueva geopolítica de la indignación global. In: BRINGEL, B.; PLEYERS, G. (Org.), *Protesta e indignación global: Los movimientos sociales en el nuevo orden mundial*. Buenos Aires: CLACSO, 2017, p. 23-30.

BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey. Junho de 2013... dois anos depois: polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. *Nueva Sociedad*, v. 259, p. 4-17, 2015a.

\_\_\_\_\_. Open Movements: Social Movements, Global Outlooks and Public Sociologists. *Open Movements*, 16 de março de 2015b. Disponível em: [https://www.opendemocracy.net/en/openmovements-social-movements-global-outlooks-and-public-sociologist/#\\_ftnref5](https://www.opendemocracy.net/en/openmovements-social-movements-global-outlooks-and-public-sociologist/#_ftnref5). Acesso em: 10 jan. 2021.

\_\_\_\_\_. Crisis política y polarización en Brasil: de las protestas de 2013 al golpe de 2016. In: BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey. (Org.). *Protesta e indignación global: los movimientos sociales en el nuevo orden mundial*. 1ed. Buenos Aires: CLACSO, v., p. 135-148, 2017.

BRINGEL, Breno; DOMINGUES, José M.: *Global Modernity and Social Contestation*, Sage, London- New Delhi, 2015.

BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa (org.). Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BUCK-MORSS, Susan. Hegel , Haití y la historia universal. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica, 2013.

BURGE, Tyler. Content preservation. The philosophical review, Durham, Duke University, v. 102, n. 4, p.457-488, 1993.

BURKE, Kenneth. The philosophy of literary form. New York: Vintage Books Inc., 1957.

\_\_\_\_\_. Language as symbolic action. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1966.

\_\_\_\_\_. A grammar of motives. California: University of California Press, 1969.

CAMPANHA, Diógenes. Alckmin critica manifestação e defende ação da polícia na Paulista. Folha de S. Paulo, São Paulo, 07 de junho de 2013. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1291417-alckmin-critica-manifestacao-e-defende-acao-da-policia-na-paulista.shtml>>. Acesso em: 29 abr. 2020.

CANO, Ignacio; BORGES, Doriam; RIBEIRO, Eduardo. Os donos do morro: uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia pacificadora (UPPs) no rio de Janeiro. São Paulo: fórum brasileiro de segurança pública; Rio de Janeiro; LAV/UERJ, 2012.

CARDON, D.; GRANJON, F. Médiactivistes. Paris, França: Presses de Sciences Po, 2010.

CARDOSO Gustavo; DI FÁTIMA, Branco. Movimento em rede e protestos no Brasil: qual gigante acordou? Dossiê Mídia, Intelectuais e Política, [S.l.], v. 16, n. 2, p. 143-176, maio/ago. 2013. Disponível em: [www.pos.eco.ufrj.br](http://www.pos.eco.ufrj.br)

CARROLL, William K.; HACKETT, Robert. A. Democratic media activism through the lens of social movement theory. Media, Culture and Society, Reino Unido, v. 28, n. 1, 2016, p. 83-104.

CARTIER-BRESSON, Henri. O instante decisivo. In. BACELLAR, Mario Clark (Org). Fotografia e Jornalismo. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes (USP), 1971, pp. 19-26.

CARVALHO, Laura. Valsa brasileira. São Paulo: Todavia, 2018. 192 pp.

CASTELLS, Manuel. Hackers, crackers, seguridad y libertad. Universidad Oberta de Catalunya, 2001.

\_\_\_\_\_. Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTEL, Robert. *Metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CAVA, Bruno. *A multidão foi ao deserto: as manifestações no Brasil em 2013*. São Paulo: Annablume, 2013.

CAZUZA; ISRAEL, George; ROMERO, Nilo. *Brasil*. Rio de Janeiro: Universal Music, 1988.

CEFAÏ, Daniel. *Públicos, Problemas, Arenas Públicas. Novos estudos*. CEBRAP. São Paulo. V36.02. 129-142. Jul. 2017.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência. Aspectos da cultura popular*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_. Entrevista: O efeito das manifestações. In: *Revista Cult*. São Paulo, n. 182, 2013a.

\_\_\_\_\_. *Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro*. Vol. 2. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2013b.

\_\_\_\_\_. *As manifestações de junho de 2013 na cidade de São Paulo*. *Revista Teoria e Debate*, edição 113, 2013c. Disponível em:

<<https://teoriaedebate.org.br/2013/06/27/%ef%bb%bfas-manifestacoes-de-junho-de-2013-na-cidade-de-sao-paulo/>>. Acesso em: 15 de junho de 2020.

\_\_\_\_\_. *Uma nova classe trabalhadora: indagações*. In: *Fundação Perseu Abramo e Fundação Friedrich Ebert (org.). Classes? Que Classes?* São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Fundação Friedrich Ebert, p.87-103, 2013d.

\_\_\_\_\_. “A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo”. In: *Ivana Jinkings (org.). Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016.

CHIODETTO, Éder. *Mídia Ninja fará parte do acervo do MAM-SP*. *Blog Entretempos, Folha de S.Paulo* (2013). Disponível em: <<http://entretempos.blogfolha.uol.com.br/2013/11/08/midia-ninja-fara-parte-do-acervo-do-mam-sp/>>. Acesso em 29 mai. de 2021.

CIMINO, James. *Moradores de Higienópolis se mobilizam contra estação de metrô*. *Folha de S. Paulo online*, São Paulo, 13 ago. 2010. *Cotidiano*. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1308201011.htm>>. Acesso em 28 mai. 2021.

COMITÊ POPULAR RIO DA COPA E DAS OLIMPÍADAS. *Megaeventos e violações dos direitos humanos no Rio de Janeiro: Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2012.

COSTA, Ana Cláudia; GOULART, Gustavo. Vandalismo sem causa. O Globo, Rio de Janeiro, 12 jun. 2013. Rio, p. 10.

DAMATTA, Roberto. Conta de mentiroso. Sete ensaios de antropologia brasileira. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

DATAFOLHA. Copa do Mundo e seleção brasileira. Instituto de Pesquisas Datafolha, Opinião Pública, Dossiês. São Paulo, 13 dez. 2013a. Disponível em: <[http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/05/02/copa\\_do\\_mundo\\_selecao\\_brasileira\\_25122012.pdf](http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/05/02/copa_do_mundo_selecao_brasileira_25122012.pdf)>. Acesso em 26 mai. 2021.

DATAFOLHA. Avaliação da presidente Dilma Rousseff. Instituto de Pesquisas Datafolha, Opinião Pública, Avaliação de governo. São Paulo, 27 e 28 jun. 2013b. Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/07/01/avaliacao-dilma.pdf>>. Acesso em 30 mai. 2021.

DE CASTRO ROCHA, João César. Guerra Cultural e Retórica do Ódio: crônicas de um Brasil pós-político. Goiânia: Editora e Livraria Caminhos; 1ª edição, 2021.

DELLEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. v. 2. São Paulo: Ed. 34, 2011.

\_\_\_\_\_. Maio de 68 não ocorreu. In: Revista Trágica: Estudos de Filosofia da Imanência, vol. 8 – número 1 – 1º quadrimestre, 2015. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/tragica/article/download/26807/14902#:~:text=Maio%20de%2068%20%C3%A9%20da,n%C3%A3o%20%C3%A9%20isso%20que%20conta>>. Acessado em 30/07/2021.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDO SOCIOECONÔMICOS (Dieese). Balanço das greves em 2012. Estudos e Pesquisas, n. 66, mai. 2013. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2012/estPesq66balancogreves2012.pdf>>. Acesso em 11 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. Balanço das greves em 2013. Estudos e Pesquisas, n. 79, dez. 2015. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2013/estPesq79balancogreves2013.pdf>>. Acesso em 11 jun. 2021.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDO SOCIOECONÔMICOS (Dieese) & CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). Terceirização e desenvolvimento: uma conta que não fecha: dossiê acerca do impacto da terceirização sobre os trabalhadores e propostas para garantir a igualdade de direitos. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2014.

DOMINGUES, José Maurício. O Brasil entre o presente e o futuro: conjuntura interna e inserção internacional. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.

DO VALLE, Dimitri. “Dia sem impostos” tem protestos em MG e no RS. Folha de S. Paulo *online*, Curitiba, 28 mai. 2008. Mercado. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2805200837.htm>>. Acesso em 27 mai. 2021.

DOWBOR, Monika; SZWAKO, José. Respeitável público...: performance e organização dos movimentos antes dos protestos de 2013. *Novos estudos CEBRAP* [online]. 2013, n. 97, pp. 43-55. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/nec/a/ZYFvVLh7qJyhRC66sdSnDrB/?lang=pt#>>. Acesso em 20 jul. 2021

DOWNING, J. D. H. *Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais*. 2. ed. São Paulo: SENAC São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_. Entrevista com John Downing. Entrevista concedida a Patrícia Wittenberg Cavalli. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, n. 38, p. 5-9, abr. 2009.

DRAGONETTI, Victor. Fotógrafo diz que PM foi violento e que fez a imagem para se proteger. *Folha S. Paulo*, São Paulo, 14 jun. 2013. Cotidiano, C5.

DRAGONETTI, Victor. Drago e a Selva de SP. Site *Revista Vice*, 2015. Disponível em: <[https://www-vice-com.cdn.ampproject.org/v/s/www.vice.com/amp/pt/article/4xgm8m/drago-e-a-selva-de-sp?amp\\_js\\_v=a6&amp\\_gsa=1&usqp=mq331AQHKAFQArABIA%3D%3D#aoh=16174288647642&referrer=https%3A%2F%2Fwww.google.com&amp\\_tf=Fonte%3A%20%251%24s&ampshare=https%3A%2F%2Fwww.vice.com%2Fpt%2Farticle%2F4xgm8m%2Fdrago-e-a-selva-de-sp](https://www-vice-com.cdn.ampproject.org/v/s/www.vice.com/amp/pt/article/4xgm8m/drago-e-a-selva-de-sp?amp_js_v=a6&amp_gsa=1&usqp=mq331AQHKAFQArABIA%3D%3D#aoh=16174288647642&referrer=https%3A%2F%2Fwww.google.com&amp_tf=Fonte%3A%20%251%24s&ampshare=https%3A%2F%2Fwww.vice.com%2Fpt%2Farticle%2F4xgm8m%2Fdrago-e-a-selva-de-sp)>. Acesso em: 03 abr. 2021.

DUPUIS-DÉRI, Francis. *Black Blocs*. São Paulo: Editora Veneta, 2014.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador, volume 1: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011 [1939].

ELLWANGER, Tiana Maciel. *Jornadas de Junho: 5 anos depois*. Rio de Janeiro: Autografia, 2018.

FAULHABER, Lucas, AZEVEDO, Lena. *Remoções no Rio de Janeiro olímpico*. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

FAUSTO, Ruy. A esquerda encapuçada. *Revista Piauí*. Ano: v. 8, Nº 99, p. 42-50, dez. 2014. Disponível na versão online em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-esquerda-encapucada/>>. Acesso em: 11 set. 2020.

FERREIRA GULLAR. ‘Se isso desandar, pode dar em desordem muito grande. [Entrevista concedida a] Roberta Pennafort. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, Política, A16, 22 jun. 2013.

FIGUEIREDO, Rubens. A “espiral do silêncio” e a escalada da insatisfação. In: *Junho de 2013: a sociedade enfrenta o Estado*. Organização: Rubens Figueiredo. São Paulo: Summus, 2014, pp. 23-38.

FOLETTI, L. F. *Um mosaico de parcialidades na nuvem coletiva: rastreando a Mídia Ninja (2013 – 2016)*. 2017. 224 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do

Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/158675>>. Acesso em: 29 abr. 2021.

FOLHA DE S. PAULO. Guerra da tarifa. Folha de S. Paulo, São Paulo, 12 jun. 2013. Cotidiano, C4.

\_\_\_\_\_. Retomar a paulista. Folha de S. Paulo, São Paulo, 13 jun. 2013. Editoriais, A2.

\_\_\_\_\_. Protestos e vaias. Folha de S. Paulo, São Paulo, 18 jun. 2013. Editoriais, A2.

\_\_\_\_\_. Protesto e contrato. Folha de S. Paulo, São Paulo, 24 jun. 2013. Editoriais, A2.

\_\_\_\_\_. Brasil se agita. Folha de S. Paulo, São Paulo, 27 jun. 2013. Editoriais, A2.

\_\_\_\_\_. Não é só pelo dinheiro. Folha de S. Paulo, São Paulo, 29 jun. 2013. Editoriais, A2.

\_\_\_\_\_. Infeliz e não sabia. Folha de S. Paulo, São Paulo, 30 jun. 2013. Editoriais, A2.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, Freud e Marx - Theatrum Philosophicum. Porto: Anagrama, 1980.

\_\_\_\_\_. História da Sexualidade 1: A vontade de saber. Rio de Janeiro, Graal, 1999.

\_\_\_\_\_. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. Tradução de Salma Tannus Muchail. 8ª ed. São Paulo : Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. O que é um autor? In: Ditos e Escritos: Estética, v. III: Literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. pp. 264-298.

\_\_\_\_\_. Nietzsche, a Genealogia, a História. In: Ditos e Escritos, v. II: Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Organização e seleção de textos, Manoel Barros da Mota; tradução de Elisa Monteiro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FUCS, José. Integralistas estão de volta e resgatam camisas verdes. O Estado de S. Paulo *online*, São Paulo, 15 dez. 2019. Política. Disponível em: <<https://tecnoblog.net/247956/referencia-site-abnt-artigos/>>. Acesso em 23 mai. 2021.

FRAGA, Érica. Oferta de emprego não evitou que milhares fossem às ruas. Folha de S. Paulo, São Paulo, Mercado, B7, 21 jun. 2013.

FRAGA, Érica; CARNEIRO, Mariana. Erro de cálculo. Folha de S. Paulo, São Paulo, Ilustríssima, p. 5, 23 jun. 2013.

FRENTE INTEGRALISTA BRASILEIRA. Integralismo.org. Apresentação. Disponível em: <<https://www.integralismo.org.br/apresentacao/>>. Acesso em 23 mai. 2021.



GARCIA, Janaina. Em ato em SP, Tchaka diz que quem está doente são os políticos, não os gays. UOL, 20 jun. 2013. Cotidiano. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/20/em-ato-em-sp-tchaka-diz-que-esta-doente-sao-os-politicos-nao-os-gays.htm>>. Acesso em 29 jul. 2021.

GASPARI, Elio. A PM começou a Batalha na Maria Antônia. Folha de S. Paulo, 2013. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/colunas/eliogaspari/2013/06/1294837-a-pm-comecou-a-batalha-na-maria-antonia.shtml>>. O Globo, 2013. Acesso em: 15 de maio de 2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/a-pm-comecou-batalha-na-maria-antonia-8684284>>. Acesso em: 15 mai. 2020.

GEM-Brasil 2007. *Global Entrepreneurship Monitor: Empreendedorismo no Brasil. Relatório Executivo 2007*. Curitiba: IBQP, 2008.

GERBAUDO, Paolo. Objetivo de manifestações é nova forma de democracia. [Entrevista concedida à] Folha de S. Paulo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/117886-objetivo-de-manifestacoes-e-nova-forma-de-democracia.shtml>>. Acessado em 26 fev. 2019.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014 [1959].

GOHN, Maria da Glória. *A sociedade brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais*. Caderno CRH, Salvador, v. 27, n. 71, p. 431-441, Maio/Ago. 2014.

\_\_\_\_\_. *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

\_\_\_\_\_. *Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de Junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena*. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 16, n. 47, p. 125-146, jan./abr. 2016.

\_\_\_\_\_. *Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade*. 1º ed. São Paulo: Editora Cortez, 2017. 128 p.

\_\_\_\_\_. *Participação e democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013*. Petrópolis: Vozes, 2019. 294 p.

GRAHAM, Peter. Testimonial entitlement and the function of comprehension. In: HADDOCK, Adrian; MILLAR, Alan; PRITCHARD, Duncan (org.). *Social epistemology*. Nova York: Oxford University Press, 2010. p. 148-174.

GREGORI, Lúcio. *A voz das ruas e a mobilidade urbana*. Folha de S. Paulo, São Paulo, Opinião, A3, 22 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. *Mobilidade e tarifa zero*. In: (Orgs.) BORBA, Maria et al. *Brasil em movimento: reflexões a partir dos protestos de junho*. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

HADDAD DIZ QUE PROTESTO EM SP FOI MARCADO POR ‘VIOLÊNCIA POLICIAL’. Folha de S. Paulo, 2013. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1294872-haddad-diz-que-protesto-em-sp-foi-marcado-por-violencia-policial.shtml>>. Acesso em: 15 mai. 2020.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Declaração: isto não é um manifesto. Trad. Carlos Szlak. São Paulo: N-1, 2014.

HARVEY, David. Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. Tradução de Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HEIDEGGER, Martin. Ser e tempo. Tradução, organização, nota prévia, anexos e notas de Fausto Castilho. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012.

\_\_\_\_\_. O Acontecimento Apropriativo. Tradução de Marco Antonio Casanova. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2013.

HOBBSAWM, Eric. A Era das Revoluções. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

\_\_\_\_\_. Ecos da Marselhesa. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

\_\_\_\_\_. Indicadores IBGE. Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC - e Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA. Fevereiro de 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc\\_ipca\\_2013\\_fev.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2013_fev.pdf)>. Acesso em: 16 nov. 2021.

INGLEHART, Ronald. The Silent Revolution. Princeton: Princeton University Press, 1977.

INTERAGENTES. Cartografias dos espaços híbridos: as manifestações de Junho de 2013. Disponível em: <<http://interagentes.net/?p=62>>. Acessado em: 31 dez. 2020.

LAZAR, Nomi Claire. States of Emergency in Liberal Democracies. New York: Cambridge University Press, 2009.

JABOR, Arnaldo. Jornal da Globo. São Paulo: Rede Globo, 12 jun. 2013. Programa de TV.

JAY, Martin. Relativismo cultural e a virada visual. (Tradução de Myrian Ávila). Aletria – Revista de Estudos de Literatura. Volume 10/11, 2003/2004. Olhar cabisbaixo: trajetos da visão no século XX. Disponível em <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/aletria/issue/view/169/showToc>>. Acesso em 07 de agosto de 2017.

JUDENSNAIDER, Elena; LIMA, Luciana; POMAR, Marcelo; ORTELLADO, Pablo. Vinte centavos: a luta contra o aumento. São Paulo: Veneta, 2013.

LAMOUNIER, Bolívar. Não é compatível com a democracia. [Entrevista concedida a] Roberta Salomone. O Globo, Rio de Janeiro, O País, p. 6, 16 jun. 2013.

LANGMAN, Lauren. From virtual public spheres to global justice: a critical theory of internetworked social movements. *Sociological Theory*, Vol. 23, Issue 1, 2005, p. 42–74.

LEITÃO, Miriam. É preciso ouvi-los. O Globo, Rio de Janeiro, Economia, p. 25, 19 jun. 2013.

LEPIANI, Giancarlo. Para o torcedor, Brasil-2014 vai ser a ‘Copa da corrupção’. Revista Veja, 20 jul. 2011. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/esporte/para-o-torcedor-brasil-2014-vai-ser-a-copa-da-corrupcao/>>. Acesso em: 15 ago. 2021.

LERNER, Jaime. Uma transfusão necessária. Folha de S. Paulo, São Paulo, Opinião, A3, 22 jun. 2013.

LEVY, Pierre. A inteligência coletiva. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

LIMA, Pedro Luiz; SAWAMURA, Mateus H. F. O ovo da serpente? Fundamentos e variações da crítica ao componente conservador das “Jornadas de junho” de 2013. *Leviathan - Cadernos de Pesquisa Política*. N. 13, pp.91-119, 2016.

LISBOA, Sílvia; BENETTI, Marcia. O jornalismo como crença verdadeira justificada. *Brazilian Journalism Research*, São Paulo, v. II, n. 2, p. 10-29, 2015.

LORENZOTTI, E. Jornalismo século XXI: o modelo #mídiaNINJA. São Paulo: E-galáxia, 2014.

LULA diz que se eleito irá regulamentar os meios de comunicação. O Globo [online], 05 mai. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/lula-diz-que-se-eleito-ira-regulamentar-os-meios-de-comunicacao-21303658>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

MACEDO, Roberto. Uma visão econômica e política dos protestos juninos. In: *Junho de 2013: a sociedade enfrenta o Estado*. Organização: Rubens Figueiredo. São Paulo: Summus, 2014, pp. 39-60.

MACEDO, Marcelo Hernandez; SILVA, F. R. P. ; CARDOSO, A. . A formação de grupos de midiativismo no Rio de Janeiro. *Alceu(PUCRJ)*, v. 18, p. 94-113, 2017.

MACEDO, Edir. Não existe Bolsa Família grátis... Universal, Bispo Macedo, Post, 28 de julho de 2018. Disponível em: <<https://www.universal.org/bispo-macedo/post/nao-existe-bolsa-familia-gratis/>>. Acesso em 30 ago. 2021.

MAGNOLI, Demetrio. Protesto. O Globo, Rio de Janeiro, Opinião, p. 21, 20 jun. 2013.

MALAFAIA, Silas. Comece a cortar o bolsa família, de quem ã precisa. Bolsa família, a maior compra oficial de votos da história política do Brasil. VERGONHOSO! 31 de agosto de 2015. Twitter: @PastorMalafaia. Disponível em: <<https://twitter.com/pastormalafaia/status/638537633682092033>>. Acesso em 30 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. Silas Malafaia critica duramente o Bolsa Família e deve abrir igreja em Cataguases. [Entrevista concedida a] Marcelo Lopes. Site do Marcelo Lopes, 18 jun. 2016. Disponível em: <<https://www.marcelolopes.jor.br/noticia/detalhe/18865/silas-malafaia-critica-duramente-o-bolsa-familia-e-deve-abrir-igreja-em-cataguases->>. Acesso em 30 ago. 2021.

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Porto Alegre: Sulina, 2013. 278 p.

MANIFESTAÇÕES foram realizadas em 388 cidades do país. UOL Notícias, Brasília, 21 jun. 2013. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2013/06/21/manifestacoes-foram-realizadas-em-388-cidades.htm>>. Acesso em 29 mai. 2021.

MANUAL DA REDAÇÃO. Folha de S. Paulo. – 21ª ed. – São Paulo: Publifolha, 2018.

MANZANO, Gabriel. Atos retratam divórcio entre povo e Estado. O Estado de S. Paulo, São Paulo, Política, A17, 22 jun. 2013.

MARCHA DA LIBERDADE. Manifesto divulgado pelas entidades organizadoras da marcha. Disponível em: <<https://www.pstu.org.br/dia-18-e-dia-da-marcha-nacional-da-liberdade/>>. Acesso em 29 mai. 2021.

MARIA FRÔ. MPL em debate: o movimento é anti-petista? Blog da Maria Frô, Revista Fórum, 2013. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/blogs/mariafro/bmariafro-mpl-em-debate-o-movimento-e-anti-petista/>>. Acesso em: 02 mai. 2020.

MARICATO, Ermínia et alii. Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. pp. 59-63. Boitempo, São Paulo, 2013.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988 (Livro I, v. I).

\_\_\_\_\_. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARTINS, José de Souza. Sociologia da fotografia e da imagem. São Paulo: Contexto, 2017.

MATTONI, Alice. Media activism. The Wiley-Blackwell encyclopedia of social and political movements. Nova Jersey: Blackwell Publishing, 2013.

MATOS, Marlise. “A Quarta Onda feminista e o Campo Crítico-emancipatório das Diferenças no Brasil: entre a destradicionalização social e o neoconservadorismo político”. 38º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2014. Disponível em:

<<https://www.anpocs.com/index.php/papers-38-encontro/mr-1/mr20/9339-a-quarta-onda-feminista-e-o-campo-critico-emancipatorio-das-diferencas-no-brasil-entre-a-destraditionalizacao-social-e-o-neoconservadorismo-politico/file>>. Acesso em: 02 jul. 2021.

MAUAD, Ana Maria. A UNE somos nós, nossa força e nossa voz... experiência fotográfica e os sentidos da história no século XX. Revista Discursos Fotográficos, Londrina, v.6, n.8, p.169-193, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/view/1929/1662>>. Acesso em 13 jul. 2021.

McADAM, Doug. “‘Initiator’ and ‘spin-off’ movements: diffusion processes in protest cycles”. In: Mark Traugott (Ed.) *Repertoires and cycles of collective action*. Durham: Duke University Press, 1995, p. 217-240.

MELO, Débora; BALZA, Guilherme; GARCIA, Janaina; CARVALHO, Marivaldo. Em ato com 110 mil pessoas em SP, manifestantes gritam por uma vida "sem catraca". Notícias UOL, Cotidiano. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/20/manifestantes-gritam-por-uma-vida-sem-catraca-em-ato-que-interdita-a-av-paulista-em-sp.htm>>. Acesso em: 09 jul. 2021.

MERVAL, Pereira. Corrupção é o foco. O Globo, Rio de Janeiro, O País, p. 4, 19 jun. 2013.

MÍDIA NINJA. Midianinja.org, 2021. Quem somos. Disponível em: <<https://midianinja.org/quem-somos/>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

MIGUEL, Luis Felipe. Democracia fraturada: o golpe, os limites do arranjo concorrencial e a perplexidade da ciência política. In: *Encruzilhadas da democracia*. (Orgs.) MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Porto Alegre (RS): Zouk, 2017.

MINC ABRE CONSULTA PÚBLICA PARA EDITAL DE PONTOS DE MÍDIA LIVRE, Cultura.gov, 2015. Disponível em: <<http://pnc.cultura.gov.br/2015/05/05/minc-abre-consulta-publica-para-edital-de-pontos-de-midia-livre/>>. Acesso em: 22 abr. 2021.

MIRZOEFF, Nicholas. Una introducción a la cultura visual. Barcelona, España: Paidós Iberica, 2003.

MISSE, Michel. *Malandros, Marginais e Vagabundos. A Acumulação Social da Violência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IUPERJ, Tese de Doutorado em Sociologia, 1999.

\_\_\_\_\_. Violência, crime e corrupção: conceitos exíguos, objeto pleno. In: José Vicente Tavares dos Santos e Alex Niche Teixeira, orgs. *Conflitos Sociais e Perspectivas da Paz*. Porto Alegre, Tomo Editorial, 2012.

MITCHELL, W. J. T. *Teoría de la imagen*. Madrid, España: Ediciones Akal, 2009.

MONNERAT, Alessandra; SARTORI, Caio. Vendas de livros de Olavo de Carvalho triplicam desde eleição. O Estado de S. Paulo *online*, São Paulo, 19 jan. 2019. Política.

Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,vendas-de-livros-de-olavo-de-carvalho-triplicam-desde-eleicao,70002686383>>. Acesso em: 28 mai. 2021.

MONTEIRO, André; BERGAMIM JR., Giba. Alckmin quer cobrar prejuízos de ‘vândalos’. Folha de S. Paulo, São Paulo, 13 jun. 2013. Cotidiano 1, C3.

MONTEIRO, André; GERAQUE, Eduardo; BERGAMIM JR., Giba. Grupo Passe Livre foi apoiado por petistas em 2011. Folha de S. Paulo, São Paulo, 08 jun. 2013a. Cotidiano, C1.

MONTEIRO, André; GERAQUE, Eduardo; BERGAMIM JR., Giba; MACHADO, Leandro; BEDINELLI, Talita; SOUZA, Felipe; NEVES, Fernanda Pereira; FARIAS, Adriana. Protesto mais violento contra tarifa tem confrontos em série e vandalismo em SP. Folha de S. Paulo, São Paulo, 12 jun. 2013b. Cotidiano, C1.

MONTEIRO, André; ROLLI, Claudia; CREDENDIO, José Ernesto; CARVALHO, Mario Cesar; GALLO, Ricardo; BEDINELLI, Talita. Perfil dos detidos vai de Poá a Alphaville. Folha de S. Paulo, São Paulo, 13 jun. 2013c. Cotidiano, C1.

MORA, Marcelo; VIANA, Julia Basso. Protesto contra tarifa tem confronto, depredações e presos em SP. G1, 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/protesto-contratarifa-tem-confronto-depredacoes-e-detidos-em-sp.html>>. Acesso em: 02 mai. 2020.

MORAES, Alana et al. Junho: potência das ruas e das redes. São Paulo, Friedrich Ebert Stiftung, 2014.

MOVIMENTO DE COMBATE À CORRUPÇÃO ELEITORAL. MCCE, 2019. O que é. Disponível em: <<http://www.mcce.org.br/o-que-e/>>. Acesso em: 23 mai. 2021.

MOVIMENTO faz amanhã marcha pela dignidade nacional. Congresso em foco, 2006. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/movimento-faz-amanha-marcha-pela-dignidade-nacional/>>. Acesso em: 27 mai. 2021.

MOVIMENTO NACIONAL DA CIDADANIA PELA VIDA. Brasil Sem Aborto, 2021. Quem somos? Disponível em: <<https://www.brasilsemaborto.org/quem-somos/>>. Acesso em 25 jul. 2021.

NASCIMENTO, José Conegundes; MACIEL, Licio. Orvil - Tentativas de Tomada do Poder. Salto (SP): Editora Schoba, 2012.

NERI, Marcelo. Desigualdade de renda na década. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2011.

NETO, Pasquale Cipro. Os vândalos e o politicamente.... Folha de S. Paulo, São Paulo, 13 jun. 2013. Cotidiano 2, p. 2.

NEIVA, Eduardo. Imagem, história e semiótica. Anais do Museu Paulista (nova série), n.º1, 1993.

NETTO, Andrei. De Paris, Alckmin e Haddad criticam ato. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 13 jun. 2013. Metrópole, A25.

NICOLAU, Jairo. Lição das ruas. [Entrevista concedida a] Ilimar Franco. O Globo, Rio de Janeiro, Segunda Página, p. 2, 23 jun. 2013.

NIETZSCHE, Friedrich. A filosofia na era trágica dos gregos. Tradução de Fernando R. de Moraes Barros. São Paulo: Hedra, 2008.

NOBRE, Marcos. NOBRE, Marcos. Choque de Democracia: razões da revolta. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

\_\_\_\_\_. Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma. São Paulo, Companhia das Letras, 2013b. 204 p.

NOELLE-NEUMANN, E. La espiral del silencio: opinión pública - nuestra piel social. Barcelona: Paidós, 1995.

NUNES, Rodrigo. Geração, acontecimento, perspectiva Pensar a mudança a partir do Brasil. Nueva Sociedad, dez. 2014. Disponível em: <<https://nuso.org/articulo/geracao-acontecimento-perspectiva/>>. Acessado em: 30 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. Organization of the Organizationless: Collective action after Networks. Mute, 2014.

O ESTADO DE S. PAULO. Chegou a hora do basta. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 13 jun. 2013. Notas e Informações, A3.

O GLOBO. Marcha da insensatez. O Globo, Rio de Janeiro, 12 junho 2013a. Primeira página.

\_\_\_\_\_. Limites. O Globo, Rio de Janeiro, 13 junho 2013a. O País, p. 3.

\_\_\_\_\_. Anistia Internacional diz ver com preocupação violência contra manifestantes no RJ e SP. O Globo, 2013b. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/anistia-internacional-diz-ver-com-preocupacao-violencia-contr-manifestantes-no-rj-sp-8683091>>. Acesso em: 15 mai. 2020.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy. O legado das ruas. O Globo, Rio de Janeiro, O País, p. 26, 22 jun. 2013.

'PARECE QUE PROTOCOLOS NÃO FORAM OBSERVADOS', DIZ HADDAD SOBRE POLÍCIA. G1, 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/parece-que-protocolos-nao-foram-observados-diz-haddad-sobre-policia.html>>. Acesso em: 15 maio 2020.

PANOFSKY, Erwin. Estudos de iconologia. Lisboa: Estampa, 1986.

\_\_\_\_\_. O significado nas artes visuais. São Paulo: Perspectiva, 2002.

PASQUINELLI, Matteo. Mediactivismo: activismo en los medios – estrategias y prácticas de la comunicación independiente. Roma: Derive Approdi, 2002.

PEIXOTO, Clarice. Caleidoscópio de imagens: o uso das imagens e a sua contribuição à análise das relações sociais. In Feldman-Bianco B. e Moreira Leite M., Desafios da Imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas Ciências Sociais. ed. Papyrus, 1998 (2001, 2a ed.).

PESCHANSKI, João Alexandre. O transporte público gratuito, uma utopia real. In: Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. pp. 59-63. Boitempo, São Paulo, 2013.

PÊSSOA, Samuel. Sinal de desgaste do contrato social. Folha de S. Paulo, São Paulo, Mercado, B6, 23 jun. 2013.

PEREZ, Olívia; RICOLDI, Arlene. A quarta onda do feminismo? Reflexões sobre movimentos feministas contemporâneos. 42º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2018. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/42-encontro-anual-da-anpocs/gt-31/gt08-27/11177-a-quarta-onda-do-feminismo-reflexoes-sobre-movimentos-feministas-contemporaneos/file>>. Acesso em: 02 jul. 2021.

PIERCE, Charles Sanders. Semiótica. Tradução: José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Editora Perspectiva, 4ª ed., 2010.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2019. 192p.

POMAR, Marcelo. Não foi um raio em céu azul. Introdução. In: JUDENSNAIDER, Elena; LIMA, Luciana; POMAR, Marcelo; ORTELLADO, Pablo. Vinte centavos: a luta contra o aumento. São Paulo: Veneta, 2013.

PONDÉ, Luiz Felipe. Churrasco na laje em Paris. Folha de S. Paulo *online*, São Paulo, 11 jan. 2010. Ilustrada. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1101201016.htm>>. Acesso em: 27 mai. 2021.

PIMENTEL, Tiago; SILVEIRA, Sérgio Amadeu. Cartografia de espaços híbridos: as manifestações de junho de 2013. São Paulo: #InterAgentes, 11 jul. 2013. Disponível em: <<https://www.cartapotiguar.com.br/2013/07/31/cartografia-de-espacos-hibridos-as-manifestacoes-de-junho-de-2013/>>. Acesso em: 28 mai. 2021.

PURO VANDALISMO. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 08 jun. 2013. Notas e Informações, A3.

PRADO, Luiz Carlos Delorme. A gente não quer só eletrodomésticos. O Globo, Rio de Janeiro, O País, p. 13, 19 jun. 2013.

RANCIÈRE, Jacques. A partilha do sensível: estética e política. São Paulo: EXO/34, 2005.



\_\_\_\_\_. Le travail de l'image. Multitudes, n.28, 2007, p.195-210. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-multitudes-2007-1-page-195.htm>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. El teatro de imágenes. In: AAVV, Alfredo Jaar. La política de las imágenes, Santiago de Chile, editorial Metales pesados, 2008b, p.69-89.

\_\_\_\_\_. O espectador emancipado. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

\_\_\_\_\_. O ódio à democracia. São Paulo: Boitempo editorial, 2014

REIS, Fábio Wanderley. Cidadania Democrática, Corporativismo e Política Social no Brasil", em Sônia Draibe e outros, Para a Década de 90, Prioridades e Perspectivas de Políticas Públicas, Brasília, IPEA/IPAN, 1989.

\_\_\_\_\_. Mercado e Utopia: Teoria Política e Sociedade Brasileira. 01. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2000. v. 01. 416p.

\_\_\_\_\_. Tempo Presente: Do MDB a FHC. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. v. 01. 403p.

\_\_\_\_\_. O outono quente e as estações que seguem. Interesse Nacional, ano 6, número 23, p. 42-48, outubro-dezembro de 2013.

\_\_\_\_\_. Eleição de 2014: “país dividido” e questão social. Em Debate, Belo Horizonte, v.6, n. 6, p. 8-16, out. 2014.

\_\_\_\_\_. Crise política: a “opinião pública” contra o eleitorado. In: Encruzilhadas da democracia, p. 15-44. (Orgs.) MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Porto Alegre (RS): Zouk, 2017.

RICCI, Rudá; ARLEY, Patrick. Nas ruas: a outra política que emergiu em junho de 2013. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2014.

RIDENTI, Marcelo. ‘As manifestações contra a tarifa são válvula de escape’. [Entrevista concedida a] Marcelo Beraba. O Estado de São Paulo, São Paulo, Metrópole, A22, 16 jun. 2013.

ROCHA, Graciliano; BERGAMIM JR., Giba. Haddad atribuiu rejeição ao aumento da tarifa de ônibus. Folha de S. Paulo, São Paulo, 11 jun. 2013. Cotidiano, C1.

RODRIGUES, Arthur. Haddad vai pedir ajuda de Dilma para baixar passagem. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 08 jun. 2013. Metrópole, A26.

RODRIGUES, Arthur; ZANCHETTA, Diego. Alckmin e Haddad descartam redução de tarifas. Estadão, 14 jun. 2013. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/noticias/geral,alckmin-e-haddad-descartam-reducao-de-tarifas,1042372>>. Acesso em: 03 de mai. De 2020.

RORTY, Richard. *The Linguistic Turn: Recent Essays in Philosophical Method*, Chicago, University of Chicago Press, 1967.

ROSSI, Clovis. *A violência ganhou, o azar é nosso*. Folha de S. Paulo, São Paulo, 13 jun. 2013. Mundo, A20.

ROVER, Tadeu. *MP vai investigar promotor sobre incitação à violência*. Conjur, 2013. Disponível em: < <https://www.conjur.com.br/2013-jun-10/mp-sp-investigar-promotor-incitou-violencia-manifestantes>>. Acesso em: 30 abr. 2020.

RUBENS PAIVA, Marcelo. *Muito mais que vinte centavos*. O Estado de São Paulo, São Paulo, Metrópole, A22, 16 jun. 2013.

SADE, D. A. F. *A filosofia na alcova ou os preceptores imorais*. Tradução, posfácio e notas. Contador Borges. São Paulo: Iluminuras, 2003. (Coleção Pérolas Furiosas).

SAES, Décio. *Classe Média e sistema político no Brasil*. São Paulo, T. A. Queiroz, Editor, 1985.

SAFATLE, Vladimir. *Política não se dará mais dentro dos partidos, mas nas ruas*. Folha de S. Paulo, São Paulo, Cotidiano, C12, 22 de junho de 2013a.

\_\_\_\_\_. *Proposta concreta*. Folha de S. Paulo, São Paulo, Cotidiano, C12, 18 de junho de 2013b.

\_\_\_\_\_. *Sem partido*. Folha de S. Paulo, São Paulo, Cotidiano, C12, 25 de junho de 2013c.

\_\_\_\_\_. *Só mais um esforço*. São Paulo: Três Estrelas, 2017.

SANTOS, Fabiano Guilherme M. *Do protesto ao plebiscito: uma avaliação crítica da atual conjuntura brasileira*. *Novos Estudos: CEBRAP*, v. 96, p. 15-25, 2013a.

\_\_\_\_\_. *Primavera Brasileira ou Outono Democrático? Insight Inteligência* (Rio de Janeiro), v. 16, p. 32-38, 2013b.

SANTOS, Fabiano Guilherme M. GUARNIERI, Fernando. *From Protest to Parliamentary Coup: An Overview of Brazil's Recent History*, *Journal of Latin American Cultural Studies*, 25:4, 485-494, 2016.

SAVAZONI, Rodrigo. *Os novos bárbaros: a aventura política do Fora do Eixo*. 1º ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2014.

SCHECHNER, Richard. *Performance theory*. New York: Routledge, 1988.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes sociales y de movimientos en la sociedad de la información*. *Nueva Sociedad*, 96, marzo-abril 2005, p. 77-92.

\_\_\_\_\_. *Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política*. *Caderno CRH*, Salvador, v. 27, n. 71, p. 417-429, Maio/Ago. 2014.

SCHNEIDER, Nathália; SILVA, Jonária França da. Foto Mídia Ninja: Creative Commons E Autoria Coletiva. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 5, n. 12, p.29588-29602 dec. 2019.

SCOLESE, Eduardo; FRANCISCO, Luiz. 12 mil protestam pelo impeachment de Lula. *Folha de S. Paulo* [online], São Paulo, 18 ago. 2005. Brasil. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1808200509.htm>>. Acesso em 15 ago. 2021.

SCHWARTSMAN, Hélio. Protestos em série. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 jun. 2013. Opinião, A2.

SINGER, André. Esquerda ou Direita? *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 22 jun. 2013. Editoriais, p. A2

\_\_\_\_\_. Enigma popular. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 6 jul. 2013b. Editoriais, p. A2.

\_\_\_\_\_. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. *Novos estudos - CEBRAP* [online]. 2013c, n.97, pp.23-40.

SOCIALBAKERS. Photos Make Up 93% of The Most Engaging Posts on Facebook! SocialBakers, EUA, 22 jul. 2013. Disponível em: <<https://www.socialbakers.com/blog/1749-photos-make-up-93-of-the-most-engaging-posts-on-facebook>> Acesso em: 15 ago. 2021.

SOLANO, Esther; MANSO, Bruno Paes; NOVAES, Willian. *Mascarados: a verdadeira história dos adeptos da tática Black Bloc*. São Paulo: Geração, 2014.

SOULAGES, François. *Estética da fotografia: perda e permanência*. Tradução de Iraci D. Poleti e Regina Salgado Campos. São Paulo: Editora São Paulo, 2010.

SONTAG, Susan. *Sobre fotografia*. Trad.: Rubens Figueiredo. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2004.

SOUZA, Jessé. *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília: UnB, 2000.

\_\_\_\_\_. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

\_\_\_\_\_. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

\_\_\_\_\_. *A tolice da inteligência brasileira*. Rio de Janeiro: LeYa, 2015.

\_\_\_\_\_. *A radiografia do golpe*. Rio de Janeiro: LeYa, 2016a.

\_\_\_\_\_. *Entrevista: Jessé Souza: A relação entre os juro, as Jornadas de Junho e o golpe*. Brasil de Fato, 2016b. Disponível em:

<<https://www.brasildefato.com.br/2016/09/12/jesse-souza-a-relacao-entre-os-juros-as-jornadas-de-junho-e-o-golpe>>. Acesso em 26 jul. de 2020.

\_\_\_\_\_. A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

\_\_\_\_\_. A elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro. Edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Foreword: Upon Reading the Companion to Postcolonial Studies. In: SCHWARZ, Henry; RAY, Sangeeta (Eds.). A Companion to Postcolonial Studies. Oxford: Blackwell, 2000, pp. xv-xxii.

\_\_\_\_\_. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

STANDING, Guy. O precariado: a nova classe perigosa. Belo Horizonte: Autêntica, [2011] 2014.

TATAGIBA, Luciana. 1984, 1992, 2013. Sobre ciclos de protesto e democracia no Brasil. Política & Sociedade. Florianópolis, Vol. 13, Nº 28, Set./Dez. de 2014.

TATAGIBA, Luciana; GALVÃO, Andreia Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). Opinião Pública [online]. 2019, v. 25, n. 1, pp. 63-96. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0191201925163>. Acesso em 04 abr. 2021.

TAU, Felipe; CUDISCHEVITCH, Clarice. Em Paris, Haddad se irrita ao saber de atos de vandalismo. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 12 junho 2013.

TORTURRA, Bruno. Enquanto o governo vive uma crise no MinC, a rede Fora do Eixo cria uma nova e independente política cultural. Revista Trip, #199, 12 mai 2011. Disponível em: <<https://revistatrip.uol.com.br/trip/ministerio-da-cultura>>. Acesso em 03 mai. 2021.

\_\_\_\_\_. O Ficaralho. Casa de Besouro. São Paulo, 05 jun. 2013. Disponível em: <<https://cascadebesouro.wordpress.com/2013/06/05/o-ficaralho/>>. Acesso em: 03 mai 2021.

TRANSPARÊNCIA CAPIXABA. Quem somos. Disponível em: <[http://www.transparenciacapixaba.org.br/quem\\_somos.aspx](http://www.transparenciacapixaba.org.br/quem_somos.aspx)>. Acesso em: 23 mai. 2021.

TURINO, C. Ponto de cultura: o Brasil de baixo para cima. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

TURNER, Victor. O processo ritual. Estrutura e anti-estrutura. Petrópolis: Vozes, 1974.

\_\_\_\_\_. The anthropology of performance. New York: PAJ Publications, 1988.

\_\_\_\_\_. Dramas, campos e metáforas. Ação simbólica na sociedade humana. Niterói, RJ: Eduff, 2017.

UGARTE, David de. O poder das redes. Manual ilustrado para pessoas, organizações e empresas chamadas a praticar o ciberativismo. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

URIBE, Gustavo; DIAS, Marina. A evangélicos, Aécio promete combate à corrupção e parceria com igrejas. Eleições 2014. Folha de S. Paulo. 15 out. 2014. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1533081-a-evangelicos-aecio-promete-combate-a-corrupcao-e-parceria-com-igrejas.shtml>>. Acesso em 23 jan. 2022.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. A verdade sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça. Rio de Janeiro, Edição do Autor, 2006

VAINER, Carlos B. Cidade de Exceção: Reflexões a partir do Rio de Janeiro. Anais do XIV. Encontro Nacional da Associação Nacional de Planejamento Urbano (ANPUR), vol. 14, 2011.

\_\_\_\_\_. Quando a cidade vai às ruas. In: MARICATO, Ermínia et alii. Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil, p. 35-40. Boitempo, São Paulo, 2013.

VEJA pesquisa completa do Ibope sobre os manifestantes. G1, São Paulo, 24 jun. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>>. Acesso em: 31 ago. 2021.

VEYNE, Paul. L'Histoire Conceptualizante. In: J. LE GOFF & Pierre NORA (dir.), Faire l'Histoire. Nouveaux Problèmes. Paris: Gallimard, 1974.

\_\_\_\_\_. Como se escreve a história. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4ª edição. Brasília: Editora UNB, 1998.

VIANA, Silvia. Será que formulamos mal a pergunta? In: MARICATO, Ermínia et alii. Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil, p. 53-58. Boitempo, São Paulo, 2013.

VIANNA, L. W. “Weber e a interpretação do Brasil”. In: J. SOUZA (org.), O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira. Brasília: UnB, p. 173-194, 1999.

VICE-PRESIDENTE do PT compara 2013 com marchas pró-ditadura. Congresso em foco. 29 dez. 2019. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/vice-presidente-do-pt-compara-2013-com-marchas-pro-ditadura/>>. Acessado em 20 abr. 2021.

WEBER, Demetrio. Ataque a partidos preocupa. O Globo, Rio de Janeiro, O País, p. 13, 21 jun. 2013.

WERNECK, Rodrigo Furquim. O governo e o clamor das ruas. O Globo, Rio de Janeiro, Opinião, p. 22, 21 jun. 2013.

WERNECK, Alexandre. Política e ridicularização: uma sociologia pragmática da “graça” da crítica em cartazes das “Jornadas de Junho”. *Interseções* [Rio de Janeiro] v. 21 n. 3, p. 611-6533, dez. 2019.

WILENSKY, Harold L. Postindustrialism and postmaterialism? A critical view of the new economy, the information age, the high tech society and all that, WZB Discussion Paper, No. SP I 2003-201, Wissenschaftszentrum Berlin für Sozialforschung (WZB), Berlin.